



ESTADO DO PARANÁ



Folha 1

Órgão Cadastro: UNESPAR/FPAR		Protocolo:
Em: 31/08/2021 22:29		18.046.355-0
CPF Interessado 1: 141.699.738-52		
Interessado 1: FABIO TADEU VIGHY HANNA		
Interessado 2: -		
Assunto: ENSINO SUPERIOR		Cidade: PARANAGUA / PR
Palavras-chave: APROVACAO		
Nº/Ano 6/2021		
Detalhamento: SOLICITA DELIBERAÇÃO PELO CONSELHO DE CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS BIOLÓGICAS E DA EDUCAÇÃO, DO CAMPUS DA UNESPAR DE PARANAGUÁ, DAS ADEQUAÇÕES DO PPC DO CURSO DE HISTÓRIA/CAMPUS DE PARANAGUÁ.		
Código TTD: -		

Para informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocolo>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Campus de Paranaguá

Credenciada pelo Decreto nº 9538, de 05/12/2013 - D.O.E. 05/12/2013
Recredenciada pelo Decreto nº 2374, de 14/08/2019 - D.O.E. 14/08/2019
Rua Comendador Correa Junior, nº 117 - Centro - CEP: 83203-560 - Fone: (41) 3423-3644
PARANAGUÁ - PARANÁ
<http://paranagua.unespar.edu.br>



Paranaguá/PR, 31 de agosto de 2021.

MEMORANDO Nº 006/2021 – Colegiado do Curso de História – Unespar - Paranaguá

DE: Prof. Dr. Fábio Tadeu Vighy Hanna – Coordenador do Curso de História – Unespar, *campus* de Paranaguá

PARA: Prof. Ms. Fernando Yudi Sakaguti - Diretor do Centro de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação (CCHBE) – Unespar – *campus* de Paranaguá

ASSUNTO: Encaminhamento para Deliberação/Aprovação das adequações do PPC do Curso de Graduação em História - Licenciatura da Unespar – *campus* de Paranaguá

Considerando o Parecer do CEE/CES 043/2019 de Renovação de Reconhecimento de Curso e a necessidade de adequação do curso às novas regras de Extensão (Resolução 38/2020 (CEPE/Unespar), o NDE do Colegiado de História procedeu-se às seguintes proposições de adequações ao PPC, as quais foram devidamente discutidas e aprovadas no Colegiado (Ata 10/2021 em anexo):

1- Determinações do **Parecer CEE/CES43/19** de Renovação de Reconhecimento de Curso, quais sejam:

1.1- **Adequação às Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná** (Deliberação 04/2013 (CEE):



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ Campus de Paranaguá

Credenciada pelo Decreto nº 9538, de 05/12/2013 - D.O.E. 05/12/2013

Recredenciada pelo Decreto nº 2374, de 14/08/2019 - D.O.E. 14/08/2019

Rua Comendador Correa Junior, nº 117 - Centro - CEP: 83203-560 - Fone: (41) 3423-3644

PARANAGUÁ - PARANÁ

<http://paranagua.unespar.edu.br>



Forma de atendimento: Temas adicionados à disciplina obrigatória já existente “Geografia e Educação Ambiental”; diálogo interdisciplinar com atividades complementares

Constantes do PPC às p. 9-10, p. 38 p.72-73 e p.107-112 – 113.

1.2- Adequação às normas estaduais para Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná (Deliberação 02/2015 (CEE)):

Forma de atendimento: Componentes curriculares das disciplinas obrigatórias “História da África e Cultura Afro-Brasileira”, “Sociologia Geral”, “Antropologia Social”, “Cultura Indígena e Populações Tradicionais”, “Geografia e Educação Ambiental” e “História Contemporânea”, tema transversal ao curso e componente de programas de extensão.

Constantes do PPC às p. 10, p.47-48, p. 53, p. 62-66 e p.72-73, p. 81-82.

1.3- Adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior (Resolução 02/2015 (CNE/ CP)):

Forma de atendimento: Modificado perfil de egresso, especificando a conjugação do perfil do professor-pesquisador ao transformar o saber acadêmico em ação pedagógica através da atuação na educação básica; ampliando itens Concepção, Finalidade e objetivos em relação com o ensino básico, espaço onde o profissional vai atuar, ampliando o foco na identidade do profissional da história como trabalhador da educação básica.

Constantes do PPC às p. 21-38, p. 94- 103



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ Campus de Paranaguá

Credenciada pelo Decreto nº 9538, de 05/12/2013 - D.O.E. 05/12/2013

Recredenciada pelo Decreto nº 2374, de 14/08/2019 - D.O.E. 14/08/2019

Rua Comendador Correa Junior, nº 117 - Centro - CEP: 83203-560 - Fone: (41) 3423-3644

PARANAGUÁ - PARANÁ

<http://paranagua.unespar.edu.br>



1.4- Adequação às Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná (Deliberação 02/2016 (CEE)):

Forma de atendimento: Tratamento teórico dado pelas disciplinas obrigatórias de “LIBRAS” e “Didática Geral”; em seu aspecto prático abordado em diálogo com o NESPI e pauta e atividade extensionista.

Constantes do PPC às p.10-11, p. 72, p. 87-88 e p. 113-119

1.5- Adequação a recomendação de redução de evasão (Parecer CEE/CES43/19):

Forma de atendimento: Semestralização mista, disciplinas na modalidade semipresencial.

Constantes do PPC às p.11-19, p.19-20 e p.41-87 e Relatório de Evasão (anexo ao processo)

2 - Adequação à Resolução 038/2020 (CEPE/UNESPAR):

Forma de atendimento: Nova regulamentação – disciplinas com carga extensionista e normas para atividades.

Constantes do PPC às p.19, p. 30- 31, p 35, p. 46, p 48 - 49, p. 62- 66, p. 69, p. 75, p.87-88 e p.113-119



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Campus de Paranaguá

Credenciada pelo Decreto nº 9538, de 05/12/2013 - D.O.E. 05/12/2013

Recredenciada pelo Decreto nº 2374, de 14/08/2019 - D.O.E. 14/08/2019

Rua Comendador Correa Junior, nº 117 - Centro - CEP: 83203-560 - Fone: (41) 3423-3644

PARANAGUÁ - PARANÁ

<http://paranagua.unespar.edu.br>



Solicito:

Deliberação/ aprovação no Conselho de Centro de Área de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação das referidas adequações do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso de Graduação em História – Licenciatura -, da Universidade Estadual do Paraná – *campus* de Paranaguá.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Fábio Tadeu Vighy Hanna
Coordenador do Curso de História-
Unespar, *campus* de Paranaguá
Portaria 1011/2019 – Reitoria Unespar



ePROTOCOLO



Documento: **1memorando0062021solicitacaodelibercaoaprovacaoPPCHistoriaParanagua.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em 31/08/2021 22:30.

Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em: 31/08/2021 22:29.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
a8689d0420a8ac5bcd80277aeb59f306.



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

LICENCIATURA EM HISTÓRIA CAMPUS DE PARANAGUÁ

PARANAGUÁ – 2021

Unespar - Reitoria | Rua Pernambuco, 858 | Centro | Paranaíba- Paraná | CEP 87701000 | Telefone (44) 3423-8944

Sumário

1. CURSO.....	4
1.1 Identificação do Curso.....	4
1.2 Turno De Funcionamento e Vagas.....	4
2. LEGISLAÇÃO DE SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO.....	5
2.1 Criação e Autorização do Curso.....	5
2.2 Reconhecimento do Curso.....	5
2.3 Renovação de Reconhecimento do Curso.....	5
2.4 Diretriz Curricular do Curso.....	5
2.5 Legislação Complementar.....	6
2.6 Adequação dos Conteúdos Curriculares.....	7
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	9
3.1. Justificativa.....	9
A) Educação Ambiental.....	9
B) Direitos Humanos.....	10
C) Educação Especial.....	10
D) Evasão.....	11
D.1) Desistência e Evasão Inicial – Dados Quantitativos.....	12
D.2) Desistência e Evasão Inicial – Dados Qualitativos.....	14
D.3) Conclusão: A Semestralização Mista como Estratégia de Enfrentamento à Evasão	17
E) Extensão.....	19
F) Ensino Semipresencial.....	19
3.2. Concepção, Finalidades e Objetivos.....	21
Objetivos:.....	28
3.3. Metodologia de Ensino e Aprendizagem.....	30
3.4. Avaliação de Aprendizagem.....	36
3.5. Perfil do Profissional – Formação Geral.....	37
4. ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO (Horas-Relógio).....	39
Desdobramento das Áreas/Matérias Em Disciplinas.....	39
5. DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS (Horas-Relógio).....	41
6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES.....	43
Relação das Disciplinas Optativas.....	76
7. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO.....	87
8. CORPO DOCENTE.....	89
Resumo da Quantidade de Docentes Por Titulação:.....	91
9. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	91
10. INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL.....	92
11. ANEXOS:.....	93
11.1-Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado.....	93
11.2-Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso.....	105
11.3-Regulamento de Atividades Complementares.....	107
11.4-Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC).....	113
11.5-Ficha Acadêmica de Estágio Supervisionado I.....	119
11.6-Ficha acadêmica de Estágio Supervisionado II.....	120
11.7-Modelo de Relatório de Observação da Estrutura da Escola em Estágio I.....	121
11.8-Modelo de Relatório de Observação da Estrutura da Escola em Estágio II.....	123

11.9-Ficha de Controle de Observação das Aulas em Estágio I.....	125
11.10-Ficha de Controle de Observação das Aulas em Estágio II.....	128
11.11-Ficha para Relatório de Observação em Estágio I.....	131
11.12-Ficha para Relatório de Observação em Estágio II.....	133
11.13-Ficha para Plano de Aula.....	135
11.14-Ficha para Texto de Aula.....	136
11.15-Ficha para Atividades Complementares.....	137
11.16-Ficha para Atividades Extensionistas.....	138
11.17-Relatório de Práticas Pedagógicas.....	139

FORMULÁRIO PARA PROPOSTAS DOS PPC's DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA Unespar

1. CURSO

1.1 Identificação do Curso

CURSO	História	
ANO DE IMPLANTAÇÃO	2022	
CAMPUS	Paranaguá	
CENTRO DE ÁREA	Ciências Humanas, Biológicas e da Educação	
CARGA HORÁRIA	3.200 (em horas-relógio)	
HABILITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Licenciatura	<input type="checkbox"/> Bacharelado
REGIME DE OFERTA	<input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas semestrais; <input checked="" type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto).	
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	Prazo mínimo de 04 (quatro) anos e prazo máximo de 06 (seis).	

1.2 Turno De Funcionamento e Vagas

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE	40	
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO / VAGAS POR PERÍODO	<input type="checkbox"/> Matutino <input type="checkbox"/> Vespertino <input checked="" type="checkbox"/> Noturno <input type="checkbox"/> Integral	Número de vagas: Número de vagas: Número de vagas: 40 Número de vagas:

2. LEGISLAÇÃO DE SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

2.1 Criação e Autorização do Curso

- Parecer nº 620, de 14 de dezembro de 1959 (CEE/CES) – parecer de criação do curso;
- Decreto nº 109, de 03 de julho de 1964 (Governo do Estado do Paraná) – decreto de autorização do curso.

2.2 Reconhecimento do Curso

- Parecer nº 47.667, de 19 de janeiro de 1960 (CEE) – parecer de reconhecimento do curso;
- Decreto nº 54.355, de 30 de setembro de 1964 (Governo do Estado do Paraná) – Decreto de reconhecimento do curso.

2.3 Renovação de Reconhecimento do Curso

- Parecer nº 43, de 10 de abril de 2019 (CEE/CES) – recomenda a renovação de reconhecimento do curso;
- Decreto nº 1.693, de 13 de junho de 2019 (Governo do Estado do Paraná) – renova o reconhecimento do curso.

Prazo da renovação: 4 anos

Vigência: de 06/05/2019 a 05/05/2023

2.4 Diretriz Curricular do Curso

- Parecer nº 492, de 03 de abril de 2001 (MEC/CNE/CES) – Diretrizes Curriculares dos Cursos de História;
- Parecer nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001 (MEC/CNE/CES) – Retifica o parecer nº 492/2001 CES sobre as diretrizes curriculares dos cursos de História;
- Resolução nº 13, de 13 de março de 2002 (MEC/CNE/CES) – Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História;
- Resolução nº 11, de 2015 (Unespar/CEPE) – Altera o Regulamento de Extensão;
- Resolução nº 02, de 1º de julho de 2015 (MEC/CNE/CP) – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
- Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018 (MEC/CNE/CES) – Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira;

- Deliberação n° 02, de 06 de março de 2019 (CEE/CES) – Normas para a organização e a realização de Estágio obrigatório e não obrigatório na Educação Superior;
- Resolução n° 38, de 16 de novembro de 2020 (Unespar/CEPE) – Regulamento da Curricularização da Extensão na Unespar.

2.5 Legislação Complementar

- Resolução n° 01, de 17 de julho de 2004 (MEC/CNE/CP) – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Deliberação n° 04, 02 de agosto de 2006 (CEE) – Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução n° 03, de 02 de julho de 2007 (MEC/CNE/CES) – Procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;
- Lei n° 9795, de 27 de abril de 1999 (Presidência da República) – Política Nacional de educação ambiental;
- Decreto n° 4.281, de 25 de junho de 2002 (Presidência da República) – Regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Resolução n° 2, de 15 de junho de 2012 (MEC/CNE/CP) – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Deliberação n° 04, de 12 de novembro de 2013 (CEE) – Normas estaduais para a Educação Ambiental;
- Lei n° 10.436, de 25 de abril de 2002 (Presidência da República) – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- Decreto n° 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (Presidência da República) – Regulamenta a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- Parecer n° 23, de 07 de abril de 2011 (CEE/CES) – Oferta de disciplinas de LIBRAS;
- Resolução n° 1, de 30 de maio de 2012 (MEC/CNE/CP) – Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Deliberação n° 02, de 13 de abril de 2015 (CEE/CP) – Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
- Deliberação n° 02, de 15 de setembro de 2016 (CEE) – Dispõe sobre as normas para a modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;

- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Presidência da República) – Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004 (MEC) - Dispõe sobre a oferta e carga horária na modalidade de ensino semipresencial nas disciplinas integrantes do currículo de cursos superiores reconhecidos.
- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 (Presidência da República) – Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Resolução nº 7, de 3 de abril de 2018 - Regulamento de oferta e funcionamento de disciplinas Semipresenciais nos cursos de graduação da Unespar.

2.6 Adequação dos Conteúdos Curriculares

Conforme determinado na última renovação de reconhecimento do curso, e em atendimento à legislação educacional vigente, as seguintes adequações serão realizadas conforme o resumo do quadro abaixo:

Determinações do Parecer 43/2019	Legislação	Forma de Atendimento
Adequação às Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná	Deliberação 04/2013 (CEE)	Temas adicionados à disciplina obrigatória já existente “Geografia e Educação Ambiental”; dialogo interdisciplinar com atividades complementares.
Adequação às Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná	Deliberação 02/2015 (CEE)	Componentes curriculares das disciplinas obrigatórias “História da África e Cultura Afro-Brasileira”, “Sociologia Geral”, “Antropologia Social”, “Cultura Indígena e Populações Tradicionais”, “Geografia e Educação Ambiental” e “História Contemporânea”; tema transversal ao curso e componente de programas de extensão.
Adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais para	Resolução 02/2015	Modificado o Perfil do Egresso, especificando a conjugação do professor-

a formação inicial em nível superior	(CNE/CP)	pesquisador ao transformar o saber acadêmico em ação pedagógica através da atuação na educação básica; ampliado os itens Concepção, Finalidade e Objetivos na relação com o ensino básico, espaço onde o profissional vai atuar; ampliado o foco na identidade do profissional da história como trabalhador da educação básica.
Adequação às Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná	Deliberação 02/2016 (CEE)	Tratamento teórico dado pelas disciplinas obrigatórias de “LIBRAS” e “Didática Geral”; em seu aspecto prático abordado em diálogo com o NESPI e pauta e atividade extensionista.
Adequação à recomendação de redução da evasão	Parecer 43/2019 (CEE/CES); Resolução nº 7/2018 (Unespar)	Semestralização mista; disciplinas na modalidade semipresencial.
Adequação do curso às novas regras de extensão	Resolução 38/2020 (CEPE/Unespar)	Nova regulamentação – disciplinas com carga extensionista e normas para atividades.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1. Justificativa

Em sua mais recente renovação, pautada pelo parecer n° 43, de 10 de abril de 2019 (CEE/CES/PR) e operacionalizada pelo decreto n° 16, de 06 de junho de 2019 (Governo do Estado do Paraná), o curso de licenciatura em História da Unespar/Paranaguá teve seu reconhecimento renovado até a data de 05 de maio de 2023. No entanto, foram determinadas adequações capazes de explicitar o atendimento do curso aos marcos legais recentes nas áreas de educação ambiental (Deliberação n° 04/13-CEE/PR), direitos humanos (Deliberação n° 02/15-CEE/PR), e, educação especial (Deliberação n° 02/16-CEE/PR). Adicionalmente, foram recomendados esforços para a redução da evasão – ainda que reconhecida a realidade nacional do baixo índice de formandos nas licenciaturas – e estabeleceu-se nova normativa sobre as atividades de extenso (Resolução n° 38/20-CEPE/Unespar).

É pela adequação a tais pontos que este projeto se apresenta – em especial ao propor um enfrentamento imediato da evasão, a partir do detalhamento de suas dinâmicas analisadas em extensa pesquisa que o Núcleo Docente Estruturante realizou nos anos de 2018 a 2020. Neste sentido, aguardarmos a data limite para a renovação do curso implicaria no adiamento da implementação de medidas necessárias para promover a retenção de alunos e a consequente elevação de concluintes do curso.

Desta forma, listamos as alterações determinadas, assim como o inadiável enfrentamento à evasão:

A) Educação Ambiental

Seguindo o estipulado pela Lei Federal n° 9.795, de 27 de abril de 1999; o Decreto n° 4.281, de 25 de junho de 2002; e a Resolução n° 2, de 15 de junho de 2012 (MEC/CNE/CP), as licenciaturas nacionais passam a ter papel de destaque na operacionalização da Política Nacional de Educação Ambiental – o que é prontamente adequado ao sistema de ensino paranaense pela Deliberação n° 04, de 12 de novembro de 2013 (CEE/PR).

Com isto, nossa proposta de organização curricular do curso contempla os temas relacionados à educação ambiental no curso já existente de “Geografia e Educação Ambiental”, na listagem das disciplinas obrigatórias. Adicionalmente, o assunto também será abordado no conjunto de temas que compõem as atividades complementares, promovendo

diálogo com demais cursos ofertados pela IES, bem como com diálogo permanente com a sociedade civil da região.

B) Direitos Humanos

Em observação à implementação da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 (MEC/CNE/CP) no sistema de ensino paranaense feita pela Deliberação nº 02, de 13 de abril de 2015 (CEE/CP), o Núcleo Docente Estruturante entende como fulcral a educação em direitos humanos em nosso curso – e, para que ela tenha a justa visibilidade, a organização curricular apresentará este tema como componente explicitamente citado nas ementas de seis disciplinas obrigatórias: “História da África e Cultura Afro-Brasileira”, “Sociologia Geral”, “Antropologia Social”, “Cultura Indígena e Populações Tradicionais”, “Geografia e Educação Ambiental” e “História Contemporânea”.

Adicionalmente, direitos humanos serão tratados como tema transversal para todo o curso, possibilitando aos discentes a integração interdisciplinar – especialmente em diálogo com os demais cursos ofertados pela Universidade, em especial as atividades do CEDH (Centro de Educação em Direitos Humanos), espaço institucional relevante de formação na área de direitos humanos. Dessa forma, o tema também se apresenta como vetor fundamental para a aproximação com a sociedade através de programas de extensão e atividades extracurriculares em contato com a sociedade civil como um todo.

C) Educação Especial

Seguindo o estipulado pela Lei Federal nº 10.436, de 25 de abril de 2002, pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 e pelo Parecer nº 23, de 07 de abril de 2011 (CEE/CES), o curso garante a formação de futuros professores aptos a utilizar a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) através de disciplina obrigatória própria. Da mesma forma, acolhemos discentes portadores de deficiência a partir da estrutura do *campus*, em especial na assistência pedagógica e em tradutores de LIBRAS.

Por outro lado, seguindo o estipulado pela Deliberação nº 02, de 15 de setembro de 2016 (CEE), questões associadas à inclusão educacional são abordadas nas disciplinas obrigatórias de “LIBRAS” e “Didática Geral”, além de seminários e eventos institucionais promovidos pelo Núcleo de Educação Especial Inclusiva (NESPI) da Unespar, bem como

programações realizadas na rede municipal e estadual de educação aonde a temática relacionada à educação de pessoas com deficiência são pautadas.

Adicionalmente, o acolhimento de discentes portadores de deficiência encontra graves limitações físicas, posto que a infraestrutura do *campus*, em especial os acessos às salas de aula, ainda não contam com a acessibilidade mínima adequada aos discentes portadores de deficiências.

Finalmente, em atendimento à Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, o curso buscará oferecer identificação e acolhimento de seus discentes no espectro autista a partir da integração com os demais departamentos e graduações da universidade, em especial o NESPI, responsável pela identificação e acolhimento dos discentes portadores de deficiência, espaço institucional também responsável por instrumentalizar os professores com esta demanda.

D) Evasão

Ainda que reconhecendo a chamada “crise das licenciaturas”¹, a Câmara da Educação Superior do Estado (CES), do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR), observou como baixo o índice de concluintes totais quando da aprovação recente da renovação do reconhecimento do curso – e concluiu que estudos devem ser realizados visando “ações que contribuam para elevar o número de alunos concluintes” (Parecer nº 43, de 10 de abril de 2019 (CEE/CES)).

Contudo, antes mesmo da publicação do parecer, o colegiado do curso já começava a analisar sua evasão, com pesquisa levada a cabo entre março e maio de 2019, quantificando a evasão inicial do curso.

Para tal, foram inicialmente levantadas estatísticas quantitativas de participação no curso nas turmas de 2018 e 2019 – que depois foram analisadas qualitativamente na tentativa de traçar um perfil das desistências. Infelizmente, com o impacto da pandemia de COVID-19 em 2020 e em 2021, especialmente com a excepcionalidade de trancamentos de matrículas estipuladas pelo Memorando nº 34/2020 da PROGRAD/Unespar, a continuidade do levantamento das estatísticas de evasão foi inviabilizada. Não obstante, o já analisado nos

1 PEREIRA, Leoclécio D. S. **Crise nas Licenciaturas e a Luta pela Educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando, 2018.

anos anteriores nos permite esboçar com segurança um quadro de análise, que não deve ser descartado pela ausência de dados adicionais do cenário pandêmico.

D.1) Desistência e Evasão Inicial – Dados Quantitativos

Confrontando-se o registro dos alunos recém-matriculados no curso, os calouros do primeiro ano, com os aprovados ao fim do período letivo, ficam evidentes dois tipos de evasão – alunos que, embora matriculados, nunca chegaram a sequer frequentar propriamente o curso (desistentes) e os alunos que, mesmo tendo frequentado e terminado o primeiro ano, não voltam à faculdade para dar continuidade ao curso (evasão inicial).

Nesse sentido, os dados de 2018 apontam uma grave dinâmica do curso, conforme o gráfico abaixo que apresenta a tabulação dos dados levantados:

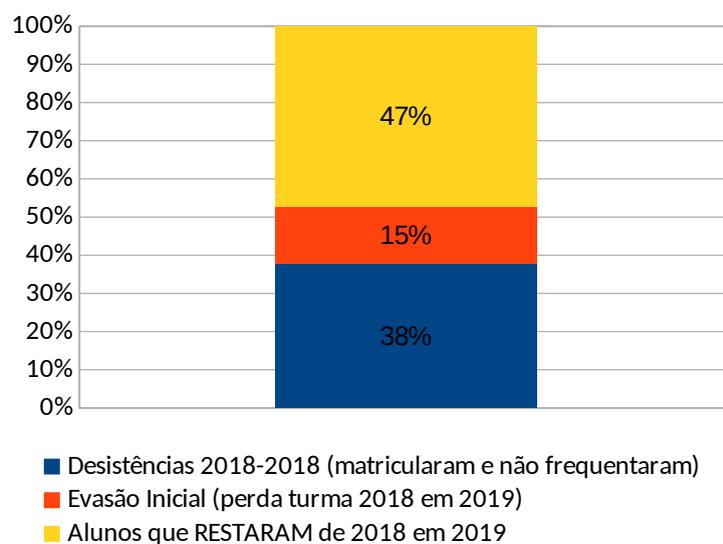


Figura 1: Evasão (2018)

Chama a atenção o elevadíssimo índice dos desistentes da turma de 2018 – 38% dos alunos, embora aprovados no processo seletivo de entrada (seja por vestibular, SISU ou transferências internas e externas), não chegaram sequer a frequentar propriamente o curso.

Essa desistência acaba por gerar um registro formal de alunos sensivelmente diferente da realidade, gerando grande discrepância entre o número de alunos frequentando o curso em relação ao esperado pela listagem oficial de matriculados. Mais ainda, o SIGES apenas identificará as matrículas ativas mas abandonadas consideravelmente depois das desistências – ao menos um ano após elas ocorrerem.

Acompanhando essa desistência, há um elevado índice de evasão entre o primeiro e o segundo ano – 15% da turma de 2018, embora tenha concluído o período letivo, não retorna

para dar continuidade ao curso. Com isso, o mesmo problema dos desistentes se repete – os alunos não formalizam sua retirada do curso, e suas matrículas seguem abertas gerando uma totalização de matriculados no SIGES diferente da real, uma diferença que, mais uma vez, só será corrigida após mais de um ano

Com ambos os fenômenos, desistências e evasões iniciais, apenas 47% da turma de 2018 seguiu ativa no curso em 2019. Ou seja, um encolhimento extraordinário, com mais da metade (53%) dos calouros abandonando o curso em seus primeiros momentos.

Essa dinâmica se repete nos dados da turma de 2019:

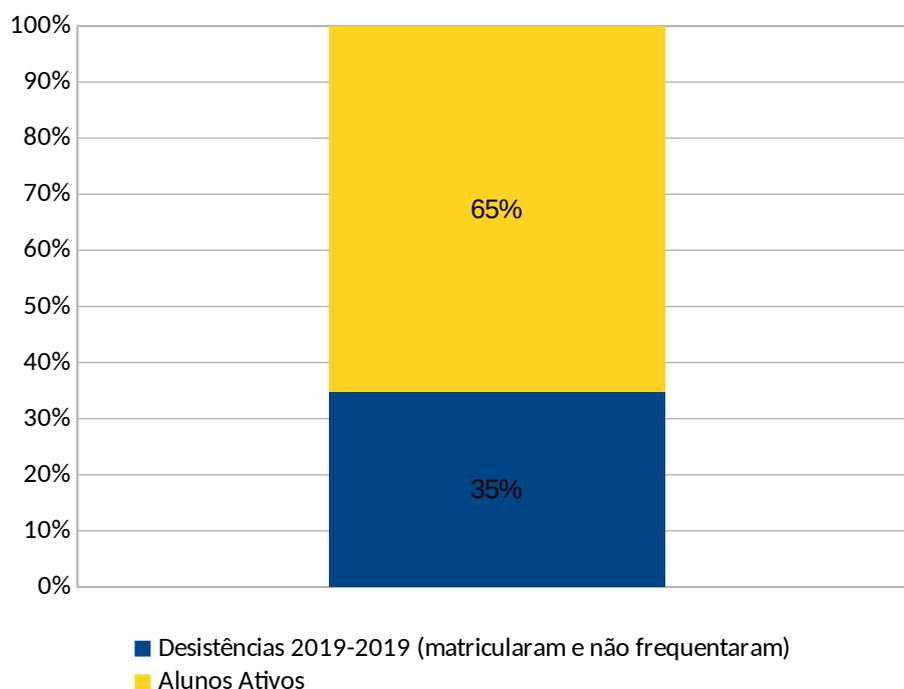


Figura 2: Evasão (2019)

Ainda que apresente um recuo estatisticamente irrelevante de 3 pontos, a desistência se mantém em níveis relevantes – 35% dos calouros matriculados no curso em 2019 jamais frequentaram as aulas. Com isso, pouco mais da metade do curso (65%) permanece, grupo pelo qual ainda incidirá a evasão inicial que, por se manifestar apenas no conturbado ano de 2020, não pôde ser aferida.

Ou seja, temos um quadro consistente em ambas as turmas – menos da metade dos alunos seguem no curso após o primeiro ano.

D.2) Desistência e Evasão Inicial – Dados Qualitativos

Buscando delinear estas estatísticas iniciais, a pesquisa sobre a evasão se desdobrou em uma segunda etapa, na qual cada aluno desistente ou evadido das turmas analisadas, 2018 e 2019, foi entrevistado.

Os contatos, feitos diretamente por telefone em conversas gravadas e arquivadas ou por e-mail e mensagens, foram feitos em abril e maio de 2019 e permitem uma análise qualitativa consistente do quadro de fuga do curso.

Nesse sentido, os desistentes da turma de 2018 identificaram como causa maior de sua retirada do curso:

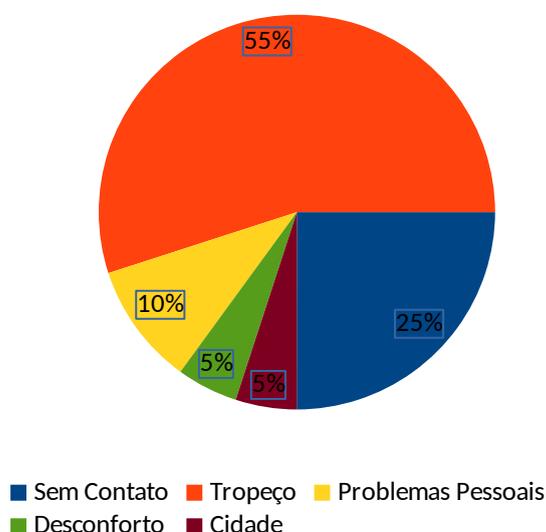


Figura 3: Desistentes (2018)

Ainda que parcela considerável dos desistentes (25%) não tenha participado da pesquisa por não ter sido encontrada a partir de seus dados cadastrais no SIGES, os dados finais são estatisticamente sólidos e apontam alguns problemas específicos.

Parcela marginal dos desistentes, apenas 10% do total de desistentes, explica sua ausência no curso por “problemas pessoais”, um fator sempre esperado nesse tipo de comportamento. No entanto, duas categorias inusitadas pontuam na pesquisa: “desconforto” e problemas no estabelecimento na cidade de Paranaguá, agrupados em “cidade”.

A primeira, ainda que relativamente rara (5%), mostra um desconhecimento fundamental sobre o funcionamento de uma graduação em História. Por outro lado, o item “cidade” se refere ao público que, não sendo da região do litoral paranaense e tendo se matriculado pelo SISU, teve um contato inicial difícil com a cidade de Paranaguá – mais uma

vez, um perfil que poderia ser desconsiderado caso também não se confirmasse em 2019. Nesse grupo, pontuaram alunos que foram efetivamente repelidos em seu primeiro contato com a cidade – com relatos de serem admoestados da violência local, das condições sanitárias da cidade, e até mesmo do desconhecimento da população em sequer identificar onde ou o que é a Unespar.

Finalmente, a estatística principal dos desistentes de 2018 foram relatos agrupados na categoria “tropeço” – a maioria, expressa em 55% dos ex-alunos, creditaram sua desistência ao desânimo de, a partir de uma falha inicial, acompanharem o longo percurso anual da turma. Estão nesse grupo os que, por quaisquer motivos, perderam parte das aulas iniciais ou tiveram um desempenho acadêmico entendido por eles próprios como insuficiente no primeiro bimestre.

O que caracteriza o grupo é, assim, a percepção de que houve uma falha ou incapacidade pessoal logo ao início do curso – um “tropeço” precisamente no primeiro passo de uma longa caminhada, que então seria logo abandonada como uma estratégia de minimização de perdas. Conforme um dos relatos bem exemplificou “*melhor sair e perder um mês que ficar e perder um ano*”.

Inesperadamente, essa mesma lógica se repete nas estatísticas da evasão inicial da turma de 2018:

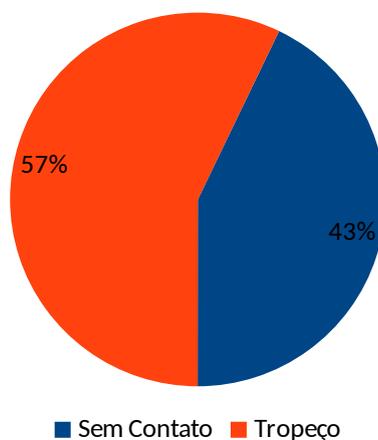


Figura 4: Evasão Inicial (2018-2019)

Como esperado em um grupo que já cursou todo o primeiro ano, a evasão da turma de 2018 em 2019 não apresenta os problemas iniciais grupados nas categorias “desconforto” e “cidade”. E, mais uma vez, a estatística mais relevante é a maioria dos evadidos apontarem o

citado “tropeço”, indicando novamente problemas ao início do ano letivo que, na visão dos alunos, não tornaria possível ou desejável um ano inteiro de esforço continuado ao frequentar o curso. Chama a atenção que, deste grupo, uma parcela considerável expressou nas entrevistas a disposição de eventualmente voltar à licenciatura de História.

Finalmente, a análise da turma de 2019 apresenta as mesmas dinâmicas em ação para as desistências, com estatísticas ainda mais sólidas graças ao universo maior de respondentes – aqui, mais uma vez os esperados “problemas pessoais” aparecem (7%) - e “transporte”, também em 7%, surge pela primeira vez como uma causa de desistência do curso que deve ser acompanhada em pesquisas posteriores.

Entretanto, novamente a maior causa da desistência é o “tropeço” inicial, responsável por 40% das desistências da turma de 2019.

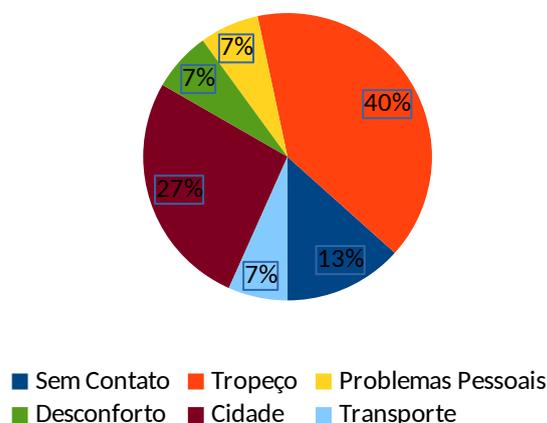


Figura 5: Desistências (2019)

O que vemos é um quadro claro – índices imensos de alunos que sequer acompanham o curso em seu primeiro ano (38% de desistentes em 2018 e 35% em 2019) e taxas expressivas dos que o frequentam no primeiro ano mas não seguem no curso (a evasão inicial, do ano de 2018 para o ano de 2019, é de 15%). Ambas as dinâmicas, da desistência e da evasão inicial, estão diretamente relacionadas à percepção de longa duração do período letivo. Nas entrevistas, ficou evidente que os alunos cogitam inicialmente até mesmo um retorno posterior ao curso – mas, após um ano de espera, sequer lembram da hipótese. Muitos sequer sabendo ainda terem matrículas ativas no SIGES – o que demonstra que o funcionamento interno dos processos formais da Universidade podem ser melhores quando apresentados aos alunos recém-chegados.

Assim, as estatísticas são claras ao apontarem que a periodização do curso é, nos repetidos cenários distintos, a causa principal da perda de alunos, seja na desistência ou na evasão inicial.

D.3) Conclusão: A Semestralização Mista como Estratégia de Enfrentamento à Evasão

Pelas conclusões das pesquisas, dois fatores influem de forma decisiva para a perda de alunos no curso – o “tropeço” inicial e, em menor escala, a hostilidade da cidade com os alunos de fora da região, chegando pelo SISU.

Embora este último fator seja de difícil elucidação, posto que externo à instituição, ainda assim ele comporta medidas paliativas – uma melhor recepção do matriculado, assim como uma apresentação apropriada da Unespar, seus procedimentos internos e seu entorno social, podem ser conjugados com ações de boas-vindas dos próprios estudantes do curso, organizados através de seu DAH. A apropriada recepção dos matriculados pode influir consideravelmente nessa desistência e sugere ações conjuntas da Unespar, do Colegiado de História e do DAH.

Contudo, as estatísticas deixam claro que a maior parte das desistências da turma de 2018 e 2019, assim como da evasão da turma de 2018 durante o ano de 2019, é o chamado “tropeço” inicial, que está diretamente correlacionado à periodicidade do curso – a percepção do aluno de que um longo período acadêmico ainda se seguirá após sua má performance inicial é o ponto-chave da dinâmica.

Repetidas vezes os entrevistados que se encaixaram nessa categoria colocaram o problema como sendo uma contenção de perda, preferindo desistir após um tropeço inicial que esperar inutilmente um ano para tentar novamente a vida acadêmica.

Nesse sentido, a periodização anual do curso deve ser prontamente revista. Ela é a causa subjacente à expressiva perda de alunos nos anos iniciais do curso.

Chama a atenção a periodicidade anual, enquanto os principais cursos de licenciatura em História do Brasil são semestrais – UFF, UFMG, UFRJ, USP, UFPR... todas as IFES apresentam a periodicidade semestral.

Mesmo as universidades estaduais do Paraná apresentam licenciaturas em História com periodização semestral – é o caso da UEL², UEM³, UNIOESTE⁴ e inclusive da Unespar no *campus* de União da Vitória⁵.

Mesmo o regimento da Unespar capacita o curso a ser alterado em sua periodicidade, passando a ser semestral como os principais cursos no país, conforme seu artigo 50 (com grifo nosso): “*A integralização curricular dos cursos de graduação far-se-á pelo regime seriado anual ou regime semestral, de acordo com o Projeto Pedagógico de cada curso nos diferentes campi.*”⁶

A semestralização mista, portanto, não apenas é medida relevante para conter a evasão do curso – ela ainda é claramente permitida pelo regimento em vigor da universidade, além de ser prática corrente nos principais cursos semelhantes.

Adaptando-se o Projeto Pedagógico do curso, a semestralidade tem a capacidade de, sem perda de conteúdo, concentrar os estudos dos alunos, evitando a percepção de um ano perdido em caso de “tropeço” – efetivamente, um aluno que comece seus estudos em fevereiro e perceba sua hiposuficiência em um mês, em março, esperaria apenas dois ou três meses para o início de outro período letivo, em um quadro substancialmente diferente da espera atual de até um ano. O reengajamento quase imediato tem a capacidade de reverter a percepção de inadequação do aluno, tornando o curso muito mais dinâmico e atrativo à participação discente.

Adicionalmente, a semestralização mista permite um contexto mais adequado à gestão da agenda do colegiado, comportando de forma muito mais apropriada licenças e imprevistos – que, hoje, afetam um ano inteiro da formação dos alunos. Por sua vez, esse arranjo oferece uma periodização muito mais apropriada para a pesquisa e em especial para a oferta de disciplinas optativas, entendidas como aprofundamentos verticais em temas pontuais.

Fundamental explicitar, que a semestralização mista implica em rearranjo da estrutura de disciplinas do curso – mas sem implicar em perdas programáticas ou de horas-aula, com

2 UNIVERSIDADE Estadual de Londrina (UEL). Resolução nº 129/2018 (CEPE/CA).

3 UNIVERSIDADE Estadual de Maringá. **Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em História – Campus Ivaiporã**. Disponível na internet no endereço http://www.pen.uem.br/site/public/assets/files/19944F3D475A0C509C267FE117F4A9F8/20210309_172839-historia.pdf, acessado em 20 de agosto de 2021.

4 UNIVERSIDADE Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Resolução nº 307/2017 (CEPE).

5 UNIVERSIDADE do Estado do Paraná (Unespar). Resolução nº 83/2018 (CEPE). 6 de novembro de 2018.

6 UNIVERSIDADE do Estado Do Paraná (Unespar). **Regimento Geral da Universidade Estadual do Paraná**. 5 de Dezembro de 2014.

apenas as disciplinas de 60 horas/aula passando a serem semestrais, enquanto as mais extensas continuam anuais – um regime de oferta de disciplinas, portanto, misto.

Finalmente, a semestralização mista se apresenta como estratégia urgente a partir da análise de nossas estatísticas de evasão – motivo fulcral da atual revisão do Projeto Político Pedagógico. Contudo, sua adoção não implica no abandono de eventuais outras medidas de combate à evasão, sendo apenas a estratégia inicial do Núcleo Docente Estruturante ao lidar com o grave cenário de crise estrutural da “crise das licenciaturas”, em parceria nas ações a serem desenvolvidas pela Unespar e pela Superintendência de Ensino Superior do Estado do Paraná – conforme especificado no parecer nº 43/2019 da CEE/PR, última renovação do curso.

E) Extensão

A readequação deste Projeto Pedagógico também se justifica pela necessidade de inserção das Ações Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC), atendendo ao disposto na Resolução Nº 7/2018 (MEC/CNE/CES), que regulamenta o cumprimento da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei nº. 13.005/2014 e a Resolução 038/2020 (CEPE/Unespar). As atividades de Extensão articulam-se de forma a integrar as ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, a comunicação com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica. Embora ações extensionistas estivessem presentes no Projeto Pedagógico original, não estavam regulamentadas conforme essas normativas. Para atender às novas regras, inserimos no projeto as disciplinas que receberão carga horária extensionista, assim como o regulamento para a realização das atividades extensionistas.

F) Ensino Semipresencial

Readequamos nossa matriz curricular contemplando o ensino semipresencial, entendido conforme definido pela portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, do MEC como “quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrado

na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilize tecnologias de comunicação remota”.

Entendemos o ensino semipresencial como estratégia de supressão das aulas aos sábados, atendendo nossos alunos trabalhadores e também sendo parte de nossas ações no ativo combate à evasão através do uso complementar e pontual de ferramentas de ensino remoto – sem que isso implique, de forma alguma, a alteração do caráter presencial do curso.

3.2. Concepção, Finalidades e Objetivos

A formação de professores de história em diferentes épocas e lugares esteve marcada pelas finalidades da educação e do ensino. Os cursos de história no país tem sua trajetória marcada por um tempo e lugar específicos. Nos anos 1930 e 40 os pressupostos que marcavam a prática dos saberes na época concebida como modelo tecnicista de formação de professores. Padrão esse, fundado na concepção de que a finalidade do ensino consistia na transmissão de conhecimentos. Cabia ao acadêmico, um papel passivo junto aos saberes que lhe era transmitido.

A reforma universitária de 1968 concorreu para o aprofundamento de tal prática modelar. O isolamento entre teoria e prática materializava-se na constituição de espaços separados: um para a formação teórica na área disciplinar e outro para a formação pedagógica, onde a oferta de disciplinas de práticas de ensino (Estágios) ficava a cargo das faculdades ou departamento de educação/pedagogia. Tratava-se do chamado modelo “3+1”, conforme postulado por Cerri⁷, que consistia em três anos de estudos teóricos dedicados à área específica acrescido de um ano de formação pedagógica, ao final dos quais o estudante deveria estar apto ao enfrentamento da sala de aula. Tal padrão, ao estabelecer a distinção entre licenciatura e bacharelado, asseverava a dicotomia ensino e a pesquisa nas Universidades e por sua vez, também na formação de professores.

Assim, academicamente nasciam os licenciados em História. Grupo cuja formação estritamente técnica/pedagógica não lhe permitia o diálogo historiográfico e o conhecimento teórico-conceitual necessário ao ensino escolar. Os bacharéis, por sua vez, consistiam em um grupo seletivo, ou seja, sujeitos aparelhados para a produção do conhecimento. A esse grupo cabia então a investigação, a análise, a problematização das fontes e enfim, a escrita da História.

Por sua vez, disciplinas, tais como a didática da história definia-se fora dos estudos históricos, já que ministrados por profissionais da área pedagógica. A essa disciplina acadêmica, coubera nesse contexto, o estatuto de uma disciplina voltada para as chamadas técnicas pedagógicas. Contudo, desde a década de 1930, os debates acerca da inclusão da pesquisa no campo da formação de professores já eram recorrentes. Contudo, somente a partir

⁷ CERRI, Luis Fernando. A Formação de Professores de História no Brasil: Antecedentes e Panorama Atual. In **História, Histórias**. Brasília, vol. 1, nº 2, 2013. p. 167-186.

dos anos 1960 e 1970 é que emergem estudos que apontavam para a superação da dicotomia ensino-pesquisa, modelo esse que instaurava dada racionalidade técnica na formação de professores. Nesse contexto, as pesquisas desenvolvidas por Lawrence Stenhouse e John Elliott acabaram por desencadear um movimento que apregoa ‘professores como pesquisadores’, em oposição àquelas visões anteriores. (PEREIRA, 2001).

Após a ditadura civil-militar, as transformações processadas no ensino de história somaram-se às mudanças historiográficas, às novas concepções sobre a formação docente e os saberes escolares e à nova regulamentação dos sistemas educativos que incidiu diretamente nos conteúdos, objetivos e métodos de ensino. A publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997-1998) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (2002) estimularam discussões na Universidade Pública sobre a necessidade de reformulação e flexibilização da formação docente, visando assim o aprimoramento da formação docente.

As novas concepções pedagógicas acrescidas das novas exigências curriculares propalava um ensino de história que viesse a contribuir na formação de sujeitos críticos transformadores da realidade. Agentes na solução de problemas de sua comunidade, na luta pela valorização do patrimônio sociocultural próprio e de outros povos, no respeito às diferenças culturais, visando evitar qualquer tipo de discriminação e exclusão social, eis o perfil do novo profissional da educação propalado pela política governamental da época (BRASIL, 1998).

Nesse enredo, os anos 1990 colocaram na mesa a preocupação com a cidadania, expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais, vincada pela convicção de que o indivíduo deve se compreender como sujeito atuante nos processos políticos, em todos os níveis de ação social e de governo. A existência dessa preocupação evidencia tanto a estranheza e o distanciamento de grande parte da sociedade brasileira em relação à democracia, quanto o fato de que tal princípio ainda merece ser legitimado. De lá para cá assistimos mudanças na sociedade brasileira, ao passo que as propostas educacionais se mantêm as voltas com a promoção da consciência, dos direitos e da participação política.

Destarte, enquanto os Parâmetros Curriculares Nacionais preconizam consciência, direitos e participação política, estes são solapados pela violência que o Estado brasileiro, e



também de setores neoliberais que promovem discursos em prol da falência da educação pública ameaçando esse direito constitucional a pouco conquistado em nossa história recente.

Essa situação paradoxal faz que o aprimoramento da democracia no Brasil dependa, por um lado, de maior persistência no tempo e, de outro, do atendimento de muitas necessidades sociais, decorrentes, por exemplo, da imensa desigualdade e da extrema concentração de renda. Entre essas necessidades figura, também, uma necessária pedagogia democrática e democratizadora do Estado e da sociedade, indutora de valores e comportamentos e que lhes dê consistência e robustez histórica.

A percepção e a compreensão dessas dificuldades que insistem em obstaculizar as mudanças sociais, necessárias ao enraizamento da democracia no Brasil, necessitam ser alcançadas por pensamentos e práticas críticas, persistentes e rigorosas. Construir um novo PPC é indagar a respeito dos limites e das possibilidades da cidadania e da democracia no Brasil e submeter a uma rigorosa apreciação crítica a formação dos futuros professores-pesquisadores. Fazer do Curso de História da Unespar – Campus de Paranaguá um empreendimento renovador e que se efetive na teia do tripé ensino-pesquisa-extensão que sedimenta a Universidade.

Ou seja, novas demandas para a cidadania, do sujeito pensante e participativo, que confere aos estudantes e, também, aos professores, uma posição ativa, reflexiva, dialógica e produtiva diante dos conhecimentos a serem apreendidos na educação básica, foram as questões propositivas daquelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (Resolução nº 02, de 1º de julho de 2015 (MEC/CNE/CP)).

No Brasil, essa proposta de formação é recente, e podemos dizer que ainda está em processo. Da mesma forma, ainda caminhamos para a legitimação de ações educativas que realmente façam a diferença, que permitam aos acadêmicos o pensamento crítico, valendo-se de uma sólida formação, pretendemos esse professor-pesquisador como agente empoderado por uma base historiográfica e conceitual sólida, forjada em um ambiente acadêmico plural, democrático e laico. Tais princípios pressupõem professores que se constroem em pesquisadores por uma prática que nasce de ‘um lugar’ específico que é o campo da história.



Os professores, são agentes de criação inseridos em um campo e, portanto, lugar, conforme os postulados de Certeau⁸ e Bourdieu⁹. Esses sujeitos criativos sistematizam novas ações educativas, recriando, assim, os conteúdos do ensino, como sendo o produto de um discurso histórico e não a totalidade da verdade. Entendendo os conteúdos como narrativas historiográficas e suas ações como práticas sociais engendradas em meio às regras do campo historiográfico, concorrem assim, para a desnaturalização das verdades inseridas nos livros didáticos, por exemplo. Nesse movimento, pretendemos um profissional da educação forjado pelo conceito de “professor pesquisador” e “professor reflexivo” que compreenda e atue na fabricação dos saberes históricos do nosso tempo presente. É, portanto, com base no coletivo das colocações até aqui destacadas e também com base na concepção de que a Universidade é “campo de saber científico”, “espaço democrático e de direitos”, “lugar para a luta em prol da equidade de gênero”, “ambiente de laicidade”, de “combate aos racismos”, e locus de identidades plurais e portanto de legitimidade aos direitos humanos que o Colegiado propõe revisar o PPC para esse coletivo de bandeiras, sempre políticas, da contemporaneidade.

Foi ainda no bojo das prescrições da LDB e dos PCN’s, que o Projeto Pedagógico de Curso da Licenciatura em História da Unespar – Campus de Paranaguá se reformula, e acrescenta o compromisso de formar professores-pesquisadores para atuação na educação básica voltada para formação de cidadãos plurais e, portanto, como sujeito de direitos como porta de entrada para o fortalecimento e a qualificação da universidade pública como núcleo dinâmico de reflexão crítica, de pesquisa e de atuação na comunidade.

O Campus de Paranaguá, unidade que abriga o curso de história que apresentamos, se insere em uma região geográfica que congrega sete municípios do litoral paranaense e conta com uma população de cerca de 300 mil habitantes. Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, compreendem o coletivo dessa municipalidade, a qual tem como principais fontes econômicas as atividades portuárias, praiano-turísticas, agricultura e pesca. Em relação ao município de Paranaguá, destacam-se aquelas atividades ligadas á sua estrutura portuária.¹⁰ Na área da educação básica, em dados de 2015, a região do litoral paranaense conta com 341 matrículas em escolas federais, 30 mil

8 CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense: Universitária, 1982.

9 BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. Tradução de Cássia Silveira e Denise Pegorim. SP, Brasiliense, 2004.

10 INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Perfil da Região Turística Litoral do Paraná**. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=977&btOk=ok>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

em escolas estaduais, 31 mil em escolas municipais e apenas 9 mil na rede particular de ensino¹¹, distribuídas por 200 escolas municipais, 61 estaduais e 61 particulares¹² - dados que a grande maioria da população da região depende exclusivamente do ensino público. Adicionalmente, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos sete municípios que compõem o litoral paranaense não se encontram entre os melhores do estado – Parangará é o 32º do ranking de 399 municípios (com IDH de 0,750); Matinhos o 50º (com IDH de 0,743); Pontal do Paraná o 64º (com IDH de 0,738); Guaratuba o 144º (com IDH de 0,717); Antonina o 277º (com IDH de 0,687); Morretes o 285º (com IDH de 0,686); e Guaraqueçaba o 396º (com IDH de 0,587).¹³

Para termos clareza das dimensões intervencionistas quer seja no ensino, na pesquisa ou nas ações extensionistas é fundamental que reconheçamos essa realidade social e econômica. Essa marca de sociedade não pode ser ignorada, pois ao mesmo tempo em que nos dá o limite geográfico, também indica a dimensão das novas ações educativas a serem empreendidas nesse novo PPC. A Universidade e o Curso de História da Unespar - Campus de Paranaguá deverá assumir que é parte dessa realidade e que nela deve intervir.

É indiscutível que se lance no enfrentamento dessa realidade com ações visando o empoderamento de sua coletividade. Para tanto, o curso de história deve caminhar na direção das demandas sociais de seu território litorâneo. Para tanto, na esteira do PPI da Unespar, o PPC assume uma perspectiva que abriga a realidade da classe trabalhadora, a multiplicidade das necessidades sociais e as múltiplas identidades que perfilham seus sete municípios de abrangência. Para tanto, a aproximação com as realidades escolares e das comunidades local e regional, devem ter no PPC o encontro para o desenvolvimento de projetos educativos vinculados às demandas sociais da coletividade envolvida na área de abrangência do Curso de História da Unespar - Campus de Paranaguá.

O acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior dependem de vários fatores. Em primeiro lugar, depende de uma política pública consistente que garanta o

11 SINDICATO das Escolas Particulares do Paraná (Sinepe/PR). **Matrículas na Educação Básica na Rede Privada no Paraná (2012 a 2015)**. Disponível em

<<http://www.sinepepr.org.br/estatisticas/estatisticas.html>>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

12 SECRETARIA de Educação do Paraná. **Consulta Escolas**. Disponível em

<<http://www4.pr.gov.br/escolas/frmPesquisaEscolas.jsp#>>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

13 INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Segundo os Municípios do Paraná – 1991/2000/2010**. Disponível em

<http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/IDHM_municipios_pr.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

transporte escolar gratuito, especialmente para os alunos que se deslocam de outros municípios da região para o município de Paranaguá. Hoje esse transporte depende da boa vontade das Câmaras Municipais e das Prefeituras da região e a Unespar – Campus de Paranaguá está em constante diálogo com essas prefeituras para que haja continuidade no serviço de transporte, porém a continuidade do serviço sempre é colocada em questão, gerando apreensão nos alunos que dele dependem.

Outra questão fundamental para garantir a permanência dos estudantes no ensino superior é a existência de um restaurante universitário que garanta refeições balanceadas a um preço subsidiado. Embora seja uma reivindicação antiga, infelizmente o Campus de Paranaguá não conta com um restaurante universitário. Também se faz necessário um programa consistente de moradia estudantil, pois com o acesso à Unespar pelo ENEM, muitos estudantes de regiões distantes se veem obrigados a arcar com os custos proibitivos de moradia, o que acaba contribuindo para a evasão.

Dentre as ações voltadas ao acesso e permanência dos estudantes no ensino superior considerando o público atendido pela Unespar ser majoritariamente de alunos trabalhadores podemos destacar as seguintes ações do Curso de História da Unespar – Campus de Paranaguá:

1. Buscar a eliminação das aulas aos sábados, pois muitos alunos trabalham nos sábados e não podem frequentar, esse fato tem contribuído para o aumento da evasão.
2. Incentivo ao desenvolvimento de projetos de Iniciação Científica, Iniciação à Docência e Extensão com bolsas, que ajudem a manter os alunos no Curso.
3. Incentivo ao Programa de Monitoria Acadêmica no máximo de disciplinas, com ênfase naquelas disciplinas que o Colegiado do Curso de História da Unespar – Campus de Paranaguá entender mais necessário.

Como parte desse processo coletivo de pensar a prática docente, acreditamos na viabilidade e necessidade de inserir reflexões acerca das diversidades culturais, compreendendo que as formas de fabricações do meio social, político e econômico são processos sociais que se engendram em meio a tensões e conflitos. Do mesmo modo visamos às questões étnico-raciais, dialogando com as diferentes práticas culturais, ou seja, crenças,

hábitos, costumes, valores diversos e díspares da realidade cada vez mais dinâmica e fluida. Ao abordar tais temáticas com vistas à compreensão de seus processos constitutivos visamos fomentar a prática da tolerância e alteridade entre a coletividade acadêmica.

Para maior dinamização desse entrecruzamento, propõe-se a organização de uma matriz curricular flexível que atenda às novas tendências historiográficas, o enfrentamento do multifacetado mercado de trabalho e à profissionalização do professor-pesquisador, sujeito a quem se dirige o curso.

É, pois, necessário engendrar a articulação entre o ensino-pesquisa-extensão, implantar um processo de trabalho que leve à criação, consolidação e desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, tendo em vista a dinâmica social em que o curso se insere: população litorânea trabalhadora e plural. Definir-se-ão, também, conteúdos com respectivas metodologias adequadas à nova matriz curricular, às novas disciplinas de ordem legal e aos pressupostos da essencial integração ensino-pesquisa-extensão.

Com esses e os demais expedientes acima destacados pretendemos eliminar a falaciosa separação entre licenciatura e bacharelado; a Universidade deve formar o professor/historiador capaz de atuar em todo e qualquer campo em que o conhecimento de História deva ser aplicado, elaborado e reelaborado; conforme a necessária de superação da distância entre ensino, pesquisa e extensão, coerente com um novo perfil do curso que se quer e com a inerente ligação entre o saber e o ser plural que se desdobra na ligação entre o conhecer e agir, teoria e prática, discursos históricos (conteúdos) e técnicas.

A “prática como componente curricular” deve, portanto ser contemplada no rol das disciplinas como porta de entrada para a pesquisa com fontes históricas, materiais didáticos e práticas de ensino de história. A pesquisa em arquivos históricos, o levantamento e análise de documentos históricos, a criação de sites/acervos/museus/repositórios digitais, a análise de livros didáticos, a observação de aulas de história na Educação Básica e a elaboração de planos de aula e materiais didáticos são atividades que pretendemos desenvolver no âmbito das disciplinas em prol da formação de professores-pesquisadores capazes de produzir conhecimentos históricos (acadêmicos e escolares) e também problematizar os processos de ensino e difusão dos discursos históricos na sociedade. Da mesma forma, além da “prática como componente curricular”, presente no programa das disciplinas do curso de graduação

história da Unespar - Campus Paranaguá, o Conselho Nacional de Educação (CNE, 2015) estabeleceu normas para o Estágio supervisionado.

Diante das demandas de nosso tempo presente, portanto, visamos à implantação de processos de criação de saberes e, que esses saberes, levem à criação, consolidação e desenvolvimento de atuação na extensão universitária; a criação de linhas de pesquisa, voltadas para as demandas regionais sem perder de vista é claro, a história do próprio pesquisador. Desse modo, o novo PPC propõe um novo currículo que corresponde ao que as Diretrizes estabelecem como a “prática como componente curricular”.

Objetivos:

Visando a formação dos profissionais do ensino de história comprometidos com um projeto político, pedagógico e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação, (Resolução N° 2, de 1° de Julho de 2015), o Curso de História da Universidade Estadual do Paraná, Unespar - Campus de Paranaguá tem como objetivos:

- Desenvolver o professor-pesquisador, sujeito forjado pela articulação entre a teoria e a prática fundado, portanto no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Formar o professor-pesquisador, como trabalhador da educação básica, profissional da história com condições de desenvolver habilidades para trabalhar com as mais variadas fontes documentais (textuais, iconográficas, cartográficas, audiovisuais, etc.), sejam como objetos de pesquisa histórica ou como recursos didáticos escolares;
- Constituir o professor-pesquisador como sujeito que conhece as interpretações historiográficas das chamadas escolas historiográficas, de modo a interpretar os discursos no interior das narrativas históricas e pedagógicas como uma narrativa historiográfica enredada na teia própria de sua temporalidade;



- Trabalhar em prol do desenvolvimento de um professor-pesquisador que transite pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento construindo uma prática transdisciplinar;
- Desenvolver a produção do conhecimento e sua difusão nos espaços acadêmicos, mas também em Instituições de ensino, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural, possibilitando múltiplas formações em formas de extensão universitária que caracterizam a formação desse profissional, o professor-pesquisador;
- Convergir para a formação do professor-pesquisador como aquele que reconhece que as manifestações culturais como um universo de atividades representativas da vida social e econômica da comunidade, não apenas no que se refere às tradições, como também às formas de incorporação, interpretação e recriação de padrões de comportamento.



3.3. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

Um dos importantes componentes que norteiam essa reformulação considera como essencial a superação da dicotomia ensino-pesquisa e ensino-extensão, noção clássica que parte da separação tida como intrínseca entre o professor que trabalha em sala de aula, o pesquisador que mergulha em livros, documentos, arquivos (bacharel) e do extensionista envolvido com a comunidade; a falta de entrosamento entre os três níveis de ensino, através da adequação dos conteúdos das disciplinas a um novo profissional de História. Deste modo, a nova proposta assume um modo peculiar ao articular tais conteúdos com a produção historiográfica e com os múltiplos diálogos que a história estabelece com outras ciências.

Com efeito, a concepção de ensino superior disposta no artigo 207 da Constituição Federal, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, consagra uma luta histórica dos movimentos sociais (de educadores, de docentes, da comunidade científica, de estudantes e da sociedade civil organizada em geral) em defesa da liberdade acadêmica e de autogestão.¹⁴ Tão logo aprovada Carta Constitucional de 1988, no entanto, inúmeras foram as tentativas de retirar o art. 207, através de emendas constitucionais, uma vez que o padrão de qualidade exigido por este artigo feria interesses políticos e econômicos tanto dos setores públicos como privados. Embora frustradas essas tentativas, a Lei de diretrizes e Bases da Educação, já estabelecia no ano de 1996 a bandeira da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão como pressuposto básico para uma nova dimensão de currículo, cuja flexibilização surge como uma necessidade.

Por sua vez, o debate sobre a importância da flexibilização curricular no âmbito da Educação Superior tem importantes referências. Dentre elas, a análise sobre a dimensão que assumem os currículos, pressupondo o emprego de uma dinâmica flexível, na qual a interdisciplinaridade e a participação do estudante são fundamentais para a construção da formação crítica e investigativa, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população brasileira e para a conquista da cidadania plena (Art. 53, LDB 1996). Destarte, uma nova estrutura curricular que abandone as práticas vigentes de caráter instrucionista, o número excessivo de créditos e de disciplinas encadeadas deve ser enfrentado de frente a fim de levar

14 CATANI, Afrânio Mendes. OLIVEIRA, JF de. A educação Superior. In **Organização do Ensino no Brasil: Níveis e Modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002. v. 2, p. 73-84.

a cabo não só as prescrições da referida lei, mas também para contemplar as problemáticas de nosso tempo presente.

É fato que além da definição do conceito de extensão, a flexibilização curricular já era um tema de discussão, no tocante à inserção dos estágios curriculares como atividade extensionista.¹⁵ Essa questão não pode ser omitida no novo processo de criação do Projeto Pedagógico para o curso de História da Unespar – Campus Paranaguá posto que, ensino, pesquisa e extensão, em sua dimensão utópica, temporal e histórica, tem um papel enorme enquanto horizonte que nos move em direção a um projeto de Instituição socialmente referenciada, podendo constituir-se em instrumento teórico e político a orientação da prática social, na busca pela emancipação da sociedade e da Universidade atual.

A legislação federal estabelece um conjunto de componentes curriculares fixos, mas, ao mesmo tempo, possibilita a inserção de outros, com caráter optativo, que podem ser desdobrados em disciplinas, compondo o currículo pleno. Assim sendo, a estrutura curricular prevê o ordenamento da matriz em disciplinas obrigatórias e tópicos especiais. Estes tratam de temas a serem ofertados segundo as linhas e projetos de pesquisa, os quais se veiculam aos docentes do Colegiado do Curso de História da Unespar, Campus de Paranaguá, o que se traduz numa possibilidade de flexibilização curricular. Tal processo dar-se-á por meio de projetos e atividades de pesquisa, ensino e extensão, situações que permitam aos professores e alunos interagirem no trabalho de produção histórica. Essa estrutura pretende ainda possibilitar ao aluno complementar sua formação, enriquecer seu currículo com disciplinas que ele buscará no elenco das ofertas de outros cursos da Universidade.

A Instituição deve assegurar que o acadêmico possa cursar disciplinas em áreas correlatas de modo a consolidar a interlocução com outras áreas de conhecimento. Ademais, como a construção da História não pressupõe, necessariamente, uma linearidade, esta proposta também se pauta por indicar que algumas disciplinas sejam ofertadas com pré-requisitos.

Os conteúdos básicos e complementares do curso de História da Universidade Estadual do Paraná, Unespar - Campus de Paranaguá observando as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação, os interesses da Instituição, os critérios de

15 MINISTÉRIO da Educação. **Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Brasília: MEC/SESu, 2006. p. 22.

flexibilização curricular e a necessidade da formação do professor-pesquisador que se organiza em torno de:

- a) Conteúdos históricos/historiográficos e práticas de ensino-pesquisa, sob diferentes matizes e concepções teórico-metodológicas, tem seus recortes preservando as especialidades constitutivas do saber histórico e estimulando, simultaneamente, a produção e a difusão do conhecimento.
- b) Conteúdos que permitam tratamento especializado e maior verticalidade na abordagem dos temas, resguardadas as especificidades de cada saber e os diálogos com o campo da história.
- c) Conteúdos complementares que forneçam instrumentação, permitindo o atendimento de demandas sociais dos profissionais da área, apresentados em forma de programas, semanas de estudos, tópicos especiais, projetos extensionistas integrados às disciplinas, grupos de estudos, dentre outras.

Fica prevista a utilização da modalidade de ensino semipresencial como estratégia de supressão das aulas aos sábados, atendendo nossos alunos trabalhadores e também sendo parte no ativo combate à evasão através do uso complementar e pontual de ferramentas de ensino remoto – sem que isso implique, de forma alguma, a alteração do caráter presencial do curso.

A modalidade semipresencial de ensino é definida, pela portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, do MEC como “quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrado na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilize tecnologias de comunicação remota”. A mesma portaria define que a oferta de atividades semipresenciais observará até 20% da carga horária total do curso (§2), i.e. 640 h, distribuídas nas disciplinas conforme demonstrado na matriz curricular do curso.

Com isso, o modelo de ensino semipresencial se diferencia substancialmente do modelo de Ensino a Distância (EaD), cuja totalidade didático-pedagógica tem como base o uso exclusivo de tecnologias de comunicação remota assíncronas (conforme o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017).

As atividades semipresenciais serão ministradas de forma virtual, embora avaliadas presencialmente, a partir das plataformas oficiais da Unespar – e observando-se as disciplinas que as permitam e devidamente listadas em nossa matriz curricular, obedecendo à regulamentação geral do curso.

A curricularização da extensão parte do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão previsto no art. 207 da Constituição Federal de 1988. Desde então, uma série de documentos oficiais tem retomado essa questão, tais como a concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9.364/1996) e a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (Anexo da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014), que estabelece: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. A curricularização da extensão no currículo do curso está ancorada na Resolução 038/2020 – CEPE/Unespar, que, por sua vez, atende ao disposto na Resolução N° 7/2018 – MEC/CNE/CES.

As Diretrizes da Política Nacional de Extensão estabelecida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, procuram direcionar os esforços para o fortalecimento da extensão nas universidades públicas brasileiras. São cinco diretrizes: 1. Impacto e transformação social; 2. Interação dialógica; 3. Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; 4. Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; 5. Impacto na formação do estudante: “a participação dos estudantes nas ações de Extensão Universitária deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização dos créditos logrados nas ações de Extensão Universitária”.¹⁶

As atividades de Extensão articulam-se de forma a integrar as ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, a comunicação com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica.

¹⁶ FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. p. 19.

A curricularização da Extensão é implantada no Curso de História do Campus de Paranaguá por meio da adoção de um conjunto de “Ações Curriculares de Extensão e Cultura – ACEC”, que serão desenvolvidos ao longo da formação acadêmica.

O objetivo das ACEC é a formação integral do estudante, a partir da interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com questões presentes no contexto social. Dessa forma, as ACEC permitem a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular.

As metodologias de ensino e os procedimentos metodológicos do Curso de História da Unespar – Campus de Paranaguá devem estar adequados ao perfil de professor–pesquisador que se pretende formar. Nesse sentido, as metodologias de ensino deverão contemplar o constante diálogo entre a teoria e a prática, ou seja, a prática como componente curricular.

As práticas de pesquisa em história e ensino de história como componente curricular deverão visar, tanto quanto possível, a formulação de projetos inter e multidisciplinares, nos quais os acadêmicos possam estabelecer tanto relações entre os conhecimentos adquiridos nas diversas disciplinas do Curso de História, como estabelecer relações com os acadêmicos e disciplinas de outros cursos da Unespar e também de outras Instituições de Educação Básica e Superior. Essa perspectiva de um ensino inter e multidisciplinar possibilita uma formação acadêmica ampliada e enriquecida pelas experiências e visões outras, que não somente aquelas do próprio curso ou disciplina.

Os acadêmicos deverão colocar em prática os conhecimentos teóricos apreendidos em três frentes principais:

1. A formação na prática docente que deverá ser realizada nos estágios supervisionados, nos projetos, trabalhos e seminários promovidos pelos professores em suas respectivas disciplinas e nos eventos promovidos dentro e fora do Colegiado, possibilitando, sempre que possível, a formulação de projetos inter e multidisciplinares.
2. A formação na prática da pesquisa em história e ensino de história e que deverá ser realizada na produção de trabalhos e projetos para as diversas disciplinas do curso e na



produção de um Trabalho de Conclusão de Curso em forma de artigo científico que deverá ser submetido a um processo de orientação, qualificação e finalmente defendido perante uma banca de professores, possibilitando, sempre que possível, a formulação de projetos inter e multidisciplinares

3. A formação na prática extensionista, por meio da sensibilização para atuação na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira. Tal formação se dá pela atuação em ações extensionistas desenvolvidas no âmbito das disciplinas do curso e em projetos individuais, inter e multidisciplinares.



3.4. Avaliação de Aprendizagem

A forma de avaliação do processo de ensino e aprendizagem contemplará dois aspectos. O primeiro aspecto é a avaliação do processo de ensino e aprendizagem interno empreendido pelo próprio professor. Como o curso contempla aspectos teóricos e práticos, também os processos de avaliação da aprendizagem deverão contemplar os aspectos teóricos e práticos da aprendizagem.

O professor responsável pela disciplina poderá lançar mão dos métodos de avaliação do processo de ensino e aprendizagem que julgar adequados para a respectiva disciplina, desde que tenha feito a devida discussão prévia com a turma do plano de ensino da disciplina que deverá ser apresentado aos alunos ao início do curso.

Além da avaliação do processo de ensino e aprendizagem interno a cada disciplina, os professores que desenvolverem projetos inter e multidisciplinares, deverão proceder avaliações também inter e multidisciplinares, congregando no processo avaliativo as diversas questões relativas às disciplinas e processos de construção do conhecimento teórico e do desenvolvimento prático concernentes ao projeto proposto.

Adicionalmente, as atividades extensionistas ofertadas como integrantes das cargas horárias de disciplinas serão consideradas componentes curriculares obrigatórios para o cumprimento das mesmas.

O segundo aspecto da avaliação do processo de ensino e aprendizagem é a avaliação externa, que será contemplada pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) ou qualquer outro processo de avaliação externa equivalente, o qual deverá ser objeto de atenção por parte do Núcleo Docente Estruturante do Curso de História.

O acadêmico do Curso de História da Unespar – Campus de Paranaguá terá um mínimo de 04 (quatro) anos e um prazo máximo de 06 (seis) anos para integralizar o curso.

O PPC do Curso de História da Unespar – Campus de Paranaguá também deverá estar em constante processo de avaliação e autoavaliação. A avaliação do PPC deverá ser efetuada pela sua divulgação e discussão pelos acadêmicos do Curso de História. Essa divulgação e discussão poderá ser realizada através de enquetes com os acadêmicos e também através das

discussões que os professores poderão realizar em suas respectivas disciplinas sobre o PPC do Curso de História.

A autoavaliação será efetuada pelo Núcleo Docente Estruturante a partir das demandas surgidas das discussões internas de docentes e discentes. Levará em conta também as demandas surgidas no interior da Unespar colocadas pelos cursos afins através da PROGRAD, pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e pelo Projeto Político Institucional (PPI). Também deverão ser consideradas as mudanças da legislação e as transformações teóricas e metodológicas no campo historiográfico e pedagógico.

3.5. Perfil do Profissional – Formação Geral

A atualização do Projeto Pedagógico do Curso mantém o perfil profissional definido pelo parecer MEC/CNE/CES nº 1.301/2001, assim como a resolução MEC/CNE/CP nº 2/2015. Adicionalmente, objetiva a formação de educadores éticos, conscientes da perspectiva socioambiental e defensores da democracia, com o respeito à diversidade étnica, cultural e a biodiversidade, visando a construção de uma sociedade justa. Para isso, o profissional formado pelo curso deverá ser capaz de:

- Atuar na educação básica** como um professor-pesquisador, o qual transforma o saber acadêmico em ação pedagógica através da prática de ensino. Neste sentido, sendo capaz de promover consciência crítica e atitude historiadora junto ao ambiente escolar através de ações pedagógicas fincadas nas demandas contemporâneas;
- Participar do planejamento escolar** e colaborar na realização de atividades culturais, sociais e educacionais que envolvam a comunidade escolar e seu entorno, também de forma transdisciplinar;
- Dominar os conteúdos** específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- Demonstrar consciência da diversidade**, respeitando as diferenças de natureza ambiental, ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras (conforme a Resolução do MEC/CNE/CES N° 2/2015);
- Enfrentar questões educacionais**, com postura investigativa, integrativa e propositiva em

face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

-Construir práticas pedagógicas que favoreçam o acolhimento e a inclusão de seus alunos a fim de garantir um ambiente educacional propício ao trato da diversidade humana (conforme a Deliberação nº 02/2016-CEE/PR);

-Valorizar a perspectiva intercultural, as cosmologias e epistemologias dos saberes e conhecimentos (conforme as Lei 10.639/2003 e 11.645/2008) e os princípios de igualdade, diversidade e equidade, conforme prescritos na BNCC e nas demais legislações congêneres no Estado do Paraná (tais como a Deliberação nº 02/15-CEE/PR e a Resolução CNE/CP nº 02/15);

-Responder as demandas apresentadas na educação básica nas modalidades da educação ambiental de tal sorte a valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e reconhecer os saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído (conforme a Determinação nº 04/13-CEE/PR e a Resolução CNE/CP nº 02/15).

-Interagir de forma dialógica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com questões presentes no contexto social. Um profissional cidadão, marcado e constituído pela vivência dos seus conhecimentos.

4. ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO (HORAS-RELÓGIO)¹⁷

Desdobramento das Áreas/Matérias Em Disciplinas			
Área/Matéria	Código	Disciplinas	C/H
1. De Formação GERAL (de acordo com a diretriz nacional)	01	História Antiga	135
	02	História Medieval	145
	03	História Moderna	145
	04	História Contemporânea	115
	05	História do Brasil I	80
	06	História do Brasil II	90
	07	História do Brasil III	60
	08	História do Brasil IV	60
	09	História do Paraná	150
	10	História da América I	60
	11	História da América II	60
	12	História da África e Cultura Afro-Brasileira	90
	13	Introdução aos Estudos Históricos	60
	14	Teoria e Metodologia da História I	60
	15	Teoria e Metodologia da História II	60
	16	Metodologia do Ensino de História	90
	17	Memória, Identidade e Patrimônio Histórico	60
	18	Cultura Indígena e Populações Tradicionais	90
	19	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	60
	20	Geografia e Educação Ambiental	90
	21	Geografia Humana e Política	90
	22	Geografia do Brasil	90
	23	Introdução à Filosofia	60
	24	Antropologia Social	90
	25	Sociologia Geral	60
	26	Metodologia da Pesquisa e Extensão	60
	27	Didática Geral	90
	28	Psicologia da Educação	60
	29	Políticas Educacionais	60
Subtotal			2420

2. De formação DIFERENCIADA (Forma o perfil específico de cada <i>campus</i>)	30	Libras; Educação Ambiental incluída na ementa da Disciplina de Geografia e Educação Ambiental; Educação para os Direitos Humanos incluída na ementa da Disciplina de Sociologia Geral; Cultura Afro-Brasileira e Africana incluída na ementa da Disciplina de História da África e Cultura Afro-Brasileira Educação para as Relações Étnico-Raciais incluída nas ementas das Disciplinas de Cultura Indígena e Populações Tradicionais e História da África e Cultura Afro-Brasileira	60
-----------------------------------------------------------------------------------	----	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

¹⁷ Para a carga horária em horas-aula, deve-se multiplicar as cargas horárias da tabela por 50 e dividi-las por 60.

		Educação para Relações de Gênero incluída na ementa da Disciplina de Antropologia Social.	
Subtotal			60

3. Disciplinas Optativas (opção individual, escolhida pelo aluno dentre as disciplinas ofertadas pelo curso)	40	Optativa I	30
	41	Optativa II	30
Subtotal (neste campo, apesar do PPC elencar um rol de disciplinas optativas, o subtotal deve considerar apenas o exigido para cumprimento da carga horária do curso por cada estudante)			60

Estágio e TCC	42	Estágio Supervisionado de História I	200
	43	Estágio Supervisionado de História II	200
	44	Metodologia do TCC	60
	45	TCC	-
Subtotal			460

Atividades Acadêmicas Complementares	46		200
Subtotal			200

TOTAL			3200
--------------	--	--	-------------

5. DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS (HORAS-RELÓGIO)¹⁸

Código	Nome da Disciplina	Pré-requisito (Código)	Carga Horária				Forma de Oferta	
			Teórica		Prática	Extensão	Sem. (S)	Anual (A)
			Semipresencial	Presencial				
1º Ano								
01	História Antiga	-	23	92	20	-	A	
02	História do Brasil I	-	12	48	20	-	S	
03	História da África e Cultura Afro-Brasileira	-	9	36	30	15	S	
04	Introdução aos Estudos Históricos	-	12	48	-	-	S	
05	Antropologia Social	-	9	36	30	15	S	
06	Sociologia Geral	-	12	48	-	-	S	
07	Metodologia da Pesquisa e Extensão	-	9	36	-	15	S	
08	Psicologia da Educação	-	12	48	-	-	S	
09	Introdução à Filosofia	-	12	48	-	-	S	
Subtotal			110	440	100	45		

2º Ano								
10	História Medieval	-	23	92	30	-	A	
11	História do Brasil II	-	12	48	30	-	S	
12	Teoria e Metodologia da História I	-	12	48	-	-	S	
13	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	-	9	36	-	15	S	
14	Cultura Indígena e Populações Tradicionais	-	9	36	30	15	S	
15	Geografia e Educação Ambiental	-	12	48	30	-	S	
16	Didática Geral	-	12	48	30	-	S	
17	LIBRAS	-	12	48	-	-	S	
18	Optativa I	-	6	24	-	-	S	
Subtotal			107	428	150	30		

¹⁸ Para a carga horária em horas-aula, deve-se multiplicar as cargas horárias da tabela por 50 e dividi-las por 60.

3º Ano							
19	História Moderna	-	23	92	30	-	A
20	História do Brasil III	-	12	48	-	-	S
21	História da América I	-	12	48	-	-	S
22	Teoria e Metodologia da História II	-	12	48	-	-	S
23	Geografia Humana e Geopolítica	-	12	48	30	-	S
24	Metodologia do Ensino de História	-	12	48	30	-	S
25	Estágio Supervisionado de História I	-	-	60	100	40	A
26	Memória, Identidade e Patrimônio Histórico	-	9	36	-	15	S
27	Metodologia do TCC	-	12	48	-	-	S
Subtotal			104	476	190	55	

4º Ano							
28	História Contemporânea	-	23	92	-	-	A
29	História do Paraná	-	18	72	30	30	A
30	História do Brasil IV	-	12	48	-	-	S
31	História da América II	-	12	48	-	-	S
32	Geografia do Brasil	-	12	48	30	-	S
33	Estágio Supervisionado de História II	25	-	60	100	40	A
34	Optativa II	-	27	3	-	-	S
35	Políticas Educacionais	-	12	48	-	-	S
36	TCC	27	-	-	-	-	A
Subtotal			116	419	160	70	

TOTAL/TIPO DE CARGA HORÁRIA	437	1763	600	200	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (Com 120 h de Extensão)					200
TOTAL GERAL					3200

6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

DISCIPLINA:	Introdução aos Estudos Históricos		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Introdução ao estudo dos fundamentos do fazer historiográfico em suas dimensões conceituais e de métodos com enfoque nas tradições metodológicas do século XVII ao XIX.			
BIBLIOGRAFIA: BENJAMIM, Walter. Magia e Técnica, arte política . São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222. BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador . Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 2002. BOURDÉ, Guy. MARTIN, Hervé. As escolas históricas . Portugal: Publicações Europa-América, 1990. CARR, Edward, H. Que é história? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. DOSSE, François. A história . Bauru, EDUSC, 2003. GADDIS, John Lewis. Paisagens da História. Como os historiadores mapeiam o passado . Rio de Janeiro: Campus, 2003. HOBSBAWN, Eric. Sobre a História . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. HOLANDA, Sérgio Buarque. (org.) Ranke . São Paulo: Ática, 1979. KOSELLECK, R. Futuro Passado . Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/Contratempo, 2006. LANGLOIS, CH. V, CH. SEGNOBOIS. Introdução aos Estudos Históricos . São Paulo: Renascença, 1946. LE GOFF, Jacques. História e memória . 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. LEFEBVRE, George. O nascimento da Historiografia Moderna . Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1981. MALERBA, Jurandir (org.). Lições de História. O caminho da ciência no longo século XIX . Rio de Janeiro: FGV, 2010. MARCHINI NETO, Dirceu, NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. A Idade Média. Entre a História e a Historiografia . Goiânia: PUC-Goiás: 2012. PROST, Antoine. Doze lições sobre a História . Belo Horizonte: Autêntica, 2008. REIS, José Carlos. A história entre a filosofia e a ciência . Belo Horizonte: Autêntica, 2004. ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. Antimanual do mau historiador. Ou como se fazer uma boa história crítica? Londrina: EDUEL, 2007. SALES, Veronique (org.) Os historiadores . São Paulo: Editora da UNESP, 2011.			

DISCIPLINA:	Teoria e Metodologia da História I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudo de aspectos metodológicos da escrita da História a partir das grandes tradições historiográficas com enfoque a partir do século XIX até meados do século XX e suas relações entre o ensino e a pesquisa.			
BIBLIOGRAFIA:			

CHARTIER, Roger. **A Beira da Falésia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano 1 Artes do Fazer**. Petrópolis, Vozes, 2000.

_____. **A invenção do cotidiano 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis, Vozes, 1995.

DOSSE, François. **A História em migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo. Ensaio. 1992.

HUNT, Lynn (org.) **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MALERBA, Jurandir. ROJAS, Carlos Antonio Aguirre (orgs). **Historiografia Contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru: São Paulo, EDUSC, 2007.

PINSKY, Carla B. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINSKY, Carla B.. LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

SAMARA, Eni de Mesquita. TUPY, Ismênia S. Silveira T. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1983.

DISCIPLINA:	Teoria e Metodologia da História II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudo dos aspectos metodológicos a partir das grandes tradições historiográficas inauguradas a partir de meados do século XX até o estudo das perspectivas que demarcam o debate contemporâneo e as relações entre o ensino e a pesquisa.			
BIBLIOGRAFIA: ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O Perigo de uma História Única . São Paulo: Companhia das Letras, 2019. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. História: A arte de inventar o passado . Bauru: Edusc, 2007. ALMEIDA, Sílvio. A Raça na História. In: O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018. ANDERSON, Chris. "O Fim da Teoria". In Wired , 23 de junho de 2008. Disponível em < https://www.wired.com/2008/06/pb-theory/ >. Acesso em 20 de agosto de 2021. ANKERSMIT, F, Historiografia e Pós-Modernismo. In: Topoi . Rio de Janeiro, v.2, nº 2. p. 113-135, mar. 2001. ARENDDT, Hannah. Entre o Passado e o Futuro . São Paulo: Perspectiva, 2016. BARROS, José D'Assunção. Histórias Cruzadas – Considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais. Anos 90 , v. 21, n. 40, p. 277-310, 2014. _____. O Tempo dos Historiadores . Petrópolis: Vozes, 2013. BORGES, Jorge Luis. Funes, O Memorioso. In Ficções . São Paulo: Globo, 1990. BRAUDEL, Fernand. Escritos Sobre a História . São Paulo: Perspectiva, 2014. 3º ed. BURKE, Peter. A Escrita da História: Novas Perspectivas . São Paulo: UNESP, 2011. CARDOSO e MALERBA. Representações: contribuições a um debate interdisciplinar .			

São Paulo: Papyrus, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. São Paulo: Papyrus, 1995.

CHARTIER, Roger. **A História ou a Leitura do Tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. 2º edição.

DE BAETS, Antoon. Uma Teoria do Abuso da História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, n° 65 p. 17-60, 2013.

DIEHL, Astor Antonio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. São Paulo, Edusc, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 1992.

GINZBURG, Carlo. **Mitos Emblemas e sinais**. Morfologia e História. São Paulo: companhia das Letras, 2011.

_____. **O Fio e os Rastros: Verdadeiro, Falso, Fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto: Ensaio Sobre a Representação do Outro**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte, Autentica 2014.

JAMESON, Fredric. **Espaço e Imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. 4º ed.

JENKINS, Keith. **A História Refigurada**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2007. 3º ed.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricas e práticas. In: **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, 1992. pp. 134-146.

_____. **Estratos do Tempo: Estudos Sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. 7º edição. Letras, 2011.

LIDDINGTON, Jill. **O que é história pública. Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

MAYNARD, Dilton. Passado Eletrônico: Notas Sobre História Digital. In **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 103-116, jul. / dez. 2016. p. 103-116.

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre História**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.

OPPENHEIMER, Andrés. **Basta de Histórias!** Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

PROST, Antoine. **Doze Lições Sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 2º ed.

REVEL, Jacques (Org). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. **História e Historiografia exercícios críticos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

RICOEUR, Paul. **A memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIEDEL, Dirce C. (org.) **Narrativa, ficção e História**. Rio de Janeiro, Imago/UFRJ, 1988.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. v. 20, n. 2, p. 71-99, jul-dez, 1995.

SMITH Bonnie, G. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. São Paulo:

EDIUSC, 2003.

THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria. História comparada: Olhares plurais. **Revista de História Comparada**, v. 1, n. 1, p. 3, 2007.

WHITE, Hayden. **Meta-História**. São Paulo: Edusp, 2019. 2º ed.

_____. **Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: EDUSP, 2014.

DISCIPLINA:	Memória, Identidade e Patrimônio		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 36	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 15	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 9
EMENTA: A relação íntima entre memória, identidade e patrimônio histórico e cultural. O Estudo da memória no contexto das ciências humanas, suas relações com os processos identitários e tensões com os campos da história e da preservação do patrimônio cultural via indissociabilidade ensino, pesquisa e prática extensionista.			
BIBLIOGRAFIA: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos . Rio de Janeiro: DP&A, 2003. ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. In Horizontes antropológicos . Vol. 11, n. 23, Porto Alegre, Jan./Jun. 2005. BANN, Stephen. As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado . São Paulo: Editora UNESP, 1994. BRANDÃO, Carlos Rodrigues <i>et al.</i> O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação . Rio de Janeiro: IPHAN, 1996. BRASIL. Educação patrimonial. Histórico, conceitos e processos . IPHAN, 2014. BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). Memória e (res)sentimento . Campinas: UNICAMP, 2001. CARRETERO, Mario <i>et al.</i> Ensino de História e memória coletiva . Porto Alegre: ArtMed, 2007. CERTEAU, Michel de. A beleza do morto in: A cultura no plural . Campinas, SP: Papyrus, 1995. CHARITER. Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. In Estudos históricos , Rio de Janeiro, vol. 8, no 16, 1993. CHUVA, Márcia R.R. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940) . Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009. CHUVA, Márcia. ALMEIDA, Cícero Antonio F. BENCHETRIT, Sarah Faffa (Orgs.). A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil . Rio de Janeiro: Iphan, 1995. CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais . 2 ed. Bauru: Edusc, 2002. DIEGUES, Antonio Carlos (org). Enciclopédia Caiçara v.5: festas, lendas e mitos caiçaras . São Paulo, HUICITEC: USP, Nupaub/ CEC, 2006. FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil . 2º ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc – Iphan, 2005. _____. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil . Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/MINC-IPHAN, 2005.			

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: bases para novas políticas de GARCÍA CANCLINI, N. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n° 23, 1994, p. 95-115.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4° ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Editora da UNICAMP, Aracaju (SE): Editora UFS, 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. In **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo: N° 34, 1992, p. 9-23.

_____. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e O conhecimento histórico. In **Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material**. São Paulo, n°2, p. 9-42, jan.-dez, 1994.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, In **Projeto História**. São Paulo: PUC, n°. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

patrimônio. In: **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n° 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. In **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

SOUZA, Laura de Melo (org.). **História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa, vol. 1**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: IPHAN-PB, 2012.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In **Mana** [online], vol. 12, n° 1, pp. 237-248, 2006.

DISCIPLINA:	Sociologia Geral		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 15	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudo do pensamento sociológico clássico e contemporâneo a partir de seus conceitos, suas escolas, suas tensões e diálogos com o campo da História e dos Direitos Humanos.			
BIBLIOGRAFIA: BAKUNIN, Mickail. Deus e o Estado . Genebra: Gráfica Juraciana, 1882. BARROS, Eduardo Portanova. Aspectos de uma sociologia do imaginário na pós-modernidade: a razão sensível. Fórum Sociológico . [Online], v. 1. n° 25, p. 81-86, 2014. Disponível online em < http://sociologico.revues.org/920?lang=pt >. Acesso em 20 de agosto de 2021. BOURDIEU, Pierre. O poder Simbólico . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. COMTE, Augusto. O espírito positivo . 1° ed. Porto: Rés-Editora Ltda, 1977. _____. Comte – Coleção os pensadores . São Paulo: Ed. Abril, 1980. DURKHEIM, Émilie. As regras do método sociológico . São Paulo: Martin Claret, 2005.			

DURKHEIM, Émile. WEBER, Max. **Socialismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

ELIAS, Norbert. **Solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

JUNQUEIRA, Lília. A noção de representação social na sociologia contemporânea. In **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 18, n° 19, p. 145-161, 2005.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas, vol. 1**. S. Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1961.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Brasília: Editora UnB, 1985.

DISCIPLINA:	Metodologia da Pesquisa e Extensão		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 36	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 15	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 09
EMENTA: Estudos dedicados à capacitação para a realização de pesquisas científicas e de projetos de extensão universitária através do ensino das normas técnicas para apresentação de trabalhos científicos e das metodologias adequadas à pesquisa e à extensão, bem como execução de projeto extensionista.			
BIBLIOGRAFIA: ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. Referências bibliográficas – NBR 6023 . Rio de Janeiro, 2018.			
_____. Artigo em publicação periódica impressa –NBR 6022 . Rio de Janeiro, 2018.			
BARROS, José D’Assunção. Fontes Históricas . Petrópolis: Vozes, 2019.			
_____. O Campo da História – Especialidades e Abordagens . Petrópolis: Vozes, 2004.			
CAMPOS, Magna. Manual de Gêneros Acadêmicos . Mariana: UFOP, 2013.			
CHALMER, A. F. O Que é Ciência, Afinal? São Paulo: Brasiliense, 1993.			
DELGADO, Lucilia Neves; MORAES, Marieta. In História do tempo presente . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.			
FAGUNDES, Bruno Flávio. É possível fazer tábua rasa do passado... e do presente dos historiadores? In: DELGADO, Lucilia Neves; MORAES, Marieta. In História do tempo presente . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 15-34.			
LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica . São Paulo: Atlas, 2003.			
_____. Metodologia Científica . São Paulo: Atlas, 2018.			
PEREZ, Vidal. Normas para apresentação de artigos científicos como requisito de trabalho de conclusão de curso . Paranaguá: UNESPAR, 2011.			
PINSKY, Carla B. DE LUCA, Tania R. O Historiador e Suas Fontes . São Paulo: Contexto, 2011.			
PINSKY, Carla B. Fontes Históricas . São Paulo: Contexto, 2015.			
POPPER, Karl. A Lógica da Pesquisa Científica . São Paulo: Cultrix, 1975.			
RODRIGUES, A. L. L. COSTA, C. L. N. DO A.. PRATA, M. S.. BATALHA, T. B. S.. PASSOS NETO, I. DE F. Contribuições da extensão universitária na sociedade. In Caderno de Graduação – Ciências Humanas e Sociais – UNIT , Sergipe, v. 1, n° 2, p. 141-148, 25 fev. 2013.			

SAGAN, Carl. **O Mundo Assombrado pelos Demônios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DISCIPLINA:	História do Paraná		
C/H TOTAL:	150		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 72	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 30	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 18
EMENTA: Estudo da formação Histórica do Paraná tendo como enfoque as conjunturas político-econômicas e socioculturais, bem como o processo de formação do Estado do Paraná a partir da revisão crítica da historiografia, articulando ensino, pesquisa e prática extensionista.			
BIBLIOGRAFIA: ABREU, Acioly G. Apostila de História do Paraná . Guarapuava, 1980. ALBUQUERQUE, Mário Marcondes de. Contestado: Distorções e Controvérsias . Curitiba: Lítero-Técnica, 1987. BETTES JÚNIOR, Hamilton. Paraná: Estudos sociais . São Paulo: Scipione, 1996. BALHANA, Altiva Pilatti. MACHADO, Brasil Pinheiro. WESTPHALEN, Cecília Maria. História do Paraná . Curitiba: Grafipar, 1969. BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. Novo caminho no Brasil Meridional . Curitiba, 1974. BORGES, Joacir Navarro. Das justiças e dos litígios: a ação judiciária da Câmara de Curitiba no século XVIII. (1731-1752) . Curitiba. 2009. 405 páginas. Tese. CPGHIS-UFPR. BOUTIN, Leônidas. Colônias Indígenas nas Províncias do Paraná . Paranaguá: Ed. Cavagnolli, 1979. _____. Breve História de Paranaguá. Seu desenvolvimento sócio-econômico e cultural . Paranaguá: Ed. Cavagnolli, 1993. CANCIAN, Nadir Aparecida. Cafeicultura Paranaense . Curitiba: Grafipar, 1981. CARNEIRO, David. História do Período Provincial do Paraná (Galeria de Presidentes 1853/1889) . Curitiba: [S.n.], 1960. CARNEIRO, David. O Paraná e a Revolução Federalista . Curitiba: Indústria Gráfica Gonçalves, 1982. _____. O Paraná na História Militar do Brasil . Curitiba: Farol do Saber, 1993. _____. O Paraná na Guerra do Paraguai . Curitiba: Farol do Saber, 1993. CABEZA DE VACA, Alvares Nuñez. Comentários . Curitiba: Farol do Saber, 1995. CARDOSO, Antonio Jayme. WESTPHALEN, Cecília Maria. Atlas histórico do Paraná . Curitiba: Livraria do Chain Editora, 1986. COSTA, Hilton. PEGORARO, Jonas Wilson. FILHO, Milton Stanczyk (orgs). O Paraná pelo Caminho – Histórias, trajetórias e perspectivas . Curitiba: Máquina de Escrever, 2017. 3 volumes. COSTA, Samuel Guimarães da. História Política da Assembléia Legislativa do Paraná . Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994. 2v. _____. O Último Capitão-Mor: 1782-1857 . Curitiba: Ed. UFPR, 1988. CRUZ, Ana Lúcia Barbalho da. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (orgs). Curitiba e seus homens bons . Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2011. DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba: Banestado, 1991. FERRARINE, Sebastião Colombo. Centenário da Imigração Italiana . Curitiba: Ed. Lítero-			

Técnica. 1979.

_____. **História de Quatro Barras**. Curitiba: EDUCA, 1987.

_____. **A Escravidão Negra na Província do Paraná**. Curitiba: Ed. Lítero-Técnica, 1971.

FREITAS, Waldomiro Ferreira de. **Aspectos Históricos e Turísticos de Paranaguá**. Paranaguá: Ed. Cavagnolli / FUNCULTUR. 1993.

FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (orgs.). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

KRINSKI, Márcia Luzia (org.). **Promessas desfeitas: documentação paranaense em processos do Juízo Eclesiástico da Diocese de São Paulo (1750-1796)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

KOSHIBA, Luiz. **O Índio e a conquista portuguesa**. Ed. Atual, 1994.

LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da posse de Terra no Sudoeste Paranaense**. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

LEÃO, Ermelino de. **Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná**. Curitiba: Empresa Ghráfica Paranaense, 1926.

LINHARES, Temístocles. **Paraná vivo: um retrato sem retoques**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

_____. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.

MAESTRI, Mário. **Terra do Brasil, a conquista lusitana e o genocídio tupinambá**. Rio de Janeiro: Ed. Moderna, 1996.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

MORGENSTERN, Algacir. **Porto de Paranaguá, contribuição à História: período: 1648 – 1935**. Paranaguá: A.P.P.A., 1985.

MOREIRA, Júlio Estrella. **Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba à luz de novos documentos**. Curitiba: Editora da UFPR, 1972.

MOREIRA, Júlio. História da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá (Fundação). In: **Revista médica do Paraná**. Curitiba, v.12, nº 4-6, jul.-dez. 1953, p.155-162.

NASCIMENTO, Vicente Júnior. **História, Crônicas e Lendas**. Curitiba: Ed. Gráfica Vicentina, 1980.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1927.

PAZ, Francisco. **Cenários da Economia e Política Paranaense**. Curitiba: Ed. Prefácio, 1991.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (org.). **Plano para sustentar a posse da parte meridional da América Portuguesa (1771)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. NICOLAZZI, Norton Frehse. **Audiências e correições dos almotacés (Curitiba, 1737 a 1828)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. SANTOS, Antonio César de Almeida. **O poder local e a cidade – A Câmara Municipal de Curitiba – séc. XVII a XX**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

RODERJAN, Roselys Vellozo. **Os Curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional (séculos XVI e XIX)**. Curitiba: Works, 1992.

SANTOS, Antonio Vieira dos. **Memória Histórica de Paranaguá. vol. I**. Curitiba: Vicentina, 2001.

_____. **Memória Histórica de Paranaguá. vol. II**. Curitiba: Vicentina, 2001.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **História da alimentação no Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SANTOS, Antonio César de Almeida. SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos. **Eleições da Câmara Municipal de Curitiba (1748 a 1827)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pela Comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Histórias do cotidiano paranaense**. Curitiba: Letraviva, 1996.

SILVA, Aracy Lopes da. **Índios**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Perspectivas metodológicas. Região e História: questão de método. In: SILVA, Marcos A. da. **República em migalhas. História regional e local**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.

STADEN, Hans. **Meu cativo entre os selvagens do Brasil**. Curitiba. Farol do Saber, 1995.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República**. Curitiba: Fund. Cultural de Curitiba, 1996.

VIANA, Manoel. **Paranaguá na História e na Tradição**. Curitiba: Ed. Gráfica Vicentina, 1976.

VICTOR, Nestor. **A Terra do Futuro (Impressões do Paraná)**. Curitiba: Farol do Saber, 1996.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Porto de Paranaguá, um sedutor**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1998.

_____. **O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas**. Curitiba: CD Editora, 1995.

WONS, Yaroslaw. **Geografia do Paraná**. Curitiba: Ed. Ensino Renovado, 1994.

DISCIPLINA:	História Moderna		
C/H TOTAL:	150		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 92	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 23
EMENTA: Estudos das principais mudanças ocorridas quando da passagem da História Medieval até a Contemporânea, tendo como ponto fundamental a formação de um novo homem, o homem moderno, com sua nova sociedade, cultura, economia, política e religião.			
BIBLIOGRAFIA: ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista . São Paulo: UNESP, 1995. ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.). História da vida privada – Da Renascença ao século das Luzes . São Paulo: Companhia das Letras, 1995. ARIÈS, Philippe. LE GOFF, Jacques, DUBY, Georges. História e Nova História . Lisboa: Teorema, 1986. BOTELHO, André (Org.). Essencial sociologia . São Paulo: Companhia das Letras, 2013. BRAUDEL, Fernand. A dinâmica do capitalismo . Rio de Janeiro: Rocco, 1987. BURKE, Peter. Cultura popular na idade moderna. Europa, 1500-1800 . São Paulo: Companhia das Letras, 2010. _____. O Renascimento . Lisboa: Edições Texto & Grafia, 1997. BURKHARDT, Jacob. A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio . São Paulo: Companhia das Letras, 1991. CASSIRER, Ernst. A filosofia do Iluminismo . Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. COTRIM, Gilberto. História e Consciência do Mundo . Rio de Janeiro: Ed. Saraiva, 1996.			

- CORVISIER, André. **História Moderna**. Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1976.
- DARNTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Sociedade e cultura no início da França moderna-Oito Ensaios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1980.
- _____. **A civilização do Renascimento**. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.
- DURAND, Will. **História da Civilização**. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador. Volume II: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- FALCON, Francisco. RODRIGUES, Antonio Edmilson. **A Formação do Mundo Moderno**. 2a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- GARIN, Eugenio. **Ciência e vida civil no Renascimento italiano**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- GARIN, Eugenio (Org.). **O Homem Renascentista**. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HAZARD, Paul. **O Pensamento Europeu no Século XVIII (de Montesquieu a Lessing)**. Lisboa: Editorial Presença, 1989. 2 volumes.
- HILL, Christopher. **O Mundo de Ponta-Cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- KRISTELLER, Paul. **Tradição clássica e pensamento do Renascimento**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O Estado Monárquico, França, 1460-1610**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. (org.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- MARQUES, Ademar. BERUTTI Flávio. FARIA Ricardo (Orgs). **História Moderna através de textos**. São Paulo: Contexto. 2005.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. As Reformas Religiosas na Europa Moderna: notas para um debate historiográfico. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 23, n. 37, jan/jun 2007, p. 130-150.
- PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental: Uma História Concisa**. 4º ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2015.
- SOUZA, Laura de Mello e. Notas sobre as revoltas e as revoluções da Europa Moderna. **Revista de História da USP**, São Paulo, nº 135, 2º semestre de 1996, p. 9-17.
- STONE, Lawrence. **Causas da Revolução Inglesa, 1529-1642**. Bauru: Edusc, 2000.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WALLERSTEIN, Immanuel. A descoberta da economia-mundo. In **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, nº 69, outubro de 2004, p. 3-16.
- VENTURI, Franco. Reis e Repúblicas nos séculos XVII e XVIII. In **Utopia e Reforma no Iluminismo**. Bauru: EDUSC, 2003, p. 53-97.
- _____. **Utopia e Reforma no Iluminismo**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DISCIPLINA:	História Contemporânea		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 92	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 23
EMENTA: Debates sobre questões e historiografias da contemporaneidade – Revolução Francesa; a problemática da modernidade; imperialismo; colonialismo e orientalismo; descolonização de decolonização; comunismos e fascismos no “pequeno século XX”;			
BIBLIOGRAFIA: ARENDR, Hannah. Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo . São Paulo: Companhia das Letras, 2012. _____. Sobre a Revolução . São Paulo: Companhia das Letras, 2011. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto . Rio de Janeiro: Zahar, 1998. _____. Modernidade Líquida . Rio de Janeiro: Zahar, 2001. BERMAN, Marshal. Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar . São Paulo: Companhia das Letras, 2007. BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda . São Paulo: Editora Unesp, 2011. 2º edição. DE DECCA, Edgar. O Colonialismo como Glória do Império. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. O Século XX: O Tempo das Incertezas . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. FALCON, Francisco. O Capitalismo Unifica o Mundo? In: REIS FILHO, Daniel Aarão. O Século XX: O Tempo das Incertezas . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. FERGUSON, Niall. A Guerra do Mundo . São Paulo: Planeta, 2015. _____. Civilização: Ocidente x Oriente . São Paulo: Planeta, 2016. 2º Edição. _____. Império . São Paulo: Planeta, 2017. 2º Edição. FERRO, Marc. A Reviravolta da História: A Queda do Muro de Berlim e o Fim do Comunismo . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. _____. O Ocidente Diante da Revolução Soviética: A História e seus Mitos . São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. FUKUYAMA, Francis. O Fim da História e o Último Homem . Rio de Janeiro: Rocco, 1992. GEARY, Patrick K. O Mito das Nações: A Invenção do Nacionalismo . São Paulo: Conrad, 2005. GELLNER, Ernest. Nacionalismo e Democracia . Brasília: Editora UnB, 1981. GILBERT, Martin. A História do Século XX . São Paulo: Planeta, 2016. _____. A Segunda Guerra Mundial . Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014. HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 22º Edição. _____. A Era dos Extremos . São Paulo: Companhia das Letras, 1995 _____. A Era dos Impérios . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. _____. Nações e Nacionalismos Desde 1780 . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 4º Edição. _____. A Revolução Francesa . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 5º edição. HUNTINGTON, Samuel P. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial . Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. JAMES, Harold. The End of Globalization . Cambridge: Harvard University Press, 2002. JUDT, Tony. Pós-Guerra: Uma História da Europa Desde 1945 . Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. LÊNIN, Vladimir. Que Fazer? São Paulo: Hucitec. 1988.			

LEVITSKY, Steven. ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política – Livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2006.

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. São Paulo: Campus, 1980.

PROUDHON, Pierre Joseph. **A Propriedade é um Roubo e Outros Escritos Anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio à Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RICHARD, Lionel. **A República de Weimar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RUNCIMAN, David. **Como a Democracia Chega ao Fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

SAID, Edward. **Orientalismo**. Companhia das Letras, 2007.

SERVICE, Robert. **Camaradas: Uma História do Comunismo Mundial**. Rio de Janeiro: Difel, 2016.

SNYDER, Timothy. **Sobre a Tirania: Vinte Lições do Século XX para o Presente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. 7ª Edição.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **O Século Sombrio**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **Os Inimigos Íntimos da Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa Explicada à Minha Neta**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

ZAKARIA, Fareed. **O Mundo Pós-Americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ZEDONG, Mao. **O Livro Vermelho**. São Paulo: Martin Claret. 2003.

DISCIPLINA:	História do Brasil I		
C/H TOTAL:	80		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudos históricos sobre a colonização da América Portuguesa entre os séculos XVI e XVIII através da revisão crítica da historiografia articulando ensino, pesquisa e extensão.			
BIBLIOGRAFIA: ABREU, Capistrano. Capítulos de história colonial (1500-1800) . São Paulo: Publifolha, 2000. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Trato dos Viventes . São Paulo: Cia. das Letras, 2006. BOXER, Charles R. O Império Colonial Português . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. CUNHA, Manuela Carneiro da. (org). História dos Índios no Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1993. FAORO, Raimundo. Os donos do poder – vol. 1 . São Paulo: Globo, 1997. FRAGOSO, João. FLORENTINO, Manolo. Arcaísmo como projeto . Rio de Janeiro: Sete letras, 1994. FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. GOUVÊA, Maria de Fátima. O antigo regime nos trópicos – a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI –XVIII) . Rio de			

Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980.
GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1980.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1970.
NOVAIS, Fernando A. (dir). **História da vida privada no Brasil – vol.1**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos, engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

DISCIPLINA:	História do Brasil II		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudos históricos sobre a formação do Estado Nacional Brasileiro no século XIX através da revisão crítica da historiografia articulando ensino, pesquisa e extensão.			
BIBLIOGRAFIA: CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: A política imperial . 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996. _____. (org). História do Brasil Nação: 1808-2010 . São Paulo: Fundación MAPFRE e Editora Objetiva, 2012. 2v. _____. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1990. _____. Os bestializados: o Rio de Janeiro a república que não foi . 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial . São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 1996. _____. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte . São Paulo: Cia. das Letras, 1990. DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX . São Paulo: Globo, 2005. JANCSÓ, István (org). Independência: história e historiografia . São Paulo: Hucitec, 2005. LACOMBE, Lourenço Luis. História administrativa do Brasil: organização e administração do Ministério do Império . Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. LINHARES, Maria Yedda. (org.). História geral do Brasil . Rio de Janeiro, 1990. REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835 . São Paulo: Companhia das Letras, 2003. NOVAIS, Fernando A. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (orgs.). História da vida privada no Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 2v. _____. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808) . 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1989. SALLES, Ricardo. Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no			

Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

DISCIPLINA:	História do Brasil III		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudos históricos sobre a República Brasileira entre 1889 e 1945 através da revisão crítica da historiografia articulando ensino, pesquisa e extensão.			
BIBLIOGRAFIA: CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. _____. Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e boteco. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. DECCA, Edgar de. 1930: o silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1995. DRUMMOND, José A. O movimento tenentista. A intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986. FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. Historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1979. _____. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2012. LINHARES, Maria Yedda. Historia Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2010. NOVAIS, Fernando A. (dir). História da vida privada no Brasil – vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. SAES, Décio. A formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891). São Paulo: Paz e Terra, 1985.			

DISCIPLINA:	História do Brasil IV		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICAS SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudos históricos sobre República Brasileira entre 1945 e a atualidade através da revisão crítica da historiografia articulando ensino, pesquisa e extensão.			
BIBLIOGRAFIA: ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1985. AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978). Bauru: Educ, 1999. ABREU, Alzira Alves de <i>et alii</i> . Dicionário histórico, biográfico brasileiro pós 1930. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001, 5v. BOITO JR., Armando (org). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. São Paulo: Paz e Terra, 1991. CALLADO, Carlos. Tropicália, a história de uma revolução musical. São Paulo: 34, 1997. CARDOSO, Fernando Henrique e FALETO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Editora Guanabara,			

1970.

CARDOSO, Mirian Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimentismo: Brasil JK**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CAREIRO, Maria Luiza Tucci. **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FEREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 4 Vols.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. (org). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil republicano. Economia e cultura**. São Paulo: DIFEL, 1983.

FILHO, Daniel Aarão Reis. **A Revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LINHARES, Maria Yedda. **Historia Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

NOVAIS, Fernando (Dir.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. 1930/1964**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

_____. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DISCIPLINA:	História da América I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudos históricos sobre a formação das sociedades americanas até a colonização europeia na América entre os séculos XVI e as independências americanas entre fins do XVIII e início do século XIX através da revisão crítica da historiografia articulando ensino, pesquisa e extensão.			
BIBLIOGRAFIA: AQUINO, Rubim Santos Leão de, <i>et alii</i> . História das sociedades americanas . Rio de Janeiro: Record, 2004. BETHELL, Leslie. História da América Latina . São Paulo: EDUSP, 2010. 2 vols. BONILLA, Heraclio (org.). Os Conquistados – 1492 e a população indígena das Américas . São Paulo: Hucitec, 2006. CHAUNU, Pierre. Conquista e exploração dos Novos Mundos (Século XVI) . São Paulo: EDUSP, 1984. COLOMBO, Cristovão. Diários da descoberta da America . Porto Alegre: L&PM Editores, 1984. HOLANDA, Sergio Buarque de. A visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil . São Paulo: Publifolha, 2000. LAS CASAS, Bartolomé de. Brevíssima relação da destruição das Índias . Porto Alegre: L&PM Editores, 1991.			

LEHMANN, Henri. **As civilizações pré-colombianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

LÉON-PORTILLA, Miguel. **A Conquista da América Latina vista pelos índios**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **A visão dos vencidos**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1998.

MEGGERS, Betty J. **A América pré-histórica**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luis Beethoven. **O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**. São Paulo: Editora Unesp, 1990.

PROUS, André. O Povoamento da América visto do Brasil: Uma perspectiva crítica. In **Revista USP**, São Paulo, n° 34, p. 8-21, junho/agosto, 1997.

SOSTELLE, Jacques. **Os astecas na véspera da conquista espanhola**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: A Questão do Outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VESPÚCIO, Américo. **Novo Mundo – cartas de viagens e descobertas**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984.

DISCIPLINA:	História da América II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA:			
Estudos históricos sobre as independências das colônias europeias na América e a formação dos estados nacionais americanos entre os séculos XVIII e XX através da revisão crítica da historiografia articulando ensino, pesquisa e extensão.			
BIBLIOGRAFIA:			
ABADE RAYNAL, (Guillaume-Thomas François Raynal) A revolução na América . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.			
AGGIO, A. & LAHUERTA, M. (Orgs.). Pensar o século XX – problemas políticos e história nacional na América Latina . São Paulo: Editora UNESP, 2003.			
ARMITAGE, David. Declaração de Independência: uma história global . São Paulo: Companhia das Letras, 2011.			
AYERBE, Luis Fernando Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia . São Paulo: UNESP, 2002.			
_____. A Revolução Cubana . São Paulo: UNESP, 2004.			
BAYLIN, Bernard. As origens ideológicas da Revolução Americana . Bauru: Edusc, 2003.			
BETHEL, Leslie. História da América Latina . São Paulo: EDUSP, 2010. Vol. III a VIII.			
_____. História das sociedades americanas . São Paulo: EDUSP, 2002. 3 vol.			
_____. ROXBOROUGH, Ian. América Latina. Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.			
BOERSNER, Demétrio. Relaciones Internacionales de América Latina . Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1990.			
BRADBURY, Malcom. TEMPERLEY, Howard (Org.). Introdução aos estudos americanos . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.			
BRUIT, Héctor H. Revoluções na América Latina . São Paulo: Atual, 1988.			
CAMÍN, Héctor Aguillar. MEYER, Lorenzo. À Sombra da Revolução Mexicana – História Mexicana Contemporânea, 1910-1989 . São Paulo: Edusp, 2000.			

- CARR, Raymond. **História do século XX**. São Paulo: Editora Abril, s/d.
- CHASTEEN, John Charles. **América Latina: uma história de sangue e fogo**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- CHAUNU, Pierre. **História da América Latina**. 6ª ed. São Paulo: Bertrand do Brasil, s.d.
- CHIAVENATO, Julio José. **Genocídio americano: a guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CONADEP. **Nunca más (1984)**. Buenos Aires: Eudeba, 2007.
- CRUNDEN, Robert M. **Uma breve história da cultura americana**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1994.
- DEGLER, Carl N. *et alli*. **Historia de los Estados Unidos. La Experiencia Democrática**. México: Editorial Limusa, 1978.
- DIVINE, Robert. FREDRICKSON, George. BREEN, T. H. *et al*. **América: passado e presente**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.
- DONGHI, Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- EISENBERG, Peter Louis. **A Guerra Civil Americana**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FAUSTO, Boris. **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2000.
- FERREIRA, Jorge (Org.) **O populismo e sua história: debate e crítica**. Civilização Brasileira, 2001.
- FICO, Carlos. ARAUJO, Maria Paula. GRIN, Monica (Orgs.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- _____. As faces da repressão nos países da América Latina. In **Revista de História da UFES**, Vitória, v. 13, p. 196-202, 2001.
- _____. FERREIRA, Marieta de Moraes. ARAUJO, Maria Paula. QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. v. 1.
- _____. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. In **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 262-284, 2013.
- FLORESCANO, Enrique. **Memoria Mexicana**. México: Taurus, 2001.
- FOHLEN, Claude. **América Anglo-Saxônica de 1815 à atualidade**. São Paulo: EDUSP, 1981.
- FONER, Eric. **Nada além da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Latinoamericanos buscando lugar en este siglo**. Barcelona: Paidós, 2002.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Revolução e independências: notas sobre o conceito e os**
- KARNAL, Leandro. **Estados Unidos: a formação da nação**. São Paulo: Contexto, 2001
- _____. **História dos Estados Unidos**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- MARTÍ, José. **Nossa América**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MORSE, Richard. **O espelho de próspero: cultura e ideias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- NOVARO, Marcos. PALERMO, Vicente. **A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: Edusp, 2007.
- PADRÓS, Enrique Serra. A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional. In **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 10, p. 105-129, 2007.

PAMPLONA, Marco. MADER, Maria Elisa (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Vol. 1-4.

PEREYRA, Daniel. **Del Mocanda a Chiapas. Historia de la lucha armada en América Latina**. 3ª ed. Madrid: Los Libros de la Catarata, 1997.

PINSKY, Jaime. **História da América: através de textos**. São Paulo: Contexto, 1991.

PRADO, Maria Lígia. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos**. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. SOARES, Gabriela Pellegrino. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

processos revolucionários na América espanhola. In **Estudos Históricos**, vol. 10, n. 20, p. 275-293, 1997.

RÉMOND, René. **História dos Estados Unidos**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

RODÓ, José Enrique. **Ariel**. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo. Civilização ou Barbárie (1845)**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SELLERS, Charles. MAY, Henry. McMILLEN, Neil. **Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1990.

SILVA, Carlos Eduardo *et. al.* **Uma nação com alma de igreja**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

STEINBECK, John. **As vinhas da ira**. São Paulo: Record, 2009.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América (1835-1840)**. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

WOODWARD, Comer Vann (ed.). **Ensaios comparativos sobre a História Americana**. São Paulo: Cultrix, 1972.

DISCIPLINA:	História Antiga		
C/H TOTAL:	135		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 92	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 23
EMENTA: Estudos históricos a partir da revisão crítica da historiografia sobre a antiguidade, articulando ensino pesquisa e extensão.			
BIBLIOGRAFIA: ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo . 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. ALFÖLDY, Gêza. A história social de Roma . Lisboa: Editorial Presença, 1989. AQUINO, R. S. L. História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais . 19ª Ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003. ARIÈS, Philippe. DUBY, Georges (dir.). História da vida privada – Do Império Romano ao ano mil . São Paulo: Companhia das Letras. 1995. AUSTIN, Michel. VIDAL-NAQUET, Pierre. Economia e sociedade na Grécia Antiga . Lisboa: Edições 70, 1986. BARUCQ, A. <i>et al.</i> Escritos do oriente antigo e fontes bíblicas . São Paulo: Paulinas, 1992. BOUZOUN, E. I. O código de Hamurábi . Petrópolis: Vozes, 1980. BRAUDEL, F. Gramática das Civilizações . São Paulo: Martins Fontes, 1989. BRIGHT, J. História de Israel . São Paulo: Paulinas, 1981. CARDOSO, Ciro Flamarion <i>et. alli.</i> Modo de produção asiático: Nova Visita a um Velho			

Conceito. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. **A Cidade-Estado antiga.** São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Antiguidade e religião. Os Povos do Oriente Próximo.** São Paulo: Contexto, 1990.

_____. **Trabalho compulsório na antiguidade.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Sete olhares sobre a Antiguidade.** Brasília: Editora da UnB, 1994.

DETIENNE, Marcel. **A invenção da mitologia.** Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/Editora da UnB, 1992.

FLORENZANO, M. B. B. **O mundo antigo: economia e sociedade.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma.** 5º ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MOKHTAR, Gamal. **História geral da África, II.** 2a Ed. Brasília: UNESCO, 2010.

RODRIGUES, Antonio Medina. **As utopias gregas.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

VERNANT, Jean-Pierre. NAQUET, Pierre-Vidal. **Trabalho e escravidão na Grécia antiga.** Campinas: Papirus, 1989.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos.** São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. **As origens do pensamento grego.** Rio de Janeiro: Difel, 1990.

VEYNE, Paul (org.). **História da Vida Privada: do Império Romano ao ano mil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DISCIPLINA:	História Medieval		
C/H TOTAL:	145		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 92	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 23
EMENTA: Estudos históricos a partir da revisão crítica da historiografia sobre o medievo, articulando ensino pesquisa e extensão.			
BIBLIOGRAFIA: ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade para o Feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1979. ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.). História da vida privada – Da Europa feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. _____. História da vida privada – Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. BLOCH, Marc. A Sociedade Feudal. São Paulo: Martins Fontes, 1982. _____. Os reis taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. BOLTON, Brenda. A Reforma na Idade Média. Lisboa: edições 70, 1984. CHAUNU, Pierre. Expansão européia do século XIII ao XV. São Paulo: Pioneira, 1978. DE BONI, Luís Alberto (Org.). Idade média: ética e política. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. DUBY, Georges. O Ano Mil. Lisboa: Ed. 70/São Paulo: Martins Fontes, 1988. _____. As três ordens ou o imaginário do feudalismo. Lisboa: Estampa, 1980. _____. A Sociedade cavaleiresca. São Paulo: Martins Fontes, 1989. _____. O Cavaleiro, a mulher e o padre. Lisboa: Dom Quixote, 1988. _____. Economia rural e vida no campo no ocidente medieval. Lisboa: Edições 70,			

1988.

_____. **A Idade Média na França**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

_____. **São Bernardo e a arte cisterciense**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. **O tempo das catedrais. A arte e a sociedade (980-1420)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

FOCILLON, Henri. **O ano mil**. Madrid: s/e., 1990.

_____. **Arte do ocidente. A idade média romântica e gótica**. Lisboa: Estampa, 1980.

FOURQUIN, Gui. **Senhorio e feudalidade na Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1970.

FRANCO Jr, Hilário. **As Cruzadas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **O Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FOURQUIN, Guy. **Senhorio e Feudalidade na Idade Média**. Lisboa: Ed. 70, s/d.

GANSHOF, F. L. **Que é o feudalismo?** Lisboa: Europa/América, 1976.

GUENÉE, Bernard. **O ocidente nos séculos XIV-XV**. São Paulo: Pioneira, 1981.

HEERS, Jacques. **O mundo medieval: Sociedade e cultura**. São Paulo: Difel, 1985.

_____. **O ocidente nos séculos XIV e XV (aspectos econômicos e sociais)**. São Paulo: Pioneira, 1981.

LE GOFF, Jacques. **Por um outro conceito de Idade Média. Tempo, Trabalho e cultura no Ocidente**. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

_____. **A civilização do Ocidente Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

_____. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

_____. **O homem medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

_____. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1985.

LEWIS, Bernard. **Os árabes na história**. Lisboa: Estampa, 1982.

LOPEZ, Robert. **A cidade medieval**. Lisboa: Presença, 1988.

_____. **A revolução comercial na Idade Média: 950-1350**. Lisboa: Pioneira, 1976.

PERROY, Édouard. **A Idade Média**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

PIRENNE, Henri. **Histórica econômica e social da Idade Média**. São Paulo: MestreJou, 1963.

QUEIROZ, Tereza Aline. **As heresias medievais**. São Paulo: Atual, 1988.

PASTOUREAU, M. **No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RUNCIMAN, A. **A civilização bizantina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SILVA, F. C. Teixeira. **Sociedade Feudal: Guerreiros, Sacerdotes, Trabalhadores**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média ocidental (séculos VIII a XIII)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

VERGER, Jean. **As universidades na Idade Média**. São Paulo: UNESP, 1990.

WOLFF, Philippe. **Outono da Idade Média ou primavera dos novos tempos?** Lisboa: Edições 70, 1986.

DISCIPLINA:	Antropologia Social		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 36	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 15	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 09
EMENTA: As contribuições do pensamento e das teorias da antropologia social e da etnografia a partir de seus conceitos, suas escolas, suas tensões, seus eixos temáticos e de suas relações com os			

direitos humanos e outros campos da ciência enquanto métodos de análise e intervenção social, articulando ensino, pesquisa e prática extensionista.

BIBLIOGRAFIA:

AUGÉ, Marc. **Dios como objeto: símbolos, cuerpos, materias, palabras**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1988.

BENNEDICT, Ruth. **Padrões de Cultura**. Lisboa: Livros do Brasil, 1961.

BOAS, Franz. 1996. **Language and Culture**. New York: The Free Press, 1996.

Brasileiro, 1988.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

COPANS, Jean *et al.* **Antropologia: Ciência das Sociedades Primitivas?** Lisboa, Edições 70, 1971.

CUNHA, M. Manuela Carneiro (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo, Cia. Das Letras, 1998.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

_____. **Símbolos naturais: exploraciones en cosmología**. Madrid: Alianza Editorial, 1978.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus: The Caste System and Its Implications**. Nueva Dehli: Oxford University Press, 1999.

DURKHEIM, Émile. **As formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1990.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

EVANS-PRITCHARD, E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FRAZER, Sir James. **O Ramo de Ouro**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 1989.

_____. **O Saber Local**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GLUCKMAN, Max (editor). **Essays on the rituals of social relations**. Nueva York: The Humanities Press, 1966.

HERTZ, Robert. Preeminência da Mão Direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. In **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, N° 6, p. 99-128, 1980.

KUPER, Adam. **Antropologia y Antropólogos: la escuela británica 1922-1972**. Barcelona: Anagrama, 1973.

LEACH, Edmund. **Sistemas Políticos na Alta Birmânia**. São Paulo: EDUSP, 1996.

LEENHARDT, Maurice. **Do Kamo: La persona y el mito en el mundo melanesio**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1961.

LÉVI-BRULH, Lucien. **El Alma Primitiva**. Barcelona: Península, 1974.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

_____. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LINTON, Ralph **Estudio del hombre. Sección de Obras de Sociología**. México: Fondo de Cultura Económica, 1936.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1974.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. Vol. I-II.

McMURRIN, S.M. **The Tanner Lecture on Human Values**. Salt Lake City: U. Utah Press, 1986.

MEAD, Margareth, Gregory BATESON. **Balinese Character: A Photographic Analysis**. MEAD, Margareth. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

MORGAN, Lewis. **A Sociedade Primitiva**. Lisboa: Presença, s/d. Nueva York: The New York Academy of Sciences, 1962.

NUNES, Edson (org.). **A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Sobre o Pensamento Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo

PEIRANO, Mariza. **A Favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

RADCLIFFE-BROWN, A. **Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1978.

SAHLINS, Marshall. **Cultura y razón práctica: contra el utilitarismo en la teoría antropológica**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1988.

_____. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

STRATHERN, Marilyn. **The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia**. Berkeley: University of California Press, 1990.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual**. Petrópolis: Vozes, 1974.

TYLOR, Edward. **Cultura Primitiva: los orígenes de la cultura**. Madrid: Ed. Ayuso, 1977.

WERNER, Dennis. **Culturas Humanas: comida, sexo e magia e outros assuntos antropológicos**. Petrópolis: Vozes, 1987.

DISCIPLINA:	Cultura Indígena e Populações Tradicionais		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 36	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 15	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 09
EMENTA: Estudos das populações indígenas e das populações tradicionais através da compreensão de suas práticas sociais, dos usos sociais e das diversas maneiras com que cada uma das coletividades se apropria de sua cultura e de sua história, articulando ensino, pesquisa e prática extensionista.			
BIBLIOGRAFIA: ALBERT, Bruce. A Fumaça do Metal: história e representação do contato entre os Yanomami – Anuário Antropológico/89 . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. SOUZA, Roberto Martins de Souza. Terras de Faxinais . Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), 2009. BALDUS, Herbert. Ensaio de Etnologia Brasileira . São Paulo: Brasiliense, 1937. BORBA, Telêmaco. Actualidade Indígena . Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908. CLASTRES, Hélène. Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani . São Paulo: Brasiliense, 1978. CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. _____. Guerra, religião e poder . Lisboa: Edições 70, 1980. CRÉPEAU, Robert. Les Kaingang dans le contexte des études Gê et Bororo. In Antropologia et Sovietes , Quebec, vol. 21, N° 2-3. 1997. CUNHA, M. Manuela Carneiro (org.). História dos Índios no Brasil . São Paulo, Companhia das letras, 1998. _____. De amigos formais e pessoa; de companheiros, espelhos e DAVIS, Shelton. Vítimas do Milagre: o desenvolvimento e os Índios do Brasil . Rio de			

- Janeiro, Zahar, 1978.
- DEBRET, J. B. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil – Tomo I**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978.
- EVANS-PRITCHARD, E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- FERNANDES, Loureiro. **Os Caingangue de Palmas**. Curitiba: Arquivos do Museu Paranaense, 1941.
- FERNANDES, Ricardo Cid. **Autoridade Política Kaingang: um estudo sobre a legitimidade política entre os Kaingang de Palmas**. Florianópolis, 1998. 217 p. Dissertação de Mestrado. PPGAS-UFSC.
- GRUPIONI, L.D.B. **Índios no Brasil**. São Paulo: Global editora, 1998.
- identidades. In **Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia**, Rio de Janeiro, n° 32, p. 31-39, 1979.
- LADEIRA, Maria Inês. **Espaço Geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso**. Maringá/São Paulo: Eduem/Edusp, 2008.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, n°13, p. 43-64, 1842.
- MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. São Paulo/Brasília: Edunb/Hucitec, 1993.
- MELIÀ, B., SAUL, M. V. A., MURARO, V. F. **O Guarani: uma bibliografia etnológica**. Santo Ângelo: FUNDAMES, Centro de Cultura Missioneira, 1987.
- METRAUX, Alfred. Handbook of South American Indians. Vol 1: The Marginal Tribes. In **Smithsonian Institute**, Washington, vol. I, n° 3, p.445-475, 1946.
- MOTA, Lúcio Tadeu. **As Guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: Ed. UEM, 1994.
- NIMUENDAJÚ, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. **Etnografia e Indigenismo**. Campinas: Unicamp, 1993.
- PELLEGRINI, Marcos. **Wadubari**. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- PISSOLATO, Elizabeth de Paula. **A Duração da Pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani)**. São Paulo: Unesp, 2007.
- RAMOS, Alcida. **Memórias Sanumá: espaço e tempo em uma sociedade Yanomami**. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- SANTOS, Sílvio Coelho. **Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Ed. Movimento, 1973..
- SEGER, Anthony. DA MATTÁ, Roberto. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B.. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In **Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia** n° 32, p. 2-19, 1979.
- SHADEN, E. **A Mitologia Heroica de Tribos Indígenas do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1988.
- SHIRAIISHI NETO, Joaquim (org.). **Direitos dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil**. Manaus: UFAM, 2010.
- STADEN, Hans. **Dois Viagens ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- TOMMASINO, Kimiye *et all.* **Uri e Wãxi**. Londrina: Ed. UEL, 2000.

VIDAL, Lux. **Grafismo Indígena**. São Paulo: EDUSP, 1997.
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A fabricação do corpo na sociedade xinguana. In **Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia** n° 32, p. 40-49, 1979.
_____. **Metafísicas caníbales: Líneas de antropología postestructural**. Buenos Aires: Katz Editores, 2010.

DISCIPLINA:	História da África e Cultura Afro-Brasileira		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 36	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 15	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 09
EMENTA: Estudos históricos sobre o continente africano e a formação das identidades afro-brasileiras, através da revisão crítica da historiografia e as questões étnico-culturais pertinentes a temática articulando pesquisa, ensino e prática extensionista.			
BIBLIOGRAFIA: ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. Em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e da cultura afro brasileira: uma conversa com os historiadores. In Estudos Históricos , Rio de Janeiro, v. 21, n° 41, p. 05-20, 2008. BASTIDE, Roger. As Américas Negras . Rio de Janeiro: Difel, 1974. BRUNSCHWIG, Henri. A partilha da África Negra . São Paulo: Perspectiva, 1974. CANÊDO, Letícia. A descolonização da Ásia e da África . São Paulo: Atual, 1985. CORNEVIN, Marianne. Apartheid: poder y falsificación de la historia . Paris: Presses Universitaires de France, 1980. LAMBERT, Jean-Marie. História da África Negra . Goiânia: Kelps, 2001. MESGRAVIS, Laima. A colonização da África e da Ásia . São Paulo: Atual, 1994. PEREIRA, Francisco José. Apartheid. O horror branco na África do Sul . São Paulo: Brasiliense, 1985. REBELO, Manuel dos Anjos da Silva. Relações entre Angola e Brasil – 1808-1830 . Lisboa, 1970. SILVA, Alberto da Costa e. Das mãos do oleiro – aproximações . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. SILVA, Alberto da Costa e. A enxada e a lança . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. SILVA, Alberto da Costa e. DE SOUZA, Francisco Felix. Mercador de escravos . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. SILVA, Alberto da Costa e. A manilha e o libambo . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX . Salvador: Corrupio, 1987. KI-ZERBO, J. (Ed.). História Geral da África – Volume I – Metodologia e pré-história da África . Brasília: UNESCO, 2010. MOKHTAR G. (Ed.). História geral da África – Volume II – África antiga . Brasília: UNESCO, 2010. EL FASI M. HRBEK I. (Ed.). História geral da África – Volume III – África do século VII ao XI . Brasília: UNESCO, 2010. NIANE, D. T. (Ed.). História geral da África – Volume IV – África do século XII ao XVI . Brasília: UNESCO, 2010. OGOT, B. A. (Ed.). História geral da África – Volume V – África do século XVI ao			

XVIII. Brasília: UNESCO, 2010.

AJAYI, J. F. A. (Ed.). **História geral da África – Volume VI – África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010.

BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História geral da África – Volume VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2º ed. Brasília: UNESCO, 2010.

MAZRUI, A. A.. WONDJI, C. (Ed.). **História geral da África – Volume VIII África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

DISCIPLINA:	Metodologia do Ensino de História		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudo dos diferentes enfoques da história e suas implicações no processo educativo, articulado com a realidade educacional brasileira, apresentando alternativas metodológicas e elementos didáticos no ensino de história articulando com a prática de pesquisa em ensino de História.			
BIBLIOGRAFIA: ABUD, Kátia. A construção de uma didática da história: algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino. In História , São Paulo, v. 22, n° 1, p. 183-193, 2003. ALBUQUERQUE, Wlamyra. FRAGA, Walter. Uma história do negro no Brasil . Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. AZEVEDO, Crislane Barbosa. STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Teoria historiográfica e prática pedagógica: as correntes de pensamento que influenciaram o ensino de história no Brasil. In Antíteses , vol. 3, n° 6, p. 703-728, jul.-dez. de 2010. BARCA, Isabel. Aula Oficina: do projeto à avaliação. In: Para uma educação de qualidade: atas da quarta jornada de Educação Histórica . Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED) /Instituto e Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004. p. 131-144. BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico na sala de aula . 11º ed. São Paulo: Contexto, 2006. CERRI, Luis Fernando (Org.). Ensino de história e educação: olhares em convergência . Ponta Grossa: UEPG, 2007. PINSKY, Jaime (Org.). O ensino de história e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 2009. DEL PRIORE, Mary. VENÂNCIO, Renato. O livro de ouro da História do Brasil . Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. FONSECA, Selva. Didática e Prática de Ensino de História . 5º ed. São Paulo: Papirus, 2006. GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. In Revista Brasileira de Educação , Rio de Janeiro, n° 23, p. 75-85, maio-agosto de 2003. GONÇALVES, Nadia G. A escola e o arquivo histórico escolar como locais de memória: discutindo possibilidades de trabalho do pesquisador, do professor de história e de diálogos com a comunidade escolar. XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Anais. Londrina: UEL/Anpuh, 2005. JESUS, Denise Meyrelles de. Atuando em contexto: o processo de avaliação numa perspectiva inclusiva. In Psicologia & Sociedade , Recife, vol. 16, n° 1, p. 37-49, 2004. KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas . São Paulo: Contexto, 2003.			

- MONTEIRO, Ana M. F. C. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. In **História & Ensino**, Londrina, v. 9, p. 37-62, out/2003.
- MOREIRA, Claudia; VASCONCELOS, José. **Didática e avaliação de aprendizagem no ensino de História**. Curitiba: IBIEX, 2008.
- NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. In **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, nº 25/26, p. 143-162, set. 92/ago. 93.
- NIKITIUK, Sônia L. (Org.). **Repensando o ensino de História**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- PARANÁ. Diretrizes Curriculares de História para a Educação Básica. Curitiba: SEED, 2006.
- PARANÁ. Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Curitiba: SEED, 2005.
- PEREIRA, Amilcar Araujo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil. In **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, p. 25-45, 2011.
- PINSKY, Jaime. **Porque gostamos de História**. São Paulo: Contexto, 2013.
- PINSKY, Jaime. (Org.). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2009.
- REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. In **Revista USP**, São Paulo, v. 28, p. 14-39, 1995.
- RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In **Práxis educativa**, Ponta Grossa, v.1, nº 2, p. 7-16, jul./dez. 2006.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Orgs.). **Aprender história: perspectivas da educação histórica**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou?** Salvador: EDUFBA, 2011.
- SILVA, Marcos Antonio da. FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de história hoje: errâncias, conquistas e perdas. In **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, nº 60, p. 13-33, 2010.
- VILLALTA, Luiz Carlos. O livro didático de história no Brasil: perspectivas de abordagem. In **Pós-História**, Assis, v. 9, p. 39-59, 2001.

DISCIPLINA:	Metodologia do Trabalho de Conclusão do Curso		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudos dedicados ao domínio da prática de pesquisa em história através de discussões dos objetos de pesquisa visando a construção de um projeto de pesquisa em história.			
BIBLIOGRAFIA: ALERTI, Verena. Manual de História Oral . Rio de Janeiro: FGV, 2005. ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. Referências bibliográficas – NBR 6023 . Rio de Janeiro, 2018. ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. Artigo em publicação periódica impressa –NBR 6022 . Rio de Janeiro, 2018.			

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história. Da escolha do tema ao quadro teórico.** Petrópolis, Rio de Janeiro, 2007.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese.** São Paulo: Atlas, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COLEGIADO de História-Unespar/Paranaguá. **Normas para o Trabalho de Conclusão de Curso.** Paranaguá: Unespar, 2019.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo: Perspectiva, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2010

PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009.

VAINFAS e CRDOSO (orgs.) **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

DISCIPLINA:	Trabalho de Conclusão do Curso		
C/H TOTAL:	-		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 72	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 30	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 18
EMENTA: Orientação do Trabalho de Conclusão do Curso nos encontros entre os orientadores e seus orientados. Observando as especificidades de cada trabalho.			

DISCIPLINA:	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 36	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 15	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 09
EMENTA: Estudos dedicados à capacitação para a leitura e produção de textos acadêmicos visando sua interlocução com o ensino, a pesquisa e prática extensionista.			

DISCIPLINA:	Introdução à Filosofia		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Conceitos de Filosofia e Filosofia da Educação. A concepção filosófica da educação na Idade Média, Moderna e Contemporânea. As correntes filosóficas da modernidade (Iluminismo, Materialismo e Positivismo). As correntes filosóficas contemporâneas (Fenomenologia, Hermenêutica, Existencialismo, Pragmatismo, Teoria Crítica). Implicações e influências dessas correntes filosóficas na educação.			
BIBLIOGRAFIA: ALVES, Rubem. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras. 10º ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Atlas: São Paulo, 2009. BIDO, José Mateus. A Problemática da Pós-Modernidade: uma leitura sobre o viver do			

homem na modernidade. Londrina: UEL, 2001.

BUZZI, Arcângelo. **Filosofia para principiantes.** 11° ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Introdução ao pensar.** 2° ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

DESCARTES, René. **Discurso do Método.** Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1957.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GADOTTI, Moacir. Marx: **Transforma o Mundo.** 2° ed., São Paulo: FTD, 1991.

GOMES, Roberto. **Crítica da Razão Tupiniquim.** São Paulo: FTD, 1994.

HEIDEGGER, Martin. **Conferências e Escritos Filosóficos.** São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo. (Parte I).** 11° ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo. (Parte II).** 8° ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

IMENEZ, Carlos Molina. **Trabalho e Convivência: Um Ensaio de Ética.** Londrina: UEL, 1997.

LARA, Tiago Adão. **Caminhos da razão no Ocidente: a filosofia ocidental, do renascimento aos nossos dias.** 2° ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

LOCKE, John. **Ensaio sobre o Entendimento Humano.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 2 vol.

PLATÃO. **A República.** 2° ed. São Paulo: Martin Claret, 2003.

REALE, Miguel. **Introdução à Filosofia.** 4° ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia.** 2° ed. São Paulo: Paulus, 2003. Volumes 1 – 7.

KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes.** São Paulo: Editora Abril, 1973.

KANT, I. **Textos Seletos.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética.** 20° ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DISCIPLINA:	Políticas Educacionais		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Aspectos sócio-político-econômico-cultural-filosóficos das esferas administrativas e pedagógicas do sistema escolar brasileiro. Histórico da legislação educacional brasileira – O contexto das principais leis: Leis Orgânicas, LDB 4024/61, 5692/71, 7044/82. A Educação na Constituição de 1988. Políticas públicas de educação a partir da Constituição de 1988. A LDB 9394/96: trâmite político e conteúdo; níveis e modalidades de educação. A legislação estadual e municipal de ensino. O profissional da educação: o educador e a lei, sua valorização. Sistema Escolar Brasileiro e sua estrutura administrativa: funcionamento, níveis administrativos e financiamento.			
BIBLIOGRAFIA: CAMPOS, M.; CARVALHO. A Educação nas Constituições Brasileiras. São Paulo: Pontes, 1991. SAVIANI, Demerval. Da nova LDB ao novo Plano Nacional da Educação. Campinas: Editora Autores Associados, 1999. CUNHA, L. A. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. FERNANDES, Florestan. A Transição Prolongada: O Período Pós-Constitucional. São Paulo: Cortez, 1990.			

_____. **Que tipo de República?** São Paulo: Brasiliense, 1986.
PLANK, David. **Política Educacional no Brasil: caminhos para a salvação pública.** Porto Alegre: Artmed, 2001.
SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação.** São Paulo: Pioneira, 1999.
_____. **Política e Educação no Brasil.** 2º ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

DISCIPLINA:	Psicologia da Educação		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: A Psicologia e a Psicologia da Educação. A psicologia e suas vertentes. Os principais teóricos da personalidade (Freud, Jung, Adler, Reich, Maslow, Perls, Rogers, Skinner). Aspectos do desenvolvimento biológico, cognitivo, emocional e social nas perspectivas das teorias psicológicas de desenvolvimento e aprendizagem. A teoria de Jean Piaget e o desenvolvimento cognitivo. O desenvolvimento para a Psicanálise. Vigotski e a visão de desenvolvimento na perspectiva histórico-cultural.			
BIBLIOGRAFIA: BEE, Helen. A criança em desenvolvimento. Porto Alegre: Artmed, 2003. FADIMAN, James. FRAGER, Robert. Teorias da personalidade. São Paulo: Harbra, 2002. QUADROS, Emérico Arnaldo. Psicologia e desenvolvimento humano. Petrópolis: Vozes, 2017. DAVIDOFF, Linda L. Introdução à psicologia. 3º ed. São Paulo: Makron Books, 2006. KUSNETZOFF, Juan Carlos. Introdução à psicopatologia psicanalítica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. 14º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. VIGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2015. _____. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 2010.			

DISCIPLINA:	Didática Geral		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: A história da “didática” e o surgimento da didática moderna. A Didática no contexto e das ciências humanas e seus debates contemporâneos. O processo de ensino-aprendizagem e suas relações políticas, culturais e sociais como objeto de análise. As tendências pedagógicas. A cultura escolar. Os estudantes, culturas juvenis e escola na periferia.			
BIBLIOGRAFIA: CORDEIRO, Jaime. Didática: contexto, educação. São Paulo: Contexto 2007. FORQUIN, Jean. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Medicas, 1993. TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2008.			

CANDAU, Vera Maria (Org). **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
COMENIUS. **Didática Magna**. São Paulo: Wmf, 2006,
CONTRERAS, Jose. **A autonomia dos professores**. São Paulo: Cortez, 2007.
LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
TEIXEIRA, Adla Besaida (Org). **Temas atuais em didática**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

DISCIPLINA:	LIBRAS		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Surdez (Cultura). História da Educação dos Surdos. Aspectos Linguísticos da Libras; Variações Históricas e Sociais. Bilinguismo – Novo enfoque na Educação dos Surdos. Desenvolvimento Linguístico. Português como segunda Língua. Políticas Públicas e Legislação na Educação dos Surdos. Intérprete de Libras. Parâmetros Principais e secundários da Libras. Classificadores em Libras. Libras em contexto.			
BIBLIOGRAFIA: GUARINELLO, Ana Cristina. O papel do outro na escrita do sujeito surdo . São Paulo: Plexus, 2007. ESTADO DO PARANÁ. Lei Estadual nº 12.095, de 11 de março de 1998 – Reconhece Oficialmente, Pelo Estado Do Paraná, A Linguagem Gestual Codificada na Língua Brasileira de Sinais-Libras e Outros Recursos de Expressão a Ela Associados, Como Meio de Comunicação Objetiva e de Uso Corrente. SKLIAR, Carlos. Atualidades da Educação Bilíngue para Surdos. Vol. 2 . Porto Alegre: Mediação, 1999. _____. (Org.) Educação e exclusão. Abordagens socioantropológicas em educação especial . Porto Alegre: Editora Mediação, 1997. _____. A Surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Editora Mediação, 1998. STROBEL, Lílian Karin. FERNANDES, Sueli. Aspectos Linguísticos das LIBRAS . Curitiba: SEED/SUED/DEE. 1998. STROBEL, Karin Lilian <i>et all</i> . Falando com as mãos . Curitiba: Secretaria de estado de Educação. 1998.			

DISCIPLINA:	Geografia e Educação Ambiental		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudos a partir das relações pedagógicas entre geografia e Educação para o Meio Ambiente visando a compreensão das múltiplas relações entre grupos sociais e natureza, conforme as contribuições epistemológicas da Geografia, via articulação com a prática de ensino.			
BIBLIOGRAFIA: BERRY, THOMAS. O Sonho da Terra . Petrópolis: Vozes, 1991. BORTOLOZZI e FILHO. Diagnostico da educação Ambiental no ensino de Geografia. In			

Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n° 109, p. 145-171, março/2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a07.pdf>>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

BORTOLOZZI, A., PEREZ FILHO, A. Educação ambiental e reconstrução da cidadania. In **Revista Sociedade e Natureza**. Uberlândia, v. 6, n° 11/12, p. 41-45, 1994.

BRANCO, Samuel Murgel. **O Meio Ambiente em Debate**. São Paulo: Moderna, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos - temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436p.

CALVENTE, M. D. C. H. ARCHELA, R. S.. GRATÃO, L. H (orgs.). **Múltiplas geografias: ensino, pesquisa, reflexão**. Londrina: Humanidades, 2007.

CUNHA, S. B.. GUERRA, A. J. T. (org.) **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 4° ed. São Paulo: Gaia, 1994.

DREW, DAVID. **Processos Interativos Homem-meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1996.

FIALHO, Edson Soares. A geografia escolar e as questões ambientais. In **Revista Ponto de Vista**, Viçosa, v. 5, n° 1, p. 49-64, 2008.

FREITAS, I. A. História ambiental e geografia: natureza e cultura em interconexão. In **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, Ano 9, v. 2, n° 17, 2°, p. 20-33, Sem. 2007.

GUERRA, A.T.. GUERRA, A. J. T. **Novo dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HOGAN, DANIEL JOSEPH. Crescimento Demográfico e Meio Ambiente. In **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 8, p. 61-69, dez. 1991.

LEINZ, V.. AMARAL, S.E. **Geologia Geral**. 11° ed. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

MILLER, G. TYLER. **Ciência Ambiental**. 11° ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007

OLIVEIRA, M. M.. FARIAS, P. S. C.. SÁ, A. J.. O meio ambiente na geografia crítica e na geografia humanística: desafios metodológicos para uma didática reflexiva do espaço na escola. **Revista de Geografia**. Recife, v. 25, n° 3, p. 108-121, set/dez. 2008.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. In **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n° 68, p. 81-101, 2010.

POPP, J.H. **Geologia do Geral**. 4° ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

ROSS, J. L. S. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. São Paulo: Contexto, 1990

STRAHLER, A.N., STRAHLER, A.H. **Geografia física**. 3° ed. Barcelona: Omega, 2000.

ZEPPONE, R. M. **Educação ambiental: teorias e práticas escolares**. Araraquara: JM, 1999.

DISCIPLINA:	Geografia Humana e Geopolítica		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudo das bases teóricas e conceituais da Geografia da População. Métodos e técnicas em estudos populacionais. Estudo das bases conceituais e teóricas da geografia política e da geopolítica via articulação com a prática de ensino.			
BIBLIOGRAFIA: VESENTINI, J. WILLIAN. Sociedade e Espaço – Geografia Geral e do Brasil . 12° ed São Paulo: Ática, 1996. SANTOS, M (org). Novos Rumos da Geografia Brasileira . São Paulo: Hucitec. 1988. NAKATA, Hirome. Geografia Geral . Rio de Janeiro: Ed. Moderna, 1978.			

BOLIGIAN, LEVON. **Geografia: espaço e vivência: volume único**. 2º ed. São Paulo: Atual, 2007.
MAGNOLI, DEMETRIO. **O mundo contemporâneo**. 2º ed. São Paulo: Atual, 2008.
DAMIANI, Amélia. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.
GEORGE, Pierre. **Geografia da população**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

DISCIPLINA:	Geografia do Brasil		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudo da evolução e da relação entre a sociedade e a natureza e a formação histórica do espaço geográfico brasileiro via articulação com a prática de ensino.			
BIBLIOGRAFIA: AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil. Potencialidades paisagísticas . São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. BECKER, Bertha K. EGLER, Cláudio A. G. Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo . Rio de Janeiro/RJ, Editora Bertrand Brasil, 1993. BIGARELLA, João José de. Esboço das relações entre o relevo topográfico e a estrutura geológica do Paraná. In Boletim Geográfico , Rio de Janeiro, ano V, nº 54. CAMARGO, João Borba de. Geografia Física, Humana e Econômica do Estado do Paraná . Paranavaí: Clichetec, 1998. CANO, Wilson. Reflexões Sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional . Campinas: Editora UNICAMP, 1993. FURTADO Celso. Formação Econômica do Brasil . 11º ed. Rio de Janeiro/RJ, Editora Nacional, 1972. GUERRA, A. J. T. CUNHA S. B. da. (Orgs). A Questão Ambiental: diferentes abordagens . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 MAGNOLI, Demétrio. O Corpo da Pátria – Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912) . São Paulo: Editora UNESP/Moderna, 1997. PALHARES, José Mauro. Paraná Aspectos da Geografia . 3a ed. Foz do Iguaçu: Ed. Foz do Iguaçu, 2004 ROSS, J. L. S. (Org.) Geografia do Brasil . 6 ed. São Paulo: Edusp, 2011. ROSS, J. L. S. Ecogeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental . São Paulo: Oficina de Textos, 2006.			

DISCIPLINA:	Optativa I		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 24	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 06
EMENTA: Esta disciplina será oferecida conforme quadro de distribuição anual de carga horária no quadro de horário do segundo ano.			

DISCIPLINA:	Optativa II		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 03	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 27
EMENTA: Esta disciplina será oferecida conforme quadro de distribuição anual de carga horária no quadro de horário do quarto ano.			

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado de História I		
C/H TOTAL:	200		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 60	C/H PRÁTICA: 100	C/H EXTENSÃO: 40	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA: O Estágio Supervisionado de História I será realizado em Escolas que ofereçam turmas de sexta a nona séries do Ensino Fundamental da Comunidade observando as seguintes etapas: Preparação, Observação, Participação e Avaliação, através da articulação ensino e prática extensionista.			

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado de História II		
C/H TOTAL:	200		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 60	C/H PRÁTICA: 100	C/H EXTENSÃO: 40	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA: O Estágio Supervisionado de História II será realizado em Escolas que ofereçam turmas de Ensino Médio da Comunidade observando as seguintes etapas: Preparação, Observação, Participação e Avaliação, através da articulação ensino e prática extensionista.			

Relação das Disciplinas Optativas

DISCIPLINA:	Historiografia Brasileira
C/H TOTAL:	30
EMENTA: Estudos da produção historiográfica brasileira produzida a partir do período Imperial através da revisão crítica dos textos, crítica documental e a relação entre o ensino e a pesquisa.	

DISCIPLINA:	História da América Latina Colonial
C/H TOTAL:	30
EMENTA: Estudo da História da América Latina entre a colonização europeia e a independência.	

DISCIPLINA:	História da América Latina Contemporânea
C/H TOTAL:	30
EMENTA: Estudo da História da América Latina contemporânea a partir dos processos de independência e formação dos Estados Nacionais.	

DISCIPLINA:	História da América Pré-colombiana
C/H TOTAL:	30
EMENTA: Estudo da História das Sociedades americanas anteriores à conquista europeia.	

DISCIPLINA:	História da América Pré-colombiana
C/H TOTAL:	30
EMENTA: Estudo da História das Sociedades americanas anteriores à conquista europeia.	

DISCIPLINA:	História da África Pré-colonial
C/H TOTAL:	30
EMENTA: Estudo da História das Sociedades africanas anteriores à conquista europeia.	

DISCIPLINA:	História da África Colonial
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	

Estudo da História da África entre a colonização europeia e os processos de independência.

DISCIPLINA:	Arqueologia
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da arqueologia.

DISCIPLINA:	História da África Contemporânea
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da História da África contemporânea a partir dos processos de independência e formação dos Estados Nacionais.

DISCIPLINA:	História da América Anglo-saxônica Colonial
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da História da Anglo-saxônica entre a colonização europeia e a independência.

DISCIPLINA:	História da América Anglo-saxônica Contemporânea
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da História da Anglo-saxônica a partir dos processos de independência e formação dos Estados Nacionais.

DISCIPLINA:	História Regional
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da História regional, debates historiográficos e a problematização de seus conceitos.

DISCIPLINA:	História da Escravidão
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo das metodologias, teorias, objetos e temáticas da História da Escravidão e suas relações com o ensino e a pesquisa em história.

DISCIPLINA:	História do Tempo Presente
C/H TOTAL:	30

EMENTA:

Estudos sobre a história do tempo presente a partir da análise historiográfica, questões conceituais e suas relações com a pesquisa histórica.

DISCIPLINA:	História Oral
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos métodos, técnicas, teorias, temas, problemas e possibilidades da História Oral para a pesquisa e o ensino de história.

DISCIPLINA:	História Econômica
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo do pensamento e do desenvolvimento econômico suas implicações sociais.

DISCIPLINA:	História Econômica Brasileira
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo do desenvolvimento econômico brasileiro a partir das discussões historiográficas e das relações com o ensino e a pesquisa em história.

DISCIPLINA:	História da Arte
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Análise das interfaces entre história, cultura e arte, expressas nas manifestações artísticas e a obra de arte como possibilidade de objeto de pesquisa em História.

DISCIPLINA:	História Ambiental
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Análise das produções científicas na intersecção História Ambiental/História Sociocultural a partir das inter-relações entre humanos e não-humanos envolvendo a história da conservação, da transformação de paisagens e dos desastres ambientais. A história de conceitos e a escrita da natureza segundo as tradições historiográficas da História Ambiental.

DISCIPLINA:	História e Cinema
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo de diferentes metodologias aplicadas à pesquisa histórica tendo por base o cinema como fonte e lugar de construção da realidade a partir das representações sociais e as

relações com o ensino de história. Estudo dos movimentos e vertentes fundamentais da cinematografia e do cinema e dos roteiros como narrativas históricas.

DISCIPLINA:	História e Cultura Visual
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Discutir o uso das imagens na composição do conhecimento histórico. Apresentar as principais questões teóricas relacionadas à compreensão histórica das representações imagéticas, sua relação com a experiência vivida e com o conhecimento constituído pelas diferentes áreas das ciências humanas.

DISCIPLINA:	História e Gênero
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo das relações de gênero na sociedade a partir das discussões historiográficas contemporâneas e as relações com o ensino e a pesquisa em história. As relações de gênero como construção sociocultural e suas relações com a historicidade e as práticas de intervenções sociais.

DISCIPLINA:	História e Movimentos Sociais
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo sobre a Historiografia e os aspectos teóricos dos movimentos sociais e suas relações com o ensino e a pesquisa em história.

DISCIPLINA:	História e Cidade
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudos historiográficos da cidade como objeto do historiador e como patrimônio cultural e suas possibilidades para a pesquisa e o ensino de história.

DISCIPLINA:	História e Sociologia: Diálogos Culturais
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Diálogos entre história cultural e sociologia da ação através dos estudos realizados por Pierre Bourdieu e suas contribuições conceituais e metodológicas para o campo da história e as possibilidades para o ensino e a pesquisa histórica.

DISCIPLINA:	História Cultural
-------------	--------------------------

C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da história cultural através da análise historiográfica, dos conceitos de Cultura e a Antropologia Histórica, cotidiano e representações culturais bem como discussões acerca da História Cultural no Brasil e suas relações com o ensino e a pesquisa em história.

DISCIPLINA:	História Social da Família e da Infância
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudos de família e infância através da análise historiográfica, uso de fontes e as relações com o ensino e a pesquisa em história.

DISCIPLINA:	História Social
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos métodos, técnicas, teorias e temáticas da História Social.

DISCIPLINA:	História Social da Música Popular Brasileira
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo música popular brasileira como objeto da História a partir de sua inserção em todos os grupos sociais brasileiros. Problematizar a música popular brasileira como documento histórico e suas possibilidades para a pesquisa e o ensino da história.

DISCIPLINA:	História das Mentalidades
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos métodos, técnicas, teorias, objetos e temáticas da História das Mentalidades.

DISCIPLINA:	História das Mulheres
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da história das mulheres a partir da análise historiográfica e da problematização de suas práticas, seus saberes, suas representações e sua construção de identidades, bem como analisar as novas abordagens historiográficas sobre o tema e sua relação no ensino e na pesquisa em história.

DISCIPLINA:	História Política
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da política como objeto da História e do enfoque a Nova história política como possibilidade para o ensino e a pesquisa em história. A disciplina tem por objetivo refletir sobre a problemática do “retorno” da história política, discutindo a incorporação dos conceitos de culturas políticas, imaginário e representações, bem como alguns exemplos da sua aplicabilidade na historiografia brasileira recente.

DISCIPLINA:	História e Poder
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo do poder como objeto da História.

DISCIPLINA:	História Militar
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos métodos, técnicas, teorias, objetos e temáticas da História Militar através da discussão historiográfica e possibilidades para a pesquisa em história.

DISCIPLINA:	História e Cultura Material
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da Cultura material como objeto da História com suas possibilidades metodológicas, técnicas, teóricas e temáticas.

DISCIPLINA:	História e Antropologia
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos diálogos teóricos e metodológicos entre a História e a Antropologia.

DISCIPLINA:	História e Biografia
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da biografia como objeto da História e seus usos no ensino de história.

DISCIPLINA:	História e Direitos Humanos
C/H TOTAL:	30

EMENTA:

Estudo histórico da ideia de direitos humanos com base na chamada nova história cultural em diálogo com as ciências sociais, as lutas por direitos e as estratégias de empoderamento dos sujeitos sociais e suas lutas pelo direito a ter direitos.

DISCIPLINA:	Micro-história
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da micro-história, seus diálogos, perspectivas de análise e de métodos através da crítica historiográfica e do trabalho com fontes históricas.

DISCIPLINA:	História e Relatos De Viagem
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos relatos de viagem como objeto da História e suas possibilidades no ensino e na pesquisa.

DISCIPLINA:	História e Fotografia
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da fotografia como objeto da História e seus usos no ensino de história.

DISCIPLINA:	História e Imagem
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo das relações entre imagem, história e ensino de história através da análise documental as possibilidades e limites no uso da imagem enquanto ferramenta para a construção do conhecimento histórico.

DISCIPLINA:	História e Iconografia
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da iconografia como objeto da História, e suas possibilidades e usos no ensino de história.

DISCIPLINA:	História e Literatura
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	

Estudo das aproximações entre História e Literatura, bem como a utilização da literatura como fonte documental para a historiografia a partir do conceito de representação, das teorias da História Cultural em uma perspectiva sociocultural assumindo a obra literária como documento para o historiador levando em consideração sua produção, circulação e consumo.

DISCIPLINA:	História e Imprensa
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da imprensa como objeto da História e suas possibilidades para os estudos históricos e para o ensino de história. Compreender os jornais e revistas enquanto fonte histórica, levando também em consideração a questão de sua produção, consumo e circulação, além dos discursos produzidos por esses impressos.

DISCIPLINA:	História Vista de Baixo
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos objetos, temas, teorias e metodologias da História vista de baixo e seus diálogos com a história social e cultural. As formas de vida, de trabalho e de cultura dos mais pobres são seus principais objetos de estudo.

DISCIPLINA:	História Intelectual
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da História Intelectual.

DISCIPLINA:	História das Ideias
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da História das ideias.

DISCIPLINA:	História do Corpo
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo do corpo como objeto da História. O corpo como construção histórico-cultural e a historicidade das representações corporais.

DISCIPLINA:	História e Saúde
C/H TOTAL:	30

EMENTA:
 Estudo da saúde como objeto da história. Estudo das representações histórico-sociais nos processos de saúde, doença, terapêuticas e curas.

DISCIPLINA:	História da Sexualidade
C/H TOTAL:	30
EMENTA: Estudo da sexualidade como objeto da História.	

DISCIPLINA:	História da Alimentação
C/H TOTAL:	30
EMENTA: Estudo da alimentação como objeto da História e o estudo dos processos alimentares entre os povos do mundo através da História.	

DISCIPLINA:	História da Vida Privada
C/H TOTAL:	30
EMENTA: Estudos de aspectos da vida privada, através da análise historiográfica e de fontes vinculadas aos costumes, hábitos e modos de ser longo do tempo e suas relações com o ensino e a pesquisa.	

DISCIPLINA:	História das Religiões e Religiosidades
C/H TOTAL:	30
EMENTA: Estudo de conceitos religiosos e suas representações e crenças por meio da revisão crítica da historiografia, do pensamento sociológico, articulando a pesquisa e a prática de ensino.	

DISCIPLINA:	História da Tecnologia
C/H TOTAL:	30
EMENTA: Estudo da tecnologia como objeto da História.	

DISCIPLINA:	História da Ciência
C/H TOTAL:	30
EMENTA: Estudo da ciência como objeto da História.	

DISCIPLINA:	História do Esporte
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da História dos Esportes e dos Jogos Tradicionais no Brasil e no Mundo através da análise historiográfica e sociológica e possibilidades para a pesquisa histórica.

DISCIPLINA:	História Quantitativa
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da História Quantitativa e suas possibilidades para os estudos históricos e para o ensino de história.

DISCIPLINA:	História Demográfica
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da História Demográfica e suas possibilidades para os estudos históricos e para o ensino de história.

DISCIPLINA:	Geografia Geral
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.

DISCIPLINA:	Geopolítica
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos conceitos geopolíticos de Estado, nação e classes sociais.

DISCIPLINA:	Tópicos em História do Paraná
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da formação e das representações da sociedade paranaense através da análise historiográfica, pesquisa de fontes e sua relação com o ensino de história

DISCIPLINA:	Tópicos em História da América Portuguesa
C/H TOTAL:	30

EMENTA:

Desenvolvimento de temas ou estudo de caso, e seus respectivos debates historiográficos, da sociedade brasileira durante a colonização portuguesa na América.

DISCIPLINA:	Tópicos em História do Brasil Império
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Desenvolvimento de temas ou estudo de caso, e seus respectivos debates historiográficos, do Brasil Império a partir do processo de independência e formação do Estado Nacional Brasileiro no século XIX.

DISCIPLINA:	Tópicos em História do Brasil República
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Desenvolvimento de temas ou estudo de caso, e seus respectivos debates historiográficos, a partir da Proclamação da República e seus desdobramentos na formação do Estado Nacional Brasileiro nos séculos XX e XXI.

DISCIPLINA:	Tópicos em História Antiga
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Desenvolvimento de temas ou estudo de caso, e seus respectivos debates historiográficos, da antiguidade.

DISCIPLINA:	Tópicos em História Medieval
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Desenvolvimento de temas ou estudo de caso, e seus respectivos debates historiográficos, do medievo.

DISCIPLINA:	Tópicos em História Moderna
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Desenvolvimento de temas ou estudo de caso, e seus respectivos debates historiográficos, da modernidade.

DISCIPLINA:	Tópicos em História Contemporânea
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Desenvolvimento de temas ou estudo de caso, e seus respectivos debates historiográficos, da

contemporaneidade.

DISCIPLINA:	Tópicos em Teorias da História
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Desenvolvimento de temas ou estudo de caso, e seus respectivos debates historiográficos, a respeito das teorias historiográficas.

7. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

Um dos importantes componentes que norteiam essa reformulação considera como essencial a superação das dicotomias ensino-pesquisa e ensino-extensão, noção clássica que parte da separação tida como intrínseca entre o professor que trabalha em sala de aula, o pesquisador que mergulha em livros, documentos, arquivos (bacharel) e do extensionista envolvido com a comunidade; a falta de entrosamento entre os três níveis de ensino, através da adequação dos conteúdos das disciplinas a um novo profissional de História.

A extensão ocorrerá como componente curricular obrigatório na matriz curricular do Curso em consideração aos documentos que em seu conjunto estabelecem normas para a implementação das atividades curriculares de extensão tanto em nível nacional como da Unespar.

Deste modo, a nova proposta assume um modo peculiar ao articular tais conteúdos com a produção historiográfica e com os múltiplos diálogos que a história estabelece com outras ciências. Além disso, a extensão assume também um papel de protagonista no Curso, pois promove a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa.

A concepção de ensino superior disposta no artigo 207 da Constituição Federal, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Nesse sentido, os projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos no curso de História na Unespar – Campus de Paranaguá devem articular essas três instâncias de modo a não dissociá-las.

A pesquisa no Curso será proveniente dos Laboratórios, Laboratório de estudos litorâneos: História e práticas sócio-culturais (LELI), Laboratório de Estudos do Tempo Presente (Lab-TEMPO) e Laboratório de Estudos da Escravidão e do Pós-Abolição. Em seu conjunto, as ações desses Laboratórios pretendem consolidar a pesquisa no Curso de História

e, para tanto, prevê a orientação das pesquisas de alunos da Unespar/Paranaguá, seja na produção de seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) ou no âmbito de suas pesquisas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Além disso, pretendem construir pesquisas conjuntas a fim de se consolidar uma identidade no âmbito do PPC do Colegiado de História.

Tais Laboratórios possuem também uma agenda dedicada à extensão - a extensão nesses espaços pretende articular o conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a Unespar, Campus de Paranaguá se insere. Essa atividade pretende promover cursos de extensão, para atender as demandas das escolas públicas na formação complementar vinculada ao campo de atuação do Curso.

Nessas atividades, e nas demais, decorrentes das demandas sociais, o protagonismo será do aluno do curso de História, complementando sua formação profissional, oportunizando a transposição didática do saber apreendido a medida que os colocará em contato direto com a Escola Pública e com a comunidade em geral. As atividades extensionistas prevêem ainda, a atuação de acadêmicos das áreas das humanidades do Campus de Paranaguá, podendo envolver adicionalmente a colaboração de acadêmicos outras Instituições de Ensino Superior Público, existentes no litoral do Paraná.

Além dos Laboratórios, está em processo de implantação o Centro de Documentação Histórica do Litoral do Paraná, cujo projeto já foi aprovado no Conselho de Colegiado do Curso e no Conselho de Campus. Até o fim de 2021 objetivamos que a tramitação já tenha sido encerrada nas demais instâncias colegiadas da Universidade. O Centro de Documentação será um órgão do Colegiado de História vinculado à Direção do Campus de Paranaguá, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e voltado ao tratamento arquivístico de documentos de caráter permanente, reconhecidos pelo seu valor histórico, científico e cultural, em especial documentos advindos das Varas Criminais no âmbito do litoral do Paraná.



8. CORPO DOCENTE

COORDENADOR DO COLEGIADO DE CURSO				
Nome	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Carga horária semanal dedicada à Coordenação do Colegiado de Curso	Regime de Trabalho
Fábio Tadeu Vighy Hanna	UNIMEP, 1996 UNESP, 2000	Mestrado em História: UNESP, 2003 Doutorado em História: UNESP, 2007	32 h	40 h, TIDE

PROFESSORES EFETIVOS			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
Florindo Wistuba Júnior	Unespar, 1993	Especialização em História; Unespar, 1998	40h.
César Tagliari	Unespar, 1987	Especialização em Geografia Física; UFPR, 1991 Especialização em Supervisão Escolar: Unespar, 2000	40 h
Joacir Navarro Borges	UFPR, 1999	Mestrado em História: UFPR (Promovido ao doutorado) Doutorado em História; UFPR, 2009	40 h, TIDE

José Ronaldo Mendonça Fassheber	UFJE, 1993	Mestrado em Antropologia Social; UFSC, 1998 Doutorado em Educação Física: UNICAMP, 2006	40 h, TIDE
Liliane da Costa Freitag	UNIOESTE, 1991	Especialização em Geografia do Brasil: UEM, 1993 Mestrado em História: UNISINOS, 1997 Doutorado em História: UNESP, 2007	40 h, TIDE
Leticia Batistela Silveira Guterres	UNIFRA, 2001	Especialização PROEJA: UFRGS, 2007 Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas: PUC-RS, 2004 Doutorado em História Social: UFRJ, 2013 Pós-Doutorado em Escravidão na América Latina: Universidade do Arizona, 2015	40 h, TIDE
Marcelo Carreiro da Silva	PUC-Rio, 2003 UFRJ, 2009	Mestrado em História Comparada: UFRJ, 2009 Doutorado em História Comparada: UFRJ, 2015	40 h, TIDE

Kety Carla de March	UNICENTRO, 2008	Mestrado em História: UFPR, 2010 Doutorado em História: UFPR, 2015	40 h, TIDE
PROFESSORES CRES			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
Ingrid Cristinni Kroich Frandji	UFPR, 2013	Mestrado em História: UFPR, 2017	20 h

Resumo da Quantidade de Docentes Por Titulação:

Especialistas: 2

Mestres: 1

Doutores: 6

Pós-Doutores: 1

9. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

- Profª. Dra. Liliane Freitag (Presidente)
- Prof. Dr. Fábio Tadeu Vighy Hanna
- Prof. Esp. Florindo Wistuba Júnior
- Prof. Dr. Joacir Navarro Borges
- Profª. Dra. Letícia Batistela Silveira Guterres
- Prof. Dr. Marcelo Carreiro da Silva
- Profª. Dra. Kety Carla de March

10. INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL

O Curso de História da Unespar – Campus de Paranaguá conta com a seguinte infraestrutura:

- 1) Laboratório de informática (um para todos os cursos, seu uso deve ser agendado com bastante antecedência);
- 2) Biblioteca (pequena, com acervo limitado, sem bibliotecária responsável e não informatizada);
- 3) Auditório (um para todos os cursos, seu uso deve ser agendado com bastante antecedência);
- 4) Sala de professores (uma para todos os cursos);
- 5) Notebooks e projetores multimídia para sala de aula (equipamentos devem ser agendados com antecedência, pois não há um equipamento fixo para cada sala de aula);
- 6) Sala de atendimento ao estudante (uma para todos os cursos);
- 7) Sala da coordenação (fica em um edifício administrativo fora do campus e o edifício fecha às 18h, o que é um problema, pois o Curso de História funciona a partir das 19h);
- 8) Sala de reuniões (fica em um edifício administrativo fora do campus e o edifício fecha às 18h, o que é um problema, pois o Curso de História funciona a partir das 19h);
- 9) Sobre as condições de acessibilidade: há uma rampa de acesso ao interior do Campus, mas todas as quatro salas de aula do Curso de História ficam em um piso superior, a um lance de escada do piso térreo e esse piso não conta com rampa ou elevador para acessá-lo.

11. ANEXOS:

11.1-Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I E II, DO CURSO DE HISTÓRIA

ESTÁGIO SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ESTÁGIO I) E ENSINO MÉDIO (ESTÁGIO II)

Considerando:

Os termos da LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996, que determina, em seu artigo 82, que os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio e superior em sua jurisdição,

O parecer RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição,

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de História, o Estágio Supervisionado, a ser realizado a partir da segunda metade do curso, que representa quatrocentas horas da Matriz Curricular e compõe o Núcleo Específico do curso, sendo vivência teórico-prática obrigatória para a formação acadêmica do futuro professor, não havendo, sob nenhum aspecto, nenhuma dispensa da mesma, bem como igualmente obrigatória é a comprovação de sua realização, mediante apresentação dos materiais e documentação própria,

O curso de História RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de História da Unespar – Campus Paranaguá, nos termos abaixo.

Art. 2º - O presente regulamento constitui parte integrante do currículo pleno do Curso de História da Unespar – Campus Paranaguá, visando a normatizar o Estágio Curricular Supervisionado, sendo o seu cumprimento integral indispensável para a colação de grau dos graduandos.

CAPÍTULO I - DA CONCEPÇÃO

Art. 3º - O Estágio Supervisionado constitui-se um componente curricular, vivenciado ao longo do curso, permeando toda a formação do futuro professor de História desenvolvido em tempo e espaço específico e contando com uma coordenação de dimensão prática. Conforme

definido na legislação que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica é componente curricular obrigatório a todos os cursos de licenciatura. O Estágio Supervisionado é o conjunto de atividades curriculares de aprendizagem profissional, integrante do projeto pedagógico do Curso de História, propiciando ao aluno a participação em situações práticas de vida e de trabalho profissional, realizado em Escolas de Educação Básica e de Ensino Médio, sob a responsabilidade do Professor de Estágio Supervisionado e realizado nos termos do regulamento específico. O Estágio Supervisionado de Licenciatura em História visa que o aluno em contato com o seu futuro ambiente de trabalho acelere, complemente e consolide sua formação profissional, que esclare sua posição de agente da Educação, de maneira lógica e sequenciada, firmando os contornos do profissional consciente da responsabilidade do seu trabalho.

Parágrafo único: A reflexão das experiências advindas do Estágio Curricular Supervisionado deve constituir-se em subsídio para definição e reconstrução do Projeto Político-Pedagógico do Curso de História, para a pesquisa acadêmica de docentes e estudantes no referido curso, assim como também deve servir de elemento para que a IES contribua, por meio de projetos de extensão de formação continuada, com as instituições que se abrem como campos de estágio da Unespar – Campus Paranaguá.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 4º – Constituem objetivos do estágio curricular supervisionado:

I – favorecer parcerias entre a Unespar – Campus Paranaguá comunidade escolar da região, as Secretarias Municipais de Educação, o Núcleo Regional de Educação e outras instituições educativas e culturais, estabelecendo uma via de desenvolvimento dos fins desta instituição, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão;

II – viabilizar aos acadêmicos estagiários a articulação entre os conhecimentos produzidos na Universidade, ao longo do curso, com os obtidos no Ensino da História de outras instituições educativas, especialmente instituições escolares do Ensino Fundamental e Médio;

III – oportunizar uma reflexão teórico-prática sobre a realidade educacional na qual os acadêmicos estagiários irão atuar, construindo alternativas de transformação;

IV – fomentar posicionamentos críticos por parte dos futuros licenciados acerca da organização disciplinar, dos sujeitos envolvidos nas práticas de sala de aula, das relações de poder e instâncias hierárquicas escolares, através do Estágio de Observação;

V – oportunizar a vivência de práticas pedagógicas que possibilitem, levando em consideração a diversidade de contextos, a fundamentação de conhecimentos constituintes da atividade profissional, através do Estágio de Participação e Regência;

VI – subsidiar o questionamento, a reavaliação e a reestruturação tanto do Projeto Político-Pedagógico do Curso de História, quanto do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unespar.

CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 5º – Cumprindo o estabelecido nas Resoluções pertinentes, o Estágio Curricular supervisionado do Curso de História da Unespar perfaz um total geral de 400 horas/aula que serão cumpridas dentro do período letivo regular, seguindo cronograma específico, mas consonante ao Calendário Acadêmico da IES.

§ 1º Estágio Supervisionado em História I

O Estágio Supervisionado em História I será realizado nas escolas de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) da comunidade escolar e dividido em quatro etapas:

1ª etapa: Abordagem Teórica (50 horas)

a) Constará de reflexão sobre a ação do aluno na prática do seu curso; bem como as formas de observações e vivência educativa nas escolas da comunidade;

b) Organização de seminários para a discussão da realidade educacional do Ensino da História e suas transformações sociais;

c) Elaboração do material pedagógico de estágio que será trabalhado, ao longo do ano, nas escolas, tais como: apreender elaboração de plano de ensino, texto de aula, jogos virtuais, dentre outros.

2º etapa: Práticas Iniciais (70 horas)

a) Estágio de Observação na estrutura organizacional do campo de estágio. Nesse momento será observado a caracterização da organização do espaço-tempo escolar e das relações pedagógicas produzidas no âmbito escolar do estágio, ou seja, a descrição/interpretação da escola - através de entrevistas com equipe pedagógica, direção e professores, bem como por meio de observação e análise de documentos da escola. A intencionalidade é que, nesse momento, o acadêmico estagiário realize uma análise acerca dos elementos constituintes das diversas dimensões da prática escolar (arquitetura/estrutura física e administrativa da escola, organização do tempo, perfil docente, perfil discente, perfil pedagógico, gestão escolar, relações escola/família e escola/comunidade e projeto político-pedagógico), assim como reflita sobre as interações sociais em situação de ensino-aprendizagem (relações professor x aluno x equipe administrativo/pedagógica), objetivando tanto identificar práticas que contribuem ou tornam-se obstáculo à construção do

conhecimento, quanto investigar aspectos como dispositivos disciplinares, autoridade e relações simbólicas e de poder no espaço escolar;

b) Aulas práticas dentro da IES, com temas extraídos do currículo escolar de Ensino Fundamental (aula modelo, ver fichas 11.13 e 11.14 em anexo);

c) Atividades extensionistas pedagógicas de participação como organizadores ou executores em atividades oferecidas, a partir de projetos previstos pelo professor da IES responsável pela disciplina, com objetivo de atender a demandas da comunidade escolar. Carga horária de 40 horas divididas entre elaboração de projeto, material didático, execução e relatório.

d) Leituras orientadas a fim de subsidiar/fundamentar teoricamente o olhar sobre as práticas concernentes a essa etapa do estágio, com vistas à construção de relatório de estágio.

e) Produção escrita/ elaboração de relatório acerca das observações/ações desenvolvidas durante essa etapa do estágio abordando os itens a, b, c e d (ver ficha no anexo 11.7).

3ª etapa: Período de Atuação (80 horas)

a) Estágio de Observação docente em atuação na sala de aula do campo de estágio. Carga horária de 15 horas-aula;

b) Registro e análise de dados do período de observação docente (ver ficha no anexo 11.9);

c) Autoavaliação da prática observada;

d) Elaboração dos planos de aula e preparo do material didático/ texto de aula para a Regência de Classe nas aulas de História no campo de estágio (ver fichas 11.13 e 11.14 em anexo);

e) Estágio de Regência: Período de prática docente em ambiente escolar com carga horária de 05 horas/aula divididas pelas séries de ensino fundamental;

f) Avaliação e autoavaliação, sobre a regência em classe;

g) Produção escrita/ elaboração de relatório reflexivo acerca das observações/ações desenvolvidas durante essa etapa do estágio (ver ficha no anexo 11.11).

4ª etapa: Período de avaliação

a) Será feita de forma contínua e sistemática pelo professor de estágio, pelo grupo de observação, pelos professores da disciplina e pelo aluno estagiário;

b) O aluno receberá atendimento individualizado por parte do professor responsável pelo estágio, estabelecido em comum acordo pelo professor e aluno;

§ 2º Estágio Supervisionado em História II

O Estágio Supervisionado em História II será realizado nas escolas de Ensino Médio (1º ao 3º ano) da comunidade escolar e dividido em quatro etapas:

1ª etapa: Abordagem Teórica (50 horas)

a) Constará de reflexão sobre a ação do aluno na prática do seu curso; bem como as formas de observações e vivência educativa nas escolas da comunidade;

b) Organização de seminários para a discussão da realidade educacional do Ensino da História e suas transformações sociais;

c) Elaboração do material pedagógico de estágio que será trabalhado, ao longo do ano, nas escolas, tais como: apreender elaboração de plano de ensino, texto de aula, jogos virtuais, dentre outros.

2º etapa: Práticas Iniciais (70 horas)

a) Estágio de Observação na estrutura organizacional do campo de estágio. Nesse momento será observado a caracterização da organização do espaço-tempo escolar e das relações pedagógicas produzidas no âmbito escolar do estágio, ou seja, a descrição/interpretação da escola – através de entrevistas com equipe pedagógica, direção e professores, bem como por meio de observação e análise de documentos da escola. A intencionalidade é que, nesse momento, o acadêmico estagiário realize uma análise acerca dos elementos constituintes das diversas dimensões da prática escolar (arquitetura/estrutura física e administrativa da escola, organização do tempo, perfil docente, perfil discente, perfil pedagógico, gestão escolar, relações escola/família e escola/comunidade e projeto político-pedagógico), assim como reflita sobre as interações sociais em situação de ensino-aprendizagem (relações professor x aluno x equipe administrativo/pedagógica), objetivando tanto identificar práticas que contribuem ou tornam-se obstáculo à construção do conhecimento, quanto investigar aspectos como dispositivos disciplinares, autoridade e relações simbólicas e de poder no espaço escolar (ver ficha no anexo 11.8);

b) Aulas práticas dentro da IES, com temas extraídos do currículo escolar de Ensino Médio (aula modelo, ver fichas 11.13 e 11.14 em anexo);

c) Atividades extensionistas pedagógicas de participação como organizadores ou executores em atividades oferecidas, a partir de projetos previstos pelo professor da IES responsável pela disciplina, com objetivo de atender a demandas da comunidade escolar. Carga horária de 20 horas divididas entre elaboração de projeto, material didático, execução e relatório.

d) Leituras orientadas a fim de subsidiar/fundamentar teoricamente o olhar sobre as práticas concernentes a essa etapa do estágio, com vistas à construção de relatório de estágio.

e) Produção escrita/ elaboração de relatório acerca das observações/ações desenvolvidas durante essa etapa do estágio abordando os itens a, b, c e d. .

3ª etapa: Período de Atuação (80 horas)

a) Estágio de Observação docente em atuação na sala de aula do campo de estágio. Carga horária de 15 horas-aula;

b) Registro e análise de dados do período de observação docente (ver ficha 11.10 em anexo);

c) Autoavaliação da prática observada.

d) Elaboração dos planos de aula e preparo do material didático/ texto de aula para a Regência de Classe nas aulas de História no campo de estágio (ver fichas 11.13 e 11.14 em anexo);

e) Estágio de Regência: Período de prática docente em ambiente escolar com carga horária de 03 horas/aula divididas pelas séries de ensino médio.

f) Avaliação e autoavaliação, sobre a regência em classe;

g) Organização e execução do Seminário Extensionista de Práticas e Estágio Supervisionado em História da Unespar – Campus Paranaguá (organização geral e inscrição de painel ou comunicação oral de experiência didático-pedagógica) - 20 horas.

h) Produção escrita/ elaboração de relatório reflexivo acerca das observações/ações desenvolvidas durante essa etapa do estágio (ver ficha 11.12 em anexo).

4ª etapa: Período de avaliação

i) Será feita de forma contínua e sistemática pelo professor de estágio, pelo grupo de observação, pelos professores da disciplina e pelo aluno estagiário;

j) O aluno receberá atendimento individualizado por parte do professor responsável pelo estágio, estabelecido em comum acordo pelo professor e aluno.

Art. 6º – A programação e organização do Seminário de Práticas e Estágio Supervisionado cabem ao Professor de Estágio com os demais professores do colegiado, juntamente com acadêmicos estagiários do 4º ano. Os alunos do 3º e 4º anos atuam como apresentadores de resultados. Este Seminário caracteriza-se como um evento de extensão direcionado à discussão e partilha de experiências na área de ensino-aprendizagem de História, cujo público deve abranger, pelo menos, os demais estudantes dos 1º e 2º anos do Curso de História

Campus de Paranaguá, bem como professores e equipes pedagógicas das Instituições campos de estágio.

Art. 7º – A docência/regência em classe será desenvolvida, na modalidade regular do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos) e Ensino Médio (1º ao 3º anos).

Art. 8º – Pode solicitar redução de 30% da carga-horária de qualquer uma das atividades de docência/regência de classe o acadêmico que comprovar estar em efetivo exercício de sala de aula em História em estabelecimento de ensino que oferte regularmente o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e/ou Médio, valendo tal redução somente para a especificidade docente comprovada.

§ 1º Os outros 70% da carga-horária de docência/regência de classe que devem ser cumpridas podem desenvolver-se em âmbitos diferenciados de ensino.

§ 2º A redução da docência/regência de classe não inclui a desobrigação de participação integral nas demais atividades.

Art. 9º - O registro das horas destinadas ao estágio, para efeito de comprovação, será feito em documento próprio e devidamente assinado por profissional do campo de estágio que acompanhou a atividade, pelo professor de estágio, bem como pelo próprio estagiário.

Art. 10 – O aluno estagiário levará para a escola onde realizará seu estágio, um ofício para a direção da mesma, constando as atividades que o mesmo fará na escola durante seu período de estágio.

Art. 11 – Atividades de estágio remunerado ou voluntário não substituem a carga horária do Estágio Curricular Supervisionado.

CAPÍTULO IV - DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 12 – Constituem-se campos de estágio as instituições escolares de direito público que ofertem Ensino Fundamental (6º ao 9º anos), e Ensino Médio, devidamente conveniadas com a Unespar – Campus de Paranaguá, através de documentação legal própria, formalizando as condições básicas para a realização do estágio. Via de regra, em casos específicos e avaliada pertinência pela coordenação do Estágio Supervisionado, respeitando-se processo de firmação de convênio ou Termo de Compromisso de Estágio, conforme consta no Regulamento Geral de Estágio da Unespar, podem ainda constituir-se campos de estágio: escolas filantrópicas, privadas, organizações não governamentais com Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Médio.

CAPÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 13 - O acadêmico estagiário é o aluno regularmente matriculado no período que abriga a disciplina de estágio curricular supervisionado.

Parágrafo único: Ao acadêmico de estágio curricular supervisionado compete:

- I - informar-se e cumprir o regulamento do estágio curricular supervisionado;
- II - definir com o professor de estágio o período, o campo e as condições para o cumprimento das atividades de estágio;
- III - elaborar e cumprir o Plano de Estágio Curricular Supervisionado com a orientação do professor de estágio;
- IV - comparecer ao estágio pontualmente nos dias, horas e locais estipulados e comunicar com antecedência de, no mínimo, 48 horas, a sua ausência nas atividades previstas, à escola campo de estágio e ao professor de estágio;
- V - manter atitude ético-profissional no desenvolvimento de todas as atividades;
- VI - avaliar de modo constante e crítico as inserções de estágio realizadas, sejam elas na condição de observação, participação ou de docência/regência, organizando leituras e escrita analítica que culminará no relatório ou artigo de cada etapa de estágio;
- VII - apresentar ao professor de estágio na IES, com antecedência, o planejamento das atividades a serem desenvolvidas nos campos de estágio;
- VIII - respeitar o sigilo quanto às constatações feitas nas instituições campo de estágio e respeitar as normas por elas estabelecidas;
- IX - manter atitude de maior atenção, disciplina, discrição, como também de colaboração, quando no recinto campo de estágio;
- X - apresentar cada atividade de estágio curricular supervisionado, obedecendo aos prazos previstos pelo professor de estágio;
- XI - cumprir as etapas previstas para realização do estágio supervisionado, bem como realizar o registro da frequência em documento próprio.

CAPÍTULO VI - DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DE ESTÁGIO

Art. 14 - Entende-se por professor de estágio a orientação dada ao aluno no decorrer de sua prática profissional pelo docente do Curso de História da Unespar – Campus de Paranaguá, de forma a proporcionar aos estagiários a plena articulação de teorizações e práticas inerentes ao Ensino de História.

Art. 15 – O trabalho de Estágio Supervisionado em História no Curso de História é desenvolvida na forma de supervisão direta e continuada, com acompanhamento efetuado pelo docente na orientação, no desenvolvimento e na avaliação das atividades planejadas e realizadas nos campos de estágio ao longo de todo o processo.

Parágrafo único: Compete ao professor de estágio:

I – contatar a direção, equipe pedagógica, professores ou responsáveis pelos campos envolvidos nos estágios, para firmar compromisso entre as partes e deliberar encaminhamentos relativos ao desenvolvimento das atividades;

II - orientar os acadêmicos estagiários no planejamento e execução de todo o trabalho a ser desenvolvido durante a realização do estágio;

III - indicar fontes de pesquisa e de consulta necessárias à reflexão das práticas observadas ou exercidas durante as atividades de estágio;

IV - informar os acadêmicos estagiários sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação do estágio curricular supervisionado;

V - organizar e divulgar cronograma de estágio, assim como indicar e encaminhar oficialmente, através de solicitação, os acadêmicos aos campos de estágio;

VI - orientar efetivamente os estagiários em suas atividades de estágio;

VII - Acompanhar o cumprimento das horas de estágio curricular supervisionado, assim como receber, analisar e avaliar relatórios e outros documentos dos acadêmicos estagiários;

VIII - comunicar aos campos de estágio sobre as alterações que eventualmente venham ocorrer nas atividades de estágio curricular supervisionado;

IX – propor, sempre que necessário, a reformulação das normas gerais do estágio curricular supervisionado, com base em novas experiências;

X – avaliar, em conjunto com os demais profissionais envolvidos no estágio, todas as etapas previstas, em função dos objetivos e critérios propostos;

XI - assinar certidões, declarações e documentos relacionados ao estágio curricular supervisionado;

XII - articular e organizar o Seminário de Práticas e Estágio Supervisionado, consolidando-o como um importante evento extensionista que promove o debate e partilha de experiências entre os acadêmicos estagiários, professores supervisores/orientadores, profissionais dos campos de estágio e demais interessados, visando o aperfeiçoamento contínuo do processo;

XIII - informar, através de documento próprio, à secretaria geral, a carga horária cumprida nos estágios em andamento;

XIV - manter o corpo discente informado sobre a quantidade de horas de estágio efetivamente cumpridas pelos acadêmicos estagiários em cada etapa, bem como as que faltam para o cumprimento da carga horária total;

XV – deliberar, juntamente com a Coordenação de Estágio do Curso de História, sobre casos omissos do presente regulamento;

XVI – promover parcerias com os demais professores do colegiado de História no intuito de colaborar para indicação de bibliografias e concepções teórico-metodológicas, bem como acompanhar a escrita da elaboração de materiais pedagógicos para a execução da prática docente.

XVII - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO VII - DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE ESTÁGIO DO CURSO DE HISTÓRIA

Art. 18 - São atribuições do Coordenador de Estágio:

I - estabelecer normas e definir diretrizes para o estágio e zelar pelo cumprimento das mesmas;

II - aprovar a programação de estágios feita pelos Docentes de Estágio;

IV - oferecer apoio pedagógico ao Professor de Estágio quando solicitado;

V - avaliar os casos de exceção trazidos pelo professor de Estágio;

VI - ouvir anualmente a exposição de resultados apresentada pelo professor de Estágio, emitindo pareceres e contribuições no sentido de aprimorar o processo e melhor efetivar a formação dos futuros licenciados em História;

VII – propor alterações no regulamento de estágio quando observada necessidade, encaminhando proposição para o NDE e posteriormente para o colegiado do curso para deliberação e encaminhamento as instâncias competentes;

VIII – Deliberar, juntamente com o Colegiado de História, sobre casos omissos do presente regulamento

IX - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO VIII – DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 19 - O estágio curricular supervisionado se desenvolverá numa sistemática de orientação e análise crítica dos trabalhos, estabelecendo uma perspectiva de reflexão contínua da experiência profissional oferecida ao professor em formação. A avaliação privilegiará o acompanhamento no processo e será parte integrante do trabalho educativo. É de responsabilidade coletiva, uma vez que a colaboração dos colegas e demais profissionais da área da educação é fator de crescimento, de responsabilidade social e de ajuda efetiva para a construção do conhecimento. Para efeitos legais, o acadêmico estagiário será avaliado pelo professor de estágio e demais profissionais que o acompanharão em suas atividades, mas sendo prerrogativa do professor de estágio o parecer final quanto ao desempenho do acadêmico.

Parágrafo único: Em função dos objetivos e atividades propostas, serão observados os seguintes procedimentos:

I - participação ativa e desempenho no decorrer das atividades teórico-práticas previstas em cada uma das etapas de estágio;

II - registro e apresentação parcial e final das atividades desenvolvidas, conforme solicitação do professor supervisor do estágio;

III - considerações feitas pelos professores, equipe técnico-pedagógica da escola campo de estágio, através de documentação de acompanhamento;

IV - o acadêmico estagiário que for considerado insuficiente em uma das atividades do estágio terá nova oportunidade para refazê-la, desde que em tempo previsto para conclusão total do estágio;

V - a aprovação exigirá uma nota anual, mínima 7,0 (sete) numa escala de 0 (zero) a 10,0 (dez), que representará o processo global, em suas dimensões teóricas e práticas e o cumprimento integral da carga horária estabelecida para cada atividade de estágio, registradas em documento próprio;

VI - em caso de reprovação no Estágio Supervisionado, o acadêmico deverá refazê-lo integralmente;

VII - o exercício domiciliar, direito do aluno, poderá ser ofertado nas atividades de planejamento, organização e elaboração do estágio; as atividades práticas (nas instituições campos de estágio) deverão ser cumpridas integralmente, mesmo fora do cronograma estabelecido pelo professor de estágio e em período concentrado, desde que dentro do ano que abriga o estágio.



CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 - Conforme necessidade, poderão ser estabelecidos novas normas e critérios para a realização do estágio curricular supervisionado, desde que atendam o presente regulamento.

Art. 21 - São partes integrantes, como anexos deste regulamento, todos os documentos, formulários e fichas de estágio.

Art. 22 - Os casos omissos no presente regulamento são resolvidos pelo Colegiado de Matemática da Unespar – Campus de Paranaguá, no âmbito de suas competências.

Art. 23 - Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições anteriores.



11.2-Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 1º – Para a Defesa de TCC, os Artigos devem ser apresentados em 3 (três) vias impressas frente e verso e 1 cópia digital em PDF enviada via e-mail ao coordenador do TCC e ao orientador.

Art. 2º – Para a Banca de Qualificação do TCC, os Artigos devem ser apresentados em 2 (duas) vias impressas frente e verso e 1 cópia digital em PDF enviada via e-mail ao coordenador do TCC e ao orientador com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do trabalho concluído.

Art. 3º – O texto do artigo final encaminhado à Banca de Defesa deverá ter a seguinte formatação:

3.1) Extensão mínima de 12 (doze) páginas, e extensão máxima de 15 (quinze) páginas. Referências bibliográficas, lista de fontes / documentos, lista de arquivos e anexos não contam para o número de páginas mínimo e máximo do texto do artigo.

3.2) Texto em fonte Times New Roman, tamanho 12, entrelinha 1,5 e alinhamento justificado.

3.3) Margens: superior e inferior de 2,0 cm e esquerda e direita de 3,0 cm.

3.4) Numeração de página no início da página à direita.

3.5) Título centralizado em negrito.

3.6) Nome do autor do Artigo, abaixo do título alinhado à direita.

3.7) Nome e titulação do Professor Orientador do TCC abaixo do nome do autor do Artigo alinhado à direita.

3.8) Resumo de no máximo 10 linhas com espaçamento simples e alinhamento justificado.

3.9) De 3 a 5 palavras-chave separadas com ponto e vírgula e em letras minúsculas (empregar maiúsculas somente quando o caso exigir: nomes próprios, por exemplo).

3.10) O texto deverá ser estruturado com introdução, desenvolvimento e conclusão.

3.11) O parágrafo deverá ter recuo de 1,5 cm a partir da margem.

3.12) Citações diretas e paráfrases deverão identificar o autor ou o documento com o sistema de citação curta no corpo do texto na mesma fonte e tamanho de fonte do texto. Exemplo: (SILVA, 2015, p. 28).

3.13) Citações de até três linhas deverão ser feitas dentro do texto entre aspas. As citações com mais de três linhas deverão ser feitas em destaque sem aspas, com fonte Times New Roman, tamanho 11, em espaço simples, recuo de 4 centímetros à direita com um espaço acima e dois espaços abaixo.

3.14) As notas de rodapé empregadas conforme as normas da ABNT, serão feitas em fonte Times New Roman, tamanho 10, em espaço simples e referem-se a possíveis agradecimentos na realização do trabalho, notas explicativas e qualquer outra necessidade que não possa ser empregada a citação curta

3.15) Ao final do texto, em página separada deverão constar todas as referências bibliográficas utilizadas no trabalho ordenadas por ordem alfabética conforme as normas da ABNT.

3.16) Em seguida às referências bibliográficas deverá constar a lista com as referências das fontes consultadas que devem ser referenciadas conforme suas categorias (manuscritos, jornais, revistas, leis, pinturas, fotos, filmes, entrevistas, objetos, etc) segundo as normas da ABNT para cada categoria de fonte consultada.

3.17) Em seguida à lista das fontes deverá constar a lista dos arquivos ou acervos públicos e / ou privados consultados durante a pesquisa.

3.18) Imagens, figuras, mapas, gráficos, tabelas e quadros empregados no corpo do texto deverão estar devidamente analisados segundo referencial metodológico específico, pois são documentos que devem ser devidamente criticados. Se tiverem um caráter meramente ilustrativo poderão ser empregados em anexo após as referências bibliográficas e listas.

3.19) Imagens, figuras, mapas, gráficos, tabelas e quadros deverão ser numerados e acompanhados de legenda que deverá estar localizada logo abaixo Imagem, figura, mapa, gráfico, tabela ou quadro com um espaço simples, centralizada em negrito, tamanho 11 e devidamente identificada quanto às suas fontes ou metodologia de construção em nota de rodapé.

11.3-Regulamento de Atividades Complementares

CAPÍTULO I - DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º - Consideram-se Atividades Complementares o conjunto de atividades curriculares e extra-curriculares de caráter científico, cultural, extensionista e acadêmico articuladas com o processo formativo do futuro professor, integrante do projeto pedagógico do Curso de História, realizadas pelos alunos nos termos deste regulamento específico.

Art.2º - Ao aluno matriculado no curso de licenciatura em História é obrigatório o cumprimento da carga horária de Atividades Complementares fixada na Estrutura Curricular, sendo efetivado ao longo do curso e compreendendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para que uma atividade seja considerada como Atividade Complementar e seja computada na carga horária do aluno, deve ter caráter científico, cultural e/ou extensionista, possibilitando o enriquecimento curricular do estudante.

§ 1º As Atividades Complementares devem ser cumpridas durante o curso de graduação, de forma concomitante, totalizando 200 horas.

§ 2º As atividades desenvolvidas no Estágio Curricular Obrigatório, o Estágio Supervisionado, não poderão ser computadas como Atividades Complementares, assim como as Atividades Complementares não poderão ser computadas como atividades de Estágio Obrigatório.

§ 3º As atividades complementares realizadas pelo estudante constarão do seu histórico escolar com o número de horas atribuído.

§ 4º O aluno deverá apresentar todos os certificados referentes às atividades complementares apenas quando ele juntar pontuação igual ou maior que 200 horas, conforme critérios estabelecidos neste regulamento.

§ 5º Os alunos devem entregar cópias dos documentos e apresentar os respectivos originais para serem conferidos e autenticados no momento da entrega. Os documentos devem ser entregues coordenador de atividades complementares mediante recibo de entrega.

§ 6º O cumprimento da carga horária das Atividades Complementares é requisito indispensável à colação de grau.

§ 7º A carga horária total informada no inciso primeiro deverá ser cumprida da seguinte forma: 80 horas destinadas a atividades complementares de formação continuada e 120 horas destinadas às atividades extensionistas em que o acadêmico obrigatoriamente componha equipe executora, conforme prevê a Resolução 038/2020 CEPE-Unespar, Instrução Normativa Conjunta 01/2021 PROEC-PROGRAD e Regulamento de ACEC deste PPC, nas modalidades III, IV ou V, respectivamente:

ACEC III: Essa modalidade diz respeito à participação dos discentes em ações extensionistas dos Projetos de Extensão registrados na Unespar, tanto da Graduação como da Pós Graduação. Os discentes devem ser integrantes da equipe executora do projeto. Não serão contadas as participações em que o estudante não desempenhe uma função de execução no Projeto

ACEC IV: Essa modalidade relaciona-se à participação do estudante em cursos e eventos, como equipe executora, os quais estejam devidamente registrados nas Divisões de Extensão e Cultura dos Campi. Não serão contabilizadas as atividades em que os alunos participarem apenas como ouvintes.

ACEC V: Essa modalidade diz respeito a ações de extensão – tanto projetos, como cursos e eventos – nos quais os discentes atuem como equipe executora, e que não são desenvolvidos no âmbito da Unespar, mas em outras Instituições de Ensino Superior. Nesta modalidade, o limite para cômputo das horas deverá ser de 120 (cento e vinte) horas

CAPÍTULO II - DA COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 3º A coordenação das atividades complementares será feita por um Coordenador indicado pelo Colegiado do Curso de História, sendo que o exercício desta atividade computará uma aula por semana no Plano de Atividade Docente do Coordenador das atividades complementares, competindo a ele:

- a. Coordenar o processo de desenvolvimento das atividades complementares do curso, conforme este regulamento.
- b. Efetuar o registro, acompanhamento e avaliação das atividades complementares de História, a partir da solicitação do aluno, por período letivo.
- c. Divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de atividades complementares passíveis de realização pelos discentes, indicando os respectivos critérios de pontuação e validação.
- d. O prazo limite para que o aluno apresente os documentos comprobatórios das Atividades Complementares é até os últimos 30 dias letivos do último semestre cursado.

§ 1º Ao Colegiado compete: aprovar as Atividades Complementares dos alunos; exigir a comprovação documental pertinente; atribuir pontuação referente às horas de Atividades Complementares de cada aluno, dentro dos tipos e limites fixados pelo Regulamento, sempre que solicitado pelo coordenador do curso.

§ 2º Os documentos comprobatórios das Atividades Complementares, após serem revisados pelo Coordenador e registrados com a indicação do tipo e carga horária/pontuação, serão

arquivados nas pastas dos alunos no Colegiado de História e computados no sistema acadêmico, pela Coordenação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO III - DA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 4º Atividades complementares realizadas antes do início do curso não podem ter atribuição de créditos.

Art. 5º Atividades profissionais voluntárias em áreas afins, realizadas pelos alunos no decorrer do curso podem ser consideradas atividades complementares, desde que previamente autorizadas pelo Colegiado do curso de História, ficando a atribuição de créditos a cargo deste colegiado.

Art. 6º As Atividades Complementares serão desenvolvidas sem prejuízo das atividades regulares do curso.

§ 1º Para obter o registro das Atividades Complementares, o aluno deverá entregar as atividades realizadas, acompanhado das cópias dos certificados comprobatórios, ao Coordenador das Atividades Complementares, que preencherá o Formulário de Registro e Avaliação das Atividades (anexo 1 deste regulamento),

§ 3º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de curso.

CAPÍTULO IV - DA ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 7º Segundo o PPC do Curso podem ser consideradas as seguintes atividades:

- Atividades científico-culturais do Curso*.
- Participação nos Simpósios, Congressos e Cursos dentro da área de Ciências Humanas, sejam eles locais, regionais, nacionais ou internacionais.
- Participação em Feiras de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade*.
- Pesquisa de Ensino de História.
- Docência supervisionada junto aos cursos de extensão promovidos pelo Curso de História*.
- Produção de monografia (TCC), que não seja o obrigatório no curso.
- Participação nas Oficinas de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade*.
- Participação em atividades culturais em geral e/ou em atividades socioambientais*.

- Participação em atividades de extensão da Unespar*.

* Atividades complementares que receberam asterisco poderão ser consideradas também como atividades extensionistas desde que os alunos atuem como protagonistas na organização ou execução da atividade em observância aos documentos normativos.

Art. 8º Considerando o estabelecido pela LDB 9394/96 e pelas Diretrizes Curriculares dos diversos Cursos de Graduação, que determinam o mínimo de 200 horas em atividades complementares como componentes curriculares, neste regulamento define-se a contagem da carga horária dessas atividades conforme tabela abaixo, sendo que as atividades realizadas pelo aluno devem ser em áreas afins ao curso:

Exemplos de Atividades Complementares – História			
Modalidade	Descrição da atividade	Horas Atribuídas	Comprova
GRUPO I* Atividades científico-culturais do Curso e Participação nos Simpósios, Congressos e Cursos dentro da área de Ciências Humanas, sejam eles locais, regionais, nacionais ou internacionais.	Participação como bolsistas ou voluntários do PIBID e PIC, em projetos desenvolvidos no Programa de Iniciação a Docência e Científica da Unespar	Até 30 horas por ano	Declarações, Certificados, Relatórios, Emitidos: pela Instituição responsável ou pelo Professor proponente da atividade descrita em relatório. Ingresso, programa, “folder”, com resenha
	Participação como ouvinte em Congressos, Seminários, Simpósios, Jornadas, Ciclo de Palestras, Mesas-Redondas, Workshop, Aula Inaugural, Bancas do TCC do Curso de História.	Até 50 h por ano.	
	Participação com apresentação de Comunicação Oral e Paineis em eventos científicos (congressos, seminários, etc.).	Até 20 horas por ano	
	Participação como bolsistas ou voluntário em projetos desenvolvidos na Unespar.	Até 50 horas por ano.	
	Participação em grupos de estudo do Colegiado de História ou afins.	Até 20 horas por ano	
	Representante estudantil em: diretorias de Centro Acadêmico, Colegiado docente e discente.	Até 10 horas por ano	

	Participação na organização da Semana Acadêmica do Curso de História	Até 20 horas por ano	da atividade.
GRUPO II* Participação em Feiras juntas às escolas da comunidade	Participação em projetos de organização de Feiras desenvolvidas nas escolas.	Até 20 horas por ano.	Declaração dos professores responsáveis pelo projeto
GRUPO III* Participação nas oficinas de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade	Organização e aplicação de oficinas de junto as escolas da comunidade	Até 40 horas por ano.	
GRUPO IV Pesquisa em ensino de História	Participar da elaboração e de apresentação de materiais desenvolvidos para pesquisa em ensino de História	Até 20 horas por ano	
GRUPO V* Olimpíadas escolares	Participar na organização de Olimpíadas escolares	Até 20 horas por ano	
GRUPO VI Produção de artigos científicos	Produção e apresentação de artigos científicos.	Até 20 horas por ano	
GRUPO VII* Docência supervisionada junto aos cursos de extensão promovidos pelo Colegiado de História, desde que não sejam os obrigatórios no	Participar como docente, monitor ou auxiliar em atividades de docência promovidas ou acompanhadas por professores do curso.	Até 30 horas por ano	

estágio.			
GRUPO VIII* Participação em atividades culturais e/ou atividades socioambientais	a) Participação em atividades culturais como teatro, cinema, atividades esportivas e outros.	Até 10 horas por ano	Ingressos, declarações
	b) Participação de atividades socioambientais promovidas por órgãos governamentais ou não governamentais	Até 10 horas por ano	Declarações e certificados
GRUPO IX* Participação em atividades de extensão	Participação em Projetos de extensão da Unespar relacionados à área de educação quando: a) Ministrando cursos desde que aprovados na Divisão de Extensão b) Atendimento periódico a grupos de estudantes e professores da rede estadual de ensino da educação básica, na realização de demonstrações e utilização de materiais produzidos nas aulas das disciplinas do curso de História. Desde que registrados na Divisão da Extensão.	Até 50 horas por ano	
OBSERVAÇÃO: as atividades são validadas (ou não), mediante comprovação e avaliação do Professor Coordenador das atividades complementares.			

*Atividades complementares que receberam asterisco poderão ser consideradas também como atividades extensionistas desde que os alunos atuem como protagonistas na organização ou execução da atividade em observância aos documentos normativos.

Parágrafo único: Os alunos, no momento de entrega das atividades complementares, devem preencher formulário próprio (ver anexo 11.15).

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º - Os casos omissos do presente regulamento serão resolvidos pela Coordenação das Atividades Complementares, em conjunto com o Colegiado do Curso.

11.4-Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC) Da Legislação e Conceituação

Art. 1º - A Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação da Unespar dá-se em cumprimento à Resolução 038/2020 – CEPE/Unespar, que, por sua vez, atende ao disposto na Resolução Nº 7/2018 - MEC/CNE/CES, que regulamenta o cumprimento da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei nº. 13.005/2014.

Art. 2º - As atividades de Extensão articulam-se de forma a integrar as ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, a comunicação com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica.

Art. 3º - A Curricularização da Extensão foi implantada no Curso de História do Campus de Paranaguá por meio da adoção de um conjunto de “Ações Curriculares de Extensão e Cultura – ACEC”, que serão desenvolvidos ao longo da formação acadêmica.

Parágrafo Único - De acordo com as legislações acima nominadas, destinou-se uma carga horária de 10% (dez por cento) do total de horas da matriz curricular do Curso para serem cumpridas em atividades de extensão.

Art. 4º O objetivo das ACEC é a formação integral do estudante, a partir da interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com questões presentes no contexto social. Dessa forma, as ACEC permitem a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular.

Parágrafo único – A multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são princípios norteadores das ACEC, asseguradas pela relação dialética e dialógica entre diferentes campos dos saberes e fazeres necessários para atuação em comunidade e sociedade.

Da organização das ACEC no Projeto Pedagógico do Curso

Art. 5º - De acordo com a Resolução 038/2020 – CEPE/Unespar, as atividades de ACEC podem ser desenvolvidas em disciplinas ou em ações extensionistas: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço, as quais se organizam em 5 (cinco) modalidades. No Curso de História do Campus de Paranaguá, foi feita a opção pelas modalidades ACEC II, III, IV e V, a saber:

I – ACEC II: Nessa modalidade, encontram-se disciplinas da matriz curricular, voltadas para a formação do perfil do egresso, em que é possível desenvolver atividades extensionistas. Para isso, será separada uma carga horária possível para a execução de atividades de extensão, para as quais deverão ser criados projetos de extensão que serão devidamente registrados na Divisão de Extensão e Cultura do Campus. Os discentes integrarão a equipe executora destes projetos. Poderão também os professores das disciplinas optarem por realizar projeto de extensão unificado que se utilize das cargas horárias destinadas a este fim em cada uma das disciplinas e igualmente possuam discentes como equipe executora.

II – ACEC III: Essa modalidade diz respeito à participação dos discentes em ações extensionistas dos Projetos de Extensão registrados na Unespar, tanto da Graduação como da Pós Graduação. Os discentes devem ser integrantes da equipe executora do projeto. Não serão contadas as participações em que o estudante não desempenhe uma função de execução no Projeto.

III - ACEC IV: Essa modalidade relaciona-se à participação do estudante em cursos e eventos, como equipe executora, os quais estejam devidamente registrados nas Divisões de Extensão e Cultura dos *Campi*. Não serão contabilizadas as atividades em que os alunos participarem apenas como ouvintes.

IV- ACEC V: Essa modalidade diz respeito a ações de extensão – tanto projetos, como cursos e eventos – nos quais os discentes atuem como equipe executora, e que não são desenvolvidos no âmbito da Unespar, mas em outras Instituições de Ensino Superior.

§ 1º por projetos de extensão vinculados à modalidade II de ACEC entende-se:

- I – Projetos isolados por disciplina;
- II – Projetos integrados por série;
- III – Projetos integrados por curso;
- IV – Projetos integrados intercurso;

§ 2º os alunos matriculados nas disciplinas vinculadas à modalidade II de ACEC podem propor subprojetos a partir de demandas sociais observadas. A aprovação da inserção dos subprojetos fica a cargo dos professores proponentes que deverão justificar a alteração em relatório final devidamente documentado.

§ 3º As modalidades de ACEC III, IV e V perfazem um total de 120 horas a serem realizadas em quaisquer dessas modalidades a critério dos alunos a partir de oferta de projetos, cursos, eventos ou programas de extensão em que possam atuar como organizadores ou executores.

Art. 6º Para atender aos objetivos previstos na Resolução 038/2020 CEPE- Unespar, a curricularização de extensão no Curso de História deverá ser realizada nas seguintes disciplinas:

- I – Metodologia da Pesquisa e Extensão – 15 hs
- II – História da África e Cultura Afro-Brasileira – 15 hs
- III – História Indígena e Populações Tradicionais – 15 hs
- IV – Antropologia Social – 15 hs
- V – Memória, Identidade e Patrimônio Histórico – 15 hs
- VI – História do Paraná – 30 hs
- VII – Estágio Supervisionado I; – 40 hs
- VIII – Estágio Supervisionado II. – 40 hs
- IX – Leitura e Produção de Textos Acadêmicos – 15 hs

Parágrafo Único: O percentual de carga horária destinada a elaboração e execução de ação extensionista é de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária teórica de cada disciplina elencada acima. A exceção das disciplinas de Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II que receberão carga horária de 20% (vinte por cento) da carga horária para elaboração e execução de ação extensionista em conformidade com as normativas que regulamentam estágio supervisionado, perfazendo um total de 200 horas.

Art 7º Para o desenvolvimento das ACECs é necessária a participação do professor da disciplina, que disponibilizará carga horária para a ACEC; do estudante que executará as ações de ACEC; e do Coordenador de ACEC, cujas funções estão determinadas pelo Art. 9º deste regulamento.

Art 8º - Cabe ao professor de disciplina com carga horária para ACEC:

- I – Apresentar no Plano de Ensino qual a Carga horária de ACEC e como será cumprida no desenvolvimento da disciplina;
- II – Encaminhar ao Coordenador de ACEC a proposta de Extensão a ser realizada na disciplina para conhecimento e orientação quanto aos registros;
- III - Providenciar a regulamentação junto à Divisão de Extensão e Cultura no Campus acerca da atividade – projeto, curso ou evento – que será realizada, para fins de certificação dos participantes;
- IV – Acompanhar as atividades em andamento e orientar a atuação dos estudantes sempre que necessário;
- V – Emitir relatório final da atividade realizada, mencionando os resultados das ações propostas.

Art. 9º - Cabe ao Estudante:

- I – Verificar quais disciplinas desenvolverão as ACEC como componente curricular, atentando para as atividades que estarão sob sua responsabilidade;
- II – Comparecer aos locais programados para realização das propostas extensionistas;
- III – Apresentar documentos, projetos, relatórios, quando solicitados pelos professores que orientam ACEC;

IV – Atentar para o cumprimento da carga horária de ACEC desenvolvida nas modalidades de programas, projetos, cursos e eventos, disciplinadas no Projeto Pedagógico do Curso;

V – Consultar as informações do Coordenador de ACEC quanto às possibilidades de participação em Projetos e ações extensionistas desenvolvidas no âmbito da Unespar, às quais podem ser contabilizadas;

VI – Apresentar ao Coordenador de ACEC os certificados e comprovantes das atividades realizadas a fim de que sejam computadas as horas em documento próprio para envio à Secretaria de Controle Acadêmico, para o devido registro em sua documentação (ver anexo 11.16).

Art. 10º - Compete ao Coordenador de ACEC, conforme disposto no art.11, da Resolução 038/2020 – CEPE/Unespar:

I – organizar, acompanhar e orientar as atividades da curricularização da extensão efetivadas pelos estudantes dentro deste regulamento;

II – verificar a execução das atividades de extensão realizadas pelos estudantes em concordância com o PPC;

III – elaborar um registro dos programas, projetos e eventos de extensão diretamente relacionados às modalidades apresentadas no Art. 5º deste regulamento e divulgar entre os estudantes;

IV – articular as atividades entre os coordenadores de projetos de extensão e docentes que ministrem disciplinas com carga-horária de extensão;

V – registrar as atividades de extensão dos estudantes e emitir relatório final confirmando a conclusão da carga horária e posterior arquivamento nas pastas de cada discente junto ao Controle Acadêmico da Divisão de Graduação.

Do Procedimento para Validação das ACEC

Art. 11º - Para o aproveitamento e validação das atividades de ACEC, considera-se necessário:

I – Para as disciplinas que apresentarem carga-horária de ACEC, o acadêmico deverá ter aproveitamento em nota e frequência; As ACECs ofertadas nessa modalidade serão consideradas componentes curriculares obrigatórios para o cumprimento das disciplinas.

II – A avaliação das disciplinas deverá estar articulada à prática extensionista e aluno reprovado deverá refazer a disciplina e a ACEC correspondente quando da execução da dependência.

III – Para as ações extensionistas realizadas no âmbito da Unespar, o acadêmico deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades;

IV – Para as ações extensionistas realizadas em outras instituições de Ensino Superior, o acadêmico deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades.

Parágrafo único – O estudante é o responsável pelo gerenciamento das ACEC, as quais deverão ser cumpridas ao longo do Curso de graduação, podendo solicitar ao Colegiado esclarecimentos que julgar necessários, em caso de dúvidas quanto à aceitação ou não de qualquer atividade que não tenha sido prevista pelo Coordenador de ACEC, no âmbito do Curso ou da Unespar.

Art. 12º – O Coordenador de ACEC emitirá relatórios parciais anuais e relatório final do aproveitamento dos estudantes. Ao final do último ano será emitido relatório individual do estudante para envio à DGRAD para comprovação da conclusão das ACECs e posterior arquivamento.

Art. 13º - Em caso de ACEC desenvolvida em disciplinas, o registro do aproveitamento já será computado pela Secretaria de Controle Acadêmico, cabendo ao Coordenador de ACEC apenas fazer os registros na documentação do estudante, para seu controle.

Parágrafo único – Caso o estudante não atinja o aproveitamento necessário para aprovação na disciplina que oferta ACEC, não será possível aproveitar a carga horária de projeto na disciplina.

Disposições Gerais

Art. 14º – Os casos omissos neste regulamento devem ser resolvidos pelo Coordenador de ACEC, tendo sido ouvidos o Colegiado de Curso e as demais partes envolvidas, em reunião(ões) previamente agendada(s). As decisões desses casos sempre serão registradas em atas, com as assinaturas dos participantes da(s) reunião(ões).

Art. 15º – Este regulamento entra em vigor na data de 09/08/2021

Complemento I – Modalidades de Execução das Ações Extensionistas III, IV e V

Serão consideradas atividades extensionistas aquelas que estejam em conformidade à Resolução 038/2020 – CEPE/ Unespar e demais dispositivos regimentais que regulamentam tais ações. Essas atividades podem coincidir com as Atividades Complementares e para validação, devem ser realizadas no decorrer do Curso, sendo elas:

I – Atividades profissionais voluntárias em áreas afins

II – Atividades científico-culturais do Curso

III – Participação como equipe organizadora ou executora em Feiras de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade.

IV – Docência supervisionada junto aos cursos de extensão promovidos pelo Curso de História.

V – Participação como equipe organizadora ou executora nas Oficinas de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade.

VI – Participação como equipe organizadora ou executora em atividades culturais em geral e/ou em atividades socioambientais.

VII – Participação como integrante de equipe do PIBID e Residência Pedagógica;

VIII – Participação como equipe organizadora ou executora em eventos ou projetos de extensão desenvolvidos na Unespar ou outras instituições de nível superior;

IX – Participação como equipe organizadora ou executora da Semana Acadêmica e eventos correlatos do Curso de História e/ou áreas afins;

X – Participação em projetos de organização e execução de Feiras desenvolvidas nas escolas;

XI – Organização e execução de oficinas junto as escolas da comunidade;

XII – Divulgação de resultados de pesquisa científica como retorno de saberes para a comunidade envolvida na ação;

XIII – Participação como equipe organizadora ou executora em atividades culturais como teatro, cinema, atividades esportivas e outros;

XIV – Participação como equipe organizadora ou executora de atividades socioambientais promovidas por órgãos governamentais ou não governamentais, desde que respeitadas as normativas de ACEC;

XV – Participação como ministrante de cursos, minicursos ou oficinas vinculadas à área do conhecimento desde que devidamente cadastrados na Divisão de Extensão;

XVI – Organização e execução de cursos, minicursos ou oficinas vinculadas à área do conhecimento desde que devidamente cadastrados na Divisão de Extensão;

Casos omissos a esse anexo devem ser resolvidos pelo Coordenador de ACEC, tendo sido ouvidos o Colegiado de Curso e as demais partes envolvidas, em reunião(ões) previamente agendada(s). As decisões desses casos sempre serão registradas em atas, com as assinaturas dos participantes da(s) reunião(ões).



11.5-Ficha Acadêmica de Estágio Supervisionado I



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA I**

Ficha Acadêmica de Estágio Supervisionado I

Nome do(a) Aluno(a):

Cidade de Residência:

.Atividades Profissionais:

Profissão	
Local de Trabalho	
Período de Trabalho	
Telefone do Trabalho	
Telefone de Contato	
Contato por e-mail	

.Local de Realização do Estágio:

Colégio	
Cidade	
Turno do Estágio	
Nome da Direção	
Observações Gerais:	

Paranaguá, de 20

Assinatura do(a) Estagiário(a)

Assinatura do Professor(a) de Estágio I





11.6-Ficha acadêmica de Estágio Supervisionado II



CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA II

Ficha Acadêmica de Estágio Supervisionado II

Nome do(a) Aluno(a):

Cidade de Residência:

.Atividades Profissionais:

Profissão	
Local de Trabalho	
Período de Trabalho	
Telefone do Trabalho	
Telefone de Contato	
Contato por e-mail	

.Local de Realização do Estágio:

Colégio	
Cidade	
Turno do Estágio	
Nome da Direção	
Observações Gerais:	

Paranaguá, de 20

Assinatura do(a) Estagiário(a)

Assinatura do Professor(a) de Estágio II

11.7-Modelo de Relatório de Observação da Estrutura da Escola em Estágio I



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA I**

Relatório de Estágio de Observação da Estrutura da Escola

Estabelecimento de Ensino:

Município

Nome do(a) Aluno(a):

ROTEIRO DE ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO DA ESTRUTURA DA ESCOLA

I) ESTRUTURA DA ESCOLA

- 01) Número de salas de aulas;
- 02) Número de salas administrativas;
- 03) Número de salas pedagógicas;
- 04) Número de laboratórios;
- 05) Biblioteca (número de livros de História, livros de atividades e de reflexão);
- 06) Espaço físico (cantina, esporte, atendimentos).

II) ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA ESCOLA

- 01) Atividades direta da Direção;
- 02) Atividades da Secretaria (total de alunos matriculados, total de professores da escola, total de pessoas da parte administrativa e pedagógica).

III) ESTRUTURA PEDAGÓGICA DA ESCOLA

- 01) Atividades da Coordenação, supervisão, orientação ou da Equipe Pedagógica (relações entre a equipe, entre os professores e a Equipe, entre Direção Equipe e Professores):

IV) ESTRUTURA DOCENTE DE HISTÓRIA

- 01) Livros usados para apoio pedagógico;
- 02) Participação em cursos da área;
- 03) Formas de avaliações usadas;

- 04) Técnicas de ações durante as aulas;
- 05) Opinião sobre o Ensino de História na Escola;
- 06) Fazer um Resumo do Projeto do Trabalho Docente em História;

V) ATIVIDADES EXTRACURRICULARES DA ESCOLA

- 01) Reuniões pedagógicas;
- 02) Conselho de Classe;
- 03) Fazer um Resumo do Regimento da Escola;
- 04) Atividades outras como projetos da Escola e da Disciplina da Escola;
- 05) Fazer um Resumo do Projeto Político Pedagógico.

VI) ÓRGÃOS DE APOIO NA ESCOLA

- 01) Associação de Pais, Mestres e Funcionários;
- 02) Resumo do Estatuto da APMF da Escola;
- 03) Grêmio Estudantil;
- 04) Resumo do Estatuto do Grêmio da Escola;
- 05) Conselho Escolar;
- 06) Fazer um Resumo do Estatuto do Conselho Escolar;

VII) AVALIAÇÃO GERAL DO ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO – ITEM A SER DESENVOLVIDO EM 20 LINHAS.

- 01) Aspectos positivos da Escola;
- 02) Ressalvas necessárias;
- 03) Conclusão Geral.

O PRESENTE RELATÓRIO DEVERÁ SER REDIGIDO NA FONTE TIMES NEW ROMAN, TAMANHO 12, COM ESPAÇAMENTO 1,5, CONTEMPLANDO TODOS OS ITENS ACIMA DESCRITOS.

11.8-Modelo de Relatório de Observação da Estrutura da Escola em Estágio II



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA II**

Relatório de Estágio de Observação da Estrutura da Escola

Estabelecimento de Ensino:

Município

Nome do(a) Aluno(a):

ROTEIRO DE ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO DA ESTRUTURA DA ESCOLA

I) ESTRUTURA DA ESCOLA

- 01) Número de salas de aulas;
- 02) Número de salas administrativas;
- 03) Número de salas pedagógicas;
- 04) Número de laboratórios;
- 05) Biblioteca (número de livros de História, livros de atividades e de reflexão);
- 06) Espaço físico (cantina, esporte, atendimentos).

II) ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA ESCOLA

- 01) Atividades direta da Direção;
- 02) Atividades da Secretaria (total de alunos matriculados, total de professores da escola, total de pessoas da parte administrativa e pedagógica).

III) ESTRUTURA PEDAGÓGICA DA ESCOLA

- 01) Atividades da Coordenação, supervisão, orientação ou da Equipe Pedagógica (relações entre a equipe, entre os professores e a Equipe, entre Direção Equipe e Professores):

IV) ESTRUTURA DOCENTE DE HISTÓRIA

- 01) Livros usados para apoio pedagógico;
- 02) Participação em cursos da área;
- 03) Formas de avaliações usadas;

- 04) Técnicas de ações durante as aulas;
- 05) Opinião sobre o Ensino de História na Escola;
- 06) Fazer um Resumo do Projeto do Trabalho Docente em História;

V) ATIVIDADES EXTRACURRICULARES DA ESCOLA

- 01) Reuniões pedagógicas;
- 02) Conselho de Classe;
- 03) Fazer um Resumo do Regimento da Escola;
- 04) Atividades outras como projetos da Escola e da Disciplina da Escola;
- 05) Fazer um Resumo do Projeto Político Pedagógico.

VI) ÓRGÃOS DE APOIO NA ESCOLA

- 01) Associação de Pais, Mestres e Funcionários;
- 02) Resumo do Estatuto da APMF da Escola;
- 03) Grêmio Estudantil;
- 04) Resumo do Estatuto do Grêmio da Escola;
- 05) Conselho Escolar;
- 06) Fazer um Resumo do Estatuto do Conselho Escolar;

VII) AVALIAÇÃO GERAL DO ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO – ITEM A SER DESENVOLVIDO EM 20 LINHAS.

- 01) Aspectos positivos da Escola;
- 02) Ressalvas necessárias;
- 03) Conclusão Geral.

O PRESENTE RELATÓRIO DEVERÁ SER REDIGIDO NA FONTE TIMES NEW ROMAN, TAMANHO 12, COM ESPAÇAMENTO 1,5, CONTEMPLANDO TODOS OS ITENS ACIMA DESCRITOS.

11.9-Ficha de Controle de Observação das Aulas em Estágio I



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA I**

Ficha de Controle do Estágio de Observação de Aulas

Nome do (a) Estagiário(a):

Aula	Data	Horário de Início-Fim	Assunto da Aula	Nome Professor
01				
02				

03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				

13				
14				
15				

Paranaguá, de 20

Assinatura do(a) Aluno(a) Estagiário(a)

Professor(a) do Estágio I

11.10-Ficha de Controle de Observação das Aulas em Estágio II



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA II**

Ficha de Controle do Estágio de Observação de Aulas

Nome do(a) Estagiário(a):

Aula	Data	Horário de Início-Fim	Assunto da Aula	Nome Professor
01				
02				

03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				

13				
14				
15				

Paranaguá, de 20

Assinatura do(a) Aluno(a) Estagiário(a)

Professor(a) do Estágio II

11.11-Ficha para Relatório de Observação em Estágio I



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA I**

Relatório de Observação Estágio I

Aula Observada n°.

Acadêmico(a):

Local do Estágio de Observação:

Data da Observação:

Carga Horária: 01 h/aula

Nome do(a) Professor(a) Observado:

Título ou assunto da aula assistida:

Ano (Série):

DESCRIÇÃO SUCINTA, DE **NO MÁXIMO 30 LINHAS**, DO CONTEÚDO E DA AULA ASSISTIDA – NA FONTE TIMES NEW ROMAN, TAMANHO 12 E ESPAÇAMENTO 1,5.

Paranaguá, de 20

Assinatura do(a) Estagiário(a)

Professor(a) do Estágio I

11.12-Ficha para Relatório de Observação em Estágio II



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA II**

Relatório de Observação Estágio II

Aula Observada n°.

Acadêmico(a):

Local do Estágio de Observação:

Data da Observação:

Carga Horária: 01 h/aula

Nome do(a) Professor(a) Observado:

Título ou Assunto da aula assistida:

Ano (Série):

DESCRIÇÃO SUCINTA, DE **NO MÁXIMO 30 LINHAS**, DO CONTEÚDO E DA AULA ASSISTIDA – NA FONTE TIMES NEW ROMAN, TAMANHO 12 E ESPAÇAMENTO 1,5.

Paranaguá, de 20

Assinatura do(a) Estagiário(a)

Professor(a) do Estágio II

11.13-Ficha para Plano de Aula



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA**

Plano de Aula

Acadêmico(a):

Professor(a) da Disciplina:

Dados de Identificação

Escola:

Professor(a):

Disciplina: História

Série:

Duração:

Tema:

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos:

Desenvolvimento:

Metodologia (Descrição da Prática):

Recursos Didáticos:

Formas de Avaliação:

Bibliografia:

Anexo(s):

11.14-Ficha para Texto de Aula



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA**

Texto de Aula

Acadêmico(a):

Professor(a) da Disciplina:

Dados de Identificação

Escola:

Professor(a):

Disciplina: História

Série:

Duração:

Texto:

11.15-Ficha para Atividades Complementares



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA**

Ficha de Acompanhamento de Atividades Acadêmicas Complementares

Aluno(a):

Atividade	Período	Carga Horária Certificada	Carga Horária Considerada (preenchimento pelo coordenador)
TOTAL			

Paranaguá, de 20

Assinatura do Aluno(a)

Assinatura do Coordenador(a)

11.16-Ficha para Atividades Extensionistas



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA**

Ficha de Acompanhamento de Atividades Extensionistas

Aluno(a):

Atividade	Período	Carga Horária Certificada	Carga Horária Considerada (preenchimento pelo coordenador)
TOTAL			

Paranaguá, de 20

Assinatura do Aluno(a)

Assinatura do Coordenador(a)

11.17-Relatório de Práticas Pedagógicas



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA**

Relatório de Práticas Pedagógicas

Aluno(a):

Professor(a):

Disciplina:

Atividade Desenvolvida

Período de Realização:

Local:

Descrição da Atividade (em até 15 linhas):

Resultados (em até 15 linhas):

Paranaguá, de 20

Assinatura do Aluno(a)

Assinatura do Professor(a)



ePROTOCOLO



Documento: **2PPC2021CURSOLICENCIATURAEMHISTORIAMHISTORIACAMPUSPARANAGUA.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em 31/08/2021 22:30.

Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em: 31/08/2021 22:29.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
b5263cfb5c4f395e6f2038cc8c6ed400.

1 **ATA 10/2021 DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL DO COLEGIADO DO**
2 **CURSO DE HISTÓRIA DA UNESPAR – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ**
3 **– CAMPUS PARANAGUÁ.**

4 Aos vinte e sete dias do mês de agosto de 2021, o Colegiado do Curso de História da
5 Universidade Estadual do Paraná (Unespar) – *Campus* de Paranaguá, reuniu-se
6 extraordinariamente, sob a presidência do coordenador do Curso, Prof. Fábio Hanna,
7 pelo *Google Meet*, às 13h, para discutir e aprovar os seguintes pontos, após a
8 aprovação, por unanimidade dos presentes, da inclusão do ponto “**3- Outros**
9 **Assuntos/informes”**: **1- Leitura e aprovação da ata anterior; 2-**
10 **Deliberação/Aprovação do texto final de adequação do Projeto Pedagógico de**
11 **Curso do curso de Licenciatura em História da Unespar – *campus* de**
12 **Paranaguá; 3- Outros assuntos/informes; 4- Palavra Livre.**

13 **1-Leitura e aprovação da ata anterior:** o prof. Fábio Hanna abriu a reunião ata
14 09/2021 da reunião ordinária do dia 25/08/21 foi lida pelo mesmo e aprovada por todos
15 os presentes.

16 **2-Deliberação/Aprovação do texto final de adequação do Projeto Pedagógico de**
17 **Curso do curso de Licenciatura em História da Unespar – *campus* de**
18 **Paranaguá:** O coordenador de curso iniciou a discussão para aprovação das
19 adequações do PPC do curso de História da Unespar – *campus* de Paranaguá
20 agradecendo o empenho de todos os membros do NDE (profa. Liliane Freitag, profa.
21 Letícia Guterres, profa. Kety de March, prof. Joacir Borges, Prof. Marcelo Carreiro,
22 prof. Florindo Wistuba e prof. Fábio Hanna) na realização dos trabalhos de adequação
23 do PPC e, em especial, à presidenta do NDE, profa Liliane Freitag e ao relator do
24 PPC, prof. Marcelo Carreiro. A seguir apresentou um breve histórico das atividades do
25 Núcleo Docente Estruturante (NDE) direcionadas às adequações do curso, iniciadas
26 em 2019, estimuladas pelo **Parecer CEE/CES43/19** da renovação de reconhecimento
27 do curso e, recentemente, à necessidade da curricularização da extensão, cujos
28 trabalhos em uma subrelatoria composta profa. Kety de March, Coordenadora das
29 ACECs, e pela presidenta do NDE, profa. Liliane Freitag. Ressaltou ainda que,

30 somente neste ano, sob a presidência da profa. Liliane Freitag – e o prof. Marcelo
31 Carreiro à frente da relatoria-, ocorreram 18 reuniões do NDE para tratar do PPC. A
32 seguir, e antes de se iniciar a votação do PPC aprovado em Reunião Extraordinária do
33 NDE em 25/08/21 (Ata nº 018/201 NDE), o coordenador de curso passou a palavra
34 para o Relator do PPC, o prof. Marcelo Carreiro, para que o mesmo apresentasse as
35 adequações do novo PPC, o qual havia sido enviado previamente a todos os docentes
36 deste colegiado: **Legislação - Deliberação 04/2013 (CEE). Adequação às Normas**
37 **Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do**
38 **Paraná. Forma de atendimento:** Temas adicionados à disciplina obrigatória já
39 existente “Geografia e Educação Ambiental”; diálogo interdisciplinar com atividades
40 complementares; **Legislação - Deliberação 02/2015 (CEE). Adequação as normas**
41 **estaduais para Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino**
42 **do Paraná. Forma de atendimento:** Componentes curriculares das disciplinas
43 obrigatórias “História da África e Cultura Afro-Brasileira”, “Sociologia Geral”,
44 “Antropologia Social”, “Cultura Indígena e Populações Tradicionais”, “Geografia e
45 Educação Ambiental” e “História Contemporânea”, tema transversal ao curso e
46 componente de programas de extensão; **Legislação - Resolução 02/2015 (CNE/**
47 **CP). Adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em**
48 **nível superior. Forma de atendimento:** Modificado perfil de egresso, especificando
49 a conjugação do perfil do professor-pesquisador ao transformar o saber acadêmico
50 em ação pedagógica através da atuação na educação básica; ampliando itens
51 Concepção, Finalidade e objetivos em relação com o ensino básico, espaço onde o
52 profissional vai atuar, ampliando o foco na identidade do profissional da história como
53 trabalhador da educação básica; **Legislação - Deliberação 02/2016 (CEE).**
54 **Adequação às Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema**
55 **Estadual de Ensino do Paraná. Forma de atendimento:** Tratamento teórico dado
56 pelas disciplinas obrigatórias de “LIBRAS” e “Didática Geral”; em seu aspecto prático
57 abordado em diálogo com o NESPI e pauta e atividade extensionista; **Legislação -**
58 **Parecer CEE/CES43/19. Adequação a recomendação de redução de evasão.**

59 **Forma de atendimento:** Semestralização mista, disciplinas na modalidade
60 semipresencial; **Legislação - Resolução 38/2020 (CEPE/Unespar). Adequação do**
61 **curso às novas regras de extensão. Forma de atendimento:** Nova
62 regulamentação – disciplinas com carga extensionista e normas para atividades. Após
63 a apresentação das alterações realizadas no PPC foi aberta a palavra. Não houve
64 manifestações. Passou-se para a votação de forma nominal. Por unanimidade dos
65 presentes o PPC foi aprovado. Na sequência o mesmo será enviado ao Conselho do
66 Centro de Área de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação (CCHBE) da
67 Unespar – *campus* de Paranaguá para deliberação. Em caso de aprovação no
68 referido Centro de Área o mesmo seguirá para a Reunião Ordinária do Conselho de
69 Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) que se realizará em 14 de outubro deste ano.
70 Em caso de aprovação pelo CEPE o referido PPC será implementado no ano letivo de
71 2022 no curso de Graduação em História – Licenciatura – da Unespar – *campus* de
72 Paranaguá.

73 **3-Outros assuntos/informes:** O prof. Fábio informou aos presentes que já se tem a
74 portaria de licença especial do prof. Florindo Wistuba (Portaria Nº 708/2021- Reitoria
75 Unespar) “[...]referente ao período aquisitivo de **30/04/2009 a 29/04/2014** e fruição em
76 **13/09/2021 a 11/12/2021**” e que ainda nesta data será enviado ao diretor do CCHBE o
77 pedido de contratação de prof. CRES para substituição (convocação da primeira
78 colocada Alice F. Freyesleben do PSS 020/2019 - CPPS) e, na sequência, outro
79 pedido de contratação CRES para a vaga da prof. Ingrid, cujo contrato CRES vence
80 em 17/09/21 (convocação do segundo colocado Lauro Allan A. Duvoisin do PSS
81 020/2019). A seguir o prof. Fábio Hanna informou que no último dia 25 foi realizada a
82 terceira reunião com os alunos concluintes que farão o Enade. Na ocasião a profa.
83 Liliane terminou de apresentar o Questionário Enade que os concluintes terão de
84 preencher. Ficou marcado para 16 de setembro novo encontro para, desta vez,
85 auxiliá-los no preenchimento do referido questionário. Na sequência o prof. Fábio
86 Hanna informou que solicitou formalmente via e-mail institucional à Comissão Local
87 do PSS do edital de Abertura 01/2021 –CPPS a sua saída presidência da banca

88 Examinadora do teste seletivo da vaga “História do Paraná” por motivos de saúde
89 (passará por procedimento cirúrgico). Com a sua saída a presidência será da profa.
90 Kety de March e o prof. Joacir Navarro assumirá como membro da referida banca
91 examinadora. A seguir, a profa. Liliane pediu a palavra e informou que o prof. César
92 Tagliari a enviou a forma que trabalha as práticas pedagógicas nas disciplinas
93 Geografia e Educação Ambiental, Geografia Humana e Geopolítica e Geografia do
94 Brasil e, da mesma forma, o prof. Florindo Wistuba em História Moderna e História do
95 Paraná.

96 **4- Palavra Livre:** Não houve manifestação dos presentes.

97 Participaram desta reunião os professores José Ronaldo M. Fassheber, Joacir
98 Navarro Borges, Marcelo Carreiro da Silva e as professoras Letícia Batistella Silveira
99 Guterres, Liliane da Costa Freitag, Ingrid Cristini Kroich Frandji e Kety Carla De March
100 e a representante discente Larissa Tramujas. Os professores Florindo Wistuba Jr. e
101 César Augusto Tragliari justificaram as suas ausências. Sem mais para o momento,
102 eu, prof. Fábio Hanna, Coordenador do curso de História (Portaria
103 1011/2019-Unespar Reitoria), lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos
104 demais participantes quando houver o retorno das atividades presenciais.



ePROCOLO



Documento: **3ATA10DE270821REUNIAOEXTRAORDINARIAHISTORIAcampusParanagua.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em 31/08/2021 22:33, **Leticia Batistella Silveira Guterres** em 31/08/2021 23:07, **Marcelo Carreiro da Silva** em 01/09/2021 02:07, **Ingrid Cristini Kroich Frandji** em 01/09/2021 08:51, **Liliane da Costa Freitag** em 01/09/2021 08:56, **Kety Carla de March** em 01/09/2021 09:37, **Joacir Navarro Borges** em 01/09/2021 10:07, **Jose Ronaldo Mendonca Fasseber** em 01/09/2021 10:40.

Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em: 31/08/2021 22:29.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
a636ffa39c9b2ed1a2bf831119d4dcc4.



**Parecer de Projeto Pedagógico de Curso (PPC)
Centros de Área CCHBE e Divisão de Graduação
Parecer de Adequação de PPC**

1 IDENTIFICAÇÃO

Campus	Paranaguá
Curso	HISTÓRIA
Licenciatura (X)	Bacharelado ()
Decreto de Renovação do Reconhecimento: Nº 1693 de 13 de junho de 2019 do governo do Estado do Paraná	

As análises às adequações realizadas no PPC do Curso de Licenciatura em História evidenciam que o NDE do referido curso engendrou esforços no sentido de atender às demandas contidas no PARECER CEE/CES Nº 43/19 aprovado em 10 de abril de 2019. Ressaltando-se o atendimento respectivo a:

- a) Resolução CNE/CP nº 02/15, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. Demanda atendida no que diz respeito aos cursos de Licenciatura observando os apontamentos desse documento legal nos objetivos do curso, na organização da matriz curricular, no perfil de formação geral/egresso.
- b) Deliberação nº 04/13-CEE/PR, que trata das Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Essa demanda está atendida com a explicitação de conteúdos referentes à temática na disciplina “Geografia e Educação Ambiental”.
- c) Deliberação nº 02/15-CEE/PR, que dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Demanda atendida com a apresentação de conteúdos relacionados à temática em disciplinas obrigatórias do currículo: “História da África e Cultura Afro-Brasileira”, “Sociologia Geral”, “Antropologia Social”, “Cultura Indígena e Populações Tradicionais”, “Geografia e Educação Ambiental” e “História Contemporânea” e, além disso, há a previsão de que essa temática seja pautada em programas



extensionistas.

d) Deliberação nº 02/16-CEE/PR, que dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Os temas relacionados à essa demanda estão pontuados na disciplina de Libras e, em programas e projetos extensionistas articulados ao curso-CEDH/NESPI.

e) Resolução 38/2020. Para atender essa demanda no processo de adequação está explicitado no PPC carga horária direcionada à curricularização no no computo de disciplinas do currículo e, em outras modalidades previstas no formato de ACECs, atendendo o montante estabelecido pela legislação vigente no computo de 10% da carga horária do curso.

f) Recomenda-se que a Instituição e a Seti, enquanto mantenedora, envidem esforços para reduzir a retenção/evasão no curso em questão, tendo como consequência o aumento do número de concluintes do curso.

Sobre essa questão é importante ressaltar que o NDE e Colegiado de Curso estão apresentando ações desde o conhecimento do teor do PARECER CEE/CES Nº 43/19, já no ano de 2019, com reuniões frequentes, aplicação de instrumento de coleta de dados junto aos acadêmicos, contato via telefone junto aos alunos desistentes com o fim de elucidar as motivações para a desistência. Após a obtenção de vários dados chegou-se ao indicativo de que um dos fatores que contribuíram para a evasão, no curso, foi a forma de organização curricular ser anual. Obviamente, houve a compreensão de que outros fatores, como dificuldades de permanência na cidade, para alunos provenientes de outros estados simplificavam no índice de evasão. Entretanto, o NDE e Colegiado entenderam que algumas ações poderiam ser colocadas em prática entre elas a revisão do currículo que culminou, na referida evasão, em reorganização de algumas disciplinas para oferta semestral. Além da semestralidade o NDE e Colegiado definiram por inserir carga horária de algumas disciplinas no formato semipresencial.

Parecer Final

Após os apontamentos acima, a Direção do Centro de Área (CCHBE) e Divisão de Ensino de Graduação do Campus, são de parecer favorável à aprovação do PPC e encaminhamento ao CEPE, tendo em vista ter sido atendido todos os requisitos necessários.



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



Paranaguá, PR, 19 de Agosto de 2021.

Prof. Msc. Fernando Yudi Sakaguti
Diretor do Centro de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação

Prof. Dra. Roseneide Maria Batista Cirino
Chefe da Divisão de Ensino de Graduação



ePROCOLO



Documento: **4ParecerCentrodeAreaDivisaodeGraduacao_Adequacao_HistoriacampusParanagua.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Roseneide Maria Batista Cirino** em 01/09/2021 12:28, **Fernando Yudi Sakaguti** em 01/09/2021 13:32.

Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em: 31/08/2021 22:29.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
e95d843e034cfc450bbbd086af3f822.

LICENCIATURA EM HISTÓRIA CAMPUS DE PARANAGUÁ

RELATÓRIO DE EVASÃO

Paranaguá – 2021

Relatório de Evasão – Licenciatura em História *Campus* Paranaguá (2021)

Atendendo ao estipulado pela Coordenadoria de Ensino Superior (CES) da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) do Estado do Paraná em seu Ofício nº 001/2021, de 22 de junho de 2021 – e recepcionado pela Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PROGRAD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) em seu memorando nº 04/2021, de 23 de junho de 2021 – o Núcleo Docente Estruturante do curso de licenciatura em História da Unespar/Paranaguá aponta que:

1) A partir dos dados de 2020, oferecidos pela Secretaria Acadêmica do *campus* Paranaguá, o curso teve seis concluintes do total de 40 ingressantes em 2017 – ou seja, que completaram o curso em sua duração mínima de quatro anos. No entanto, ainda temos alunos da turma de 2017 que prosseguem na graduação, ainda longe do tempo máximo para a conclusão, de seis anos. Portanto, as estatísticas dos concluintes de 2020 não são precisas em indicar a evasão do curso.

Feita esta ressalva, a relação ingressantes/concluintes de nosso curso em 2020 apresenta índice 15, dada pelos seis alunos concluintes de 2020 cuja entrada no curso ocorreu em 2017 e totalizaram a graduação em seu tempo mínimo (na fórmula $\frac{N^{\circ} \text{ de concluintes}}{N^{\circ} \text{ de ingressantes}} \times 100$).

2) Nosso curso, voltado para a região do Litoral Paranaense, entende seu entorno econômico e social – e especifica em seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) se voltar para o público trabalhador, motivo pelo qual tem seu funcionamento no turno noturno e evita aulas aos sábados. A presença de alunos-trabalhadores no curso, dessa forma, é natural – e razão principal para que parte substancial de nossos alunos conclua o curso após sua duração mínima de quatro anos.

3) É conhecida na educação superior brasileira, ao menos desde o final da década de 1990, uma queda na procura dos cursos de licenciatura nas universidades públicas. A denominada

“crise das licenciaturas” seria causada não apenas pela decrescente concorrência por vagas em cursos de formação de professores, mas também por atrasos nas conclusões e índices gradativamente piores de permanência, com a evasão efetivamente erodindo as turmas de graduandos.¹

4) É reconhecendo nossa realidade como inserida na crise geral das licenciaturas que, no parecer mais recente sobre a renovação do reconhecimento de nosso curso (Parecer CEE/CES nº 43/2019), o relator Dr. Décio Sperandio, diz que

“Embora seja do conhecimento deste Conselho a realidade nacional deste baixo índice de formados nas licenciaturas, este fato não pode passar despercebido, o que implica na necessidade, por parte da Instituição e da Seti, enquanto mantenedora, da realização de estudos visando ações que contribuam para elevar o número de alunos concluintes.”²

Mais ainda, o relator em suas determinações recomenda “que a Instituição e a SETI, enquanto mantenedora, envidem esforços para reduzir a retenção/evasão no curso em questão, tendo como consequência o aumento do número de concluintes do curso”.³

Embora a Unespar, através da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD), tenha criado o “Grupo de Trabalho de Acesso, Permanência e Evasão” (GT-APE)⁴, ele durou apenas de 2017 a 2019 – portanto, incapaz de produzir um acompanhamento contínuo das diferentes dinâmicas de evasão que toda a Unespar sofre.

Nosso colegiado não foi convidado a colaborar com a produção de estatísticas e análises – e as conclusões do GT-APE nunca nos foram comunicadas. Se foram publicadas, as conclusões não estão públicas, visto que na Base de Dados da PROGRAD, a área “Desistências” (que se identifica como “uma relação quantitativa e qualitativa de estudantes que estavam matriculados no ano anterior e não renovaram a matrícula para o ano seguinte.”) se encontra absolutamente vazia.⁵

1DIAS, Wagner Alceu. Crise das Licenciaturas? Geografia em Contexto. In **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 5, nº 10, p. 09-31. Julho-Dezembro de 2015.

2CONSELHO Estadual de Educação – Câmara de Educação Superior. **Parecer nº 43**, aprovado em 10 de abril de 2019. P. 3.

3**ibid.** p. 5.

4UNIVERSIDADE Estadual do Paraná (Unespar). **Portaria nº230**, de 13 de março de 2017.

5PRÓ-REITORIA de Ensino e Graduação da Universidade Estadual do Paraná. **Base de Dados**. Disponível no endereço: <https://prograd.unespar.edu.br/assuntos/graduacao/base-de-dados>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

Da mesma forma, desconhecemos ações nesse tema tomadas pela SETI.

5) Parte fundamental da “crise das licenciaturas” é a crise na profissão docente, explicada em termos trabalhistas e inserida em uma perspectiva corrente da gestão pública de transferir competências do poder público para entes privados enquanto altera a gestão governamental para uma gerência de suposto desempenho. Essa administração pautada por “resultados”, no contexto da Terceira Via inglesa, acaba por limitar o Estado na oferta de serviços fundamentais como a educação, na perspectiva de complementaridade (ou mesmo substituição) pela iniciativa privada – e, nesse processo, gerindo seus recursos gradativamente diminuídos com uma abordagem cada vez mais agressiva na procura de “resultados” quantitativos.⁶

Neste sentido, é fundamental apontarmos que nossa licenciatura, em uma universidade pública estadual, tem como objetivo precípua a formação de professores para a rede pública paranaense de ensino básico. Como o último concurso público de professor do quadro próprio do magistério estadual foi em 2013 (edital nº 17/013), sendo o concurso anterior datado de 2007 (editais nº 09, 10, 11 e 12/2007).

Assim, é compreensível que a impossibilidade de alocação previsível no mercado de trabalho acabe por afetar nosso índice de concluintes.

6) Apesar de todo o exposto, nossa evasão é acompanhada em detalhes ao menos desde 2019, quando o Colegiado do curso se debruçou sobre o problema, debatendo e produzindo o relatório “A Evasão em Contexto”. No documento, foram apresentadas estatísticas que comprovam que a evasão de nossos alunos se concentra especialmente nos anos iniciais do curso – mormente entre os calouros. Além da quantificação das desistências entre os calouros, foi feita uma análise qualitativa da evasão, que permitiu observarmos as causas subjacentes ao fenômeno.

A partir dessa análise pudemos identificar como uma das causas principais da desistência imediata do curso é o que chamamos de “tropeço” – um desempenho acadêmico inicial, tido pelo aluno como hiposuficiente, ainda seria necessariamente seguido por todo um

⁶PEREIRA, Leoclécio Dobrovski Silva. **Crise nas Licenciaturas e a Luta pela Educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando, 2018. p. 34-35.

ano acadêmico. Em tal situação, a opção de corte de perdas se apresenta como uma estratégia, ao interromper a continuidade da suposta falha acadêmica do aluno.

Ou seja, o problema se evidenciou como sendo o longo caminho ainda a ser percorrido nas dez cadeiras do ano inicial do curso a partir de um eventual “tropeço” do calouro. Neste cenário, um “tropeço” acaba por afastar o discente do curso.

É exatamente pautado pelas conclusões de nosso relatório que o Colegiado apresenta o atual ajuste de seu Projeto Pedagógico de Curso, com a semestralidade mista sendo elemento fundamental ao combate de nossa evasão.

Esperamos que a retomada do fluxo normal de professores na rede estadual de ensino, novas análises e medidas da PROGRAD e SETI, assim como a readequação de curso, sejam capazes de, senão reverter, certamente combater o quadro geral de degradação da crise das licenciaturas em nossa realidade local.

Para este fim, seguimos com o acompanhamento contínuo das estatísticas e análises sobre nossa evasão.

Colegiado do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Paraná, *campus*
Paranaguá

Paranaguá, 24 de agosto de 2021



Prof. Dr. Fábio Tadeu Vighy Hanna
Coordenador do Curso

Prof^a. Dr^a. Marlete dos Santos Silva Schaffrat
Pró-Reitora de Ensino



ePROCOLO



Documento: **5RelatorioEvasaoNDE2021HistoriaParanagua.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em 31/08/2021 22:32.

Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em: 31/08/2021 22:29.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
245eced54a92e025e80bf961346188b.

1 **ATA Nº 005/2021 DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DO**
2 **CCHBE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – CAMPUS DE**
3 **PARANAGUÁ**

4 Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta
5 minutos, reuniram-se remotamente, pela plataforma virtual *Google Meet*, os membros
6 do Conselho do Centro de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação (CCHBE), da
7 Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Paranaguá, sob a presidência do Diretor,
8 professor Fernando Yudi Sakaguti. Estiveram presentes os seguintes membros do
9 Conselho: Alessandra da Silva Quadros Zamboni, Cristian Pagoto, Elizabeth Regina
10 Streisky de Farias, Fábio Tadeu Vighy Hanna, Fabrícia de Souza Predes, José Roberto
11 Caetano da Rocha, José Francisco de Oliveira Neto, Leociléa Aparecida Vieira, Mauro
12 Roberto dos Santos, Rafael Metri, Roseneide Maria Batista Cirino e Solange Maria
13 Gomes dos Santos. Havendo *quórum*, o Diretor declarou aberta a reunião. O Diretor deu
14 início agradecendo a presença de todos. **1. Aprovação da Ata da reunião anterior:**
15 Ato seguinte colocou em votação a ata da reunião anterior, que foi aprovada por
16 unanimidade, sem ressalvas. **2. Comunicações e informes:** a. O Diretor propôs a
17 formação de uma comissão para avaliar as alterações propostas no PPC do Curso de
18 Matemática e informou que será convocada uma nova reunião extraordinária, ainda esta
19 semana, dada a urgência para a aprovação e envio da matéria para ser pautada no Cepe
20 de outubro. A comissão será formada pelos professores José Francisco, Cristian e
21 Alessandra. Passou-se então à **Ordem do Dia:** **3. Deliberação/aprovação do Parecer**
22 **da Comissão, sobre as alterações propostas no PPC do Curso de História.**
23 **Protocolo: 18.046.355-0.** A comissão designada para avaliar os méritos das alterações
24 propostas fez a leitura do parecer. O parecer foi aprovado por maioria dos conselheiros,
25 com uma abstenção. **4. Deliberação/aprovação do Memorando em resposta ao**
26 **Parecer da Câmara de Graduação do Cepe, sobre o PPC do Curso de Educação**
27 **Especial Inclusiva. Protocolo: 17.076.663-6.** Os conselheiros que fazem parte do NDE
28 do curso fizeram a leitura do memorando. O memorando foi aprovado por unanimidade.
29 Nada mais havendo para deliberação, o Diretor do CCHBE agradeceu a presença de
30 todos e encerrou a reunião às onze horas e trinta minutos. E, para constar, eu, Márcia
31 Regina de Moura Santos, secretária *ad hoc*, lavro a ata, que depois de lida e aprovada,
32 será assinada pelo Diretor do CCHBE, professor Fernando Yudi Sakaguti, e por todos
33 os presentes.

Ata 005/2021. Assinatura Avançada realizada por: **Mauro Roberto dos Santos** em 13/09/2021 11:22, **Leocilea Aparecida Vieira** em 13/09/2021 11:27. Assinatura Simples realizada por: **Fernando Yudi Sakaguti** em 13/09/2021 10:53, **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em 13/09/2021 11:11, **Elizabeth Regina Streisky de Farias** em 13/09/2021 11:15, **Cristian Pagoto** em 13/09/2021 11:16, **Jose Roberto Caetano da Rocha** em 13/09/2021 11:27, **Jose Francisco de Oliveira Neto** em 13/09/2021 11:28, **Alessandra da Silva Quadros Zamboni** em 13/09/2021 11:33, **Roseneide Maria Batista Cirino** em 13/09/2021 12:07, **Fabricia de Souza Predes** em 13/09/2021 12:19, **Rafael Metri** em 13/09/2021 12:27, **Solange Maria Gomes dos Santos** em 13/09/2021 12:37. Inserido ao documento **205.146** por: **Fernando Yudi Sakaguti** em: 13/09/2021 10:53. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **282c2a317e185070542e5b6bf59a24f8**.

Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Fernando Yudi Sakaguti** em: 13/09/2021 16:41.

UNESPAR - CAMPUS PARANAGUA
CENTRO CIÊNCIAS HUMANAS BIOLÓGICAS E DA EDUCAÇÃO

Protocolo: 18.046.355-0
Assunto: Solicita deliberação pelo Conselho de Centro de Ciências Humanas Biológicas e da Educação, do campus da Unespar de Paranaguá, das adequações do PPC do Curso de História/Campus de Paranaguá.
Interessado: FABIO TADEU VIGHY HANNA
Data: 13/09/2021 16:41

DESPACHO

À Pró-Reitora da PROGRAD - Ilma Sra. Profa. Marlete dos Anjos Silva Schaffrath:

Encaminho a proposta de alterações no Projeto Pedagógico do Curso de História do Campus Paranaguá, para apreciação da Câmara de Graduação e posterior inserção na Pauta da próxima sessão do CEPE.

Informo que a Direção do CCHBE, juntamente com a Divisão de Graduação e a Direção Geral do Campus, são de parecer favorável ao encaminhamento da proposta.

Informo também que o Conselho de Centro de Área também é favorável ao encaminhamento, conforme ponto de pauta no 3 da ata 005/2021 (em anexo), da reunião realizada no dia 13 de setembro de 2021.

Paranaguá, PR, 13 de setembro de 2021.

Prof. Ms. Fernando Yudi Sakaguti
Diretor do CCHBE - Campus Paranaguá
Portaria N. 287/2021 - Reitoria/UNESPA



ePROTOCOLO



Documento: **DESPACHO_2.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Fernando Yudi Sakaguti** em 13/09/2021 16:41.

Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Fernando Yudi Sakaguti** em: 13/09/2021 16:41.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
8fc59c474164e92825b4685e15e5eb0.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
PRÓ-REITOR DE ENSINO E GRADUAÇÃO**

Protocolo: 18.046.355-0
Assunto: Solicita deliberação pelo Conselho de Centro de Ciências Humanas Biológicas e da Educação, do campus da Unespar de Paranaguá, das adequações do PPC do Curso de História/Campus de Paranaguá.
Interessado: FABIO TADEU VIGHY HANNA
Data: 17/09/2021 17:38

DESPACHO

Prezado Prof. Marcos Dorigão
Diretor de Ensino- PROGRAD/UNESPAR

Encaminho para providências desta Diretoria o protocolizado referente ao processo de adequações do PPC do curso de Licenciatura em História do Campus de Paranaguá.

Atenciosamente
Profa. Marlete Schaffrath
Pró-Reitora- PROGRAD/UNESPAR



ePROCOLO



Documento: **DESPACHO_3.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Marlete dos Anjos Silva Schaffrath** em 17/09/2021 17:38.

Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Marlete dos Anjos Silva Schaffrath** em: 17/09/2021 17:38.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
c2fa3f6e8d26d78dba82ed96f34f3bbb.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
DIRETORIA DE ENSINO

Protocolo: 18.046.355-0
Assunto: Solicita deliberação pelo Conselho de Centro de Ciências Humanas Biológicas e da Educação, do campus da Unespar de Paranaguá, das adequações do PPC do Curso de História/Campus de Paranaguá.
Interessado: FABIO TADEU VIGHY HANNA
Data: 23/09/2021 16:51

DESPACHO

À
Ag. Universitária Ana Cristina Zanna Cathcart
Secretaria dos Conselhos Superiores
UNESPAR

Encaminhamos o processo 18.046.355-0 que solicita apreciação do CEPE para proposta de adequações do PPC do curso de História do Campus de Paranaguá.

O processo está instruído e pode ser encaminhado à Câmara de Ensino para análise.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Prof. Dr. Marcos Dorigão
Direção de Centro
CCHE - UNESPAR - Campus Apucarana

MINUTA - RESOLUÇÃO Nº XXX/2021 – CEPE/UNESPAR

Aprova alterações no Projeto Pedagógico vigente do Curso de Licenciatura em História do *Campus* de Paranaguá da UNESPAR.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO e REITORA DA UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;

considerando os incisos I e IV do Art. 7º do Regimento Geral da Unespar, referentes às atribuições deste Conselho;

considerando a solicitação autuada no protocolado nº 18.046.355-0;

considerando a deliberação contida na Ata da X Sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNESPAR, realizada no dia, pela Plataforma Digital *Microsoft Teams*.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar alterações no Projeto Pedagógico vigente do Curso de Licenciatura em História do *Campus* de Paranaguá, conforme segue:

I – inclui, a partir da página 9 (nove) do Projeto Pedagógico os tópicos “A) *Educação Ambiental*”, “B) *Direitos Humanos*”, “C) *Educação Especial*”, “D) *Evasão*”, “E) *Extensão*” e “ F) *Ensino Semipresencial*”, conforme disposto no Anexo I desta Resolução;

II – altera a estrutura das disciplinas de “Geografia e Educação Ambiental”, “História da África e Cultura Afro-Brasileira”, “Sociologia Geral”, “Antropologia Social”, “Cultura Indígena e Populações Tradicionais”, “História Contemporânea”, “LIBRAS” e “Didática Geral”, conforme Anexo II desta Resolução;

III – inclui a disciplina optativa “História e Direitos Humanos”, com carga-horária de 30h e ementa: “*Estudo histórico da ideia de direitos humanos com base na chamada nova história cultural em diálogo com as ciências sociais, as lutas por direitos e as estratégias de empoderamento dos sujeitos sociais e suas lutas pelo direito a ter direitos*”;

IV – dá nova redação para o Regulamento de Atividades Complementares, conforme Anexo III desta Resolução;

V – dá nova redação para os tópicos: “3.2. *Concepção, Finalidades e Objetivos*” . “3.3. *Metodologia de Ensino e Aprendizagem*” e “3.5. *Perfil do Profissional – Formação Geral*” descritos nas páginas 21 (vinte e um) a 38 (trinta e oito), conforme

Anexo IV desta Resolução;

VI – inclui o novo Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, conforme Anexo V, desta Resolução;

VII – inclui o Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC) disposto no Anexo VI desta Resolução;

VIII – inclui o tópico “7. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO” na página 87 (oitenta e sete) do Projeto Pedagógico, conforme Anexo VII desta Resolução;

IX – redistribui a carga-horária das disciplinas, conforme Anexo VIII desta Resolução;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições contrárias.

Art. 3º Publique-se no *site* da UNESPAR.

Paranavaí, xx de de 2021.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora da Unespar
Decreto Nº 6563/2020

(Assinado eletronicamente nos termos do Decreto Estadual nº 7304/2021)

ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº XXX/2021

TÓPICO INCLUÍDOS A PARTIR DA PÁGINA 9 DO PROJETO PEDAGÓGICO

A) Educação Ambiental

Seguindo o estipulado pela Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999; o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002; e a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 (MEC/CNE/CP), as licenciaturas nacionais passam a ter papel de destaque na operacionalização da Política Nacional de Educação Ambiental – o que é prontamente adequado ao sistema de ensino paranaense pela Deliberação nº 04, de 12 de novembro de 2013 (CEE/PR).

Com isto, nossa proposta de organização curricular do curso contempla os temas relacionados à educação ambiental no curso já existente de “Geografia e Educação Ambiental”, na listagem das disciplinas obrigatórias. Adicionalmente, o assunto também será abordado no conjunto de temas que compõem as atividades complementares, promovendo diálogo com demais cursos ofertados pela IES, bem como com diálogo permanente com a sociedade civil da região.

B) Direitos Humanos

Em observação à implementação da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 (MEC/CNE/CP) no sistema de ensino paranaense feita pela Deliberação nº 02, de 13 de abril de 2015 (CEE/CP), o Núcleo Docente Estruturante entende como fulcral a educação em direitos humanos em nosso curso – e, para que ela tenha a justa visibilidade, a organização curricular apresentará este tema como componente explicitamente citado nas ementas de seis disciplinas obrigatórias: “História da África e Cultura Afro-Brasileira”, “Sociologia Geral”, “Antropologia Social”, “Cultura Indígena e Populações Tradicionais”, “Geografia e Educação Ambiental” e “História Contemporânea”.

Adicionalmente, direitos humanos serão tratados como tema transversal para todo o curso, possibilitando aos discentes a integração interdisciplinar – especialmente em diálogo com os demais cursos ofertados pela Universidade, em especial as atividades do CEDH (Centro de Educação em Direitos Humanos), espaço institucional relevante de formação na área de direitos humanos. Dessa forma, o tema também se apresenta como vetor fundamental para a aproximação com a sociedade através de programas de extensão e atividades extracurriculares em contato com a sociedade civil como um todo.

C) Educação Especial

Seguindo o estipulado pela Lei Federal nº 10.436, de 25 de abril de 2002, pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 e pelo Parecer nº 23, de 07 de abril de 2011 (CEE/CES), o curso garante a formação de futuros professores aptos a utilizar

a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) através de disciplina obrigatória própria. Da mesma forma, acolhemos discentes portadores de deficiência a partir da estrutura do campus, em especial na assistência pedagógica e em tradutores de LIBRAS.

Por outro lado, seguindo o estipulado pela Deliberação nº 02, de 15 de setembro de 2016 (CEE), questões associadas à inclusão educacional são abordadas nas disciplinas obrigatórias de “LIBRAS” e “Didática Geral”, além de seminários e eventos institucionais promovidos pelo Núcleo de Educação Especial Inclusiva (NESPI) da Unespar, bem como programações realizadas na rede municipal e estadual de educação aonde a temática relacionada à educação de pessoas com deficiência são pautadas.

Adicionalmente, o acolhimento de discentes portadores de deficiência encontra graves limitações físicas, posto que a infraestrutura do campus, em especial os acessos às salas de aula, ainda não contam com a acessibilidade mínima adequada aos discentes portadores de deficiências.

Finalmente, em atendimento à Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, o curso buscará oferecer identificação e acolhimento de seus discentes no espectro autista a partir da integração com os demais departamentos e graduações da universidade, em especial o NESPI, responsável pela identificação e acolhimento dos discentes portadores de deficiência, espaço institucional também responsável por instrumentalizar os professores com esta demanda.

D) Evasão

Ainda que reconhecendo a chamada “crise das licenciaturas”¹, a Câmara da Educação Superior do Estado (CES), do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR), observou como baixo o índice de concluintes totais quando da aprovação recente da renovação do reconhecimento do curso – e concluiu que estudos devem ser realizados visando “ações que contribuam para elevar o número de alunos concluintes” (Parecer nº 43, de 10 de abril de 2019 (CEE/CES)).

Contudo, antes mesmo da publicação do parecer, o colegiado do curso já começava a analisar sua evasão, com pesquisa levada a cabo entre março e maio de 2019, quantificando a evasão inicial do curso.

Para tal, foram inicialmente levantadas estatísticas quantitativas de participação no curso nas turmas de 2018 e 2019 – que depois foram analisadas qualitativamente na tentativa de traçar um perfil das desistências. Infelizmente, com o impacto da pandemia de COVID-19 em 2020 e em 2021, especialmente com a excepcionalidade de trancamentos de matrículas estipuladas pelo Memorando nº 34/2020 da PROGRAD/Unespar, a continuidade do levantamento das estatísticas de evasão

¹ PEREIRA, Leoclécio D. S. Crise nas Licenciaturas e a Luta pela Educação no Brasil. Uberlândia: Navegando, 2018.



foi inviabilizada. Não obstante, o já analisado nos anos anteriores nos permite esboçar com segurança um quadro de análise, que não deve ser descartado pela ausência de dados adicionais do cenário pandêmico.

D.1) Desistência e Evasão Inicial – Dados Quantitativos

Confrontando-se o registro dos alunos recém-matriculados no curso, os calouros do primeiro ano, com os aprovados ao fim do período letivo, ficam evidentes dois tipos de evasão – alunos que, embora matriculados, nunca chegaram a sequer frequentar propriamente o curso (desistentes) e os alunos que, mesmo tendo frequentado e terminado o primeiro ano, não voltam à faculdade para dar continuidade ao curso (evasão inicial).

Nesse sentido, os dados de 2018 apontam uma grave dinâmica do curso, conforme o gráfico abaixo que apresenta a tabulação dos dados levantados:

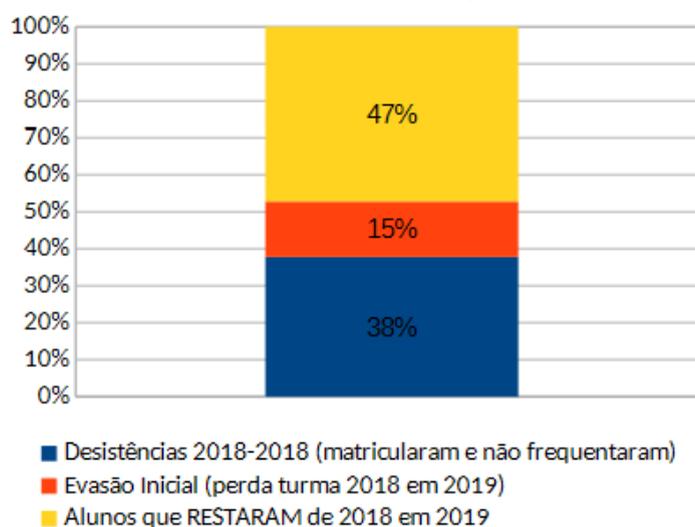


Figura 1: Evasão (2018)

Chama a atenção o elevadíssimo índice dos desistentes da turma de 2018 – 38% dos alunos, embora aprovados no processo seletivo de entrada (seja por vestibular, SISU ou transferências internas e externas), não chegaram sequer a frequentar propriamente o curso.

Essa desistência acaba por gerar um registro formal de alunos sensivelmente diferente da realidade, gerando grande discrepância entre o número de alunos frequentando o curso em relação ao esperado pela listagem oficial de matriculados. Mais ainda, o SIGES apenas identificará as matrículas ativas mas abandonadas consideravelmente depois das desistências – ao menos um ano após elas ocorrerem.

Acompanhando essa desistência, há um elevado índice de evasão entre o primeiro e o segundo ano – 15% da turma de 2018, embora tenha concluído o período letivo, não retorna para dar continuidade ao curso. Com isso, o mesmo problema dos desistentes se repete – os alunos não formalizam sua retirada do curso, e suas matrículas seguem abertas gerando uma totalização de matriculados no SIGES

diferente da real, uma diferença que, mais uma vez, só será corrigida após mais de um ano.

Com ambos os fenômenos, desistências e evasões iniciais, apenas 47% da turma de 2018 seguiu ativa no curso em 2019. Ou seja, um encolhimento extraordinário, com mais da metade (53%) dos calouros abandonando o curso em seus primeiros momentos. Essa dinâmica se repete nos dados da turma de 2019:

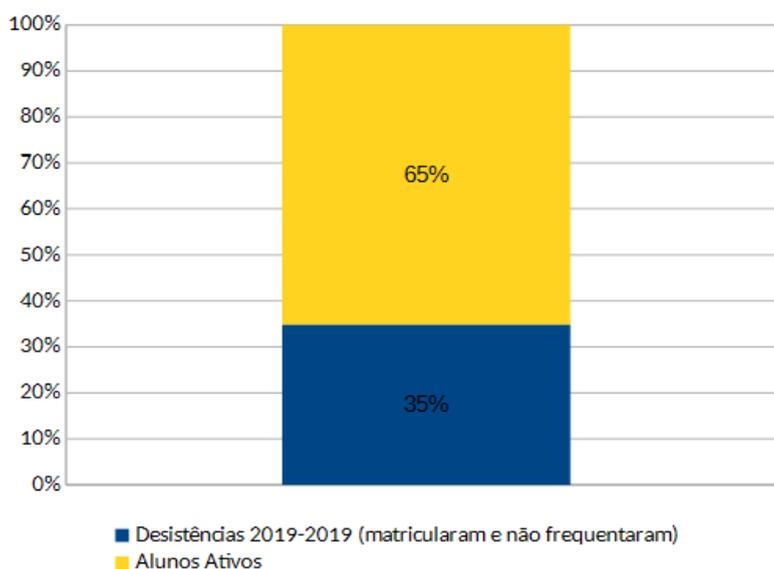


Figura 2: Evasão (2019)

Ainda que apresente um recuo estatisticamente irrelevante de 3 pontos, a desistência se mantém em níveis relevantes – 35% dos calouros matriculados no curso em 2019 jamais frequentaram as aulas. Com isso, pouco mais da metade do curso (65%) permanece, grupo pelo qual ainda incidirá a evasão inicial que, por se manifestar apenas no conturbado ano de 2020, não pôde ser aferida.

Ou seja, temos um quadro consistente em ambas as turmas – menos da metade dos alunos seguem no curso após o primeiro ano.

D.2) Desistência e Evasão Inicial – Dados Qualitativos

Buscando delinear estas estatísticas iniciais, a pesquisa sobre a evasão se desdobrou em uma segunda etapa, na qual cada aluno desistente ou evadido das turmas analisadas, 2018 e 2019, foi entrevistado.

Os contatos, feitos diretamente por telefone em conversas gravadas e arquivadas ou por e-mail e mensagens, foram feitos em abril e maio de 2019 e permitem uma análise qualitativa consistente do quadro de fuga do curso.

Nesse sentido, os desistentes da turma de 2018 identificaram como causa maior de sua retirada do curso:

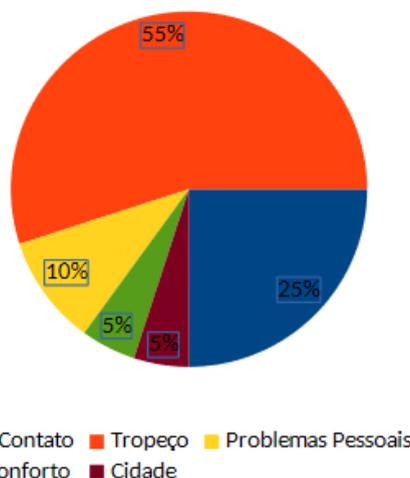


Figura 3: Desistentes (2018)

Ainda que parcela considerável dos desistentes (25%) não tenha participado da pesquisa por não ter sido encontrada a partir de seus dados cadastrais no SIGES, os dados finais são estatisticamente sólidos e apontam alguns problemas específicos.

Parcela marginal dos desistentes, apenas 10% do total de desistentes, explica sua ausência no curso por “problemas pessoais”, um fator sempre esperado nesse tipo de comportamento. No entanto, duas categorias inusitadas pontuam na pesquisa: “desconforto” e problemas no estabelecimento na cidade de Paranaguá, agrupados em “cidade”.

A primeira, ainda que relativamente rara (5%), mostra um desconhecimento fundamental sobre o funcionamento de uma graduação em História. Por outro lado, o item “cidade” se refere ao público que, não sendo da região do litoral paranaense e tendo se matriculado pelo SISU, teve um contato inicial difícil com a cidade de Paranaguá – mais uma vez, um perfil que poderia ser desconsiderado caso também não se confirmasse em 2019. Nesse grupo, pontuaram alunos que foram efetivamente repelidos em seu primeiro contato com a cidade – com relatos de serem admoestados da violência local, das condições sanitárias da cidade, e até mesmo do desconhecimento da população em sequer identificar onde ou o que é a Unespar.

Finalmente, a estatística principal dos desistentes de 2018 foram relatos agrupados na categoria “tropeço” – a maioria, expressa em 55% dos ex-alunos, creditaram sua desistência ao desânimo de, a partir de uma falha inicial, acompanharem o longo percurso anual da turma. Estão nesse grupo os que, por quaisquer motivos, perderam parte das aulas iniciais ou tiveram um desempenho acadêmico entendido por eles próprios como insuficiente no primeiro bimestre.

O que caracteriza o grupo é, assim, a percepção de que houve uma falha ou incapacidade pessoal logo ao início do curso – um “tropeço” precisamente no primeiro passo de uma longa caminhada, que então seria logo abandonada como

uma estratégia de minimização de perdas. Conforme um dos relatos bem exemplificou “melhor sair e perder um mês que ficar e perder um ano”.

Inesperadamente, essa mesma lógica se repete nas estatísticas da evasão inicial da turma de 2018:

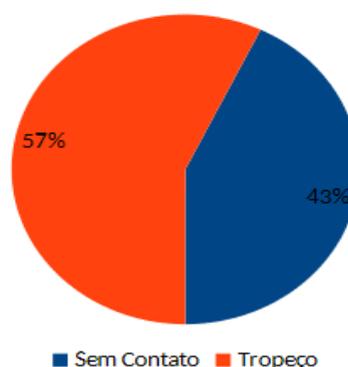


Figura 4: Evasão Inicial (2018-2019)

Como esperado em um grupo que já cursou todo o primeiro ano, a evasão da turma de 2018 em 2019 não apresenta os problemas iniciais grupados nas categorias “desconforto” e “cidade”. E, mais uma vez, a estatística mais relevante é a maioria dos evadidos apontarem o citado “tropeço”, indicando novamente problemas ao início do ano letivo que, na visão dos alunos, não tornaria possível ou desejável um ano inteiro de esforço continuado ao frequentar o curso. Chama a atenção que, deste grupo, uma parcela considerável expressou nas entrevistas a disposição de eventualmente voltar à licenciatura de História.

Finalmente, a análise da turma de 2019 apresenta as mesmas dinâmicas em ação para as desistências, com estatísticas ainda mais sólidas graças ao universo maior de respondentes— aqui, mais uma vez os esperados “problemas pessoais” aparecem (7%) - e “transporte”, também em 7%, surge pela primeira vez como uma causa de desistência do curso que deve ser acompanhada em pesquisas posteriores.

Entretanto, novamente a maior causa da desistência é o “tropeço” inicial, responsável por 40% das desistências da turma de 2019.

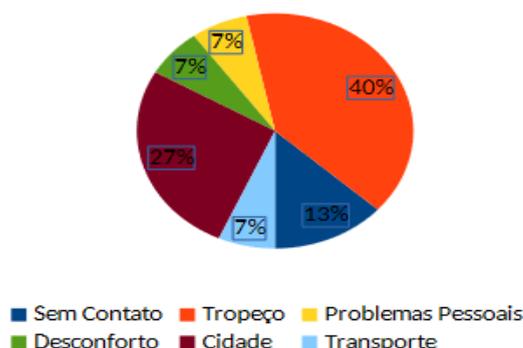


Figura 5: Desistências (2019)



O que vemos é um quadro claro – índices imensos de alunos que sequer acompanham o curso em seu primeiro ano (38% de desistentes em 2018 e 35% em 2019) e taxas expressivas dos que o frequentam no primeiro ano mas não seguem no curso (a evasão inicial, do ano de 2018 para o ano de 2019, é de 15%). Ambas as dinâmicas, da desistência e da evasão inicial, estão diretamente relacionadas à percepção de longa duração do período letivo. Nas entrevistas, ficou evidente que os alunos cogitam inicialmente até mesmo um retorno posterior ao curso – mas, após um ano de espera, sequer lembram da hipótese. Muitos sequer sabendo ainda terem matrículas ativas no SIGES – o que demonstra que o funcionamento interno dos processos formais da Universidade pode ser melhor quando apresentado aos alunos recém-chegados.

Assim, as estatísticas são claras ao apontarem que a periodização do curso é, nos repetidos cenários distintos, a causa principal da perda de alunos, seja na desistência ou na evasão inicial.

D.3) Conclusão: A Semestralização Mista como Estratégia de Enfrentamento à Evasão

Pelas conclusões das pesquisas, dois fatores influem de forma decisiva para a perda de alunos no curso – o “tropeço” inicial e, em menor escala, a hostilidade da cidade com os alunos de fora da região, chegando pelo SISU.

Embora este último fator seja de difícil elucidação, posto que externo à instituição, ainda assim ele comporta medidas paliativas – uma melhor recepção do matriculado, assim como uma apresentação apropriada da Unespar, seus procedimentos internos e seu entorno social, podem ser conjugados com ações de boas-vindas dos próprios estudantes do curso, organizados através de seu DAH. A apropriada recepção dos matriculados pode influir consideravelmente nessa desistência e sugere ações conjuntas da Unespar, do Colegiado de História e do DAH.

Contudo, as estatísticas deixam claro que a maior parte das desistências da turma de 2018 e 2019, assim como da evasão da turma de 2018 durante o ano de 2019, é o chamado “tropeço” inicial, que está diretamente correlacionado à periodicidade do curso – a percepção do aluno de que um longo período acadêmico ainda se seguirá após sua má performance inicial é o ponto-chave da dinâmica.

Repetidas vezes os entrevistados que se encaixaram nessa categoria colocaram o problema como sendo uma contenção de perda, preferindo desistir após um tropeço inicial que esperar inutilmente um ano para tentar novamente a vida acadêmica.

Nesse sentido, a periodização anual do curso deve ser prontamente revista. Ela é a causa subjacente à expressiva perda de alunos nos anos iniciais do curso.

Chama a atenção a periodicidade anual, enquanto os principais cursos de licenciatura em História do Brasil são semestrais – UFF, UFMG, UFRJ, USP, UFPR...



todas as IFES apresentam a periodicidade semestral.

Mesmo as universidades estaduais do Paraná apresentam licenciaturas em História com periodização semestral – é o caso da UEL², UEM³, UNIOESTE⁴ e inclusive da Unespar no *campus* de União da Vitória⁵.

Mesmo o regimento da Unespar capacita o curso a ser alterado em sua periodicidade, passando a ser semestral como os principais cursos no país, conforme seu artigo 50 (com grifo nosso): “A integralização curricular dos cursos de graduação far-se-á pelo regime seriado anual ou regime semestral, de acordo com o Projeto Pedagógico de cada curso nos diferentes *campi*.”⁶.

A semestralização mista, portanto, não apenas é medida relevante para conter a evasão do curso – ela ainda é claramente permitida pelo regimento em vigor da universidade, além de ser prática corrente nos principais cursos semelhantes.

Adaptando-se o Projeto Pedagógico do curso, a semestralidade tem a capacidade de, sem perda de conteúdo, concentrar os estudos dos alunos, evitando a percepção de um ano perdido em caso de “tropeço” – efetivamente, um aluno que comece seus estudos em fevereiro e perceba sua hipossuficiência em um mês, em março, esperaria apenas dois ou três meses para o início de outro período letivo, em um quadro substancialmente diferente da espera atual de até um ano. O reengajamento quase imediato tem a capacidade de reverter a percepção de inadequação do aluno, tornando o curso muito mais dinâmico e atrativo à participação discente.

Adicionalmente, a semestralização mista permite um contexto mais adequado à gestão da agenda do colegiado, comportando de forma muito mais apropriada licenças e imprevistos – que, hoje, afetam um ano inteiro da formação dos alunos. Por sua vez, esse arranjo oferece uma periodização muito mais apropriada para a pesquisa e em especial para a oferta de disciplinas optativas, entendidas como aprofundamentos verticais em temas pontuais.

Fundamental explicitar, que a semestralização mista implica em rearranjo da estrutura de disciplinas do curso – mas sem implicar em perdas programáticas ou de horas-aula, com apenas as disciplinas de 60 horas/aula passando a serem semestrais, enquanto as mais extensas continuam anuais – um regime de oferta de disciplinas, portanto, misto.

Finalmente, a semestralização mista se apresenta como estratégia urgente a

² UNIVERSIDADE Estadual de Londrina (UEL). Resolução nº 129/2018 (CEPE/CA).

³ UNIVERSIDADE Estadual de Maringá. **Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em História** – Campus Ivaiporã. Disponível na internet no endereço http://www.pen.uem.br/site/public/assets/files/19944F3D475A0C509C267FE117F4A9F8/20210309_172839-historia.pdf, acessado em 20 de agosto de 2021.

⁴ UNIVERSIDADE Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Resolução nº 307/2017 (CEPE).

⁵ UNIVERSIDADE do Estado do Paraná (Unespar). Resolução nº 83/2018 (CEPE). 6 de novembro de 2018.

⁶ UNIVERSIDADE do Estado Do Paraná (Unespar). **Regimento Geral da Universidade Estadual do Paraná**. 5 de Dezembro de 2014.

partir da análise de nossas estatísticas de evasão – motivo fulcral da atual revisão do Projeto Político Pedagógico. Contudo, sua adoção não implica no abandono de eventuais outras medidas de combate à evasão, sendo apenas a estratégia inicial do Núcleo Docente Estruturante ao lidar com o grave cenário de crise estrutural da “crise das licenciaturas”, em parceria nas ações a serem desenvolvidas pela Unespar e pela Superintendência de Ensino Superior do Estado do Paraná – conforme especificado no parecer nº 43/2019 da CEE/PR, última renovação do curso.

E) Extensão

A readequação deste Projeto Pedagógico também se justifica pela necessidade de inserção das Ações Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC), atendendo ao disposto na Resolução Nº 7/2018 (MEC/CNE/CES), que regulamenta o cumprimento da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei nº. 13.005/2014 e a Resolução 038/2020 (CEPE/Unespar). As atividades de Extensão articulam-se de forma a integrar as ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, a comunicação com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica. Embora ações extensionistas estivessem presentes no Projeto Pedagógico original, não estavam regulamentadas conforme essas normativas. Para atender às novas regras, inserimos no projeto as disciplinas que receberão carga horária extensionista, assim como o regulamento para a realização das atividades extensionistas.

F) Ensino Semipresencial

Readequamos nossa matriz curricular contemplando o ensino semipresencial, entendido conforme definido pela portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, do MEC como “quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrado na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilize tecnologias de comunicação remota”.

Entendemos o ensino semipresencial como estratégia de supressão das aulas aos sábados, atendendo nossos alunos trabalhadores e também sendo parte de nossas ações no ativo combate à evasão através do uso complementar e pontual de ferramentas de ensino remoto – sem que isso implique, de forma alguma, a alteração do caráter presencial do curso.

ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº XXX/2021

NOVA ESTRUTURA DAS DISCIPLINAS DE “GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL”, “HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA”, “SOCIOLOGIA GERAL”, “ANTROPOLOGIA SOCIAL”, “CULTURA INDÍGENA E POPULAÇÕES TRADICIONAIS”, “HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA”, “LIBRAS” E “DIDÁTICA GERAL”

DISCIPLINA	CARGA-HORÁRIA TOTAL	EMENTA	BIBLIOGRAFIAS
“Geografia e Educação ambiental”	90h	Estudos a partir das relações pedagógicas entre geografia e Educação para o Meio Ambiente visando a compreensão das múltiplas relações entre grupos sociais e natureza, conforme as contribuições epistemológicas da Geografia, via articulação com a prática de ensino.	<p>BIBLIOGRAFIA: BERRY, THOMAS. O Sonho da Terra. Petrópolis: Vozes, 1991.</p> <p>BORTOLOZZI e FILHO. Diagnostico da educação Ambiental no ensino de Geografia. In Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº 109, p. 145-171, março/2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a07.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2021.</p> <p>BORTOLOZZI, A., PEREZ FILHO, A. Educação ambiental e reconstrução da cidadania. In Revista Sociedade e Natureza. Uberlândia, v. 6, nº 11/12, p. 41-45, 1994.</p> <p>BRANCO, Samuel Murgel. O Meio Ambiente em Debate. São Paulo: Moderna, 2004.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos - temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436p.</p> <p>CALVENTE, M. D. C. H. ARCHELA, R. S.. GRATÃO, L. H (orgs.). Múltiplas geografias: ensino, pesquisa, reflexão. Londrina: Humanidades, 2007.</p> <p>CUNHA, S. B.. GUERRA, A. J. T. (org.) Geomorfologia do Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.</p> <p>DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. 4º ed. São Paulo: Gaia, 1994.</p> <p>DREW, DAVID. Processos Interativos Homem-meio ambiente. São Paulo:</p>

			<p>Difel, 1996.</p> <p>FIALHO, Edson Soares. A geografia escolar e as questões ambientais. In Revista Ponto de Vista, Viçosa, v. 5, n° 1, p. 49-64, 2008.</p> <p>FREITAS, I. A. História ambiental e geografia: natureza e cultura em interconexão. In Geo UERJ, Rio de Janeiro, Ano 9, v. 2, n° 17, 2°, p. 20-33, Sem. 2007.</p> <p>GUERRA, A.T.. GUERRA, A. J. T. Novo dicionário Geológico-Geomorfológico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.</p> <p>HOGAN, DANIEL JOSEPH. Crescimento Demográfico e Meio Ambiente. In Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Campinas, v. 8, p. 61-69, dez. 1991.</p> <p>LEINZ, V.. AMARAL, S.E. Geologia Geral. 11° ed. São Paulo: Editora Nacional, 1989.</p> <p>MILLER, G. TYLER. Ciência Ambiental. 11° ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.</p> <p>OLIVEIRA, M. M.. FARIAS, P. S. C.. SÁ, A. J.. O meio ambiente na geografia crítica e na geografia humanística: desafios metodológicos para uma didática reflexiva do espaço na escola. Revista de Geografia. Recife, v. 25, n° 3, p. 108-121, set/dez. 2008.</p> <p>PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. In Estudos Avançados, São Paulo, v.24, n° 68, p. 81-101, 2010.</p> <p>POPP, J.H. Geologia do Geral. 4° ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.ROSS, J. L. S. Geomorfologia: ambiente e planejamento. São Paulo: Contexto, 1990.</p> <p>STRAHLER, A.N., STRAHLER, A.H. Geografia física. 3° ed. Barcelona: Omega, 2000.</p> <p>ZEPPONE, R. M. Educação ambiental: teorias e práticas escolares. Araraquara: JM, 1999.</p>
História da África e Cultura	90h	Estudos históricos sobre o continente africano e a formação	ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. Em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e da cultura

Afro-Brasileira		<p>das identidades afro-brasileiras, através da revisão crítica da historiografia e as questões étnico-culturais pertinentes a temática articulando pesquisa, ensino e prática extensionista.</p>	<p>afro brasileira: uma conversa com os historiadores. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 21, nº 41, p.05-20, 2008.</p> <p>BASTIDE, Roger. As Américas Negras. Rio de Janeiro: Difel, 1974.</p> <p>BRUNSCHWIG, Henri. A partilha da África Negra. São Paulo: Perspectiva, 1974.</p> <p>CANÊDO, Letícia. A descolonização da Ásia e da África. São Paulo: Atual, 1985.</p> <p>CORNEVIN, Marianne. Apartheid: poder y falsificación de la historia. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.</p> <p>LAMBERT, Jean-Marie. História da África Negra. Goiânia: Kelps, 2001.</p> <p>MESGRAVIS, Laima. A colonização da África e da Ásia. São Paulo: Atual, 1994.</p> <p>PEREIRA, Francisco José. Apartheid. O horror branco na África do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1985.</p> <p>REBELO, Manuel dos Anjos da Silva. Relações entre Angola e Brasil – 1808-1830. Lisboa, 1970.</p> <p>SILVA, Alberto da Costa e. Das mãos do oleiro – aproximações. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.</p> <p>SILVA, Alberto da Costa e. A enxada e a lança. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.</p> <p>SILVA, Alberto da Costa e. DE SOUZA, Francisco Felix. Mercador de escravos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.</p> <p>SILVA, Alberto da Costa e. A manilha e o libambo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.</p> <p>VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX. Salvador: Corrupio, 1987.</p> <p>KI-ZERBO, J. (Ed.). História Geral da África – Volume I – Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.</p> <p>MOKHTAR G. (Ed.). História geral da África – Volume II – África antiga. Brasília: UNESCO, 2010.</p> <p>EL FASI M.. HRBEK I. (Ed.). História geral da África – Volume III – África do</p>
-----------------	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>século VII ao XI. Brasília: UNESCO, 2010.</p> <p>NIANE, D. T. (Ed.). História geral da África – Volume IV – África do século XII ao XVI. Brasília: UNESCO, 2010.</p> <p>OGOT, B. A. (Ed.). História geral da África – Volume V – África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010.</p> <p>AJAYI, J. F. A. (Ed.). História geral da África – Volume VI – África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010.</p> <p>BOAHEN, Albert Adu (Ed.). História geral da África – Volume VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2° ed. Brasília: UNESCO, 2010.</p> <p>MAZRUI, A. A.. WONDJI, C. (Ed.). História geral da África – Volume VIII África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.</p>
Sociologia Geral	60h	Estudo do pensamento sociológico clássico e contemporâneo a partir de seus conceitos, suas escolas, suas tensões e diálogos com o campo da História e dos Direitos Humanos.	<p>BAKUNIN, Mickail. Deus e o Estado. Genebra: Gráfica Juraciana, 1882.</p> <p>BARROS, Eduardo Portanova. Aspectos de uma sociologia do imaginário na pós-modernidade: a razão sensível. Fórum Sociológico. [Online], v. 1. n° 25, p. 81-86, 2014. Disponível online em <http://sociologico.revues.org/920?lang=pt>. Acesso em 20 de agosto de 2021.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. O poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.</p> <p>COMTE, Augusto. O espírito positivo. 1° ed. Porto: Rés-Editora Ltda, 1977._____. Comte – Coleção os pensadores. São Paulo: Ed. Abril, 1980.</p> <p>DURKHEIM, Émilie. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2005.</p> <p>DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2005.</p> <p>WEBER, Max. Socialismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.</p> <p>ELIAS, Norbert. Solidão dos moribundos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.</p> <p>_____. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998._</p>

			<p>_____. O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.</p> <p>JUNQUEIRA, Lília. A noção de representação social na sociologia contemporânea. In Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 18, nº 19, p. 145-161, 2005.</p> <p>MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas, vol. 1. S. Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1961.</p> <p>_____. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Brasília: Editora UnB, 1985.</p>
Antropologia Social	90h	As contribuições do pensamento e das teorias da antropologia social e da etnografia a partir de seus conceitos, suas escolas, suas tensões, seus eixos temáticos e de suas relações com os direitos humanos e outros campos da ciência enquanto métodos de análise e intervenção social, articulando ensino, pesquisa e prática extensionista.	<p>AUGÉ, Marc. Dios como objeto: símbolos, cuerpos, materias, palabras. Barcelona: Editorial Gedisa, 1988.</p> <p>BENNEDICT, Ruth. Padrões de Cultura. Lisboa: Livros do Brasil, 1961.</p> <p>BOAS, Franz. 1996. Language and Culture. New York: The Free Press, 1996. Brasileiro, 1988.</p> <p>CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.</p> <p>COPANS, Jean et al. Antropologia: Ciência das Sociedades Primitivas? Lisboa, Edições 70, 1971.</p> <p>CUNHA, M. Manuela Carneiro (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo, Cia. Das Letras. 1998.</p> <p>DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva, 1980.</p> <p>_____. Símbolos naturales: exploraciones en cosmología. Madrid: Alianza Editorial, 1978.</p> <p>DUMONT, Louis. Homo Hierarchicus: The Caste System and Its Implications. Nueva Dehli: Oxford University Press, 1999.</p> <p>DURKHEIM, Émile. As formas Elementares da Vida Religiosa. São Paulo: MartinsFontes, 1996.</p>

			<p>_____. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1990.</p> <p>ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.</p> <p>EVANS-PRITCHARD, E. Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.</p> <p>FRAZER, Sir James. O Ramo de Ouro. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.</p> <p>GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 1989.</p> <p>_____. O Saber Local. Petrópolis: Vozes, 1998.</p> <p>GLUCKMAN, Max (editor). Essays on the rituals of social relations. Nueva York: The Humanities Press, 1966.</p> <p>HERTZ, Robert. Preeminência da Mão Direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. In <i>Religião e Sociedade</i>, Rio de Janeiro, N° 6, p. 99-128, 1980.</p> <p>KUPER, Adam. Antropologia y Antropólogos: la escuela británica 1922-1972. Barcelona: Anagrama, 1973.</p> <p>LEACH, Edmund. Sistemas Políticos na Alta Birmânia. São Paulo: EDUSP, 1996.</p> <p>LEENHARDT, Maurice. Do Kamo: La persona y el mito en el mundo melanesio. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1961.</p> <p>LÉVI-BRULH, Lucien. El Alma Primitiva. Barcelona: Península, 1974.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.</p> <p>_____. Antropologia Estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.</p> <p>_____. As Estruturas Elementares do Parentesco. Petrópolis: Vozes, 1995.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes Trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</p> <p>LINTON, Ralph Estudio del hombre. Sección de Obras de Sociología. México: Fondo de Cultura Económica, 1936.</p>
--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>MALINOWSKI, Bronislaw. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril, 1974.</p> <p>MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. Vol. I-II.</p> <p>McMURRIN, S.M. The Tanner Lecture on Human Values. Salt Lake City: U. Utah Press, 1986.</p> <p>MEAD, Margareth, Gregory BATESON. Balinese Character: A Photographic Analysis.</p> <p>MEAD, Margareth. Sexo e Temperamento. São Paulo: Perspectiva, 1982.</p> <p>MORGAN, Lewis. A Sociedade Primitiva. Lisboa: Presença, s/d. Nueva York: The New York Academy of Sciences, 1962.</p> <p>NUNES, Edson (org.). A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na Pesquisa Social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.</p> <p>OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Sobre o Pensamento Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo.</p> <p>PEIRANO, Mariza. A Favor da Etnografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.</p> <p>RADCLIFFE-BROWN, A. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1978.</p> <p>SAHLINS, Marshall. Cultura y razón práctica: contra el utilitarismo en la teoria antropológica. Barcelona: Editorial Gedisa, 1988.</p> <p>_____. Ilhas de História. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.</p> <p>STRATHERN, Marilyn. The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia. Berkeley: University of California Press, 1990.</p> <p>TURNER, Victor. O Processo Ritual. Petrópolis: Vozes, 1974.</p> <p>TYLOR, Edward. Cultura Primitiva: los orígenes de la cultura. Madrid: Ed. Ayuso, 1977.</p> <p>WERNER, Dennis. Culturas Humanas: comida, sexo e magia e outros assuntos antropológicos. Petrópolis: Vozes, 1987.</p>
--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Cultura Indígena e Populações Tradicionais</p>	<p>90h</p>	<p>Estudos das populações indígenas e das populações tradicionais através da compreensão de suas práticas sociais, dos usos sociais e das diversas maneiras com que cada uma das coletividades se apropria de sua cultura e de sua história, articulando ensino, pesquisa e prática extensionista.</p>	<p>ALBERT, Bruce. A Fumaça do Metal: história e representação do contato entre os Yanomami – Anuário Antropológico/89. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.</p> <p>ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. SOUZA, Roberto Martins de Souza. Terras de Faxinais. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), 2009.</p> <p>BALDUS, Herbert. Ensaio de Etnologia Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1937.</p> <p>BORBA, Telêmaco. Actualidade Indígena. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.</p> <p>CLASTRES, Hélène. Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani. São Paulo: Brasiliense, 1978.</p> <p>CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.</p> <p>_____. Guerra, religião e poder. Lisboa: Edições 70, 1980.</p> <p>CRÉPEAU, Robert. Les Kaingang dans le contexte des études Gê et Bororo. In Antropologia et Sovietes, Quebec, vol. 21, N° 2-3. 1997.</p> <p>CUNHA, M. Manuela Carneiro (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo, Companhia das letras, 1998.</p> <p>_____. De amigos formais e pessoa; de companheiros, espelhos e identidades.</p> <p>DAVIS, Shelton. Vítimas do Milagre: o desenvolvimento e os Índios do Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.</p> <p>DEBRET, J. B. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil – Tomo I. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978.</p> <p>EVANS-PRITCHARD, E. Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.</p> <p>FERNANDES, Loureiro. Os Caingangue de Palmas. Curitiba: Arquivos do Museu Paranaense, 1941.</p> <p>FERNANDES, Ricardo Cid. Autoridade Política Kaingang: um estudo</p>
---------------------------------------------------	------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>sobre a legitimidade política entre os Kaingang de Palmas. Florianópolis, 1998. 217 p. Dissertação de Mestrado. PPGAS-UFSC.</p> <p>GRUPIONI, L.D.B. Índios no Brasil. São Paulo: Global editora, 1998. identidades. In Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia, Rio de Janeiro, nº 32, p.31-39, 1979.</p> <p>LADEIRA, Maria Inês. Espaço Geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso. Maringá/São Paulo: Eduem/Edusp, 2008.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes Trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</p> <p>LIMA, Antonio Carlos de Souza. Um Grande Cerco de Paz. Petrópolis: Vozes, 1995.</p> <p>LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, nº13, p. 43-64, 1842.</p> <p>MELATTI, Júlio César. Índios do Brasil. São Paulo/Brasília: Edunb/Hucitec, 1993.</p> <p>MELIÀ, B.. SAUL, M. V. A.. MURARO, V. F. O Guarani: uma bibliografia etnológica. Santo Ângelo: FUNDAMES, Centro de Cultura Missioneira, 1987.</p> <p>METRAUX, Alfred. Handbook of South American Indians. Vol 1: The Marginal Tribes. In Smithsonian Institute, Washington, vol. I, nº 3, p.445-475, 1946.</p> <p>MOTA, Lúcio Tadeu. As Guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: Ed. UEM, 1994.</p> <p>NIMUENDAJÚ, Curt. As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani. São Paulo: Hucitec, 1987.</p> <p>_____. As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani. São Paulo: Hucitec, 1987.</p> <p>_____. Etnografia e Indigenismo. Campinas: Unicamp, 1993.</p> <p>PELLEGRINI, Marcos. Wadubari. São Paulo: Marco Zero, 1993.</p> <p>PISSOLATO, Elizabeth de Paula. A Duração da Pessoa: mobilidade, parentesco</p>
--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>examanismo mbya (guarani). São Paulo: Unesp, 2007.</p> <p>RAMOS, Alcida. Memórias Sanumá: espaço e tempo em uma sociedade Yanomami. São Paulo: Marco Zero, 1990.</p> <p>SANTOS, Sílvio Coelho. Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Ed. Movimento, 1973.</p> <p>SEEGER, Anthony. DA MATTA, Roberto. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B.. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia n° 32, p. 2-19, 1979.</p> <p>SHADEN, E. A Mitologia Heroica de Tribos Indígenas do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1988.</p> <p>SHIRAISHI NETO, Joaquim (org.). Direitos dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil. Manaus: UFAM, 2010.</p> <p>STADEN, Hans. Duas Viagens ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.</p> <p>TOMMASINO, Kimiye et all. Uri e Wãxi. Londrina: Ed. UEL, 2000.</p> <p>VIDAL, Lux. Grafismo Indígena. São Paulo: EDUSP, 1997.</p> <p>VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A fabricação do corpo na sociedade xinguana. In Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia n° 32, p. 40-49, 1979.</p> <p>_____. Metafísicas caníbales: Líneas de antropología postestructural. Buenos Aires: Katz Editores, 2010.</p>
História Contemporânea	120h	Debates sobre questões e historiografias da contemporaneidade – Revolução Francesa; a problemática da modernidade; imperialismo; colonialismo e orientalismo; descolonização de decolonização; comunismos e fascismos no	<p>ARENDDT, Hannah. Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.</p> <p>_____. Sobre a Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.</p> <p>_____. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.</p> <p>BERMAN, Marshal. Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.</p> <p>BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 2°</p>

		<p>“pequeno século XX”;</p>	<p>edição. DE DECCA, Edgar. O Colonialismo como Glória do Império. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. O Século XX: O Tempo das Incertezas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. FALCON, Francisco. O Capitalismo Unifica o Mundo? In: REIS FILHO, Daniel Aarão. O Século XX: O Tempo das Incertezas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. FERGUSON, Niall. A Guerra do Mundo. São Paulo: Planeta, 2015. _____. Civilização: Ocidente x Oriente. São Paulo: Planeta, 2016. 2ª Edição. _____. Império. São Paulo: Planeta, 2017. 2ª Edição. FERRO, Marc. A Reviravolta da História: A Queda do Muro de Berlim e o Fim do Comunismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011._ _____. O Ocidente Diante da Revolução Soviética: A História e seus Mitos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. FUKUYAMA, Francis. O Fim da História e o Último Homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. GEARY, Patrick K. O Mito das Nações: A Invenção do Nacionalismo. São Paulo: Conrad, 2005. GELLNER, Ernest. Nacionalismo e Democracia. Brasília: Editora UnB, 1981. GILBERT, Martin. A História do Século XX. São Paulo: Planeta, 2016._ _____. A Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014. HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 22ª Edição. _____. A Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 _____. A Era dos Impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. _____. Nações e Nacionalismos Desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 4ª Edição._ _____. A Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 5ª edição.</p>
--	--	-----------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>HUNTINGTON, Samuel P. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.</p> <p>JAMES, Harold. The End of Globalization. Cambridge: Harvard University Press, 2002.</p> <p>JUDT, Tony. Pós-Guerra: Uma História da Europa Desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.</p> <p>LÊNIN, Vladimir. Que Fazer? São Paulo: Hucitec. 1988.</p> <p>LEVITSKY, Steven. ZIBLATT, Daniel. Como as Democracias Morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.</p> <p>MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1998.</p> <p>MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011. _ _____. O Capital: Crítica da Economia Política – Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2006.</p> <p>MÉSZÁROS, István. A Teoria da Alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.</p> <p>POLANYI, Karl. A Grande Transformação. São Paulo: Campus, 1980.</p> <p>PROUDHON, Pierre Joseph. A Propriedade é um Roubo e Outros Escritos Anarquistas. Porto Alegre: L&PM, 1998.</p> <p>RANCIÈRE, Jacques. O Ódio à Democracia. São Paulo: Boitempo, 2014.</p> <p>RICHARD, Lionel. A República de Weimar. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.</p> <p>RUNCIMAN, David. Como a Democracia Chega ao Fim. São Paulo: Todavia, 2018.</p> <p>SAID, Edward. Orientalismo. Companhia das Letras, 2007.</p> <p>SERVICE, Robert. Camaradas: Uma História do Comunismo Mundial. Rio de Janeiro: Difel, 2016.</p> <p>SNYDER, Timothy. Sobre a Tirania: Vinte Lições do Século XX para o Presente. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.</p>
--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>SOBOUL, Albert. A Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. 7ª Edição.</p> <p>TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. O Século Sombrio. Rio de Janeiro: Campus, 2004.</p> <p>TODOROV, Tzvetan. Os Inimigos Íntimos da Democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.</p> <p>VOVELLE, Michel. A Revolução Francesa Explicada á Minha Neta. São Paulo: Editora Unesp, 2007.</p> <p>ZAKARIA, Fareed. O Mundo Pós-Americano. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.</p> <p>ZEDONG, Mao. O Livro Vermelho. São Paulo: Martin Claret. 2003.</p>
LIBRAS	60h	<p>Surdez (Cultura). História da Educação dos Surdos. Aspectos Linguísticos da Libras; Variações Históricas e Sociais. Bilinguismo – Novo enfoque na Educação dos Surdos. Desenvolvimento Linguístico. Português como segunda Língua. Políticas Públicas e Legislação na Educação dos Surdos. Intérprete de Libras. Parâmetros Principais e secundários da Libras. Classificadores em Libras. Libras em contexto.</p>	<p>GUARINELLO, Ana Cristina. O papel do outro na escrita do sujeito surdo. São Paulo: Plexus, 2007.</p> <p>ESTADO DO PARANÁ. Lei Estadual nº 12.095, de 11 de março de 1998 – Reconhece Oficialmente, Pelo Estado Do Paraná, A Linguagem Gestual Codificada na Língua Brasileira de Sinais-Libras e Outros Recursos de Expressão a Ela Associados, Como Meio de Comunicação Objetiva e de Uso Corrente.</p> <p>SKLIAR, Carlos. Atualidades da Educação Bilíngue para Surdos. Vol. 2. Porto Alegre: Mediação, 1999.</p> <p>_____. (Org.) Educação e exclusão. Abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.</p> <p>_____. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.</p> <p>STROBEL, Lílian Karin. FERNANDES, Sueli. Aspectos Linguísticos das LIBRAS. Curitiba: SEED/SUED/DEE. 1998.</p> <p>STROBEL, Karin Lílian et all. Falando com as mãos. Curitiba: Secretaria de estado de Educação. 1998.</p>

Didática Geral	90h	A história da “didática” e o surgimento da didática moderna. A Didática no contexto e das ciências humanas e seus debates contemporâneos. O processo de ensino-aprendizagem e suas relações políticas, culturais e sociais como objeto de análise. As tendências pedagógicas. Acultura escolar. Os estudantes, culturas juvenis e escola na periferia.	CORDEIRO, Jaime. Didática : contexto, educação. São Paulo: Contexto 2007. FORQUIN, Jean. Escola e cultura : as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Medicas, 1993. TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas . Petrópolis: Vozes, 2008. CANDAU, Vera Maria (Org). Didática, currículo e saberes escolares . Rio de Janeiro: DP&A, 2002. COMENIUS. Didática Magna . São Paulo: Wmf, 2006. CONTRERAS, Jose. A autonomia dos professores . São Paulo: Cortez, 2007. LUCKESI, Cipriano. Filosofia da Educação . São Paulo: Cortez, 1990. TEIXEIRA, Adla Besaida (Org). Temas atuais em didática . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
----------------	-----	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ANEXO III DA RESOLUÇÃO Nº XXX/2021 – CEPE/UNESPAR

NOVO REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I - DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º Consideram-se Atividades Complementares o conjunto de atividades curriculares e extracurriculares de caráter científico, cultural, extensionista e acadêmico articuladas com o processo formativo do futuro professor, integrante do projeto pedagógico do Curso de História, realizadas pelos alunos nos termos deste regulamento específico.

Art. 2º Ao aluno matriculado no curso de licenciatura em História é obrigatório o cumprimento da carga horária de Atividades Complementares fixada na Estrutura Curricular, sendo efetivado ao longo do curso e compreendendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para que uma atividade seja considerada como Atividade Complementar e seja computada na carga horária do aluno, deve ter caráter científico, cultural e/ou extensionista, possibilitando o enriquecimento curricular do estudante.

§ 1º As Atividades Complementares devem ser cumpridas durante o curso de graduação, de forma concomitante, totalizando 200 horas.

§ 2º As atividades desenvolvidas no Estágio Curricular Obrigatório, o Estágio Supervisionado, não poderão ser computadas como Atividades Complementares, assim como as Atividades Complementares não poderão ser computadas como atividades de Estágio Obrigatório.

§ 3º As atividades complementares realizadas pelo estudante constarão do seu histórico escolar com o número de horas atribuído.

§ 4º O aluno deverá apresentar todos os certificados referentes às atividades complementares apenas quando ele juntar pontuação igual ou maior que 200 horas, conforme critérios estabelecidos neste regulamento.

§ 5º Os alunos devem entregar cópias dos documentos e apresentar os respectivos originais para serem conferidos e autenticados no momento da entrega. Os documentos devem ser entregues ao coordenador de atividades complementares mediante recibo de entrega.

§ 6º O cumprimento da carga horária das Atividades Complementares é requisito indispensável à colação de grau.

§ 7º A carga horária total informada no inciso primeiro deverá ser cumprida da seguinte forma: 80 horas destinadas a atividades complementares de formação continuada e 120 horas destinadas às atividades extensionistas em que o acadêmico obrigatoriamente componha equipe executora, conforme prevê a Resolução



038/2020 - CEPE-Unespar, Instrução Normativa Conjunta 01/2021 PROEC-PROGRAD e Regulamento de ACEC deste PPC, nas modalidades III, IV ou V, respectivamente:

ACEC III: Essa modalidade diz respeito à participação dos discentes em ações extensionistas dos Projetos de Extensão registrados na Unespar, tanto da Graduação como da Pós-Graduação. Os discentes devem ser integrantes da equipe executora do projeto. Não serão contadas as participações em que o estudante não desempenhe uma função de execução no Projeto.

ACEC IV: Essa modalidade relaciona-se à participação do estudante em cursos e eventos, como equipe executora, os quais estejam devidamente registrados nas Divisões de Extensão e Cultura dos *Campi*. Não serão contabilizadas as atividades em que os alunos participarem em apenas como ouvintes.

ACEC V: Essa modalidade diz respeito a ações de extensão – tanto projetos, como cursos e eventos – nos quais os discentes atuem como equipe executora, e que não são desenvolvidos no âmbito da Unespar, mas em outras Instituições de Ensino Superior. Nesta modalidade, o limite para cômputo das horas deverá ser de 120 (cento e vinte) horas.

CAPÍTULO II - DA COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 3º A coordenação das atividades complementares será feita por um Coordenador indicado pelo Colegiado do Curso de História, sendo que o exercício desta atividade computará uma aula por semana no Plano de Atividade Docente do Coordenador das atividades complementares, competindo a ele:

- a. Coordenar o processo de desenvolvimento das atividades complementares do curso, conforme este regulamento;
- b. Efetuar o registro, acompanhamento e avaliação das atividades complementares de História, a partir da solicitação do aluno, por período letivo;
- c. Divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de atividades complementares passíveis de realização pelos discentes, indicando os respectivos critérios de pontuação e validação;
- d. O prazo limite para que o aluno apresente os documentos comprobatórios das Atividades Complementares é até os últimos 30 dias letivos do último semestre cursado.

§ 1º Ao Colegiado compete: aprovar as Atividades Complementares dos alunos; exigir a comprovação documental pertinente; atribuir pontuação referente às horas de Atividades Complementares de cada aluno, dentro dos tipos e limites fixados pelo Regulamento, sempre que solicitado pelo coordenador do curso.

§ 2º Os documentos comprobatórios das Atividades Complementares, após serem revisados pelo Coordenador e registrados com a indicação do tipo e carga

horária/pontuação, serão arquivados nas pastas dos alunos no Colegiado de História e computados no sistema acadêmico, pela Coordenação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO III - DA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 4º Atividades complementares realizadas antes do início do curso não podem ter atribuição de créditos.

Art. 5º Atividades profissionais voluntárias em áreas afins, realizadas pelos alunos no decorrer do curso podem ser consideradas atividades complementares, desde que previamente autorizadas pelo Colegiado do curso de História, ficando a atribuição de créditos a cargo deste colegiado.

Art. 6º As Atividades Complementares serão desenvolvidas sem prejuízo das atividades regulares do curso.

§ 1º Para obter o registro das Atividades Complementares, o aluno deverá entregar as atividades realizadas, acompanhado das cópias dos certificados comprobatórios, ao Coordenador das Atividades Complementares, que preencherá o Formulário de Registro e Avaliação das Atividades (anexo1 deste regulamento),

§ 2º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de curso.

CAPÍTULO IV - DA ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 7º Segundo o PPC do Curso podem ser consideradas as seguintes atividades:

- Atividades científico-culturais do Curso*;
- Participação nos Simpósios, Congressos e Cursos dentro da área de Ciências Humanas, sejam eles locais, regionais, nacionais ou internacionais;
- Participação em Feiras de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade*;
- Pesquisa de Ensino de História;
- Docência supervisionada junto aos cursos de extensão promovidos pelo Curso de História*;
- Produção de monografia (TCC), que não seja o obrigatório no curso;
- Participação nas Oficinas de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade*;
- Participação em atividades culturais em geral e/ou em atividades socioambientais*.

- Participação em atividades de extensão da Unespar*.

* Atividades complementares que receberam asterisco poderão ser consideradas também como atividades extensionistas desde que os alunos atuem como protagonistas na organização ou execução da atividade em observância aos documentos normativos.

Art. 8º Considerando o estabelecido pela LDB 9394/96 e pelas Diretrizes Curriculares dos diversos Cursos de Graduação, que determinam o mínimo de 200 horas em atividades complementares como componentes curriculares, neste regulamento define-se a contagem da carga horária dessas atividades conforme tabela abaixo, sendo que as atividades realizadas pelo aluno devem ser em áreas afins ao curso:

Exemplos de Atividades Complementares – História

Modalidade	Descrição da atividade	Horas atribuídas	Comprovação
GRUPO I* Atividades científico-culturais do Curso e Participação nos Simpósios, Congressos e Cursos dentro da área de Ciências Humanas, sejam eles locais, regionais, nacionais ou internacionais.	Participação como bolsistas ou voluntários do PIBID e PIC, em projetos desenvolvidos no Programa de Iniciação a Docência e Científica da Unespar	Até 30 horas por ano	Declarações, Certificados, Relatórios, Emitidos: pela Instituição responsável ou pelo Professor proponente da atividade descrita em relatório.
	Participação como ouvinte em Congressos, Seminários, Simpósios, Jornadas, Ciclo de Palestras, Mesas-Redondas, Workshop, Aula Inaugural, Bancas do TCC do Curso de História.	Até 50 horas por ano.	
	Participação com apresentação de Comunicação Oral e Painel em eventos científicos (congressos, seminários, etc.).	Até 20 horas por ano	
	Participação como bolsistas ou voluntário em projetos desenvolvidos na Unespar.	Até 50 horas por ano.	
	Participação em grupos de estudo do Colegiado de História ou afins.	Até 20 horas por ano	
	Representante estudantil em: diretorias de Centro Acadêmico, Colegiado docente e discente.	Até 10 horas por ano	
			Ingresso, programa, "folder", com resenha da atividade.

	Participação na organização da Semana Acadêmica do Curso de História	Até 20 horas por ano	Declaração dos professores responsáveis pelo projeto
GRUPO II* Participação em Feiras juntas às escolas da comunidade	Participação em projetos de organização de Feiras desenvolvidas nas escolas.	Até 20 horas por ano.	
GRUPO III* Participação nas oficinas de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade	Organização e aplicação de oficinas de junto as escolas da comunidade	Até 40 horas por ano.	
GRUPO IV Pesquisa em ensino de História	Participar da elaboração e de apresentação de materiais desenvolvidos para pesquisa em ensino de História	Até 20 horas por ano	
GRUPO V* Olimpíadas escolares	Participar na organização de Olimpíadas escolares	Até 20 horas por ano	
GRUPO VI Produção de artigos científicos	Produção e apresentação de artigos científicos.	Até 20 horas por ano	
GRUPO VII* Docência supervisionada junto aos cursos de extensão promovidos pelo Colegiado de História, desde que não sejam os obrigatórios no estágio.	Participar como docente, monitor ou auxiliar em atividades de docência promovidas ou acompanhadas por professores do curso.	Até 30 horas por ano	
GRUPO VIII* Participação em atividades culturais e/ou atividades socioambientais	a) Participação em atividades culturais como teatro, cinema, atividades esportivas e outros.	Até 10 horas por ano	Ingressos, declarações
	b) Participação de atividades socioambientais promovidas por órgãos governamentais ou não governamentais	Até 10 horas por ano	Declarações e certificados
GRUPO IX* Participação em atividades de extensão	Participação em Projetos de extensão da Unespar relacionados à área de educação quando: a) Ministrando cursos desde	Até 50 horas por ano	

	<p>que aprovados na Divisão de Extensão</p> <p>b) Atendimento periódico a grupos de estudantes e professores da rede estadual de ensino da educação básica, na realização de demonstrações e utilização de materiais produzidos nas aulas das disciplinas do curso de História. Desde que registrados na Divisão da Extensão.</p>		
<p>OBSERVAÇÃO: as atividades são validadas (ou não), mediante comprovação e avaliação do Professor Coordenador das atividades complementares.</p>			

*Atividades complementares que receberam asterisco poderão ser consideradas também como atividades extensionistas desde que os alunos atuem como protagonistas na organização ou execução da atividade em observância aos documentos normativos.

Parágrafo único. Os alunos, no momento de entrega das atividades complementares, devem preencher formulário próprio (ver anexo 11.15).

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º Os casos omissos do presente regulamento serão resolvidos pela Coordenação das Atividades Complementares, em conjunto com o Colegiado do Curso.

ANEXO IV DA RESOLUÇÃO Nº XXX/2021 – CEPE/UNESPAR

NOVA REDAÇÃO DOS TÓPICOS “3.2. CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS”, “3.3. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM” E “3.5 PERFIL DO PROFISSIONAL – FORMAÇÃO GERAL”, PÁGINAS 21 – 38 DO PPC

3.2. CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

A formação de professores de história em diferentes épocas e lugares esteve marcada pelas finalidades da educação e do ensino. Os cursos de História no país têm sua trajetória marcada por um tempo e lugar específicos. Nos anos 1930 e 40 os pressupostos que marcavam a prática dos saberes na época concebida como modelo tecnicista de formação de professores. Padrão esse, fundado na concepção de que a finalidade do ensino consistia na transmissão de conhecimentos. Cabia ao acadêmico, um papel passivo junto aos saberes que lhe era transmitido.

A reforma universitária de 1968 concorreu para o aprofundamento de tal prática modelar. O isolamento entre teoria e prática materializava-se na constituição de espaços separados: um para a formação teórica na área disciplinar e outro para a formação pedagógica, onde a oferta de disciplinas de práticas de ensino (Estágios) ficava a cargo das faculdades ou departamento de educação/pedagogia. Tratava-se do chamado modelo “3+1”, conforme postulado por Cerri⁷, que consistia em três anos de estudos teóricos dedicados à área específica acrescido de um ano de formação pedagógica, ao final dos quais o estudante deveria estar apto ao enfrentamento da sala de aula. Tal padrão, ao estabelecer a distinção entre licenciatura e bacharelado, asseverava a dicotomia ensino e a pesquisa nas Universidades e por sua vez, também na formação de professores.

Assim, academicamente nasciam os licenciados em História. Grupo cuja formação estritamente técnica/pedagógica não lhe permitia o diálogo historiográfico e o conhecimento teórico-conceitual necessário ao ensino escolar. Os bacharéis, por sua vez, consistiam em um grupo seletivo, ou seja, sujeitos aparelhados para a produção do conhecimento. A esse grupo cabia então a investigação, a análise, a problematização das fontes e enfim, a escrita da História.

Por sua vez, disciplinas, tais como a didática da história definia-se fora dos estudos históricos, já que ministrados por profissionais da área pedagógica. A essa disciplina acadêmica, coubera nesse contexto, o estatuto de uma disciplina voltada para as chamadas técnicas pedagógicas. Contudo, desde a década de 1930, os debates acerca da inclusão da pesquisa no campo da formação de professores já eram recorrentes. Contudo, somente a partir dos anos 1960 e 1970 é que emergem

⁷ CERRI, Luis Fernando. A Formação de Professores de História no Brasil: Antecedentes e Panorama Atual. In História, Histórias. Brasília, vol. 1, nº 2, 2013. p. 167-186.

estudos que apontavam para a superação da dicotomia ensino-pesquisa, modelo esse que instaurava dada racionalidade técnica na formação de professores. Nesse contexto, as pesquisas desenvolvidas por Lawrence Stenhouse e John Elliott acabaram por desencadear um movimento que apregoa professores como pesquisadores', em oposição àquelas visões anteriores. (PEREIRA, 2001).

Após a ditadura civil-militar, as transformações processadas no ensino de história somaram-se às mudanças historiográficas, às novas concepções sobre a formação docente e os saberes escolares e à nova regulamentação dos sistemas educativos que incidiu diretamente nos conteúdos, objetivos e métodos de ensino. A publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997-1998) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (2002) estimularam discussões na Universidade Pública sobre a necessidade de reformulação e flexibilização da formação docente, visando assim o aprimoramento da formação docente.

As novas concepções pedagógicas acrescidas das novas exigências curriculares propalavam um ensino de história que viesse a contribuir na formação de sujeitos críticos transformadores da realidade. Agentes na solução de problemas de sua comunidade, na luta pela valorização do patrimônio sociocultural próprio e de outros povos, no respeito às diferenças culturais, visando evitar qualquer tipo de discriminação e exclusão social, eis o perfil do novo profissional da educação propalado pela política governamental da época (BRASIL, 1998).

Nesse enredo, os anos 1990 colocaram na mesa a preocupação com a cidadania, expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais, vincada pela convicção de que o indivíduo deve se compreender como sujeito atuante nos processos políticos, em todos os níveis de ação social e de governo. A existência dessa preocupação evidencia tanto a estranheza e o distanciamento de grande parte da sociedade brasileira em relação à democracia, quanto o fato de que tal princípio ainda merece ser legitimado. De lá para cá assistimos mudanças na sociedade brasileira, ao passo que as propostas educacionais se mantêm as voltas com a promoção da consciência, dos direitos e da participação política.

Destarte, enquanto os Parâmetros Curriculares Nacionais preconizam consciência, direitos e participação política, estes são solapados pela violência que o Estado brasileiro, e também de setores neoliberais que promovem discursos em prol da falência da educação pública ameaçando esse direito constitucional a pouco conquistado em nossa história recente.

Essa situação paradoxal faz que o aprimoramento da democracia no Brasil dependa, por um lado, de maior persistência no tempo e, de outro, do atendimento de muitas necessidades sociais, decorrentes, por exemplo, da imensa desigualdade e da extrema concentração de renda. Entre essas necessidades figura, também, uma necessária pedagogia democrática e democratizadora do Estado e da sociedade, indutora de valores e comportamentos e que lhes dê consistência e

robustez histórica.

A percepção e a compreensão dessas dificuldades que insistem em obstaculizar as mudanças sociais, necessárias ao enraizamento da democracia no Brasil, necessitam ser alcançadas por pensamentos e práticas críticas, persistentes e rigorosas. Construir um novo PPC é indagar a respeito dos limites e das possibilidades da cidadania e da democracia no Brasil e submeter a uma rigorosa apreciação crítica a formação dos futuros professores–pesquisadores. Fazer do Curso de História da Unespar – *Campus* de Paranaguá um empreendimento renovador e que se efetive na teia do tripé ensino-pesquisa-extensão que sedimenta a Universidade.

Ou seja, novas demandas para a cidadania, do sujeito pensante e participativo, que confere aos estudantes e, também, aos professores, uma posição ativa, reflexiva, dialógica e produtiva diante dos conhecimentos a serem apreendidos na educação básica, foram as questões propositivas daquelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (Resolução nº 02, de 1º de julho de 2015 (MEC/CNE/CP)).

No Brasil, essa proposta de formação é recente, e podemos dizer que ainda está em processo. Da mesma forma, ainda caminhamos para a legitimação de ações educativas que realmente façam a diferença, que permitam aos acadêmicos o pensamento crítico, valendo-se de uma sólida formação, pretendemos esse professor-pesquisador como agente empoderado por uma base historiográfica e conceitual sólida, forjada em um ambiente acadêmico plural, democrático e laico. Tais princípios pressupõem professores que se constroem em pesquisadores por uma prática que nasce de ‘um lugar’ específico que é o campo da história.

Os professores, são agentes de criação inseridos em um campo e, portanto, lugar, conforme os postulados de Certeau⁸ e Bourdieu⁹. Esses sujeitos criativos sistematizam novas ações educativas, recriando, assim, os conteúdos do ensino, como sendo o produto de um discurso histórico e não a totalidade da verdade. Entendendo os conteúdos como narrativas historiográficas e suas ações como práticas sociais engendradas em meio às regras do campo historiográfico, concorrem assim, para a desnaturalização das verdades inseridas nos livros didáticos, por exemplo. Nesse movimento, pretendemos um profissional da educação forjado pelo conceito de “professor pesquisador” e “professor reflexivo” que compreenda e atue na fabricação dos saberes históricos do nosso tempo presente. É, portanto, com base no coletivo das colocações até aqui destacadas e também com base na concepção de que a Universidade é “campo de saber científico”, “espaço democrático e de direitos”, “lugar para a luta em prol da equidade de gênero”, “ambiente de laicidade”, de “combate aos racismos”, e locus de identidades plurais e portanto de legitimidade

⁸ CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense: Universitária, 1982.

⁹ BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. Tradução de Cássia Silveira e Denise Pegorim. SP, Brasiliense, 2004.

aos direitos humanos que o Colegiado propõe revisar o PPC para esse coletivo de bandeiras, sempre políticas, da contemporaneidade.

Foi ainda no bojo das prescrições da LDB e dos PCN's, que o Projeto Pedagógico de Curso da Licenciatura em História da Unespar – Campus de Paranaguá se reformula, e acrescenta o compromisso de formar professores-pesquisadores para atuação na educação básica voltada para formação de cidadãos plurais e, portanto, como sujeito de direitos como porta de entrada para o fortalecimento e a qualificação da universidade pública como núcleo dinâmico de reflexão crítica, de pesquisa e de atuação na comunidade.

O *Campus* de Paranaguá, unidade que abriga o curso de história que apresentamos, se insere em uma região geográfica que congrega sete municípios do litoral paranaense e conta com uma população de cerca de 300 mil habitantes. Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, compreendem o coletivo dessa municipalidade, a qual tem como principais fontes econômicas as atividades portuárias, praiano-turísticas, agricultura e pesca. Em relação ao município de Paranaguá, destacam-se aquelas atividades ligadas à sua estrutura portuária¹⁰ Na área da educação básica, em dados de 2015, a região do litoral paranaense conta com 341 matrículas em escolas federais, 30 mil em escolas estaduais, 31 mil em escolas municipais e apenas 9 mil na rede particular de ensino¹¹, distribuídas por 200 escolas municipais, 61 estaduais e 61 particulares¹² - dados que a grande maioria da população da região depende exclusivamente do ensino público. Adicionalmente, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos sete municípios que compõem o litoral paranaense não se encontram entre os melhores do estado – Paranaguá é o 32º do ranking de 399 municípios (com IDH de 0,750); Matinhos o 50º (com IDH de 0,743); Pontal do Paraná o 64º (com IDH de 0,738); Guaratuba o 144º (com IDH de 0,717); Antonina o 277º (com IDH de 0,687); Morretes o 285º (com IDH de 0,686); e Guaraqueçaba o 396º (com IDH de 0,587)¹³.

Para termos clareza das dimensões intervencionistas quer seja no ensino, na pesquisa ou nas ações extensionistas é fundamental que reconheçamos essa realidade social e econômica. Essa marca de sociedade não pode ser ignorada, pois ao mesmo tempo em que nos dá o limite geográfico, também indica a dimensão

¹⁰ INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Perfil da Região Turística Litoral do Paraná**. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=977&btOk=ok>. Acesso em 20 de agosto de 2021

¹¹ SINDICATO das Escolas Particulares do Paraná (Sinepe/PR). **Matrículas na Educação Básica na Rede Privada no Paraná** (2012 a 2015). Disponível em <<http://www.sinepepr.org.br/estatisticas/estatisticas.html>>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

¹² SECRETARIA de Educação do Paraná. **Consulta Escolas**. Disponível em <<http://www4.pr.gov.br/escolas/frmPesquisaEscolas.jsp#>>>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

¹³ INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Segundo os Municípios do Paraná – 1991/2000/2010**. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/IDHM_municipios_pr.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

das novas ações educativas a serem empreendidas nesse novo PPC. A Universidade e o Curso de História da Unespar - *Campus* de Paranaguá deverá assumir que é parte dessa realidade e que nela deve intervir.

É indiscutível que se lance no enfrentamento dessa realidade com ações visando o empoderamento de sua coletividade. Para tanto, o curso de história deve caminhar na direção das demandas sociais de seu território litorâneo. Para tanto, na esteira do PPI da Unespar, o PPC assume uma perspectiva que abriga a realidade da classe trabalhadora, a multiplicidade das necessidades sociais e as múltiplas identidades que perfilham seus sete municípios de abrangência. Para tanto, a aproximação com as realidades escolares e das comunidades local e regional, devem ter no PPC o encontro para o desenvolvimento de projetos educativos vinculados às demandas sociais da coletividade envolvida na área de abrangência do Curso de História da Unespar - *Campus* de Paranaguá.

O acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior dependem de vários fatores. Em primeiro lugar, depende de uma política pública consistente que garanta o transporte escolar gratuito, especialmente para os alunos que se deslocam de outros municípios da região para o município de Paranaguá. Hoje esse transporte depende da boa vontade das Câmaras Municipais e das Prefeituras da região e a Unespar – *Campus* de Paranaguá está em constante diálogo com essas prefeituras para que haja continuidade no serviço de transporte, porém a continuidade do serviço sempre é colocada em questão, gerando apreensão nos alunos que dele dependem.

Outra questão fundamental para garantir a permanência dos estudantes no ensino superior é a existência de um restaurante universitário que garanta refeições balanceadas a um preço subsidiado. Embora seja uma reivindicação antiga, infelizmente o *Campus* de Paranaguá não conta com um restaurante universitário. Também se faz necessário um programa consistente de moradia estudantil, pois com o acesso à Unespar pelo ENEM, muitos estudantes de regiões distantes se veem obrigados a arcar com os custos proibitivos de moradia, o que acaba contribuindo para a evasão.

Dentre as ações voltadas ao acesso e permanência dos estudantes no ensino superior considerando o público atendido pela Unespar ser majoritariamente de alunos trabalhadores podemos destacar as seguintes ações do Curso de História da Unespar – *Campus* de Paranaguá:

1. Buscar a eliminação das aulas aos sábados, pois muitos alunos trabalham nos sábados e não podem frequentar, esse fato tem contribuído para o aumento da evasão;
2. Incentivo ao desenvolvimento de projetos de Iniciação Científica, Iniciação à Docência e Extensão com bolsas, que ajudem a manter os alunos no Curso;
3. Incentivo ao Programa de Monitoria Acadêmica no máximo de disciplinas, com

ênfase naquelas disciplinas que o Colegiado do Curso de História da Unespar – *Campus* de Paranaguá entender mais necessário.

Como parte desse processo coletivo de pensar a prática docente, acreditamos na viabilidade e necessidade de inserir reflexões acerca das diversidades culturais, compreendendo que as formas de fabricações do meio social, político e econômico são processos sociais que se engendram em meio a tensões e conflitos. Do mesmo modo visamos às questões étnico-raciais, dialogando com as diferentes práticas culturais, ou seja, crenças, hábitos, costumes, valores diversos e díspares da realidade cada vez mais dinâmica e fluida. Ao abordar tais temáticas com vistas à compreensão de seus processos constitutivos visamos fomentar a prática da tolerância e alteridade entre a coletividade acadêmica.

Para maior dinamização desse entrecruzamento, propõe-se a organização de uma matriz curricular flexível que atenda às novas tendências historiográficas, o enfrentamento do multifacetado mercado de trabalho e à profissionalização do professor-pesquisador, sujeito a quem se dirige o curso.

É, pois, necessário engendrar a articulação entre o ensino-pesquisa-extensão, implantar um processo de trabalho que leve à criação, consolidação e desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, tendo em vista a dinâmica social em que o curso se insere: população litorânea trabalhadora e plural. Definir-se-ão, também, conteúdos com respectivas metodologias adequadas à nova matriz curricular, às novas disciplinas de ordem legal e aos pressupostos da essencial integração ensino-pesquisa-extensão.

Com esses e os demais expedientes acima destacados pretendemos eliminar a falaciosa separação entre licenciatura e bacharelado; a Universidade deve formar o professor/historiador capaz de atuar em todo e qualquer campo em que o conhecimento de História deva ser aplicado, elaborado e reelaborado; conforme a necessária de superação da distância entre ensino, pesquisa e extensão, coerente com um novo perfil do curso que se quer com a inerente ligação entre o saber e o ser plural que se desdobra na ligação entre o conhecer e agir, teoria e prática, discursos históricos (conteúdos) e técnicas.

A “prática como componente curricular” deve, portanto ser contemplada no rol das disciplinas como porta de entrada para a pesquisa com fontes históricas, materiais didáticos e práticas de ensino de história. A pesquisa em arquivos históricos, o levantamento e análise de documentos históricos, a criação de sites/acervos/museus/repositórios digitais, a análise de livros didáticos, a observação de aulas de história na Educação Básica e a elaboração de planos de aula e materiais didáticos são atividades que pretendemos desenvolver no âmbito das disciplinas em prol da formação de professores-pesquisadores capazes de produzir conhecimentos históricos (acadêmicos e escolares) e também problematizar os processos de ensino e difusão dos discursos históricos na sociedade. Da mesma forma, além da “prática como componente curricular”, presente no programa das disciplinas do curso de

graduação história da Unespar - *Campus* Paranaguá, o Conselho Nacional de Educação (CNE, 2015) estabeleceu normas para o Estágio supervisionado.

Diante das demandas de nosso tempo presente, portanto, visamos à implantação de processos de criação de saberes e, que esses saberes, levem à criação, consolidação e desenvolvimento de atuação na extensão universitária; a criação de linhas de pesquisa, voltadas para as demandas regionais sem perder de vista é claro, a história do próprio pesquisador. Desse modo, o novo PPC propõe um novo currículo que corresponde ao que as Diretrizes estabelecem como a “prática como componente curricular”.

Objetivos:

Visando a formação dos profissionais do ensino de história comprometidos com um projeto político, pedagógico e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação, (Resolução N° 2, de 1° de Julho de 2015), o Curso de História da Universidade Estadual do Paraná, Unespar - *Campus* de Paranaguá tem como objetivos:

- Desenvolver o professor-pesquisador, sujeito forjado pela articulação entre a teoria e a prática fundado, portanto no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Formar o professor-pesquisador, como trabalhador da educação básica, profissional da história com condições de desenvolver habilidades para trabalhar com as mais variadas fontes documentais (textuais, iconográficas, cartográficas, audiovisuais, etc.), sejam como objetos de pesquisa histórica ou como recursos didáticos escolares;
- Constituir o professor-pesquisador como sujeito que conhece as interpretações historiográficas das chamadas escolas historiográficas, de modo a interpretar os discursos no interior das narrativas históricas e pedagógicas como uma narrativa historiográfica enredada na teia própria de sua temporalidade;
- Trabalhar em prol do desenvolvimento de um professor-pesquisador que transite pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento construindo uma prática transdisciplinar;
- Desenvolver a produção do conhecimento e sua difusão nos espaços acadêmicos, mas também em Instituições de ensino, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural, possibilitando múltiplas formações

em formas de extensão universitária que caracterizam a formação desse profissional, o professor-pesquisador;

- Convergir para a formação do professor-pesquisador como aquele que reconhece que as manifestações culturais como um universo de atividades representativas da vida social e econômica da comunidade, não apenas no que se refere às tradições, como também às formas de incorporação, interpretação e recriação de padrões de comportamento.

3.3. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

Um dos importantes componentes que norteiam essa reformulação considera como essencial a superação da dicotomia ensino-pesquisa e ensino-extensão, noção clássica que parte da separação tida como intrínseca entre o professor que trabalha em sala de aula, o pesquisador que mergulha em livros, documentos, arquivos (bacharel) e do extensionista envolvido com a comunidade; a falta de entrosamento entre os três níveis de ensino, através da adequação dos conteúdos das disciplinas a um novo profissional de História. Deste modo, a nova proposta assume um modo peculiar ao articular tais conteúdos com a produção historiográfica e com os múltiplos diálogos que a história estabelece com outras ciências.

Com efeito, a concepção de ensino superior disposta no artigo 207 da Constituição Federal, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, consagra uma luta histórica dos movimentos sociais (de educadores, de docentes, da comunidade científica, de estudantes e da sociedade civil organizada em geral) em defesa da liberdade acadêmica e de autogestão¹⁴ Tão logo aprovada Carta Constitucional de 1988, no entanto, inúmeras foram as tentativas de retirar o art. 207, através de emendas constitucionais, uma vez que o padrão de qualidade exigido por este artigo feria interesses políticos e econômicos tanto dos setores públicos como privados. Embora frustradas essas tentativas, a Lei de diretrizes e Bases da Educação, já estabelecia no ano de 1996 a bandeirada indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão como pressuposto básico para uma nova dimensão de currículo, cuja flexibilização surge como uma necessidade.

Por sua vez, o debate sobre a importância da flexibilização curricular no âmbito da Educação Superior tem importantes referências. Dentre elas, a análise sobre a dimensão que assumem os currículos, pressupondo o emprego de uma dinâmica flexível, na qual a interdisciplinaridade e a participação do estudante são

¹⁴ CATANI, Afrânio Mendes. OLIVEIRA, JF de. **A educação Superior**. In Organização do Ensino no Brasil: Níveis e Modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002. v. 2, p. 73-84.

fundamentais para a construção da formação crítica e investigativa, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população brasileira e para a conquista da cidadania plena (Art. 53, LDB 1996). Destarte, uma nova estrutura curricular que abandone as práticas vigentes de caráter instrucionista, o número excessivo de créditos e de disciplinas encadeadas deve ser enfrentado de frente a fim de levar a cabo não só as prescrições da referida lei, mas também para contemplar as problemáticas de nosso tempo presente.

É fato que além da definição do conceito de extensão, a flexibilização curricular já era um tema de discussão, no tocante à inserção dos estágios curriculares como atividade extensionista¹⁵. Essa questão não pode ser omitida no novo processo de criação do Projeto Pedagógico para o curso de História da Unespar – *Campus* Paranaguá posto que, ensino, pesquisa e extensão, em sua dimensão utópica, temporal e histórica, tem um papel enorme enquanto horizonte que nos move em direção a um projeto de Instituição socialmente referenciada, podendo constituir-se em instrumento teórico e político a orientação da prática social, na busca pela emancipação da sociedade e da Universidade atual.

A legislação federal estabelece um conjunto de componentes curriculares fixos, mas, ao mesmo tempo, possibilita a inserção de outros, com caráter optativo, que podem ser desdobrados em disciplinas, compondo o currículo pleno. Assim sendo, a estrutura curricular prevê o ordenamento da matriz em disciplinas obrigatórias e tópicos especiais. Estes tratam de temas a serem ofertados segundo as linhas e projetos de pesquisa, os quais se veiculam aos docentes do Colegiado do Curso de História da Unespar, *Campus* de Paranaguá, o que se traduz numa possibilidade de flexibilização curricular. Tal processo dar-se-á por meio de projetos e atividades de pesquisa, ensino e extensão, situações que permitam aos professores e alunos interagirem no trabalho de produção histórica. Essa estrutura pretende ainda possibilitar ao aluno complementar sua formação, enriquecer seu currículo com disciplinas que ele buscará no elenco das ofertas de outros cursos da Universidade.

A Instituição deve assegurar que o acadêmico possa cursar disciplinas em áreas correlatas de modo a consolidar a interlocução com outras áreas de conhecimento. Ademais, como a construção da História não pressupõe, necessariamente, uma linearidade, esta proposta também se pauta por indicar que algumas disciplinas sejam ofertadas com pré-requisitos.

Os conteúdos básicos e complementares do curso de História da Universidade Estadual do Paraná, Unespar - *Campus* de Paranaguá observando as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação, os interesses da Instituição, os critérios de flexibilização curricular e a necessidade da formação do professor-pesquisador que se organiza em torno de:

¹⁵ MINISTÉRIO da Educação. **Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular**: uma visão da extensão. Brasília: MEC/SESu, 2006. p. 22.

- a) Conteúdos históricos/historiográficos e práticas de ensino-pesquisa, sob diferentes matizes e concepções teórico-metodológicas, tem seus recortes preservando as especialidades constitutivas do saber histórico e estimulando, simultaneamente, a produção e a difusão do conhecimento.
- b) Conteúdos que permitam tratamento especializado e maior verticalidade na abordagem dos temas, resguardadas as especificidades de cada saber e os diálogos com o campo da história.
- c) Conteúdos complementares que forneçam instrumentação, permitindo o atendimento de demandas sociais dos profissionais da área, apresentados em forma de programas, semanas de estudos, tópicos especiais, projetos extensionistas integrados às disciplinas, grupos de estudos, dentre outras.

Fica prevista a utilização da modalidade de ensino semipresencial como estratégia de supressão das aulas aos sábados, atendendo nossos alunos trabalhadores e também sendo parte no ativo combate à evasão através do uso complementar e pontual de ferramentas de ensino remoto – sem que isso implique, de forma alguma, a alteração do caráter presencial do curso.

A modalidade semipresencial de ensino é definida, pela portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, do MEC como “quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrado na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilize tecnologias de comunicação remota”. A mesma portaria define que a oferta de atividades semipresenciais observará até 20% da carga horária total do curso (§2), i.e. 640 h, distribuídas nas disciplinas conforme demonstrado na matriz curricular do curso.

Com isso, o modelo de ensino semipresencial se diferencia substancialmente do modelo de Ensino a Distância (EaD), cuja totalidade didático-pedagógica tem como base ou uso exclusivo de tecnologias de comunicação remota assíncronas (conforme o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017).

As atividades semipresenciais serão ministradas de forma virtual, embora avaliadas presencialmente, a partir das plataformas oficiais da Unespar – e observando-se as disciplinas que as permitam e devidamente listadas em nossa matriz curricular, obedecendo à regulamentação geral do curso.

A curricularização da extensão parte do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão previsto no art. 207 da Constituição Federal de 1988. Desde então, uma série de documentos oficiais tem retomado essa questão, tais como a concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9.364/1996) e a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (Anexo da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014), que estabelece: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação,

prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. A curricularização da extensão no currículo do curso está ancorada na Resolução 038/2020 – CEPE/Unespar, que, por sua vez, atende ao disposto na Resolução N° 7/2018 – MEC/CNE/CES.

As Diretrizes da Política Nacional de Extensão estabelecida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, procuram direcionar os esforços para o fortalecimento da extensão nas universidades públicas brasileiras. São cinco diretrizes: 1. Impacto e transformação social; 2. Interação dialógica; 3. Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; 4. Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; 5. Impacto na formação do estudante: “a participação dos estudantes nas ações de Extensão Universitária deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização dos créditos logrados nas ações de Extensão Universitária”¹⁶.

As atividades de Extensão articulam-se de forma a integrar as ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, a comunicação com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica.

A curricularização da Extensão é implantada no Curso de História do Campus de Paranaguá por meio da adoção de um conjunto de “Ações Curriculares de Extensão e Cultura– ACEC”, que serão desenvolvidos ao longo da formação acadêmica.

O objetivo das ACEC é a formação integral do estudante, a partir da interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com questões presentes no contexto social. Dessa forma, as ACEC permitem a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular.

As metodologias de ensino e os procedimentos metodológicos do Curso de História da Unespar – *Campus* de Paranaguá devem estar adequados ao perfil de professor–pesquisador que se pretende formar. Nesse sentido, as metodologias de ensino deverão contemplar o constante diálogo entre a teoria e a prática, ou seja, a prática como componente curricular.

As práticas de pesquisa em história e ensino de história como componente curricular deverão visar, tanto quanto possível, a formulação de projetos inter e multidisciplinares, nos quais os acadêmicos possam estabelecer tanto relações entre os conhecimentos adquiridos nas diversas disciplinas do Curso de História, como estabelecer relações com os acadêmicos e disciplinas de outros cursos da Unespar e também de outras Instituições de Educação Básica e Superior. Essa perspectiva de um ensino inter e multidisciplinar possibilita uma formação acadêmica ampliada e

¹⁶ FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. p. 19.

enriquecida pelas experiências e visões outras, que não somente aquelas do próprio curso ou disciplina.

Os acadêmicos deverão colocar em prática os conhecimentos teóricos apreendidos em três frentes principais:

1. A formação na prática docente que deverá ser realizada nos estágios supervisionados, nos projetos, trabalhos e seminários promovidos pelos professores em suas respectivas disciplinas e nos eventos promovidos dentro e fora do Colegiado, possibilitando, sempre que possível, a formulação de projetos inter e multidisciplinares;
2. A formação na prática da pesquisa em história e ensino de história e que deverá ser realizada na produção de trabalhos e projetos para as diversas disciplinas do curso e na produção de um Trabalho de Conclusão de Curso em forma de artigo científico que deverá ser submetido a um processo de orientação, qualificação e finalmente defendido perante uma banca de professores, possibilitando, sempre que possível, a formulação de projetos inter e multidisciplinares;
3. A formação na prática extensionista, por meio da sensibilização para atuação na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira. Tal formação se dá pela atuação em ações extensionistas desenvolvidas no âmbito das disciplinas do curso e em projetos individuais, inter e multidisciplinares.

3.4. Avaliação de Aprendizagem

[...]

3.5. Perfil do Profissional – Formação Geral

A atualização do Projeto Pedagógico do Curso mantêm o perfil profissional definido pelo parecer MEC/CNE/CES nº 1.301/2001, assim como a resolução MEC/CNE/CP nº2/2015. Adicionalmente, objetiva a formação de educadores éticos, conscientes da perspectiva socioambiental e defensores da democracia, com o respeito à diversidade étnica, cultural e a biodiversidade, visando a construção de uma sociedade justa. Para isso, o profissional formado pelo curso deverá ser capaz de:

- **Atuar na educação básica como um professor-pesquisador**, o qual transforma o saber acadêmico em ação pedagógica através da prática de ensino. Neste sentido, sendo capaz de promover consciência crítica e atitude historiadora junto ao ambiente escolar através de ações pedagógicas fincadas nas demandas contemporâneas;

- **Participar do planejamento escolar e colaborar na realização de atividades** culturais, sociais e educacionais que envolvam a comunidade escolar e seu entorno, também de forma transdisciplinar;
- **Dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas** do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- **Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças** de natureza ambiental, ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras (conforme a Resolução do MEC/CNE/CES Nº 2/2015);
- **Enfrentar questões educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva** em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
- **Construir práticas pedagógicas que favoreçam o acolhimento e a inclusão de seus alunos** a fim de garantir um ambiente educacional propício ao trato da diversidade humana (conforme a Deliberação nº 02/2016-CEE/PR);
- **Valorizar a perspectiva intercultural, as cosmologias e epistemologias dos saberes e conhecimentos** (conforme as Lei 10.639/2003 e 11.645/2008) e os princípios de igualdade, diversidade e equidade, conforme prescritos na BNCC e nas demais legislações congêneres no Estado do Paraná (tais como a Deliberação nº 02/15-CEE/PR e a Resolução CNE/CP nº 02/15);
- **Responder as demandas apresentadas na educação básica nas modalidades da educação ambiental** de tal sorte a valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e reconhecer os saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído (conforme a Determinação nº 04/13-CEE/PR e a Resolução CNE/CP nº 02/15);
- **Interagir de forma dialógica com a sociedade** por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com questões presentes no contexto social. Um profissional cidadão, marcado e constituído pela vivência dos seus conhecimentos.

ANEXO V DA RESOLUÇÃO Nº XXX/2021 – CEPE/UNESPAR

11.1-REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I E II, DO CURSO DE HISTÓRIA

ESTÁGIO SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ESTÁGIO I) E ENSINOMÉDIO (ESTÁGIO II)

Considerando:

Os termos da LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996, que determina, em seu artigo 82, que os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio e superior em sua jurisdição;

O parecer RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de História, o Estágio Supervisionado, a ser realizado a partir da segunda metade do curso, que representa quatrocentas horas da Matriz Curricular e compõe o Núcleo Específico do curso, sendo vivência teórico-prática obrigatória para a formação acadêmica do futuro professor, não havendo, sob nenhum aspecto, nenhuma dispensa da mesma, bem como igualmente obrigatória é a comprovação de sua realização, mediante apresentação dos materiais e documentação própria;

O curso de História RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de História da Unespar – *Campus* Paranaguá, nos termos abaixo.

Art. 2º O presente regulamento constitui parte integrante do currículo pleno do Curso de História da Unespar – *Campus* Paranaguá, visando a normatizar o Estágio Curricular Supervisionado, sendo o seu cumprimento integral indispensável para a colação de grau dos graduandos.

CAPÍTULO I - DA CONCEPÇÃO

Art. 3º O Estágio Supervisionado constitui-se um componente curricular, vivenciado ao longo do curso, permeando toda a formação do futuro professor de História desenvolvido em tempo e espaço específico e contando com uma coordenação de dimensão prática. Conforme definido na legislação que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica é componente curricular obrigatório a todos os cursos de licenciatura. O Estágio Supervisionado é o conjunto de atividades curriculares de aprendizagem profissional, integrante do projeto pedagógico do Curso de História, propiciando ao aluno a participação em situações práticas de vida e de trabalho profissional, realizado em Escolas de Educação Básica e de Ensino Médio, sob a responsabilidade do Professor de Estágio Supervisionado e realizado nos termos do regulamento específico. O Estágio Supervisionado de Licenciatura em História visa que o aluno em contato com o seu futuro ambiente de trabalho acelere, complemente e consolide sua formação profissional, que esclareça sua posição de agente da Educação, de maneira lógica e sequenciada, firmando os contornos do profissional consciente da responsabilidade do seu trabalho.

Parágrafo único. A reflexão das experiências advindas do Estágio Curricular Supervisionado deve constituir-se em subsídio para definição e reconstrução do Projeto Político-Pedagógico do Curso de História, para a pesquisa acadêmica de docentes e estudantes no referido curso, assim como também deve servir de elemento para que a IES contribua, por meio de projetos de extensão de formação continuada, com as instituições que se abrem como campos de estágio da Unespar – *Campus Paranaguá*.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 4º Constituem objetivos do estágio curricular supervisionado:

- I** – favorecer parcerias entre a Unespar – *Campus Paranaguá* comunidade escolar da região, as Secretarias Municipais de Educação, o Núcleo Regional de Educação e outras instituições educativas e culturais, estabelecendo uma via de desenvolvimento dos fins desta instituição, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- II** – viabilizar aos acadêmicos estagiários a articulação entre os conhecimentos produzidos na Universidade, ao longo do curso, com os obtidos no Ensino da História de outras instituições educativas, especialmente instituições escolares do Ensino Fundamental e Médio;
- III** – oportunizar uma reflexão teórico-prática sobre a realidade educacional na qual os acadêmicos estagiários irão atuar, construindo alternativas de transformação;
- IV** – fomentar posicionamentos críticos por parte dos futuros licenciados acerca da organização disciplinar, dos sujeitos envolvidos nas práticas de sala de aula, das relações de poder e instâncias hierárquicas escolares, através do Estágio

de Observação;

V – oportunizar a vivência de práticas pedagógicas que possibilitem, levando em consideração a diversidade de contextos, a fundamentação de conhecimentos constituintes da atividade profissional, através do Estágio de Participação e Regência;

VI – subsidiar o questionamento, a reavaliação e a reestruturação tanto do Projeto Político-Pedagógico do Curso de História, quanto do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unespar.

CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 5º Cumprindo o estabelecido nas Resoluções pertinentes, o Estágio Curricular supervisionado do Curso de História da Unespar perfaz um total geral de 400 horas/aula que serão cumpridas dentro do período letivo regular, seguindo cronograma específico, mas consonante ao Calendário Acadêmico da IES.

§ 1º Estágio Supervisionado em História I

O Estágio Supervisionado em História I será realizado nas escolas de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) da comunidade escolar e dividido em quatro etapas:

1ª etapa: Abordagem Teórica (50 horas):

- a)** Constará de reflexão sobre a ação do aluno na prática do seu curso; bem como as formas de observações e vivência educativa nas escolas da comunidade;
- b)** Organização de seminários para a discussão da realidade educacional do Ensino da História e suas transformações sociais;
- c)** Elaboração do material pedagógico de estágio que será trabalhado, ao longo do ano, nas escolas, tais como: apreender elaboração de plano de ensino, texto de aula, jogos virtuais, dentre outros.

2º etapa: Práticas Iniciais (70 horas)

- a)** Estágio de Observação na estrutura organizacional do campo de estágio. Nesse momento será observado a caracterização da organização do espaço-tempo escolar e das relações pedagógicas produzidas no âmbito escolar do estágio, ou seja, a descrição/interpretação da escola - através de entrevistas com equipe pedagógica, direção e professores, bem como por meio de observação e análise de documentos da escola. A intencionalidade é que, nesse momento, o acadêmico estagiário realize uma análise acerca dos elementos constituintes das diversas dimensões da prática escolar (arquitetura/estrutura física e administrativa da escola, organização do tempo, perfil docente, perfil discente, perfil pedagógico, gestão escolar, relações escola/família e escola/comunidade e projeto político-pedagógico), assim como reflita sobre as interações sociais em situação de ensino-

aprendizagem (relações professor x aluno x equipe administrativo/pedagógica), objetivando tanto identificar práticas que contribuem ou tornam-se obstáculo à construção do conhecimento, quanto investigar aspectos como dispositivos disciplinares, autoridade e relações simbólicas e de poder no espaço escolar;

b) Aulas práticas dentro da IES, com temas extraídos do currículo escolar de Ensino Fundamental (aula modelo, ver fichas 11.13 e 11.14 em anexo);

c) Atividades extensionistas pedagógicas de participação como organizadores ou executores em atividades oferecidas, a partir de projetos previstos pelo professor da IES responsável pela disciplina, com objetivo de atender a demandas da comunidade escolar. Carga horária de 40 horas divididas entre elaboração de projeto, material didático, execução e relatório.

d) Leituras orientadas a fim de subsidiar/fundamentar teoricamente o olhar sobre as práticas concernentes a essa etapa do estágio, com vistas à construção de relatório de estágio.

e) Produção escrita/ elaboração de relatório acerca das observações/ações desenvolvidas durante essa etapa do estágio abordando os itens a, b, c e d (ver ficha no anexo 11.7).

3ª etapa: Período de Atuação (80 horas):

a) Estágio de Observação docente em atuação na sala de aula do campo de estágio. Carga horária de 15 horas-aula;

b) Registro e análise de dados do período de observação docente (ver ficha no anexo 11.9);

c) Autoavaliação da prática observada;

d) Elaboração dos planos de aula e preparo do material didático/ texto de aula para a Regência de Classe nas aulas de História no campo de estágio (ver fichas 11.13 e 11.14 em anexo);

e) Estágio de Regência: Período de prática docente em ambiente escolar com carga horária de 05 horas/aula divididas pelas séries de ensino fundamental;

f) Avaliação e autoavaliação, sobre a regência em classe;

g) Produção escrita/ elaboração de relatório reflexivo acerca das observações/ações desenvolvidas durante essa etapa do estágio (ver ficha no anexo 11.11).

4ª etapa: Período de avaliação

a) Será feita de forma contínua e sistemática pelo professor de estágio, pelo grupo de observação, pelos professores da disciplina e pelo aluno estagiário;

b) O aluno receberá atendimento individualizado por parte do professor responsável pelo estágio, estabelecido em comum acordo pelo professor e aluno.

§ 2º Estágio Supervisionado em História II

O Estágio Supervisionado em História II será realizado nas escolas de Ensino Médio (1º ao 3º ano) da comunidade escolar e dividido em quatro etapas:

1ª etapa: Abordagem Teórica (50 horas):

- a)** Constará de reflexão sobre a ação do aluno na prática do seu curso; bem como as formas de observações e vivência educativa nas escolas da comunidade;
- b)** Organização de seminários para a discussão da realidade educacional do Ensino da História e suas transformações sociais;
- c)** Elaboração do material pedagógico de estágio que será trabalhado, ao longo do ano, nas escolas, tais como: apreender elaboração de plano de ensino, texto de aula, jogos virtuais, dentre outros.

2º etapa: Práticas Iniciais (70 horas):

- a)** Estágio de Observação na estrutura organizacional do campo de estágio. Nesse momento será observado a caracterização da organização do espaço-tempo escolar e das relações pedagógicas produzidas no âmbito escolar do estágio, ou seja, a descrição/interpretação da escola – através de entrevistas com equipe pedagógica, direção e professores, bem como por meio de observação e análise de documentos da escola. A intencionalidade é que, nesse momento, o acadêmico estagiário realize uma análise acerca dos elementos constituintes das diversas dimensões da prática escolar (arquitetura/estrutura física e administrativa da escola, organização do tempo, perfil docente, perfil discente, perfil pedagógico, gestão escolar, relações escola/família e escola/comunidade e projeto político-pedagógico), assim como reflita sobre as interações sociais em situação de ensino-aprendizagem (relações professor x aluno x equipe administrativo/pedagógica), objetivando tanto identificar práticas que contribuem ou tornam-se obstáculo à construção do conhecimento, quanto investigar aspectos como dispositivos disciplinares, autoridade e relações simbólicas e de poder no espaço escolar (ver ficha no anexo 11.8);
- b)** Aulas práticas dentro da IES, com temas extraídos do currículo escolar de Ensino Médio (aula modelo, ver fichas 11.13 e 11.14 em anexo);
- c)** Atividades extensionistas pedagógicas de participação como organizadores ou executores em atividades oferecidas, a partir de projetos previstos pelo professor da IES responsável pela disciplina, com objetivo de atender a demandas da comunidade escolar. Carga horária de 20 horas divididas entre elaboração de projeto, material didático, execução e relatório.
- d)** Leituras orientadas a fim de subsidiar/fundamentar teoricamente o olhar sobre as práticas concernentes a essa etapa do estágio, com vistas à construção de relatório de estágio;
- e)** Produção escrita/ elaboração de relatório acerca das observações/ações desenvolvidas durante essa etapa do estágio abordando os itens a, b, c e d. .

3ª etapa: Período de Atuação (80 horas):

- a)** Estágio de Observação docente em atuação na sala de aula do campo de estágio. Carga horária de 15 horas-aula;
- b)** Registro e análise de dados do período de observação docente (ver ficha 11.10)

em anexo);

c) Autoavaliação da prática observada.

d) Elaboração dos planos de aula e preparo do material didático/ texto de aula para a Regência de Classe nas aulas de História no campo de estágio (ver fichas 11.13 e 11.14 em anexo);

e) Estágio de Regência: Período de prática docente em ambiente escolar com carga-horária de 03 horas/aula divididas pelas séries de ensino médio.

f) Avaliação e autoavaliação, sobre a regência em classe;

g) Organização e execução do Seminário Extensionista de Práticas e Estágio Supervisionado em História da Unespar – *Campus* Paranaguá (organização geral e inscrição de painel ou comunicação oral de experiência didático-pedagógica) - 20 horas.

h) Produção escrita/ elaboração de relatório reflexivo acerca das observações/ações desenvolvidas durante essa etapa do estágio (ver ficha 11.12 em anexo).4ª etapa: Período de avaliação

i) Será feita de forma contínua e sistemática pelo professor de estágio, pelo grupo de observação, pelos professores da disciplina e pelo aluno estagiário;

j) O aluno receberá atendimento individualizado por parte do professor responsável pelo estágio, estabelecido em comum acordo pelo professor e aluno.

Art. 6º A programação e organização do Seminário de Práticas e Estágio Supervisionado cabem ao Professor de Estágio com os demais professores do colegiado, juntamente com acadêmicos estagiários do 4º ano. Os alunos do 3º e 4º anos atuam como apresentadores de resultados. Este Seminário caracteriza-se como um evento de extensão direcionado à discussão e partilha de experiências na área de ensino-aprendizagem de História, cujo público deve abranger, pelo menos, os demais estudantes dos 1º e 2º anos do Curso de História *Campus* de Paranaguá, bem como professores e equipes pedagógicas das Instituições campos de estágio.

Art. 7º A docência/regência em classe será desenvolvida, na modalidade regular do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos) e Ensino Médio (1º ao 3º anos).

Art. 8º Pode solicitar redução de 30% da carga-horária de qualquer uma das atividades de docência/regência de classe o acadêmico que comprovar estar em efetivo exercício de sala de aula em História em estabelecimento de ensino que oferte regularmente o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e/ou Médio, valendo tal redução somente para a especificidade docente comprovada.

§ 1º Os outros 70% da carga-horária de docência/regência de classe que devem ser cumpridas podem desenvolver-se em âmbitos diferenciados de ensino.

§ 2º A redução da docência/regência de classe não inclui a desobrigação de participação integral nas demais atividades.

Art. 9º O registro das horas destinadas ao estágio, para efeito de comprovação, será feito em documento próprio e devidamente assinado por profissional do campo de estágio que acompanhou a atividade, pelo professor de estágio, bem como pelo próprio estagiário.

Art. 10. O aluno estagiário levará para a escola onde realizará seu estágio, um ofício para a direção da mesma, constando as atividades que o mesmo fará na escola durante seu período de estágio.

Art. 11. Atividades de estágio remunerado ou voluntário não substituem a carga horária do Estágio Curricular Supervisionado.

CAPÍTULO IV - DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 12. Constituem-se campos de estágio as instituições escolares de direito público que ofereçam Ensino Fundamental (6º ao 9º anos), e Ensino Médio, devidamente conveniadas com a Unespar – *Campus* de Paranaguá, através de documentação legal própria, formalizando as condições básicas para a realização do estágio. Via de regra, em casos específicos e avaliada pertinência pela coordenação do Estágio Supervisionado, respeitando-se processo de firmação de convênio ou Termo de Compromisso de Estágio, conforme consta no Regulamento Geral de Estágio da Unespar, podem ainda constituir-se campos de estágio: escolas filantrópicas, privadas, organizações não governamentais com Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Médio.

CAPÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 13. O acadêmico estagiário é o aluno regularmente matriculado no período que abriga a disciplina de estágio curricular supervisionado.

Parágrafo único. Ao acadêmico de estágio curricular supervisionado compete:

- I** - informar-se e cumprir o regulamento do estágio curricular supervisionado;
- II** - definir com o professor de estágio o período, o campo e as condições para o cumprimento das atividades de estágio;
- III** - elaborar e cumprir o Plano de Estágio Curricular Supervisionado com a orientação do professor de estágio;
- IV** - comparecer ao estágio pontualmente nos dias, horas e locais estipulados e comunicar com antecedência de, no mínimo, 48 horas, a sua ausência nas atividades previstas, à escola campo de estágio e ao professor de estágio;
- V** - manter atitude ético-profissional no desenvolvimento de todas as atividades;

VI - avaliar de modo constante e crítico as inserções de estágio realizadas, sejam elas na condição de observação, participação ou de docência/regência, organizando leituras e escrita analítica que culminará no relatório ou artigo de cada etapa de estágio;

VII - apresentar ao professor de estágio na IES, com antecedência, o planejamento das atividades a serem desenvolvidas nos campos de estágio;

VIII - respeitar o sigilo quanto às constatações feitas nas instituições campo de estágio e respeitar as normas por elas estabelecidas;

IX - manter atitude de maior atenção, disciplina, discrição, como também de colaboração, quando no recinto campo de estágio;

X - apresentar cada atividade de estágio curricular supervisionado, obedecendo aos prazos previstos pelo professor de estágio;

XI - cumprir as etapas previstas para realização do estágio supervisionado, bem como realizar o registro da frequência em documento próprio.

CAPÍTULO VI - DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DE ESTÁGIO

Art. 14. Entende-se por professor de estágio a orientação dada ao aluno no decorrer de sua prática profissional pelo docente do Curso de História da Unespar – *Campus* de Paranaguá, de forma a proporcionar aos estagiários a plena articulação de teorizações e práticas inerentes ao Ensino de História.

Art. 15. O trabalho de Estágio Supervisionado em História no Curso de História é desenvolvida na forma de supervisão direta e continuada, com acompanhamento efetuado pelo docente na orientação, no desenvolvimento e na avaliação das atividades planejadas e realizadas nos campos de estágio ao longo de todo o processo.

Parágrafo único. Compete ao professor de estágio:

I – contatar a direção, equipe pedagógica, professores ou responsáveis pelos campos envolvidos nos estágios, para firmar compromisso entre as partes e deliberar encaminhamentos relativos ao desenvolvimento das atividades;

II - orientar os acadêmicos estagiários no planejamento e execução de todo o trabalho a ser desenvolvido durante a realização do estágio;

III - indicar fontes de pesquisa e de consulta necessárias à reflexão das práticas observadas ou exercidas durante as atividades de estágio;

IV - informar os acadêmicos estagiários sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação do estágio curricular supervisionado;

V - organizar e divulgar cronograma de estágio, assim como indicar e encaminhar oficialmente, através de solicitação, os acadêmicos aos campos de estágio;

VI - orientar efetivamente os estagiários em suas atividades de estágio;

- VII** - Acompanhar o cumprimento das horas de estágio curricular supervisionado, assim como receber, analisar e avaliar relatórios e outros documentos dos acadêmicos estagiários;
- VIII** - comunicar aos campos de estágio sobre as alterações que eventualmente venham ocorrer nas atividades de estágio curricular supervisionado;
- IX** – propor, sempre que necessário, a reformulação das normas gerais do estágio curricular supervisionado, com base em novas experiências;
- X** – avaliar, em conjunto com os demais profissionais envolvidos no estágio, todas as etapas previstas, em função dos objetivos e critérios propostos;
- XI** - assinar certidões, declarações e documentos relacionados ao estágio curricular supervisionado;
- XII** - articular e organizar o Seminário de Práticas e Estágio Supervisionado, consolidando-o como um importante evento extensionista que promove o debate e partilha de experiências entre os acadêmicos estagiários, professores supervisores/orientadores ,profissionais dos campos de estágio e demais interessados, visando o aperfeiçoamento contínuo do processo;
- XIII** - informar, através de documento próprio, à secretaria geral, a carga-horária cumprida nos estágios em andamento;
- XIV** - manter o corpo discente informado sobre a quantidade de horas de estágio efetivamente cumpridas pelos acadêmicos estagiários em cada etapa, bem como as que faltam para o cumprimento da carga horária total;
- XV** – deliberar, juntamente com a Coordenação de Estágio do Curso de História, sobre casos omissos do presente regulamento;
- XVI** – promover parcerias com os demais professores do colegiado de História no intuito de colaborar para indicação de bibliografias e concepções teórico-metodológicas, bem como acompanhar a escrita da elaboração de materiais pedagógicos para a execução da prática docente;
- XVII** - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO VII - DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE ESTÁGIO DO CURSO DE HISTÓRIA

Art. 18. São atribuições do Coordenador de Estágio:

- I** - estabelecer normas e definir diretrizes para o estágio e zelar pelo cumprimento das mesmas;
- II** - aprovar a programação de estágios feita pelos Docentes de Estágio;
- IV** - oferecer apoio pedagógico ao Professor de Estágio quando solicitado;
- V** - avaliar os casos de exceção trazidos pelo professor de Estágio;
- VI** - ouvir anualmente a exposição de resultados apresentada pelo professor de Estágio, emitindo pareceres e contribuições no sentido de aprimorar o processo e

melhor efetivar a formação dos futuros licenciados em História;

VII – propor alterações no regulamento de estágio quando observada necessidade, encaminhando proposição para o NDE e posteriormente para o colegiado do curso para deliberação e encaminhamento as instâncias competentes;

VIII – Deliberar, juntamente com o Colegiado de História, sobre casos omissos do presente regulamento;

IX - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO VIII – DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 19. O estágio curricular supervisionado se desenvolverá numa sistemática de orientação e análise crítica dos trabalhos, estabelecendo uma perspectiva de reflexão contínua da experiência profissional oferecida ao professor em formação. A avaliação privilegiará o acompanhamento no processo e será parte integrante do trabalho educativo. É de responsabilidade coletiva, uma vez que a colaboração dos colegas e demais profissionais da área da educação é fator de crescimento, de responsabilidade social e de ajuda efetiva para a construção do conhecimento. Para efeitos legais, o acadêmico estagiário será avaliado pelo professor de estágio e demais profissionais que o acompanharão em suas atividades, mas sendo prerrogativa do professor de estágio o parecer final quanto ao desempenho do acadêmico.

Parágrafo único. Em função dos objetivos e atividades propostas, serão observados os seguintes procedimentos:

I - participação ativa e desempenho no decorrer das atividades teórico-práticas previstas em cada uma das etapas de estágio;

II - registro e apresentação parcial e final das atividades desenvolvidas, conforme solicitação do professor supervisor do estágio;

III - considerações feitas pelos professores, equipe técnico-pedagógica da escola campo de estágio, através de documentação de acompanhamento;

IV - o acadêmico estagiário que for considerado insuficiente em uma das atividades do estágio terá nova oportunidade para refazê-la, desde que em tempo previsto para conclusão total do estágio;

V - a aprovação exigirá uma nota anual, mínima 7,0 (sete) numa escala de 0 (zero) a 10,0 (dez), que representará o processo global, em suas dimensões teóricas e práticas e o cumprimento integral da carga horária estabelecida para cada atividade de estágio, registrada sem documento próprio;

VI - em caso de reprovação no Estágio Supervisionado, o acadêmico deverá refazê-lo integralmente;

VII - o exercício domiciliar, direito do aluno, poderá ser ofertado nas atividades de

planejamento, organização e elaboração do estágio; as atividades práticas (nas instituições campos de estágio) deverão ser cumpridas integralmente, mesmo fora do cronograma estabelecido pelo professor de estágio e em período concentrado, desde que dentro do ano que abriga o estágio.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Conforme necessidade, poderão ser estabelecidos novas normas e critérios para a realização do estágio curricular supervisionado, desde que atendam o presente regulamento.

Art. 21. São partes integrantes, como anexos deste regulamento, todos os documentos, formulários e fichas de estágio.

Art. 22. Os casos omissos no presente regulamento são resolvidos pelo Colegiado de Matemática da Unespar – *Campus* de Paranaguá, no âmbito de suas competências.

Art. 23. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições anteriores.

ANEXO VI DA RESOLUÇÃO Nº XXX/2021 – CEPE/UNESPAR

11.4-REGULAMENTO DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO E CULTURA (ACEC)

Da Legislação e Conceituação

Art. 1º A Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação da Unespar dá-se em cumprimento à Resolução 038/2020 – CEPE/Unespar, que, por sua vez, atende ao disposto na Resolução Nº 7/2018 - MEC/CNE/CES, que regulamenta o cumprimento da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei nº. 13.005/2014.

Art. 2º As atividades de Extensão articulam-se de forma a integrar as ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, a comunicação com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica.

Art. 3º A Curricularização da Extensão foi implantada no Curso de História do *Campus* de Paranaguá por meio da adoção de um conjunto de “Ações Curriculares de Extensão e Cultura– ACEC”, que serão desenvolvidos ao longo da formação acadêmica.

Parágrafo Único. De acordo com as legislações acima nominadas, destinou-se uma carga-horária de 10% (dez por cento) do total de horas da matriz curricular do Curso para serem cumpridas em atividades de extensão.

Art. 4º O objetivo das ACEC é a formação integral do estudante, a partir da interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com questões presentes no contexto social. Dessa forma, as ACEC permitem a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular.

Parágrafo único. A multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são princípios norteadores das ACEC, asseguradas pela relação dialética e dialógica entre diferentes campos dos saberes e fazeres necessários para atuação em comunidade e sociedade.

Da organização das ACEC no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 5º De acordo com a Resolução 038/2020 – CEPE/Unespar, as atividades de ACEC podem ser desenvolvidas em disciplinas ou em ações extensionistas: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço, as quais se organizam em 5 (cinco) modalidades. No Curso de História do Campus de Paranaguá, foi feita a opção pelas modalidades ACEC II, III, IV e V, a saber:

I – ACEC II: Nessa modalidade, encontram-se disciplinas da matriz curricular, voltadas para a formação do perfil do egresso, em que é possível desenvolver atividades extensionistas. Para isso, será separada uma carga horária possível para a execução de atividades de extensão, para as quais deverão ser criados projetos de extensão que serão devidamente registrados na Divisão de Extensão e Cultura do Campus. Os discentes integrarão a equipe executora destes projetos. Poderão também os professores das disciplinas optarem por realizar projeto de extensão unificado que se utilize das cargas horárias destinadas a este fim em cada uma das disciplinas e igualmente possuam discentes como equipe executora.

II – ACEC III: Essa modalidade diz respeito à participação dos discentes em ações extensionistas dos Projetos de Extensão registrados na Unespar, tanto da Graduação como da Pós Graduação. Os discentes devem ser integrantes da equipe executora do projeto. Não serão contadas as participações em que o estudante não desempenhe uma função de execução no Projeto.

III - ACEC IV: Essa modalidade relaciona-se à participação do estudante em cursos e eventos, como equipe executora, os quais estejam devidamente registrados nas Divisões de Extensão e Cultura dos Campi. Não serão contabilizadas as atividades em que os alunos participarem apenas como ouvintes.

IV- ACEC V: Essa modalidade diz respeito a ações de extensão – tanto projetos, como cursos e eventos – nos quais os discentes atuem como equipe executora, e que não são desenvolvidos no âmbito da Unespar, mas em outras Instituições de Ensino Superior. § 1º por projetos de extensão vinculados à modalidade II de ACEC entende-se:

- I –** Projetos isolados por disciplina;
- II –** Projetos integrados por série;
- III –** Projetos integrados por curso;
- IV –** Projetos integrados intercurros.

§ 2º os alunos matriculados nas disciplinas vinculadas à modalidade II de ACEC podem propor subprojetos a partir de demandas sociais observadas. A aprovação da inserção dos subprojetos fica a cargo dos professores proponentes que deverão justificar a alteração em relatório final devidamente documentado.

§ 3º As modalidades de ACEC III, IV e V perfazem um total de 120 horas a serem realizada sem quaisquer dessas modalidades a critério dos alunos a partir de oferta de projetos, cursos, eventos ou programas de extensão em que possam atuar como organizadores ou executores.

Art. 6º Para atender aos objetivos previstos na Resolução 038/2020 CEPE- Unespar, a curricularização de extensão no Curso de História deverá ser realizada nas seguintes disciplinas:

- I** – Metodologia da Pesquisa e Extensão – 15 hs;
- II**– História da África e Cultura Afro-Brasileira – 15 hs;
- III** – História Indígena e Populações Tradicionais – 15 hs;
- IV** – Antropologia Social – 15 hs;
- V** – Memória, Identidade e Patrimônio Histórico – 15 hs;
- VI** – História do Paraná – 30 hs;
- VII** – Estágio Supervisionado I; – 40 hs;
- VIII**– Estágio Supervisionado II.– 40 hs;
- IX** – Leitura e Produção de Textos Acadêmicos – 15 hs.

Parágrafo único. O percentual de carga horária destinada a elaboração e execução de ação extensionista é de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária teórica de cada disciplina elencada acima. A exceção das disciplinas de Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II que receberão carga horária de 20% (vinte por cento) da carga horária para elaboração e execução de ação extensionista em conformidade com as normativas que regulamentam estágio supervisionado, perfazendo um total de 200 horas.

Art. 7º Para o desenvolvimento das ACECs é necessária a participação do professor da disciplina, que disponibilizará carga horária para a ACEC; do estudante que executará as ações de ACEC; e do Coordenador de ACEC, cujas funções estão determinadas pelo Art. 9º deste regulamento.

Art. 8º Cabe ao professor de disciplina com carga horária para ACEC:

- I** – Apresentar no Plano de Ensino qual a Carga horária de ACEC e como será cumprida no desenvolvimento da disciplina;
- II** – Encaminhar ao Coordenador de ACEC a proposta de Extensão a ser realizada na disciplina para conhecimento e orientação quanto aos registros;
- III** - Providenciar a regulamentação junto à Divisão de Extensão e Cultura no Campus acerca da atividade – projeto, curso ou evento – que será realizada, para fins de certificação dos participantes;
- IV** – Acompanhar as atividades em andamento e orientar a atuação dos estudantes sempre que necessário;
- V** – Emitir relatório final da atividade realizada, mencionando os resultados das ações propostas.

Art. 9º Cabe ao Estudante:

- I** – Verificar quais disciplinas desenvolverão as ACEC como componente curricular, atentando para as atividades que estarão sob sua responsabilidade;

- II – Comparecer aos locais programados para realização das propostas extensionistas;
- III – Apresentar documentos, projetos, relatórios, quando solicitados pelos professores que orientam ACEC;
- IV – Atentar para o cumprimento da carga horária de ACEC desenvolvida nas modalidades de programas, projetos, cursos e eventos, disciplinadas no Projeto Pedagógico do Curso;
- V – Consultar as informações do Coordenador de ACEC quanto às possibilidades de participação em Projetos e ações extensionistas desenvolvidas no âmbito da Unespar, às quais podem ser contabilizadas;
- VI – Apresentar ao Coordenador de ACEC os certificados e comprovantes das atividades realizadas a fim de que sejam computadas as horas em documento próprio para envio à Secretaria de Controle Acadêmico, para o devido registro em sua documentação (ver anexo11.16).

Art. 10. Compete ao Coordenador de ACEC, conforme disposto no art.11, da Resolução038/2020 – CEPE/Unespar:

- I – organizar, acompanhar e orientar as atividades da curricularização da extensão efetivadas pelos estudantes dentro deste regulamento;
- II – verificar a execução das atividades de extensão realizadas pelos estudantes em concordância com o PPC;
- III – elaborar um registro dos programas, projetos e eventos de extensão diretamente relacionados às modalidades apresentadas no Art. 5º deste regulamento e divulgar entre os estudantes;
- IV – articular as atividades entre os coordenadores de projetos de extensão e docentes que ministrem disciplinas com carga-horária de extensão;
- V – registrar as atividades de extensão dos estudantes e emitir relatório final confirmando a conclusão da carga horária e posterior arquivamento nas pastas de cada discente junto ao Controle Acadêmico da Divisão de Graduação.

Do Procedimento para Validação das ACEC.

Art. 11. Para o aproveitamento e validação das atividades de ACEC, considera-se necessário:

- I – Para as disciplinas que apresentarem carga-horária de ACEC, o acadêmico deverá ter aproveitamento em nota e frequência. As ACECs ofertadas nessa modalidade serão consideradas componentes curriculares obrigatórios para o cumprimento das disciplinas;
- II – A avaliação das disciplinas deverá estar articulada à prática extensionista e aluno reprovado deverá refazer a disciplina e a ACEC correspondente quando da execução

dependência;

III – Para as ações extensionistas realizadas no âmbito da Unespar, o acadêmico deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades;

IV – Para as ações extensionistas realizadas em outras instituições de Ensino Superior, o acadêmico deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades.

Parágrafo único. O estudante é o responsável pelo gerenciamento das ACEC, as quais deverão ser cumpridas ao longo do Curso de graduação, podendo solicitar ao Colegiado esclarecimentos que julgar necessários, em caso de dúvidas quanto à aceitação ou não de qualquer atividade que não tenha sido prevista pelo Coordenador de ACEC, no âmbito do Curso ou da Unespar.

Art. 12. O Coordenador de ACEC emitirá relatórios parciais anuais e relatório final do aproveitamento dos estudantes. Ao final do último ano será emitido relatório individual do estudante para envio à DGRAD para comprovação da conclusão das ACECs e posterior arquivamento.

Art. 13. Em caso de ACEC desenvolvida em disciplinas, o registro do aproveitamento já será computado pela Secretaria de Controle Acadêmico, cabendo ao Coordenador de ACEC apenas fazer os registros na documentação do estudante, para seu controle.

Parágrafo único. Caso o estudante não atinja o aproveitamento necessário para aprovação na disciplina que oferta ACEC, não será possível aproveitar a carga horária de projeto na disciplina.

Disposições Gerais

Art. 14º. Os casos omissos neste regulamento devem ser resolvidos pelo Coordenador de ACEC, tendo sido ouvidos o Colegiado de Curso e as demais partes envolvidas, em reunião(ões) previamente agendada(s). As decisões desses casos sempre serão registradas em atas, com as assinaturas dos participantes da(s) reunião(ões).

Art. 15. Este regulamento entra em vigor na data de 09/08/2021.

Complemento I – Modalidades de Execução das Ações Extensionistas III, IV e V

Serão consideradas atividades extensionistas aquelas que estejam em

conformidade à Resolução 038/2020 – CEPE/ Unespar e demais dispositivos regimentais que regulamentam tais ações. Essas atividades podem coincidir com as Atividades Complementares e para validação, devem ser realizadas no decorrer do Curso, sendo elas:

- I** – Atividades profissionais voluntárias em áreas afins;
 - II** – Atividades científico-culturais do Curso
 - III** – Participação como equipe organizadora ou executora em Feiras de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade;
 - IV** – Docência supervisionada junto aos cursos de extensão promovidos pelo Curso de História;
 - V** – Participação como equipe organizadora ou executora nas Oficinas de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade;
 - VI** – Participação como equipe organizadora ou executora em atividades culturais em geral e/ou em atividades socio ambientais;
 - VII** – Participação como integrante de equipe do PIBID e Residência Pedagógica;
 - VIII** – Participação como equipe organizadora ou executora em eventos ou projetos de extensão desenvolvidos na Unespar ou outras instituições de nível superior;
 - IX** – Participação como equipe organizadora ou executora da Semana Acadêmica e eventos correlatos do Curso de História e/ou áreas afins;
 - X** – Participação em projetos de organização e execução de Feiras desenvolvidas nas escolas;
 - XI** – Organização e execução de oficinas junto as escolas da comunidade;
 - XII** – Divulgação de resultados de pesquisa científica como retorno de saberes para a comunidade envolvida na ação;
 - XIII** – Participação como equipe organizadora ou executora em atividades culturais como teatro, cinema, atividades esportivas e outros;
 - XIV** – Participação como equipe organizadora ou executora de atividades socio ambientais promovidas por órgãos governamentais ou não governamentais, desde que respeitadas as normativas de ACEC;
 - XV** – Participação como ministrante de cursos, minicursos ou oficinas vinculadas à área do conhecimento desde que devidamente cadastrados na Divisão de Extensão;
 - XVI** – Organização e execução de cursos, minicursos ou oficinas vinculadas à área do conhecimento desde que devidamente cadastrados na Divisão de Extensão;
- Casos omissos a esse anexo devem ser resolvidos pelo Coordenador de ACEC, tendo sido ouvidos o Colegiado de Curso e as demais partes envolvidas, em reunião(ões) previamente agendada(s). As decisões desses casos sempre serão registradas em atas, com as assinaturas dos participantes da(s) reunião(ões).



11.16-Ficha para Atividades Extensionistas



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA**

Ficha de Acompanhamento de Atividades Extensionistas

Aluno(a):

Atividade	Período	Carga Horária Certificada	Carga Horária Considerada (preenchimento pelo coordenador)
TOTAL			

Paranaguá, de 20

Assinatura do Aluno(a)

Assinatura do Coordenador(a)

ANEXO VII DA RESOLUÇÃO Nº XXX/2021 – CEPE/UNESPAR

INCLUSÃO DO TÓPICO 7 NA PÁGINA 87 DO PPC

7. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

Um dos importantes componentes que norteiam essa reformulação considera como essencial a superação das dicotomias ensino-pesquisa e ensino-extensão, noção clássica que parte da separação tida como intrínseca entre o professor que trabalha em sala de aula, o pesquisador que mergulha em livros, documentos, arquivos (bacharel) e do extensionista envolvido com a comunidade; a falta de entrosamento entre os três níveis de ensino, através da adequação dos conteúdos das disciplinas a um novo profissional de História.

A extensão ocorrerá como componente curricular obrigatório na matriz curricular do Curso em consideração aos documentos que em seu conjunto estabelecem normas para a implementação das atividades curriculares de extensão tanto em nível nacional como da Unespar.

Deste modo, a nova proposta assume um modo peculiar ao articular tais conteúdos com a produção historiográfica e com os múltiplos diálogos que a história estabelece com outras ciências. Além disso, a extensão assume também um papel de protagonista no Curso, pois promove a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa.

A concepção de ensino superior disposta no artigo 207 da Constituição Federal, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Nesse sentido, os projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos no curso de História na Unespar – *Campus* de Paranaguá devem articular essas três instâncias de modo a não dissociá-las. A pesquisa no Curso será proveniente dos Laboratórios, Laboratório de estudos litorâneos: História e práticas socioculturais (LELI), Laboratório de Estudos do Tempo Presente (Lab-TEMPO) e Laboratório de Estudos da Escravidão e do Pós-Abolição. Em seu conjunto, as ações desses Laboratórios pretendem consolidar a pesquisa no Curso de História e, para tanto, prevê a orientação das pesquisas de alunos da Unespar/Paranaguá, seja na produção de seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) ou no âmbito de suas pesquisas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Além disso, pretendem construir pesquisas conjuntas a fim de se consolidar uma identidade no âmbito do PPC do Colegiado de História.

Tais Laboratórios possuem também uma agenda dedicada à extensão - a extensão nesses espaços pretende articular o conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a Unespar, *Campus*

de Paranaguá se insere. Essa atividade pretende promover cursos de extensão, para atender as demandas das escolas públicas na formação complementar vinculada ao campo de atuação do Curso. Nessas atividades, e nas demais, decorrentes das demandas sociais, o protagonismo será do aluno do curso de História, complementando sua formação profissional, oportunizando a transposição didática do saber apreendido a medida que os colocará em contato direto com a Escola Pública e com a comunidade em geral. As atividades extensionistas preveem ainda, a atuação de acadêmicos das áreas das humanidades do *Campus* de Paranaguá, podendo envolver adicionalmente a colaboração de acadêmicos outras Instituições de Ensino Superior Público, existentes no litoral do Paraná.

Além dos Laboratórios, está em processo de implantação o Centro de Documentação Histórica do Litoral do Paraná, cujo projeto já foi aprovado no Conselho de Colegiado do Curso e no Conselho de Campus. Até o fim de 2021 objetivamos que a tramitação já tenha sido encerrada nas demais instâncias colegiadas da Universidade. O Centro de Documentação será um órgão do Colegiado de História vinculado à Direção do Campus de Paranaguá, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e voltado ao tratamento arquivístico de documentos de caráter permanente, reconhecidos pelo seu valor histórico, científico e cultural, em especial documentos advindos das Varas Criminais no âmbito do litoral do Paraná.

ANEXO VIII DA RESOLUÇÃO Nº XXX/2021 – CEPE/UNESPAR

REDISTRIBUIÇÃO DA CARGA-HORÁRIA DAS DISCIPLINAS

Código	Nome da Disciplina	Pré-requisito (Código)	Carga Horária				Forma de Oferta	
			Teórica		Prática	Extensão	Sem. (S)	Anual (A)
			Semipresencial	Presencial				
1º Ano								
01	História Antiga	-	23	92	20	-	A	
02	História do Brasil I	-	12	48	20	-	S	
03	História da África e Cultura Afro-Brasileira	-	9	36	30	15	S	
04	Introdução aos Estudos Históricos	-	12	48	-	-	S	
05	Antropologia Social	-	9	36	30	15	S	
06	Sociologia Geral	-	12	48	-	-	S	
07	Metodologia da Pesquisa e Extensão	-	9	36	-	15	S	
08	Psicologia da Educação	-	12	48	-	-	S	
09	Introdução à Filosofia	-	12	48	-	-	S	
Subtotal			110	440	100	45		

2º Ano							
10	História Medieval	-	23	92	30	-	A
11	História do Brasil II	-	12	48	30	-	S
12	Teoria e Metodologia da História I	-	12	48	-	-	S
13	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	-	9	36	-	15	S
14	Cultura Indígena e Populações Tradicionais	-	9	36	30	15	S
15	Geografia e Educação Ambiental	-	12	48	30	-	S
16	Didática Geral	-	12	48	30	-	S
17	LIBRAS	-	12	48	-	-	S
18	Optativa I	-	6	24	-	-	S
Subtotal			107	428	150	30	

3º Ano							
19	História Moderna	-	23	92	30	-	A
20	História do Brasil III	-	12	48	-	-	S
21	História da América I	-	12	48	-	-	S
22	Teoria e Metodologia da História II	-	12	48	-	-	S
23	Geografia Humana e Geopolítica	-	12	48	30	-	S
24	Metodologia do Ensino de História	-	12	48	30	-	S
25	Estágio Supervisionado de História I	-	-	60	100	40	A
26	Memória, Identidade e Patrimônio Histórico	-	9	36	-	15	S
27	Metodologia do TCC	-	12	48	-	-	S
Subtotal			104	476	190	55	

4º Ano							
28	História Contemporânea	-	23	92	-	-	A
29	História do Paraná	-	18	72	30	30	A
30	História do Brasil IV	-	12	48	-	-	S
31	História da América II	-	12	48	-	-	S
32	Geografia do Brasil	-	12	48	30	-	S
33	Estágio Supervisionado de História II	25	-	60	100	40	A
34	Optativa II	-	27	3	-	-	S
35	Políticas Educacionais	-	12	48	-	-	S
36	TCC	27	-	-	-	-	A
Subtotal			116	419	160	70	

TOTAL/TIPO DE CARGA HORÁRIA	437	1763	600	200	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (Com 120 h de Extensão)					200
TOTAL GERAL					3200

CÂMARA DE EXTENSÃO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CEPE

Protocolo nº: 18.046.355-0

Assunto: Solicita análise das adequações do PPC do Curso de História/campus de Paranaguá.

Proponente: Centro de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação

Análise

A Câmara de Extensão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE reuniu-se para discutir as adequações do PPC do Curso de História, Campus de Paranaguá, em especial o que se refere à inserção das Atividades de Curricularização da extensão, chegando aos seguintes apontamentos, observadas a Resolução nº 038/2020 – CEPE/UNESPAR e a Instrução Normativa Conjunta PROEC/PROGRAD nº 001/2021, como segue:

- A carga horária destinada para ACEC atende ao disposto na Legislação;
- No quadro sobre a Distribuição das Disciplinas por série há indicação de que haverá o desenvolvimento de ACEC na disciplina;
- No Ementário das Disciplinas que ofertam Extensão – A disciplina de Sociologia Geral do 1º Ano não apresenta ACEC no quadro, mas consta no ementário carga horária de 15h, embora não haja menção na Ementa sobre a extensão. Outro caso é a Disciplina de TCC, que não consta horas de ACEC no quadro, mas contém no Ementário. É preciso uma conferência rigorosa entre o quadro de distribuição das disciplinas com a apresentação das Atividades de Extensão e o que será apresentado no ementário.
- O Regulamento de ACEC encontra-se às Folhas 119-124, apresentando como serão desenvolvidas as ACEC's, verificando-se que: a disciplina com ACEC é Cultura Indígena e Populações Tradicionais e não História Indígena e Populações Tradicionais; na lista destas disciplinas não aparece Trabalho de Conclusão de Curso.
- O artigo 7º do Regulamento faz menção ao Coordenador de ACEC, indicando o Art. 9º como aquele que regulamenta essa função, no entanto, é o artigo 10º que traz essa descrição.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Paranavaí-PR, 05 de outubro de 2021.

Adalberto Dias de Souza
Amauri Jersi Ceolim
Pedro Alexandre Gomes
Rosemeri Rocha da Silva
Rosimeiri Darc Cardoso



PARECER - CÂMARA DE GRADUAÇÃO - CEPE



Origem:	Colegiado do Curso de História do Campus de Paranaguá/CCHBE
Para:	CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO - CEPE
Assunto:	ADEQUAÇÕES DO PPC DO CURSO DE HISTÓRIA DO CAMPUS DE PARANAGUÁ
Protocolo nº:	18.046.355-0

1 - Histórico

- Trata da solicitação do Colegiado do Curso de História do Campus de Paranaguá para adequações do PPC realizada em 31/08/2021 através do protocolado Nrº **18.046;355-0** em que constam 168 páginas e foi instruído com os seguintes documentos:
- MEMORANDO Nº 006/2021 – Colegiado do Curso de História – UNESPAR – Paranaguá;
PPC do Curso de licenciatura em História;
 - ATA 10/2021 da Reunião Extraordinária do Colegiado do Curso de História da UNESPAR – Campus de Paranaguá;
 - Parecer conjunto do Centros de Área e Divisão de Graduação;
 - Relatório de Evasão do Curso de Licenciatura em História do Campus de Paranaguá;
 - Ata Nº 005/2021 da Reunião Extraordinária do Conselho de Área – CCHBE do Campus de Paranaguá;
 - Despacho do Diretor do CCHBE do Campus de Paranaguá à PROGRAD;

- Despacho da Pró Reitora de Graduação ao Diretor de Ensino da PROGRAD;
- Despacho da Direção de Ensino da PROGRAD a Secretaria dos Conselhos da UNESPAR;

2 - Análise

CURSO: Licenciatura em História

ANO DE IMPLANTAÇÃO DAS ADEQUAÇÕES: 2022

CAMPUS Paranaguá

CENTRO DE ÁREA: Ciências Humanas, Biológicas e da Educação

CARGA HORÁRIA 3.200 (em horas-relógio)

HABILITAÇÃO: Licenciatura

REGIME DE OFERTA: Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto).

PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO: Prazo mínimo de 04 (quatro) anos e prazo máximo de 06 (seis) anos;

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS: 40

TURNO: Noturno

Justificativa para adequações:

Parecer do CEE/CES 043/2019 de Renovação de Reconhecimento de Curso e a necessidade de adequação a Resolução 038/2020/CEPE/UNESPAR.

Adequações referente a Determinações do Parecer de Renovação de Reconhecimento:

1- Adequação às Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná (Deliberação 04/2013 (CEE):

- Forma de atendimento: Temas adicionados à disciplina obrigatória já existente “Geografia e Educação Ambiental”; diálogo interdisciplinar com atividades complementares Constantes do PPC às p. 9-10, p. 38 p.72-73 e p.107-112 – 113.

2- Adequação às normas estaduais para Educação em Direitos Humanos no Sistema

Estadual de Ensino do Paraná (Deliberação 02/2015 (CEE)):

Forma de atendimento: Componentes curriculares das disciplinas obrigatórias “História da África e Cultura Afro-Brasileira”, “Sociologia Geral”, “Antropologia Social”, “Cultura Indígena e Populações Tradicionais”, “Geografia e Educação Ambiental” e “História Contemporânea”, tema transversal ao curso e componente de programas de extensão. Constantes do PPC às p. 10, p.47-48, p. 53, p. 62-66 e p.72-73, p. 81- 82.

3- Adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior (Resolução 02/2015 (CNE/ CP)):

Forma de atendimento: Modificado perfil de egresso, especificando a conjugação do perfil do professor-pesquisador ao transformar o saber acadêmico em ação pedagógica através da atuação na educação básica; ampliando itens Concepção, Finalidade e objetivos em relação com o ensino básico, espaço onde o profissional vai atuar, ampliando o foco na identidade do profissional da história como trabalhador da educação básica. Constantes do PPC às p. 21-38, p. 94- 103.

4- Adequação às Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná (Deliberação 02/2016 (CEE)): Forma de atendimento: Tratamento teórico dado pelas disciplinas obrigatórias de “LIBRAS” e “Didática Geral”; em seu aspecto prático abordado em diálogo com o NESPI e pauta atividade extensionista. Constantes do PPC às p.10-11, p. 72, p. 87-88 e p. 113-119.

5- Adequação a recomendação de redução de evasão (Parecer CEE/CES43/19): Forma de atendimento: Semestralização mista, disciplinas na modalidade semipresencial. Constantes do PPC às p.11-19, p.19-20 e p.41-87 e Relatório de Evasão (anexo ao processo).

Adequação à Resolução 038/2020/CEPE/UNESPAR

A carga horária das disciplinas extensionistas atende o disposto na Legislação – consta no PPC às p.19, p. 30- 31, p 35, p. 46, p 48 - 49, p. 62- 66, p. 69, p. 75, p.87- 88 e p.113-119;

No quadro sobre a Distribuição das Disciplinas por série há indicação de que haverá o desenvolvimento de ACEC na disciplina;

No ementário das disciplinas que ofertam Extensão – A disciplina de Sociologia Geral do 1º ano não apresenta ACEC no quadro, no entanto, consta no ementário carga horária de 15 horas, embora não façam menção na Ementa sobre Extensão.

A disciplina de TCC que não consta horas de ACEC no quadro, contém no Ementário.

Sobre o Regulamento:

Encontra-se as páginas 119-124, apresenta como serão desenvolvidas as ACECs.

A disciplina com ACEC é **Cultura Indígena e Populações Tradicionais** e não História Indígena e Populações Tradicionais;

Na lista das disciplinas não aparece TCC;

O Artigo 7º do Regulamento faz menção ao/a Coordenador/a de ACEC, indicando o Artigo 9º como aquele que regulamenta a função de coordenador/a, entretanto, é no Artigo 10º que aparece a descrição.

Em análise, a Câmara de Ensino de Graduação orienta para que observem com atenção e rigor as indicações da Câmara de Extensão, que pontua itens fundamentais para a qualificação de ACEC descrita no PPC:

1) Revisão do quadro de distribuição das disciplinas com a apresentação das Atividades de Extensão e o que será apresentado no Ementário;

2) O regulamento atual de AAC permite ao estudante cumprir as 200 horas obrigatórias sem cumprir as 120 horas de extensão descritas no PPC e no regulamento de ACEC, sendo assim é necessário readequar o Regulamento de AAC de forma que o/a estudante tenha que realizar as 120 horas de extensão obrigatoriamente.

3) O regulamento de estágio apresentado aqui se refere à SUPERVISÃO DIRETA, o que não ocorre nos cursos de licenciaturas cuja modalidade de supervisão de estágio é INDIRETA.

Recomendamos todavia que se observe que o Regulamento de Estágio do curso não

faz referência ao Regulamento de Estágio da Unespar (Resol.010/2015);
O regulamento de estágio se refere à SUPERVISÃO DIRETA, o que não ocorre nos cursos de licenciaturas cuja modalidade de supervisão de estágio é INDIRETA.

3 – Conclusão

Em face ao apresentado, a Câmara de Ensino de Graduação **indica o retorno ao requerente para as adequações** elencadas nos itens 1, 2 e 3 da análise e, reapresentação ao CEPE das adequações do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História do Campus de Paranaguá É o parecer.

Paranavaí/PR, 05/10/2021.

Alcemar Rodrigues Martello
Ericson Raine Prust
Jackelyne Corrêa Veneza
Marlete dos Anjos Silva Schaffrath
Teone Maria Rios de Souza Rodrigues Assunção

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
SECR.CONSELHOS SUPERIORES

Protocolo: 18.046.355-0
Assunto: Solicita deliberação pelo Conselho de Centro de Ciências Humanas Biológicas e da Educação, do campus da Unespar de Paranaguá, das adequações do PPC do Curso de História/Campus de Paranaguá.
Interessado: FABIO TADEU VIGHY HANNA
Data: 15/10/2021 12:34

DESPACHO

Conforme consta na Ata da 7a Sessão (4a Ordinária) do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNESPAR, realizada no dia 14 de outubro de 2021, pela Plataforma Digital *Microsoft Teams* o Parecer da Câmara de Ensino foi aprovado. Assim, retorno o protocolado ao proponente para adequação e posterior reapresentação ao CEPE.

Ana Cristina Z. Cathcart
Secretária Geral da Reitoria



ePROTOCOLO



Documento: **DESPACHO_5.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Ana Cristina Zanna Cathcart** em 15/10/2021 12:35.

Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Ana Cristina Zanna Cathcart** em: 15/10/2021 12:34.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
c09eee34723f419275371298165b4c74.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Campus de Paranaguá

Credenciada pelo Decreto nº 9538, de 05/12/2013 - D.O.E. 05/12/2013

Recredenciada pelo Decreto nº 2374, de 14/08/2019 - D.O.E. 14/08/2019

Rua Comendador Correa Junior, nº 117 - Centro - CEP: 83203-560 - Fone: (41) 3423-3644

PARANAGUÁ - PARANÁ

<http://paranagua.unespar.edu.br>



Paranaguá/PR, 18 de outubro de 2021.

MEMORANDO Nº 007/2021 – Colegiado do Curso de História – Unespar - Paranaguá

DE: Prof. Dr. Fábio Tadeu Vighy Hanna – Coordenador do Curso de História – Unespar, *campus* de Paranaguá

PARA: Prof. Ms. Fernando Yudi Sakaguti - Diretor do Centro de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação (CCHBE) – Unespar – *campus* de Paranaguá

ASSUNTO: Encaminhamento para apreciação e deliberação das adequações do PPC do Curso de Graduação em História - Licenciatura da Unespar – *campus* de Paranaguá, em conformidade às indicações no Parecer da Câmara de Graduação CEPE (Protocolo nº 18.046.355-0)

Considerando o Parecer da Câmara de Graduação CEPE, de análise das adequações do PPC de História destinadas ao atendimento do parecer do CEE/CES 043/2019 de Renovação de Reconhecimento de Curso e da necessidade de adequação do curso às novas regras de Extensão (Resolução 38/2020 (CEPE/Unespar), o NDE do Colegiado de História procedeu-se às seguintes alterações às adequações do PPC (Ata NDE 020/2021), as quais foram devidamente discutidas e aprovadas em reunião do Colegiado de História (Ata 13/2021 em anexo):

- 1- Correção da descrição da disciplina de Sociologia Geral no ementário, que erroneamente apontava 15h de extensão (Ementário, p. 47);



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ Campus de Paranaguá

Credenciada pelo Decreto nº 9538, de 05/12/2013 - D.O.E. 05/12/2013

Recredenciada pelo Decreto nº 2374, de 14/08/2019 - D.O.E. 14/08/2019

Rua Comendador Correa Junior, nº 117 - Centro - CEP: 83203-560 - Fone: (41) 3423-3644

PARANAGUÁ - PARANÁ

<http://paranagua.unespar.edu.br>



- 2- Correção da descrição da disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso, que erroneamente apontava carga horária determinada (Ementário, p. 69);
- 3- Correção do nome da disciplina de Cultura Indígena e Populações Tradicionais, nomeada erroneamente no Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC), Art. 6º, III, p. 118;
- 4- Correção do artigo referenciando as funções do coordenador de ACEC (Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC), Art. 7º, p. 118);
- 5- Revisão de todo o quadro de distribuição de disciplinas (p. 41-42);
- 6- Correção das cargas horárias das disciplinas de História Moderna e História Contemporânea no ementário (p. 51; 53);
- 7- -Incluída a explicitação de observância do Regulamento de Estágio da Unespar (Resolução 010/2015) para os estágios do curso (Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, p. 94);
- 8- Correção da supervisão no estágio, corrigida para INDIRETA (Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, Art. 15º, p. 102);
- 9- Reconstrução dos tipos de atividades complementares e suas cargas horárias mínimas, vinculando as atividades complementares às ACEC (Regulamento de Atividades Complementares, Art. 2º, §1, p. 108);
- 10- Revisão do Artigo 8º do Regulamento de Atividades Complementares, explicitando as atividades complementares (novo artigo 7º, p. 110) das atividades complementares de caráter extensionista (novo artigo 8º, p. 111), com parágrafo único explicitando a operação das atividades complementares extensionistas observando-se o Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC);



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ Campus de Paranaguá

Credenciada pelo Decreto nº 9538, de 05/12/2013 - D.O.E. 05/12/2013

Recredenciada pelo Decreto nº 2374, de 14/08/2019 - D.O.E. 14/08/2019

Rua Comendador Correa Junior, nº 117 - Centro - CEP: 83203-560 - Fone: (41) 3423-3644

PARANAGUÁ - PARANÁ

<http://paranagua.unespar.edu.br>



- 11- Consequência disso, as tabelas de descrições das atividades também foram refeitas, explicitando as atividades complementares e atividades complementares de caráter extensionista (art. 9º, p. 111-115). A observação da tabela original foi também refeita, incluindo a explicitação dos mínimos de horas em cada tipo de atividade complementar - e, deixando evidente que o cumprimento da carga horária mínima de um dos tipos não afeta o outro (p. 115);
- 12-Destaque ao antigo parágrafo único do Art. 8º do Regulamento de Atividades Complementares, transformado em Artigo 10º (p. 115);
- 13-Explicitação do papel dos coordenadores (de atividades complementares e ACEC) na validação de atividades complementares no Regulamento de Atividades Complementares (novo Artigo nº11), p.115;
- 14-No Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC) - Novo parágrafo com a explicitação da dupla certificação das ACEC III e IV como atividades complementares (Art. 5º, §4), p.118.
- 15-Supressão do termo 'extensão' nos ementários das disciplinas de História do Brasil I, História do Brasil II, História do Brasil III, História do Brasil IV, História da América I, História da América II, História Antiga e História Medieval a fim de evitar ambiguidades em relação as disciplinas que contém, ACEC. As disciplinas com ACEC possuem no ementário o termo 'prática extensionista' (p.54-62)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Campus de Paranaguá

Credenciada pelo Decreto nº 9538, de 05/12/2013 - D.O.E. 05/12/2013

Recredenciada pelo Decreto nº 2374, de 14/08/2019 - D.O.E. 14/08/2019

Rua Comendador Correa Junior, nº 117 - Centro - CEP: 83203-560 - Fone: (41) 3423-3644

PARANAGUÁ - PARANÁ

<http://paranagua.unespar.edu.br>



Solicito:

A apreciação e a deliberação no Conselho de Centro de Área de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação (CCHBE) das referidas alterações, em conformidade com as indicações da Câmara de Graduação CEPE, das adequações do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso de Graduação em História – Licenciatura -, da Universidade Estadual do Paraná – *campus* de Paranaguá.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Fábio Tadeu Vighy Hanna
Coordenador do Curso de História-
Unespar, *campus* de Paranaguá
Portaria 1011/2019 – Reitoria Unespar



ePROTOCOLO



Documento: **memorando0072021solicitacaoapreciacaoedeliberacaoPPHistoriaParanaguacomalteracoesCamaradeGraduacaoCEPE.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em 20/10/2021 16:39.

Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em: 20/10/2021 16:38.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
f4fc9feaa921811c1d1aca497f123473.



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

LICENCIATURA EM HISTÓRIA CAMPUS DE PARANAGUÁ

PARANAGUÁ – 2021

Unespar - Reitoria | Rua Pernambuco, 858 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87701000 | Telefone (44) 3423-8944

Sumário

1. CURSO.....	4
1.1 Identificação do Curso.....	4
1.2 Turno De Funcionamento e Vagas.....	4
2. LEGISLAÇÃO DE SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO.....	5
2.1 Criação e Autorização do Curso.....	5
2.2 Reconhecimento do Curso.....	5
2.3 Renovação de Reconhecimento do Curso.....	5
2.4 Diretriz Curricular do Curso.....	5
2.5 Legislação Complementar.....	6
2.6 Adequação dos Conteúdos Curriculares.....	7
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	9
3.1. Justificativa.....	9
A) Educação Ambiental.....	9
B) Direitos Humanos.....	10
C) Educação Especial.....	10
D) Evasão.....	11
D.1) Desistência e Evasão Inicial – Dados Quantitativos.....	12
D.2) Desistência e Evasão Inicial – Dados Qualitativos.....	13
D.3) Conclusão: A Semestralização Mista como Estratégia de Enfrentamento à Evasão.....	17
E) Extensão.....	19
F) Ensino Semipresencial.....	19
3.2. Concepção, Finalidades e Objetivos.....	21
Objetivos:.....	28
3.3. Metodologia de Ensino e Aprendizagem.....	30
3.4. Avaliação de Aprendizagem.....	36
3.5. Perfil do Profissional – Formação Geral.....	37

4. ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO (Horas-Relógio).....	39
Desdobramento das Áreas/Matérias Em Disciplinas.....	39
5. DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS (Horas-Relógio).....	41
6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES.....	43
Relação das Disciplinas Optativas.....	76
7. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO.....	87
8. CORPO DOCENTE.....	90
Resumo da Quantidade de Docentes Por Titulação:.....	92
9. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	92
10. INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL.....	93
11. ANEXOS:.....	94
11.1-Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado.....	94
11.2-Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso.....	106
11.3-Regulamento de Atividades Complementares.....	108
11.4-Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC).....	116
11.5-Ficha Acadêmica de Estágio Supervisionado I.....	122
11.6-Ficha acadêmica de Estágio Supervisionado II.....	123
11.7-Modelo de Relatório de Observação da Estrutura da Escola em Estágio I.....	124
11.8-Modelo de Relatório de Observação da Estrutura da Escola em Estágio II.....	126
11.9-Ficha de Controle de Observação das Aulas em Estágio I.....	128
11.10-Ficha de Controle de Observação das Aulas em Estágio II.....	131
11.11-Ficha para Relatório de Observação em Estágio I.....	134
11.12-Ficha para Relatório de Observação em Estágio II.....	136
11.13-Ficha para Plano de Aula.....	138
11.14-Ficha para Texto de Aula.....	139
11.15-Ficha para Atividades Complementares.....	140
11.16-Ficha para Atividades Extensionistas.....	141
11.17-Relatório de Práticas Pedagógicas.....	142

FORMULÁRIO PARA PROPOSTAS DOS PPC's DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA Unespar

1. CURSO

1.1 Identificação do Curso

CURSO	História	
ANO DE IMPLANTAÇÃO	2022	
CAMPUS	Paranaguá	
CENTRO DE ÁREA	Ciências Humanas, Biológicas e da Educação	
CARGA HORÁRIA	3.200 (em horas-relógio)	
HABILITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Licenciatura	<input type="checkbox"/> Bacharelado
REGIME DE OFERTA	<input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas semestrais; <input checked="" type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto).	
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	Prazo mínimo de 04 (quatro) anos e prazo máximo de 06 (seis).	

1.2 Turno De Funcionamento e Vagas

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE	40	
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO / VAGAS POR PERÍODO	<input type="checkbox"/> Matutino <input type="checkbox"/> Vespertino <input checked="" type="checkbox"/> Noturno <input type="checkbox"/> Integral	Número de vagas: Número de vagas: Número de vagas: 40 Número de vagas:

2. LEGISLAÇÃO DE SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

2.1 Criação e Autorização do Curso

- Parecer nº 620, de 14 de dezembro de 1959 (CEE/CES) – parecer de criação do curso;
- Decreto nº 109, de 03 de julho de 1964 (Governo do Estado do Paraná) – decreto de autorização do curso.

2.2 Reconhecimento do Curso

- Parecer nº 47.667, de 19 de janeiro de 1960 (CEE) – parecer de reconhecimento do curso;
- Decreto nº 54.355, de 30 de setembro de 1964 (Governo do Estado do Paraná) – Decreto de reconhecimento do curso.

2.3 Renovação de Reconhecimento do Curso

- Parecer nº 43, de 10 de abril de 2019 (CEE/CES) – recomenda a renovação de reconhecimento do curso;
- Decreto nº 1.693, de 13 de junho de 2019 (Governo do Estado do Paraná) – renova o reconhecimento do curso.

Prazo da renovação: 4 anos

Vigência: de 06/05/2019 a 05/05/2023

2.4 Diretriz Curricular do Curso

- Parecer nº 492, de 03 de abril de 2001 (MEC/CNE/CES) – Diretrizes Curriculares dos Cursos de História;
- Parecer nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001 (MEC/CNE/CES) – Retifica o parecer nº 492/2001 CES sobre as diretrizes curriculares dos cursos de História;
- Resolução nº 13, de 13 de março de 2002 (MEC/CNE/CES) – Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História;
- Resolução nº 11, de 2015 (Unespar/CEPE) – Altera o Regulamento de Extensão;
- Resolução nº 02, de 1º de julho de 2015 (MEC/CNE/CP) – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
- Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018 (MEC/CNE/CES) – Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira;
- Deliberação nº 02, de 06 de março de 2019 (CEE/CES) – Normas para a organização e a realização de Estágio obrigatório e não obrigatório na Educação Superior;

- Resolução n° 38, de 16 de novembro de 2020 (Unespar/CEPE) – Regulamento da Curricularização da Extensão na Unespar.

2.5 Legislação Complementar

- Resolução n° 01, de 17 de julho de 2004 (MEC/CNE/CP) – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Deliberação n° 04, 02 de agosto de 2006 (CEE) – Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução n° 03, de 02 de julho de 2007 (MEC/CNE/CES) – Procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;
- Lei n° 9795, de 27 de abril de 1999 (Presidência da República) – Política Nacional de educação ambiental;
- Decreto n° 4.281, de 25 de junho de 2002 (Presidência da República) – Regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Resolução n° 2, de 15 de junho de 2012 (MEC/CNE/CP) – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Deliberação n° 04, de 12 de novembro de 2013 (CEE) – Normas estaduais para a Educação Ambiental;
- Lei n° 10.436, de 25 de abril de 2002 (Presidência da República) – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- Decreto n° 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (Presidência da República) – Regulamenta a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- Parecer n° 23, de 07 de abril de 2011 (CEE/CES) – Oferta de disciplinas de LIBRAS;
- Resolução n° 1, de 30 de maio de 2012 (MEC/CNE/CP) – Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Deliberação n° 02, de 13 de abril de 2015 (CEE/CP) – Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
- Deliberação n° 02, de 15 de setembro de 2016 (CEE) – Dispõe sobre as normas para a modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
- Lei n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Presidência da República) – Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

- Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004 (MEC) - Dispõe sobre a oferta e carga horária na modalidade de ensino semipresencial nas disciplinas integrantes do currículo de cursos superiores reconhecidos.
- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 (Presidência da República) – Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Resolução nº 7, de 3 de abril de 2018 (CEPE/Unespar) – Regulamento de oferta e funcionamento de disciplinas Semipresenciais nos cursos de graduação da Unespar.

2.6 Adequação dos Conteúdos Curriculares

Conforme determinado na última renovação de reconhecimento do curso, e em atendimento à legislação educacional vigente, as seguintes adequações serão realizadas conforme o resumo do quadro abaixo:

Determinações do Parecer 43/2019	Legislação	Forma de Atendimento
Adequação às Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná	Deliberação 04/2013 (CEE)	Temas adicionados à disciplina obrigatória já existente “Geografia e Educação Ambiental”; dialogo interdisciplinar com atividades complementares.
Adequação às Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná	Deliberação 02/2015 (CEE)	Componentes curriculares das disciplinas obrigatórias “História da África e Cultura Afro-Brasileira”, “Sociologia Geral”, “Antropologia Social”, “Cultura Indígena e Populações Tradicionais”, “Geografia e Educação Ambiental” e “História Contemporânea”; tema transversal ao curso e componente de programas de extensão.
Adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior	Resolução 02/2015 (CNE/CP)	Modificado o Perfil do Egresso, especificando a conjugação do professor-pesquisador ao transformar o saber acadêmico em ação pedagógica através da atuação na educação básica; ampliado os itens Concepção, Finalidade e Objetivos na

		relação com o ensino básico, espaço onde o profissional vai atuar; ampliado o foco na identidade do profissional da história como trabalhador da educação básica.
Adequação às Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná	Deliberação 02/2016 (CEE)	Tratamento teórico dado pelas disciplinas obrigatórias de “LIBRAS” e “Didática Geral”; em seu aspecto prático abordado em diálogo com o NESPI e pauta e atividade extensionista.
Adequação à recomendação de redução da evasão	Parecer 43/2019 (CEE/CES); Resolução 7/2018 (CEPE/Unespar)	Semestralização mista; disciplinas na modalidade semipresencial.
Adequação do curso às novas regras de extensão	Resolução 38/2020 (CEPE/Unespar)	Nova regulamentação – disciplinas com carga extensionista e normas para atividades.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1. Justificativa

Em sua mais recente renovação, pautada pelo parecer nº 43, de 10 de abril de 2019 (CEE/CES/PR) e operacionalizada pelo decreto nº 16, de 06 de junho de 2019 (Governo do Estado do Paraná), o curso de licenciatura em História da Unespar/Paranaguá teve seu reconhecimento renovado até a data de 05 de maio de 2023. No entanto, foram determinadas adequações capazes de explicitar o atendimento do curso aos marcos legais recentes nas áreas de educação ambiental (Deliberação nº 04/13-CEE/PR), direitos humanos (Deliberação nº 02/15-CEE/PR), e, educação especial (Deliberação nº 02/16-CEE/PR). Adicionalmente, foram recomendados esforços para a redução da evasão – ainda que reconhecida a realidade nacional do baixo índice de formandos nas licenciaturas – e estabeleceu-se nova normativa sobre as atividades de extenso (Resolução nº 38/20-CEPE/Unespar).

É pela adequação a tais pontos que este projeto se apresenta – em especial ao propor um enfrentamento imediato da evasão, a partir do detalhamento de suas dinâmicas analisadas em extensa pesquisa que o Núcleo Docente Estruturante realizou nos anos de 2018 a 2020. Neste sentido, aguardarmos a data limite para a renovação do curso implicaria no adiamento da implementação de medidas necessárias para promover a retenção de alunos e a consequente elevação de concluintes do curso.

Desta forma, listamos as alterações determinadas, assim como o inadiável enfrentamento à evasão:

A) Educação Ambiental

Seguindo o estipulado pela Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999; o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002; e a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 (MEC/CNE/CP), as licenciaturas nacionais passam a ter papel de destaque na operacionalização da Política Nacional de Educação Ambiental – o que é prontamente adequado ao sistema de ensino paranaense pela Deliberação nº 04, de 12 de novembro de 2013 (CEE/PR).

Com isto, nossa proposta de organização curricular do curso contempla os temas relacionados à educação ambiental no curso já existente de “Geografia e Educação Ambiental”, na listagem das disciplinas obrigatórias. Adicionalmente, o assunto também será abordado no conjunto de temas que compõem as atividades complementares, promovendo

diálogo com demais cursos ofertados pela IES, bem como com diálogo permanente com a sociedade civil da região.

B) Direitos Humanos

Em observação à implementação da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 (MEC/CNE/CP) no sistema de ensino paranaense feita pela Deliberação nº 02, de 13 de abril de 2015 (CEE/CP), o Núcleo Docente Estruturante entende como fulcral a educação em direitos humanos em nosso curso – e, para que ela tenha a justa visibilidade, a organização curricular apresentará este tema como componente explicitamente citado nas ementas de seis disciplinas obrigatórias: “História da África e Cultura Afro-Brasileira”, “Sociologia Geral”, “Antropologia Social”, “Cultura Indígena e Populações Tradicionais”, “Geografia e Educação Ambiental” e “História Contemporânea”.

Adicionalmente, direitos humanos serão tratados como tema transversal para todo o curso, possibilitando aos discentes a integração interdisciplinar – especialmente em diálogo com os demais cursos ofertados pela Universidade, em especial as atividades do CEDH (Centro de Educação em Direitos Humanos), espaço institucional relevante de formação na área de direitos humanos. Dessa forma, o tema também se apresenta como vetor fundamental para a aproximação com a sociedade através de programas de extensão e atividades extracurriculares em contato com a sociedade civil como um todo.

C) Educação Especial

Seguindo o estipulado pela Lei Federal nº 10.436, de 25 de abril de 2002, pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 e pelo Parecer nº 23, de 07 de abril de 2011 (CEE/CES), o curso garante a formação de futuros professores aptos a utilizar a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) através de disciplina obrigatória própria. Da mesma forma, acolhemos discentes portadores de deficiência a partir da estrutura do *campus*, em especial na assistência pedagógica e em tradutores de LIBRAS.

Por outro lado, seguindo o estipulado pela Deliberação nº 02, de 15 de setembro de 2016 (CEE), questões associadas à inclusão educacional são abordadas nas disciplinas obrigatórias de “LIBRAS” e “Didática Geral”, além de seminários e eventos institucionais promovidos pelo Núcleo de Educação Especial Inclusiva (NESPI) da Unespar, bem como programações realizadas na rede municipal e estadual de educação aonde a temática relacionada à educação de pessoas com deficiência são pautadas.

Adicionalmente, o acolhimento de discentes portadores de deficiência encontra graves limitações físicas, posto que a infraestrutura do *campus*, em especial os acessos às salas de aula, ainda não contam com a acessibilidade mínima adequada aos discentes portadores de deficiências.

Finalmente, em atendimento à Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, o curso buscará oferecer identificação e acolhimento de seus discentes no espectro autista a partir da integração com os demais departamentos e graduações da universidade, em especial o NESPI, responsável pela identificação e acolhimento dos discentes portadores de deficiência, espaço institucional também responsável por instrumentalizar os professores com esta demanda.

D) Evasão

Ainda que reconhecendo a chamada “crise das licenciaturas”¹, a Câmara da Educação Superior do Estado (CES), do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR), observou como baixo o índice de concluintes totais quando da aprovação recente da renovação do reconhecimento do curso – e concluiu que estudos devem ser realizados visando “*ações que contribuam para elevar o número de alunos concluintes*” (Parecer nº 43, de 10 de abril de 2019 (CEE/CES)).

Contudo, antes mesmo da publicação do parecer, o colegiado do curso já começava a analisar sua evasão, com pesquisa levada a cabo entre março e maio de 2019, quantificando a evasão inicial do curso.

Para tal, foram inicialmente levantadas estatísticas quantitativas de participação no curso nas turmas de 2018 e 2019 – que depois foram analisadas qualitativamente na tentativa de traçar um perfil das desistências. Infelizmente, com o impacto da pandemia de COVID-19 em 2020 e em 2021, especialmente com a excepcionalidade de trancamentos de matrículas estipuladas pelo Memorando nº 34/2020 da PROGRAD/Unespar, a continuidade do levantamento das estatísticas de evasão foi inviabilizada. Não obstante, o já analisado nos anos anteriores nos permite esboçar com segurança um quadro de análise, que não deve ser descartado pela ausência de dados adicionais do cenário pandêmico.

1 PEREIRA, Leoclécio D. S. **Crise nas Licenciaturas e a Luta pela Educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando, 2018.

D.1) Desistência e Evasão Inicial – Dados Quantitativos

Confrontando-se o registro dos alunos recém-matriculados no curso, os calouros do primeiro ano, com os aprovados ao fim do período letivo, ficam evidentes dois tipos de evasão – alunos que, embora matriculados, nunca chegaram a sequer frequentar propriamente o curso (desistentes) e os alunos que, mesmo tendo frequentado e terminado o primeiro ano, não voltam à faculdade para dar continuidade ao curso (evasão inicial).

Nesse sentido, os dados de 2018 apontam uma grave dinâmica do curso, conforme o gráfico abaixo que apresenta a tabulação dos dados levantados:

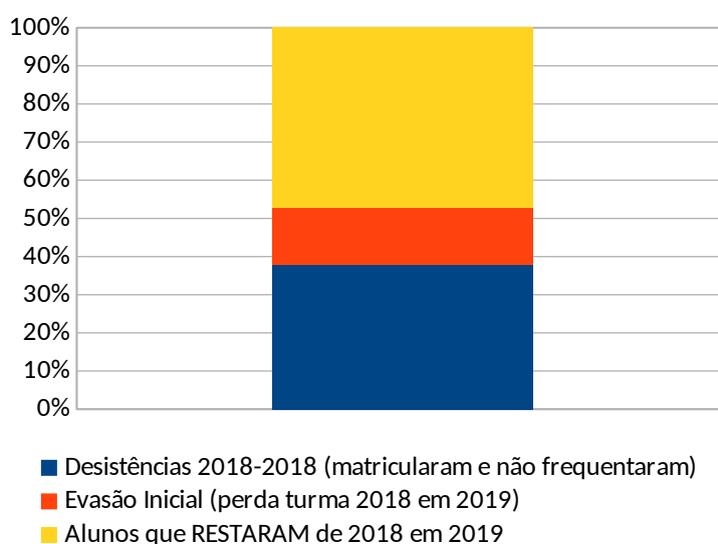


Figura 1- Evasão (2018)

Chama a atenção o elevadíssimo índice dos desistentes da turma de 2018 – 38% dos alunos, embora aprovados no processo seletivo de entrada (seja por vestibular, SISU ou transferências internas e externas), não chegaram sequer a frequentar propriamente o curso.

Essa desistência acaba por gerar um registro formal de alunos sensivelmente diferente da realidade, gerando grande discrepância entre o número de alunos frequentando o curso em relação ao esperado pela listagem oficial de matriculados. Mais ainda, o SIGES apenas identificará as matrículas ativas mas abandonadas consideravelmente depois das desistências – ao menos um ano após elas ocorrerem.

Acompanhando essa desistência, há um elevado índice de evasão entre o primeiro e o segundo ano – 15% da turma de 2018, embora tenha concluído o período letivo, não retorna para dar continuidade ao curso. Com isso, o mesmo problema dos desistentes se repete – os alunos não formalizam sua retirada do curso, e suas matrículas seguem abertas gerando uma

totalização de matriculados no SIGES diferente da real, uma diferença que, mais uma vez, só será corrigida após mais de um ano

Com ambos os fenômenos, desistências e evasões iniciais, apenas 47% da turma de 2018 seguiu ativa no curso em 2019. Ou seja, um encolhimento extraordinário, com mais da metade (53%) dos calouros abandonando o curso em seus primeiros momentos.

Essa dinâmica se repete nos dados da turma de 2019:

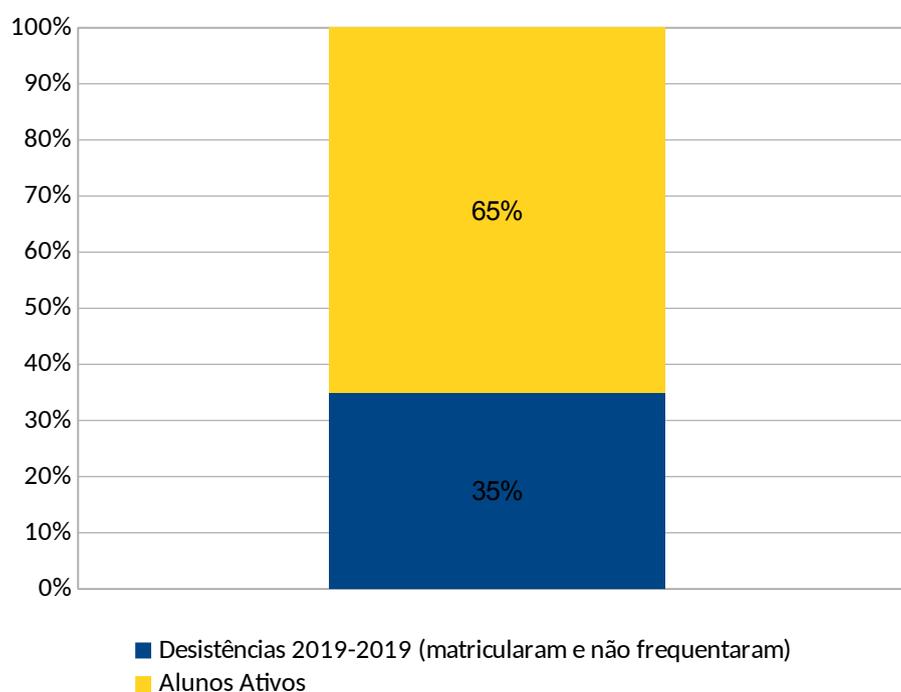


Figura 2: Evasão (2019)

Ainda que apresente um recuo estatisticamente irrelevante de 3 pontos, a desistência se mantém em níveis relevantes – 35% dos calouros matriculados no curso em 2019 jamais frequentaram as aulas. Com isso, pouco mais da metade do curso (65%) permanece, grupo pelo qual ainda incidirá a evasão inicial que, por se manifestar apenas no conturbado ano de 2020, não pôde ser aferida.

Ou seja, temos um quadro consistente em ambas as turmas – menos da metade dos alunos seguem no curso após o primeiro ano.

D.2) Desistência e Evasão Inicial – Dados Qualitativos

Buscando delinear estas estatísticas iniciais, a pesquisa sobre a evasão se desdobrou em uma segunda etapa, na qual cada aluno desistente ou evadido das turmas analisadas, 2018 e 2019, foi entrevistado.

Os contatos, feitos diretamente por telefone em conversas gravadas e arquivadas ou por e-mail e mensagens, foram feitos em abril e maio de 2019 e permitem uma análise qualitativa consistente do quadro de fuga do curso.

Nesse sentido, os desistentes da turma de 2018 identificaram como causa maior de sua retirada do curso:

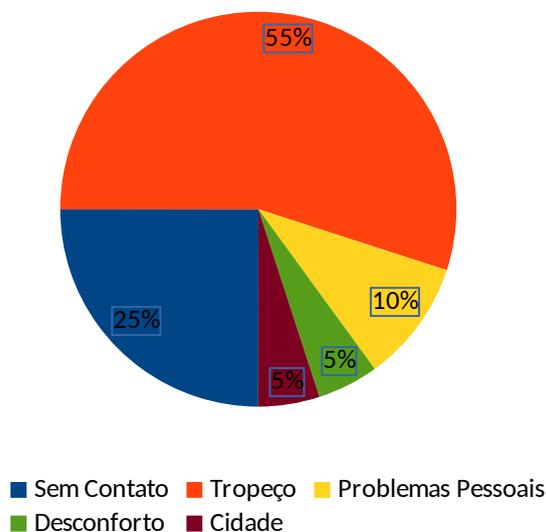


Figura 3: Desistentes (2018)

Ainda que parcela considerável dos desistentes (25%) não tenha participado da pesquisa por não ter sido encontrada a partir de seus dados cadastrais no SIGES, os dados finais são estatisticamente sólidos e apontam alguns problemas específicos.

Parcela marginal dos desistentes, apenas 10% do total de desistentes, explica sua ausência no curso por “problemas pessoais”, um fator sempre esperado nesse tipo de comportamento. No entanto, duas categorias inusitadas pontuam na pesquisa: “desconforto” e problemas no estabelecimento na cidade de Paranaguá, agrupados em “cidade”.

A primeira, ainda que relativamente rara (5%), mostra um desconhecimento fundamental sobre o funcionamento de uma graduação em História. Por outro lado, o item “cidade” se refere ao público que, não sendo da região do litoral paranaense e tendo se matriculado pelo SISU, teve um contato inicial difícil com a cidade de Paranaguá – mais uma

vez, um perfil que poderia ser desconsiderado caso também não se confirmasse em 2019. Nesse grupo, pontuaram alunos que foram efetivamente repelidos em seu primeiro contato com a cidade – com relatos de serem admoestados da violência local, das condições sanitárias da cidade, e até mesmo do desconhecimento da população em sequer identificar onde ou o que é a Unespar.

Finalmente, a estatística principal dos desistentes de 2018 foram relatos agrupados na categoria “tropeço” – a maioria, expressa em 55% dos ex-alunos, creditaram sua desistência ao desânimo de, a partir de uma falha inicial, acompanharem o longo percurso anual da turma. Estão nesse grupo os que, por quaisquer motivos, perderam parte das aulas iniciais ou tiveram um desempenho acadêmico entendido por eles próprios como insuficiente no primeiro bimestre.

O que caracteriza o grupo é, assim, a percepção de que houve uma falha ou incapacidade pessoal logo ao início do curso – um “tropeço” precisamente no primeiro passo de uma longa caminhada, que então seria logo abandonada como uma estratégia de minimização de perdas. Conforme um dos relatos bem exemplificou “*melhor sair e perder um mês que ficar e perder um ano*”.

Inesperadamente, essa mesma lógica se repete nas estatísticas da evasão inicial da turma de 2018:

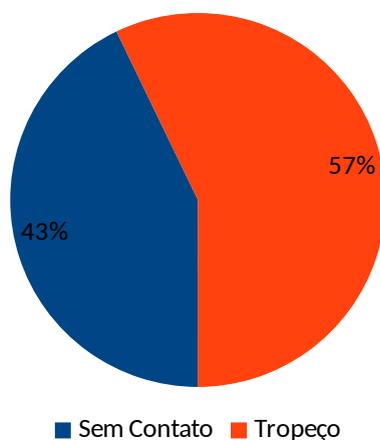


Figura 4: Evasão Inicial (2018-2019)

Como esperado em um grupo que já cursou todo o primeiro ano, a evasão da turma de 2018 em 2019 não apresenta os problemas iniciais grupados nas categorias “desconforto” e “cidade”. E, mais uma vez, a estatística mais relevante é a maioria dos evadidos apontarem o

citado “tropeço”, indicando novamente problemas ao início do ano letivo que, na visão dos alunos, não tornaria possível ou desejável um ano inteiro de esforço continuado ao frequentar o curso. Chama a atenção que, deste grupo, uma parcela considerável expressou nas entrevistas a disposição de eventualmente voltar à licenciatura de História.

Finalmente, a análise da turma de 2019 apresenta as mesmas dinâmicas em ação para as desistências, com estatísticas ainda mais sólidas graças ao universo maior de respondentes – aqui, mais uma vez os esperados “problemas pessoais” aparecem (7%) - e “transporte”, também em 7%, surge pela primeira vez como uma causa de desistência do curso que deve ser acompanhada em pesquisas posteriores.

Entretanto, novamente a maior causa da desistência é o “tropeço” inicial, responsável por 40% das desistências da turma de 2019.

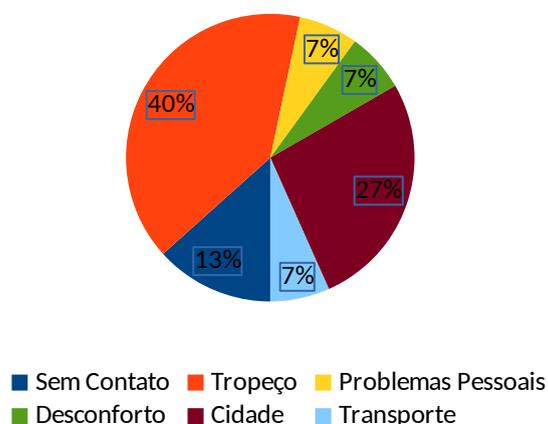


Figura 5: Desistências (2019)

O que vemos é um quadro claro – índices imensos de alunos que sequer acompanham o curso em seu primeiro ano (38% de desistentes em 2018 e 35% em 2019) e taxas expressivas dos que o frequentam no primeiro ano mas não seguem no curso (a evasão inicial, do ano de 2018 para o ano de 2019, é de 15%). Ambas as dinâmicas, da desistência e da evasão inicial, estão diretamente relacionadas à percepção de longa duração do período letivo. Nas entrevistas, ficou evidente que os alunos cogitam inicialmente até mesmo um retorno posterior ao curso – mas, após um ano de espera, sequer lembram da hipótese. Muitos sequer sabendo ainda terem matrículas ativas no SIGES – o que demonstra que o funcionamento interno dos processos formais da Universidade podem ser melhores quando apresentados aos alunos recém-chegados.

Assim, as estatísticas são claras ao apontarem que a periodização do curso é, nos repetidos cenários distintos, a causa principal da perda de alunos, seja na desistência ou na evasão inicial.

D.3) Conclusão: A Semestralização Mista como Estratégia de Enfrentamento à Evasão

Pelas conclusões das pesquisas, dois fatores influem de forma decisiva para a perda de alunos no curso – o “tropeço” inicial e, em menor escala, a hostilidade da cidade com os alunos de fora da região, chegando pelo SISU.

Embora este último fator seja de difícil elucidação, posto que externo à instituição, ainda assim ele comporta medidas paliativas – uma melhor recepção do matriculado, assim como uma apresentação apropriada da Unespar, seus procedimentos internos e seu entorno social, podem ser conjugados com ações de boas-vindas dos próprios estudantes do curso, organizados através de seu DAH. A apropriada recepção dos matriculados pode influir consideravelmente nessa desistência e sugere ações conjuntas da Unespar, do Colegiado de História e do DAH.

Contudo, as estatísticas deixam claro que a maior parte das desistências da turma de 2018 e 2019, assim como da evasão da turma de 2018 durante o ano de 2019, é o chamado “tropeço” inicial, que está diretamente correlacionado à periodicidade do curso – a percepção do aluno de que um longo período acadêmico ainda se seguirá após sua má performance inicial é o ponto-chave da dinâmica.

Repetidas vezes os entrevistados que se encaixaram nessa categoria colocaram o problema como sendo uma contenção de perda, preferindo desistir após um tropeço inicial que esperar inutilmente um ano para tentar novamente a vida acadêmica.

Nesse sentido, a periodização anual do curso deve ser prontamente revista. Ela é a causa subjacente à expressiva perda de alunos nos anos iniciais do curso.

Chama a atenção a periodicidade anual, enquanto os principais cursos de licenciatura em História do Brasil são semestrais – UFF, UFMG, UFRJ, USP, UFPR... todas as IFES apresentam a periodicidade semestral.

Mesmo as universidades estaduais do Paraná apresentam licenciaturas em História com periodização semestral – é o caso da UEL², UEM³, UNIOESTE⁴ e inclusive da Unespar no *campus* de União da Vitória⁵.

Mesmo o regimento da Unespar capacita o curso a ser alterado em sua periodicidade, passando a ser semestral como os principais cursos no país, conforme seu artigo 50 (com grifo nosso): “*A integralização curricular dos cursos de graduação far-se-á pelo regime seriado anual ou regime semestral, de acordo com o Projeto Pedagógico de cada curso nos diferentes campi.*”⁶

A semestralização mista, portanto, não apenas é medida relevante para conter a evasão do curso – ela ainda é claramente permitida pelo regimento em vigor da universidade, além de ser prática corrente nos principais cursos semelhantes.

Adaptando-se o Projeto Pedagógico do curso, a semestralidade tem a capacidade de, sem perda de conteúdo, concentrar os estudos dos alunos, evitando a percepção de um ano perdido em caso de “tropeço” – efetivamente, um aluno que comece seus estudos em fevereiro e perceba sua hiposuficiência em um mês, em março, esperaria apenas dois ou três meses para o início de outro período letivo, em um quadro substancialmente diferente da espera atual de até um ano. O reengajamento quase imediato tem a capacidade de reverter a percepção de inadequação do aluno, tornando o curso muito mais dinâmico e atrativo à participação discente.

Adicionalmente, a semestralização mista permite um contexto mais adequado à gestão da agenda do colegiado, comportando de forma muito mais apropriada licenças e imprevistos – que, hoje, afetam um ano inteiro da formação dos alunos. Por sua vez, esse arranjo oferece uma periodização muito mais apropriada para a pesquisa e em especial para a oferta de disciplinas optativas, entendidas como aprofundamentos verticais em temas pontuais.

Fundamental explicitar, que a semestralização mista implica em rearranjo da estrutura de disciplinas do curso – mas sem implicar em perdas programáticas ou de horas-aula, com

2 UNIVERSIDADE Estadual de Londrina (UEL). Resolução nº 129/2018 (CEPE/CA).

3 UNIVERSIDADE Estadual de Maringá. **Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em História – Campus Ivaiporã**. Disponível na internet no endereço http://www.pen.uem.br/site/public/assets/files/19944F3D475A0C509C267FE117F4A9F8/20210309_172839-historia.pdf, acessado em 20 de agosto de 2021.

4 UNIVERSIDADE Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Resolução nº 307/2017 (CEPE).

5 UNIVERSIDADE do Estado do Paraná (Unespar). Resolução nº 83/2018 (CEPE). 6 de novembro de 2018.

6 UNIVERSIDADE do Estado Do Paraná (Unespar). **Regimento Geral da Universidade Estadual do Paraná**. 5 de Dezembro de 2014.

apenas as disciplinas de 60 horas/aula passando a serem semestrais, enquanto as mais extensas continuam anuais – um regime de oferta de disciplinas, portanto, misto.

Finalmente, a semestralização mista se apresenta como estratégia urgente a partir da análise de nossas estatísticas de evasão – motivo fulcral da atual revisão do Projeto Político Pedagógico. Contudo, sua adoção não implica no abandono de eventuais outras medidas de combate à evasão, sendo apenas a estratégia inicial do Núcleo Docente Estruturante ao lidar com o grave cenário de crise estrutural da “crise das licenciaturas”, em parceria nas ações a serem desenvolvidas pela Unespar e pela Superintendência de Ensino Superior do Estado do Paraná – conforme especificado no parecer nº 43/2019 da CEE/PR, última renovação do curso.

E) Extensão

A readequação deste Projeto Pedagógico também se justifica pela necessidade de inserção das Ações Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC), atendendo ao disposto na Resolução Nº 7/2018 (MEC/CNE/CES), que regulamenta o cumprimento da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei nº. 13.005/2014 e a Resolução 038/2020 (CEPE/Unespar). As atividades de Extensão articulam-se de forma a integrar as ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, a comunicação com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica. Embora ações extensionistas estivessem presentes no Projeto Pedagógico original, não estavam regulamentadas conforme essas normativas. Para atender às novas regras, inserimos no projeto as disciplinas que receberão carga horária extensionista, assim como o regulamento para a realização das atividades extensionistas.

F) Ensino Semipresencial

Readequamos nossa matriz curricular contemplando o ensino semipresencial, entendido conforme definido pela portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, do MEC como “quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrado

na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilize tecnologias de comunicação remota”.

Entendemos o ensino semipresencial como estratégia de supressão das aulas aos sábados, atendendo nossos alunos trabalhadores e também sendo parte de nossas ações no ativo combate à evasão através do uso complementar e pontual de ferramentas de ensino remoto – sem que isso implique, de forma alguma, a alteração do caráter presencial do curso.

3.2. Concepção, Finalidades e Objetivos

A formação de professores de história em diferentes épocas e lugares esteve marcada pelas finalidades da educação e do ensino. Os cursos de história no país tem sua trajetória marcada por um tempo e lugar específicos. Nos anos 1930 e 40 os pressupostos que marcavam a prática dos saberes na época concebida como modelo tecnicista de formação de professores. Padrão esse, fundado na concepção de que a finalidade do ensino consistia na transmissão de conhecimentos. Cabia ao acadêmico, um papel passivo junto aos saberes que lhe era transmitido.

A reforma universitária de 1968 concorreu para o aprofundamento de tal prática modelar. O isolamento entre teoria e prática materializava-se na constituição de espaços separados: um para a formação teórica na área disciplinar e outro para a formação pedagógica, onde a oferta de disciplinas de práticas de ensino (Estágios) ficava a cargo das faculdades ou departamento de educação/pedagogia. Tratava-se do chamado modelo “3+1”, conforme postulado por Cerri⁷, que consistia em três anos de estudos teóricos dedicados à área específica acrescido de um ano de formação pedagógica, ao final dos quais o estudante deveria estar apto ao enfrentamento da sala de aula. Tal padrão, ao estabelecer a distinção entre licenciatura e bacharelado, asseverava a dicotomia ensino e a pesquisa nas Universidades e por sua vez, também na formação de professores.

Assim, academicamente nasciam os licenciados em História. Grupo cuja formação estritamente técnica/pedagógica não lhe permitia o diálogo historiográfico e o conhecimento teórico-conceitual necessário ao ensino escolar. Os bacharéis, por sua vez, consistiam em um grupo seletivo, ou seja, sujeitos aparelhados para a produção do conhecimento. A esse grupo cabia então a investigação, a análise, a problematização das fontes e enfim, a escrita da História.

Por sua vez, disciplinas, tais como a didática da história definia-se fora dos estudos históricos, já que ministrados por profissionais da área pedagógica. A essa disciplina acadêmica, coubera nesse contexto, o estatuto de uma disciplina voltada para as chamadas técnicas pedagógicas. Contudo, desde a década de 1930, os debates acerca da inclusão da

7 CERRI, Luis Fernando. A Formação de Professores de História no Brasil: Antecedentes e Panorama Atual. In **História, Histórias**. Brasília, vol. 1, nº 2, 2013. p. 167-186.

pesquisa no campo da formação de professores já eram recorrentes. Contudo, somente a partir dos anos 1960 e 1970 é que emergem estudos que apontavam para a superação da dicotomia ensino-pesquisa, modelo esse que instaurava dada racionalidade técnica na formação de professores. Nesse contexto, as pesquisas desenvolvidas por Lawrence Stenhouse e John Elliott acabaram por desencadear um movimento que apregoa ‘professores como pesquisadores’, em oposição àquelas visões anteriores. (PEREIRA, 2001).

Após a ditadura civil-militar, as transformações processadas no ensino de história somaram-se às mudanças historiográficas, às novas concepções sobre a formação docente e os saberes escolares e à nova regulamentação dos sistemas educativos que incidiu diretamente nos conteúdos, objetivos e métodos de ensino. A publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997-1998) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (2002) estimularam discussões na Universidade Pública sobre a necessidade de reformulação e flexibilização da formação docente, visando assim o aprimoramento da formação docente.

As novas concepções pedagógicas acrescidas das novas exigências curriculares propalava um ensino de história que viesse a contribuir na formação de sujeitos críticos transformadores da realidade. Agentes na solução de problemas de sua comunidade, na luta pela valorização do patrimônio sociocultural próprio e de outros povos, no respeito às diferenças culturais, visando evitar qualquer tipo de discriminação e exclusão social, eis o perfil do novo profissional da educação propalado pela política governamental da época (BRASIL, 1998).

Nesse enredo, os anos 1990 colocaram na mesa a preocupação com a cidadania, expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais, vincada pela convicção de que o indivíduo deve se compreender como sujeito atuante nos processos políticos, em todos os níveis de ação social e de governo. A existência dessa preocupação evidencia tanto a estranheza e o distanciamento de grande parte da sociedade brasileira em relação à democracia, quanto o fato de que tal princípio ainda merece ser legitimado. De lá para cá assistimos mudanças na sociedade brasileira, ao passo que as propostas educacionais se mantêm as voltas com a promoção da consciência, dos direitos e da participação política.

Destarte, enquanto os Parâmetros Curriculares Nacionais preconizam consciência, direitos e participação política, estes são solapados pela violência que o Estado brasileiro, e também de setores neoliberais que promovem discursos em prol da falência da educação pública ameaçando esse direito constitucional a pouco conquistado em nossa história recente.

Essa situação paradoxal faz que o aprimoramento da democracia no Brasil dependa, por um lado, de maior persistência no tempo e, de outro, do atendimento de muitas necessidades sociais, decorrentes, por exemplo, da imensa desigualdade e da extrema concentração de renda. Entre essas necessidades figura, também, uma necessária pedagogia democrática e democratizadora do Estado e da sociedade, indutora de valores e comportamentos e que lhes dê consistência e robustez histórica.

A percepção e a compreensão dessas dificuldades que insistem em obstaculizar as mudanças sociais, necessárias ao enraizamento da democracia no Brasil, necessitam ser alcançadas por pensamentos e práticas críticas, persistentes e rigorosas. Construir um novo PPC é indagar a respeito dos limites e das possibilidades da cidadania e da democracia no Brasil e submeter a uma rigorosa apreciação crítica a formação dos futuros professores-pesquisadores. Fazer do Curso de História da Unespar – Campus de Paranaguá um empreendimento renovador e que se efetive na teia do tripé ensino-pesquisa-extensão que sedimenta a Universidade.

Ou seja, novas demandas para a cidadania, do sujeito pensante e participativo, que confere aos estudantes e, também, aos professores, uma posição ativa, reflexiva, dialógica e produtiva diante dos conhecimentos a serem apreendidos na educação básica, foram as questões propositivas daquelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (Resolução nº 02, de 1º de julho de 2015 (MEC/CNE/CP)).

No Brasil, essa proposta de formação é recente, e podemos dizer que ainda está em processo. Da mesma forma, ainda caminhamos para a legitimação de ações educativas que realmente façam a diferença, que permitam aos acadêmicos o pensamento crítico, valendo-se de uma sólida formação, pretendemos esse professor-pesquisador como agente empoderado por uma base historiográfica e conceitual sólida, forjada em um ambiente acadêmico plural, democrático e laico. Tais princípios pressupõem professores que se constroem em pesquisadores por uma prática que nasce de ‘um lugar’ específico que é o campo da história.

Os professores, são agentes de criação inseridos em um campo e, portanto, lugar, conforme os postulados de Certeau⁸ e Bourdieu⁹. Esses sujeitos criativos sistematizam novas ações educativas, recriando, assim, os conteúdos do ensino, como sendo o produto de um discurso histórico e não a totalidade da verdade. Entendendo os conteúdos como narrativas historiográficas e suas ações como práticas sociais engendradas em meio às regras do campo historiográfico, concorrem assim, para a desnaturalização das verdades inseridas nos livros didáticos, por exemplo. Nesse movimento, pretendemos um profissional da educação forjado pelo conceito de “professor pesquisador” e “professor reflexivo” que compreenda e atue na fabricação dos saberes históricos do nosso tempo presente. É, portanto, com base no coletivo das colocações até aqui destacadas e também com base na concepção de que a Universidade é “campo de saber científico”, “espaço democrático e de direitos”, “lugar para a luta em prol da equidade de gênero”, “ambiente de laicidade”, de “combate aos racismos”, e locus de identidades plurais e portanto de legitimidade aos direitos humanos que o Colegiado propõe revisar o PPC para esse coletivo de bandeiras, sempre políticas, da contemporaneidade.

Foi ainda no bojo das prescrições da LDB e dos PCN’s, que o Projeto Pedagógico de Curso da Licenciatura em História da Unespar – Campus de Paranaguá se reformula, e acrescenta o compromisso de formar professores-pesquisadores para atuação na educação básica voltada para formação de cidadãos plurais e, portanto, como sujeito de direitos como porta de entrada para o fortalecimento e a qualificação da universidade pública como núcleo dinâmico de reflexão crítica, de pesquisa e de atuação na comunidade.

O Campus de Paranaguá, unidade que abriga o curso de história que apresentamos, se insere em uma região geográfica que congrega sete municípios do litoral paranaense e conta com uma população de cerca de 300 mil habitantes. Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, compreendem o coletivo dessa municipalidade, a qual tem como principais fontes econômicas as atividades portuárias, praiano-turísticas, agricultura e pesca. Em relação ao município de Paranaguá, destacam-se aquelas atividades ligadas à sua estrutura portuária.¹⁰ Na área da educação básica, em dados de 2015, a região do litoral paranaense conta com 341 matrículas em escolas federais, 30 mil

8 CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense: Universitária, 1982.

9 BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. Tradução de Cássia Silveira e Denise Pegorim. SP, Brasiliense, 2004.

10 INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Perfil da Região Turística Litoral do Paraná**. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=977&btOk=ok>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

em escolas estaduais, 31 mil em escolas municipais e apenas 9 mil na rede particular de ensino¹¹, distribuídas por 200 escolas municipais, 61 estaduais e 61 particulares¹² - dados que a grande maioria da população da região depende exclusivamente do ensino público. Adicionalmente, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos sete municípios que compõem o litoral paranaense não se encontram entre os melhores do estado – Paraguá é o 32º do ranking de 399 municípios (com IDH de 0,750); Matinhos o 50º (com IDH de 0,743); Pontal do Paraná o 64º (com IDH de 0,738); Guaratuba o 144º (com IDH de 0,717); Antonina o 277º (com IDH de 0,687); Morretes o 285º (com IDH de 0,686); e Guaraqueçaba o 396º (com IDH de 0,587).¹³

Para termos clareza das dimensões intervencionistas quer seja no ensino, na pesquisa ou nas ações extensionistas é fundamental que reconheçamos essa realidade social e econômica. Essa marca de sociedade não pode ser ignorada, pois ao mesmo tempo em que nos dá o limite geográfico, também indica a dimensão das novas ações educativas a serem empreendidas nesse novo PPC. A Universidade e o Curso de História da Unespar - Campus de Paranaguá deverá assumir que é parte dessa realidade e que nela deve intervir.

É indiscutível que se lance no enfrentamento dessa realidade com ações visando o empoderamento de sua coletividade. Para tanto, o curso de história deve caminhar na direção das demandas sociais de seu território litorâneo. Para tanto, na esteira do PPI da Unespar, o PPC assume uma perspectiva que abriga a realidade da classe trabalhadora, a multiplicidade das necessidades sociais e as múltiplas identidades que perfilham seus sete municípios de abrangência. Para tanto, a aproximação com as realidades escolares e das comunidades local e regional, devem ter no PPC o encontro para o desenvolvimento de projetos educativos vinculados às demandas sociais da coletividade envolvida na área de abrangência do Curso de História da Unespar - Campus de Paranaguá.

11 SINDICATO das Escolas Particulares do Paraná (Sinepe/PR). **Matrículas na Educação Básica na Rede Privada no Paraná (2012 a 2015)**. Disponível em <<http://www.sinepepr.org.br/estatisticas/estatisticas.html>>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

12 SECRETARIA de Educação do Paraná. **Consulta Escolas**. Disponível em <<http://www4.pr.gov.br/escolas/frmPesquisaEscolas.jsp#>>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

13 INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Segundo os Municípios do Paraná – 1991/2000/2010**. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/IDHM_municipios_pr.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

O acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior dependem de vários fatores. Em primeiro lugar, depende de uma política pública consistente que garanta o transporte escolar gratuito, especialmente para os alunos que se deslocam de outros municípios da região para o município de Paranaguá. Hoje esse transporte depende da boa vontade das Câmaras Municipais e das Prefeituras da região e a Unespar – Campus de Paranaguá está em constante diálogo com essas prefeituras para que haja continuidade no serviço de transporte, porém a continuidade do serviço sempre é colocada em questão, gerando apreensão nos alunos que dele dependem.

Outra questão fundamental para garantir a permanência dos estudantes no ensino superior é a existência de um restaurante universitário que garanta refeições balanceadas a um preço subsidiado. Embora seja uma reivindicação antiga, infelizmente o Campus de Paranaguá não conta com um restaurante universitário. Também se faz necessário um programa consistente de moradia estudantil, pois com o acesso à Unespar pelo ENEM, muitos estudantes de regiões distantes se veem obrigados a arcar com os custos proibitivos de moradia, o que acaba contribuindo para a evasão.

Dentre as ações voltadas ao acesso e permanência dos estudantes no ensino superior considerando o público atendido pela Unespar ser majoritariamente de alunos trabalhadores podemos destacar as seguintes ações do Curso de História da Unespar – Campus de Paranaguá:

1. Buscar a eliminação das aulas aos sábados, pois muitos alunos trabalham nos sábados e não podem frequentar, esse fato tem contribuído para o aumento da evasão.
2. Incentivo ao desenvolvimento de projetos de Iniciação Científica, Iniciação à Docência e Extensão com bolsas, que ajudem a manter os alunos no Curso.
3. Incentivo ao Programa de Monitoria Acadêmica no máximo de disciplinas, com ênfase naquelas disciplinas que o Colegiado do Curso de História da Unespar – Campus de Paranaguá entender mais necessário.

Como parte desse processo coletivo de pensar a prática docente, acreditamos na viabilidade e necessidade de inserir reflexões acerca das diversidades culturais, compreendendo que as formas de fabricações do meio social, político e econômico são

processos sociais que se engendram em meio a tensões e conflitos. Do mesmo modo visamos às questões étnico-raciais, dialogando com as diferentes práticas culturais, ou seja, crenças, hábitos, costumes, valores diversos e díspares da realidade cada vez mais dinâmica e fluida. Ao abordar tais temáticas com vistas à compreensão de seus processos constitutivos visamos fomentar a prática da tolerância e alteridade entre a coletividade acadêmica.

Para maior dinamização desse entrecruzamento, propõe-se a organização de uma matriz curricular flexível que atenda às novas tendências historiográficas, o enfrentamento do multifacetado mercado de trabalho e à profissionalização do professor-pesquisador, sujeito a quem se dirige o curso.

É, pois, necessário engendrar a articulação entre o ensino-pesquisa-extensão, implantar um processo de trabalho que leve à criação, consolidação e desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, tendo em vista a dinâmica social em que o curso se insere: população litorânea trabalhadora e plural. Definir-se-ão, também, conteúdos com respectivas metodologias adequadas à nova matriz curricular, às novas disciplinas de ordem legal e aos pressupostos da essencial integração ensino-pesquisa-extensão.

Com esses e os demais expedientes acima destacados pretendemos eliminar a falaciosa separação entre licenciatura e bacharelado; a Universidade deve formar o professor/historiador capaz de atuar em todo e qualquer campo em que o conhecimento de História deva ser aplicado, elaborado e reelaborado; conforme a necessária de superação da distância entre ensino, pesquisa e extensão, coerente com um novo perfil do curso que se quer e com a inerente ligação entre o saber e o ser plural que se desdobra na ligação entre o conhecer e agir, teoria e prática, discursos históricos (conteúdos) e técnicas.

A “prática como componente curricular” deve, portanto ser contemplada no rol das disciplinas como porta de entrada para a pesquisa com fontes históricas, materiais didáticos e práticas de ensino de história. A pesquisa em arquivos históricos, o levantamento e análise de documentos históricos, a criação de sites/acervos/museus/repositórios digitais, a análise de livros didáticos, a observação de aulas de história na Educação Básica e a elaboração de planos de aula e materiais didáticos são atividades que pretendemos desenvolver no âmbito das disciplinas em prol da formação de professores-pesquisadores capazes de produzir conhecimentos históricos (acadêmicos e escolares) e também problematizar os processos de

ensino e difusão dos discursos históricos na sociedade. Da mesma forma, além da “prática como componente curricular”, presente no programa das disciplinas do curso de graduação história da Unespar - Campus Paranaguá, o Conselho Nacional de Educação (CNE, 2015) estabeleceu normas para o Estágio supervisionado.

Diante das demandas de nosso tempo presente, portanto, visamos à implantação de processos de criação de saberes e, que esses saberes, levem à criação, consolidação e desenvolvimento de atuação na extensão universitária; a criação de linhas de pesquisa, voltadas para as demandas regionais sem perder de vista é claro, a história do próprio pesquisador. Desse modo, o novo PPC propõe um novo currículo que corresponde ao que as Diretrizes estabelecem como a “prática como componente curricular”.

Objetivos:

Visando a formação dos profissionais do ensino de história comprometidos com um projeto político, pedagógico e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação, (Resolução N° 2, de 1° de Julho de 2015), o Curso de História da Universidade Estadual do Paraná, Unespar - Campus de Paranaguá tem como objetivos:

- Desenvolver o professor-pesquisador, sujeito forjado pela articulação entre a teoria e a prática fundado, portanto no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Formar o professor-pesquisador, como trabalhador da educação básica, profissional da história com condições de desenvolver habilidades para trabalhar com as mais variadas fontes documentais (textuais, iconográficas, cartográficas, audiovisuais, etc.), sejam como objetos de pesquisa histórica ou como recursos didáticos escolares;
- Constituir o professor-pesquisador como sujeito que conhece as interpretações historiográficas das chamadas escolas historiográficas, de modo a interpretar os discursos no interior das narrativas históricas e pedagógicas como uma narrativa historiográfica enredada na teia própria de sua temporalidade;

- Trabalhar em prol do desenvolvimento de um professor-pesquisador que transite pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento construindo uma prática transdisciplinar;
- Desenvolver a produção do conhecimento e sua difusão nos espaços acadêmicos, mas também em Instituições de ensino, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural, possibilitando múltiplas formações em formas de extensão universitária que caracterizam a formação desse profissional, o professor-pesquisador;
- Convergir para a formação do professor-pesquisador como aquele que reconhece que as manifestações culturais como um universo de atividades representativas da vida social e econômica da comunidade, não apenas no que se refere às tradições, como também às formas de incorporação, interpretação e recriação de padrões de comportamento.

3.3. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

Um dos importantes componentes que norteiam essa reformulação considera como essencial a superação da dicotomia ensino-pesquisa e ensino-extensão, noção clássica que parte da separação tida como intrínseca entre o professor que trabalha em sala de aula, o pesquisador que mergulha em livros, documentos, arquivos (bacharel) e do extensionista envolvido com a comunidade; a falta de entrosamento entre os três níveis de ensino, através da adequação dos conteúdos das disciplinas a um novo profissional de História. Deste modo, a nova proposta assume um modo peculiar ao articular tais conteúdos com a produção historiográfica e com os múltiplos diálogos que a história estabelece com outras ciências.

Com efeito, a concepção de ensino superior disposta no artigo 207 da Constituição Federal, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, consagra uma luta histórica dos movimentos sociais (de educadores, de docentes, da comunidade científica, de estudantes e da sociedade civil organizada em geral) em defesa da liberdade acadêmica e de autogestão.¹⁴ Tão logo aprovada Carta Constitucional de 1988, no entanto, inúmeras foram as tentativas de retirar o art. 207, através de emendas constitucionais, uma vez que o padrão de qualidade exigido por este artigo feria interesses políticos e econômicos tanto dos setores públicos como privados. Embora frustradas essas tentativas, a Lei de diretrizes e Bases da Educação, já estabelecia no ano de 1996 a bandeira da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão como pressuposto básico para uma nova dimensão de currículo, cuja flexibilização surge como uma necessidade.

Por sua vez, o debate sobre a importância da flexibilização curricular no âmbito da Educação Superior tem importantes referências. Dentre elas, a análise sobre a dimensão que assumem os currículos, pressupondo o emprego de uma dinâmica flexível, na qual a interdisciplinaridade e a participação do estudante são fundamentais para a construção da formação crítica e investigativa, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população brasileira e para a conquista da cidadania plena (Art. 53, LDB 1996). Destarte, uma nova estrutura curricular que abandone as práticas vigentes de caráter instrucionista, o número excessivo de créditos e de disciplinas encadeadas deve ser enfrentado de frente a fim de levar

14 CATANI, Afrânio Mendes. OLIVEIRA, JF de. A educação Superior. In **Organização do Ensino no Brasil: Níveis e Modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002. v. 2, p. 73-84.

a cabo não só as prescrições da referida lei, mas também para contemplar as problemáticas de nosso tempo presente.

É fato que além da definição do conceito de extensão, a flexibilização curricular já era um tema de discussão, no tocante à inserção dos estágios curriculares como atividade extensionista.¹⁵ Essa questão não pode ser omitida no novo processo de criação do Projeto Pedagógico para o curso de História da Unespar – Campus Paranaguá posto que, ensino, pesquisa e extensão, em sua dimensão utópica, temporal e histórica, tem um papel enorme enquanto horizonte que nos move em direção a um projeto de Instituição socialmente referenciada, podendo constituir-se em instrumento teórico e político a orientação da prática social, na busca pela emancipação da sociedade e da Universidade atual.

A legislação federal estabelece um conjunto de componentes curriculares fixos, mas, ao mesmo tempo, possibilita a inserção de outros, com caráter optativo, que podem ser desdobrados em disciplinas, compondo o currículo pleno. Assim sendo, a estrutura curricular prevê o ordenamento da matriz em disciplinas obrigatórias e tópicos especiais. Estes tratam de temas a serem ofertados segundo as linhas e projetos de pesquisa, os quais se veiculam aos docentes do Colegiado do Curso de História da Unespar, Campus de Paranaguá, o que se traduz numa possibilidade de flexibilização curricular. Tal processo dar-se-á por meio de projetos e atividades de pesquisa, ensino e extensão, situações que permitam aos professores e alunos interagirem no trabalho de produção histórica. Essa estrutura pretende ainda possibilitar ao aluno complementar sua formação, enriquecer seu currículo com disciplinas que ele buscará no elenco das ofertas de outros cursos da Universidade.

A Instituição deve assegurar que o acadêmico possa cursar disciplinas em áreas correlatas de modo a consolidar a interlocução com outras áreas de conhecimento. Ademais, como a construção da História não pressupõe, necessariamente, uma linearidade, esta proposta também se pauta por indicar que algumas disciplinas sejam ofertadas com pré-requisitos.

Os conteúdos básicos e complementares do curso de História da Universidade Estadual do Paraná, Unespar - Campus de Paranaguá observando as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação, os interesses da Instituição, os critérios de

15 MINISTÉRIO da Educação. **Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Brasília: MEC/SESu, 2006. p. 22.

flexibilização curricular e a necessidade da formação do professor-pesquisador que se organiza em torno de:

- a) Conteúdos históricos/historiográficos e práticas de ensino-pesquisa, sob diferentes matizes e concepções teórico-metodológicas, tem seus recortes preservando as especialidades constitutivas do saber histórico e estimulando, simultaneamente, a produção e a difusão do conhecimento.
- b) Conteúdos que permitam tratamento especializado e maior verticalidade na abordagem dos temas, resguardadas as especificidades de cada saber e os diálogos com o campo da história.
- c) Conteúdos complementares que forneçam instrumentação, permitindo o atendimento de demandas sociais dos profissionais da área, apresentados em forma de programas, semanas de estudos, tópicos especiais, projetos extensionistas integrados às disciplinas, grupos de estudos, dentre outras.

Fica prevista a utilização da modalidade de ensino semipresencial como estratégia de supressão das aulas aos sábados, atendendo nossos alunos trabalhadores e também sendo parte no ativo combate à evasão através do uso complementar e pontual de ferramentas de ensino remoto – sem que isso implique, de forma alguma, a alteração do caráter presencial do curso.

A modalidade semipresencial de ensino é definida, pela portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, do MEC como “quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrado na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilize tecnologias de comunicação remota”. A mesma portaria define que a oferta de atividades semipresenciais observará até 20% da carga horária total do curso (§2), i.e. 640 h, distribuídas nas disciplinas conforme demonstrado na matriz curricular do curso.

Com isso, o modelo de ensino semipresencial se diferencia substancialmente do modelo de Ensino a Distância (EaD), cuja totalidade didático-pedagógica tem como base o uso exclusivo de tecnologias de comunicação remota assíncronas (conforme o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017).

As atividades semipresenciais serão ministradas de forma virtual, embora avaliadas presencialmente, a partir das plataformas oficiais da Unespar – e observando-se as disciplinas que as permitam e devidamente listadas em nossa matriz curricular, obedecendo à regulamentação geral do curso.

A curricularização da extensão parte do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão previsto no art. 207 da Constituição Federal de 1988. Desde então, uma série de documentos oficiais tem retomado essa questão, tais como a concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9.364/1996) e a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (Anexo da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014), que estabelece: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. A curricularização da extensão no currículo do curso está ancorada na Resolução 038/2020 – CEPE/Unespar, que, por sua vez, atende ao disposto na Resolução N° 7/2018 – MEC/CNE/CES.

As Diretrizes da Política Nacional de Extensão estabelecida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, procuram direcionar os esforços para o fortalecimento da extensão nas universidades públicas brasileiras. São cinco diretrizes: 1. Impacto e transformação social; 2. Interação dialógica; 3. Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; 4. Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; 5. Impacto na formação do estudante: “a participação dos estudantes nas ações de Extensão Universitária deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização dos créditos logrados nas ações de Extensão Universitária”.¹⁶

As atividades de Extensão articulam-se de forma a integrar as ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, a comunicação com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica.

16 FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. p. 19.

A curricularização da Extensão é implantada no Curso de História do Campus de Paranaguá por meio da adoção de um conjunto de “Ações Curriculares de Extensão e Cultura – ACEC”, que serão desenvolvidos ao longo da formação acadêmica.

O objetivo das ACEC é a formação integral do estudante, a partir da interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com questões presentes no contexto social. Dessa forma, as ACEC permitem a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular.

As metodologias de ensino e os procedimentos metodológicos do Curso de História da Unespar – Campus de Paranaguá devem estar adequados ao perfil de professor–pesquisador que se pretende formar. Nesse sentido, as metodologias de ensino deverão contemplar o constante diálogo entre a teoria e a prática, ou seja, a prática como componente curricular.

As práticas de pesquisa em história e ensino de história como componente curricular deverão visar, tanto quanto possível, a formulação de projetos inter e multidisciplinares, nos quais os acadêmicos possam estabelecer tanto relações entre os conhecimentos adquiridos nas diversas disciplinas do Curso de História, como estabelecer relações com os acadêmicos e disciplinas de outros cursos da Unespar e também de outras Instituições de Educação Básica e Superior. Essa perspectiva de um ensino inter e multidisciplinar possibilita uma formação acadêmica ampliada e enriquecida pelas experiências e visões outras, que não somente aquelas do próprio curso ou disciplina.

Os acadêmicos deverão colocar em prática os conhecimentos teóricos apreendidos em três frentes principais:

1. A formação na prática docente que deverá ser realizada nos estágios supervisionados, nos projetos, trabalhos e seminários promovidos pelos professores em suas respectivas disciplinas e nos eventos promovidos dentro e fora do Colegiado, possibilitando, sempre que possível, a formulação de projetos inter e multidisciplinares.
1. A formação na prática da pesquisa em história e ensino de história e que deverá ser realizada na produção de trabalhos e projetos para as diversas disciplinas do curso e na



produção de um Trabalho de Conclusão de Curso em forma de artigo científico que deverá ser submetido a um processo de orientação, qualificação e finalmente defendido perante uma banca de professores, possibilitando, sempre que possível, a formulação de projetos inter e multidisciplinares

2. A formação na prática extensionista, por meio da sensibilização para atuação na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira. Tal formação se dá pela atuação em ações extensionistas desenvolvidas no âmbito das disciplinas do curso e em projetos individuais, inter e multidisciplinares.



3.4. Avaliação de Aprendizagem

A forma de avaliação do processo de ensino e aprendizagem contemplará dois aspectos. O primeiro aspecto é a avaliação do processo de ensino e aprendizagem interno empreendido pelo próprio professor. Como o curso contempla aspectos teóricos e práticos, também os processos de avaliação da aprendizagem deverão contemplar os aspectos teóricos e práticos da aprendizagem.

O professor responsável pela disciplina poderá lançar mão dos métodos de avaliação do processo de ensino e aprendizagem que julgar adequados para a respectiva disciplina, desde que tenha feito a devida discussão prévia com a turma do plano de ensino da disciplina que deverá ser apresentado aos alunos ao início do curso.

Além da avaliação do processo de ensino e aprendizagem interno a cada disciplina, os professores que desenvolverem projetos inter e multidisciplinares, deverão proceder avaliações também inter e multidisciplinares, congregando no processo avaliativo as diversas questões relativas às disciplinas e processos de construção do conhecimento teórico e do desenvolvimento prático concernentes ao projeto proposto.

Adicionalmente, as atividades extensionistas ofertadas como integrantes das cargas horárias de disciplinas serão consideradas componentes curriculares obrigatórios para o cumprimento das mesmas.

O segundo aspecto da avaliação do processo de ensino e aprendizagem é a avaliação externa, que será contemplada pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) ou qualquer outro processo de avaliação externa equivalente, o qual deverá ser objeto de atenção por parte do Núcleo Docente Estruturante do Curso de História.

O acadêmico do Curso de História da Unespar – Campus de Paranaguá terá um mínimo de 04 (quatro) anos e um prazo máximo de 06 (seis) anos para integralizar o curso.

O PPC do Curso de História da Unespar – Campus de Paranaguá também deverá estar em constante processo de avaliação e autoavaliação. A avaliação do PPC deverá ser efetuada pela sua divulgação e discussão pelos acadêmicos do Curso de História. Essa divulgação e discussão poderá ser realizada através de enquetes com os acadêmicos e também através das

discussões que os professores poderão realizar em suas respectivas disciplinas sobre o PPC do Curso de História.

A autoavaliação será efetuada pelo Núcleo Docente Estruturante a partir das demandas surgidas das discussões internas de docentes e discentes. Levará em conta também as demandas surgidas no interior da Unespar colocadas pelos cursos afins através da PROGRAD, pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e pelo Projeto Político Institucional (PPI). Também deverão ser consideradas as mudanças da legislação e as transformações teóricas e metodológicas no campo historiográfico e pedagógico.

3.5. Perfil do Profissional – Formação Geral

A atualização do Projeto Pedagógico do Curso mantém o perfil profissional definido pelo parecer MEC/CNE/CES nº 1.301/2001, assim como a resolução MEC/CNE/CP nº 2/2015. Adicionalmente, objetiva a formação de educadores éticos, conscientes da perspectiva socioambiental e defensores da democracia, com o respeito à diversidade étnica, cultural e a biodiversidade, visando a construção de uma sociedade justa. Para isso, o profissional formado pelo curso deverá ser capaz de:

- Atuar na educação básica** como um professor-pesquisador, o qual transforma o saber acadêmico em ação pedagógica através da prática de ensino. Neste sentido, sendo capaz de promover consciência crítica e atitude historiadora junto ao ambiente escolar através de ações pedagógicas fincadas nas demandas contemporâneas;
- Participar do planejamento escolar** e colaborar na realização de atividades culturais, sociais e educacionais que envolvam a comunidade escolar e seu entorno, também de forma transdisciplinar;
- Dominar os conteúdos** específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- Demonstrar consciência da diversidade**, respeitando as diferenças de natureza ambiental, ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras (conforme a Resolução do MEC/CNE/CES N° 2/2015);
- Enfrentar questões educacionais**, com postura investigativa, integrativa e propositiva em

face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

-Construir práticas pedagógicas que favoreçam o acolhimento e a inclusão de seus alunos a fim de garantir um ambiente educacional propício ao trato da diversidade humana (conforme a Deliberação nº 02/2016-CEE/PR);

-Valorizar a perspectiva intercultural, as cosmologias e epistemologias dos saberes e conhecimentos (conforme as Lei 10.639/2003 e 11.645/2008) e os princípios de igualdade, diversidade e equidade, conforme prescritos na BNCC e nas demais legislações congêneres no Estado do Paraná (tais como a Deliberação nº 02/15-CEE/PR e a Resolução CNE/CP nº 02/15);

-Responder as demandas apresentadas na educação básica nas modalidades da educação ambiental de tal sorte a valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e reconhecer os saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído (conforme a Determinação nº 04/13-CEE/PR e a Resolução CNE/CP nº 02/15).

-Interagir de forma dialógica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com questões presentes no contexto social. Um profissional cidadão, marcado e constituído pela vivência dos seus conhecimentos.

4. ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO (HORAS-RELÓGIO)¹⁷

Desdobramento das Áreas/Matérias Em Disciplinas			
Área/Matéria	Código	Disciplinas	C/H
1. De Formação GERAL (de acordo com a diretriz nacional)	01	História Antiga	135
	02	História Medieval	145
	03	História Moderna	145
	04	História Contemporânea	115
	05	História do Brasil I	80
	06	História do Brasil II	90
	07	História do Brasil III	60
	08	História do Brasil IV	60
	09	História do Paraná	150
	10	História da América I	60
	11	História da América II	60
	12	História da África e Cultura Afro-Brasileira	90
	13	Introdução aos Estudos Históricos	60
	14	Teoria e Metodologia da História I	60
	15	Teoria e Metodologia da História II	60
	16	Metodologia do Ensino de História	90
	17	Memória, Identidade e Patrimônio Histórico	60
	18	Cultura Indígena e Populações Tradicionais	90
	19	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	60
	20	Geografia e Educação Ambiental	90
	21	Geografia Humana e Política	90
	22	Geografia do Brasil	90
	23	Introdução à Filosofia	60
	24	Antropologia Social	90
	25	Sociologia Geral	60
	26	Metodologia da Pesquisa e Extensão	60
	27	Didática Geral	90
	28	Psicologia da Educação	60
	29	Políticas Educacionais	60
Subtotal			2420

2. De formação DIFERENCIADA (Forma o perfil específico de cada <i>campus</i>)	30	Libras; Educação Ambiental incluída na ementa da Disciplina de Geografia e Educação Ambiental; Educação para os Direitos Humanos incluída na ementa da Disciplina de Sociologia Geral; Cultura Afro-Brasileira e Africana incluída na ementa da Disciplina de História da África e Cultura Afro-Brasileira Educação para as Relações Étnico-Raciais incluída nas ementas das Disciplinas de Cultura Indígena e Populações Tradicionais e História da África e Cultura Afro-Brasileira	60
-----------------------------------------------------------------------------------	----	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

¹⁷ Para a carga horária em horas-aula, deve-se multiplicar as cargas horárias da tabela por 50 e dividi-las por 60.

		Educação para Relações de Gênero incluída na ementa da Disciplina de Antropologia Social.	
Subtotal			60

3. Disciplinas Optativas (opção individual, escolhida pelo aluno dentre as disciplinas ofertadas pelo curso)	40	Optativa I	30
	41	Optativa II	30
Subtotal (neste campo, apesar do PPC elencar um rol de disciplinas optativas, o subtotal deve considerar apenas o exigido para cumprimento da carga horária do curso por cada estudante)			60

Estágio e TCC	42	Estágio Supervisionado de História I	200
	43	Estágio Supervisionado de História II	200
	44	Metodologia do TCC	60
	45	TCC	-
Subtotal			460

Atividades Acadêmicas Complementares	46		200
Subtotal			200

TOTAL			3200
--------------	--	--	-------------

5. DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS (HORAS-RELÓGIO)¹⁸

Código	Nome da Disciplina	Pré-requisito (Código)	Carga Horária				Forma de Oferta	
			Teórica		Prática	Extensão	Sem. (S)	Anual (A)
			Semipresencial	Presencial				
1º Ano								
01	História Antiga	-	23	92	20	-	A	
02	História do Brasil I	-	12	48	20	-	S	
03	História da África e Cultura Afro-Brasileira	-	9	36	30	15	S	
04	Introdução aos Estudos Históricos	-	12	48	-	-	S	
05	Antropologia Social	-	9	36	30	15	S	
06	Sociologia Geral	-	12	48	-	-	S	
07	Metodologia da Pesquisa e Extensão	-	9	36	-	15	S	
08	Psicologia da Educação	-	12	48	-	-	S	
09	Introdução à Filosofia	-	12	48	-	-	S	
Subtotal			110	440	100	45		

2º Ano								
10	História Medieval	-	23	92	30	-	A	
11	História do Brasil II	-	12	48	30	-	S	
12	Teoria e Metodologia da História I	-	12	48	-	-	S	
13	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	-	9	36	-	15	S	
14	Cultura Indígena e Populações Tradicionais	-	9	36	30	15	S	
15	Geografia e Educação Ambiental	-	12	48	30	-	S	
16	Didática Geral	-	12	48	30	-	S	
17	LIBRAS	-	12	48	-	-	S	
18	Optativa I	-	6	24	-	-	S	
Subtotal			107	428	150	30		

¹⁸ Para a carga horária em horas-aula, deve-se multiplicar as cargas horárias da tabela por 50 e dividi-las por 60.

3º Ano							
19	História Moderna	-	23	92	30	-	A
20	História do Brasil III	-	12	48	-	-	S
21	História da América I	-	12	48	-	-	S
22	Teoria e Metodologia da História II	-	12	48	-	-	S
23	Geografia Humana e Geopolítica	-	12	48	30	-	S
24	Metodologia do Ensino de História	-	12	48	30	-	S
25	Estágio Supervisionado de História I	-	-	60	100	40	A
26	Memória, Identidade e Patrimônio Histórico	-	9	36	-	15	S
27	Metodologia do TCC	-	12	48	-	-	S
Subtotal			104	476	190	55	

4º Ano							
28	História Contemporânea	-	23	92	-	-	A
29	História do Paraná	-	18	72	30	30	A
30	História do Brasil IV	-	12	48	-	-	S
31	História da América II	-	12	48	-	-	S
32	Geografia do Brasil	-	12	48	30	-	S
33	Estágio Supervisionado de História II	25	-	60	100	40	A
34	Optativa II	-	27	3	-	-	S
35	Políticas Educacionais	-	12	48	-	-	S
36	TCC	27	-	-	-	-	A
Subtotal			116	419	160	70	

TOTAL/TIPO DE CARGA HORÁRIA	437	1763	600	200	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (Com 120 h de Extensão)					200
TOTAL GERAL					3200

6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

DISCIPLINA:	Introdução aos Estudos Históricos		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
<p>EMENTA: Introdução ao estudo dos fundamentos do fazer historiográfico em suas dimensões conceituais e de métodos com enfoque nas tradições metodológicas do século XVII ao XIX.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA: BENJAMIM, Walter. Magia e Técnica, arte política. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222. BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 2002. BOURDÉ, Guy. MARTIN, Hervé. As escolas históricas. Portugal: Publicações Europa-América, 1990. CARR, Edward, H. Que é história? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. DOSSE, François. A história. Bauru, EDUSC, 2003. GADDIS, John Lewis. Paisagens da História. Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003. HOBSBAWN, Eric. Sobre a História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. HOLANDA, Sérgio Buarque. (org.) Ranke. São Paulo: Ática, 1979. KOSELLECK, R. Futuro Passado. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/Contratempo, 2006. LANGLOIS, CH. V, CH. SEGNOBOIS. Introdução aos Estudos Históricos. São Paulo: Renascença, 1946. LE GOFF, Jacques. História e memória. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. LEFEBVRE, George. O nascimento da Historiografia Moderna. Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1981. MALERBA, Jurandir (org.). Lições de História. O caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 2010. MARCHINI NETO, Dirceu, NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. A Idade Média. Entre a História e a Historiografia. Goiânia: PUC-Goiás: 2012. PROST, Antoine. Doze lições sobre a História. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. REIS, José Carlos. A história entre a filosofia e a ciência. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. Antimanual do mau historiador. Ou como se fazer uma boa história crítica? Londrina: EDUEL, 2007. SALES, Veronique (org.) Os historiadores. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.</p>			

DISCIPLINA:	Teoria e Metodologia da História I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
<p>EMENTA: Estudo de aspectos metodológicos da escrita da História a partir das grandes tradições historiográficas com enfoque a partir do século XIX até meados do século XX e suas relações entre o ensino e a pesquisa.</p>			
BIBLIOGRAFIA:			

CHARTIER, Roger. **A Beira da Falésia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano 1 Artes do Fazer**. Petrópolis, Vozes, 2000.

_____. **A invenção do cotidiano 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis, Vozes, 1995.

DOSSE, François. **A História em migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo. Ensaio. 1992.

HUNT, Lynn (org.) **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MALERBA, Jurandir. ROJAS, Carlos Antonio Aguirre (orgs). **Historiografia Contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru: São Paulo, EDUSC, 2007.

PINSKY, Carla B. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINSKY, Carla B.. LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

SAMARA, Eni de Mesquita. TUPY, Ismênia S. Silveira T. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1983.

DISCIPLINA:	Teoria e Metodologia da História II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudo dos aspectos metodológicos a partir das grandes tradições historiográficas inauguradas a partir de meados do século XX até o estudo das perspectivas que demarcam o debate contemporâneo e as relações entre o ensino e a pesquisa.			
BIBLIOGRAFIA: ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O Perigo de uma História Única . São Paulo: Companhia das Letras, 2019. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. História: A arte de inventar o passado . Bauru: Edusc, 2007. ALMEIDA, Sílvio. A Raça na História. In: O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018. ANDERSON, Chris. “O Fim da Teoria”. In Wired , 23 de junho de 2008. Disponível em < https://www.wired.com/2008/06/pb-theory/ >. Acesso em 20 de agosto de 2021. ANKERSMIT, F, Historiografia e Pós-Modernismo. In: Topoi . Rio de Janeiro, v.2, n° 2. p. 113-135, mar. 2001. ARENDT, Hannah. Entre o Passado e o Futuro . São Paulo: Perspectiva, 2016. BARROS, José D’Assunção. Histórias Cruzadas – Considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais. Anos 90 , v. 21, n. 40, p. 277-310, 2014. _____. O Tempo dos Historiadores . Petrópolis: Vozes, 2013. BORGES, Jorge Luis. Funes, O Memorioso. In Ficções . São Paulo: Globo, 1990. BRAUDEL, Fernand. Escritos Sobre a História . São Paulo: Perspectiva, 2014. 3° ed. BURKE, Peter. A Escrita da História: Novas Perspectivas . São Paulo: UNESP, 2011. CARDOSO e MALERBA. Representações: contribuições a um debate interdisciplinar . São Paulo: Papyrus, 2000.			

- CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. São Paulo: Papyrus, 1995.
- CHARTIER, Roger. **A História ou a Leitura do Tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. 2º edição.
- DE BAETS, Antoon. Uma Teoria do Abuso da História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, nº 65 p. 17-60, 2013.
- DIEHL, Astor Antonio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. São Paulo, Edusc, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 1992.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos Emblemas e sinais**. Morfologia e História. São Paulo: companhia das Letras, 2011.
- _____. **O Fio e os Rastros: Verdadeiro, Falso, Fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto: Ensaio Sobre a Representação do Outro**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- _____. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte, Autentica 2014.
- JAMESON, Fredric. **Espaço e Imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. 4º ed.
- JENKINS, Keith. **A História Refigurada**. São Paulo: Contexto, 2014.
- _____. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2007. 3º ed.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricas e práticas. In: **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, 1992. pp. 134-146.
- _____. **Estratos do Tempo: Estudos Sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. 7º edição. Letras, 2011.
- LIDDINGTON, Jill. **O que é história pública. Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- MAYNARD, Dilton. Passado Eletrônico: Notas Sobre História Digital. In **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 103-116, jul. / dez. 2016. p. 103-116.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre História**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.
- OPPENHEIMER, Andrés. **Basta de Histórias!** Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- PROST, Antoine. **Doze Lições Sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 2º ed.
- REVEL, Jacques (Org). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- _____. **História e Historiografia exercícios críticos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RIEDEL, Dirce C. (org.) **Narrativa, ficção e História**. Rio de Janeiro, Imago/UFRJ, 1988.
- SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. v. 20, n. 2, p. 71-99, jul-dez, 1995.
- SMITH Bonnie, G. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. São Paulo: EDIUSC, 2003.
- THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria. **História comparada: Olhares plurais**.

Revista de História Comparada, v. 1, n. 1, p. 3, 2007.

WHITE, Hayden. **Meta-História**. São Paulo: Edusp, 2019. 2º ed.

_____. **Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: EDUSP, 2014.

DISCIPLINA:	Memória, Identidade e Patrimônio		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 36	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 15	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 9
EMENTA: A relação íntima entre memória, identidade e patrimônio histórico e cultural. O Estudo da memória no contexto das ciências humanas, suas relações com os processos identitários e tensões com os campos da história e da preservação do patrimônio cultural via indissociabilidade ensino, pesquisa e prática extensionista.			
BIBLIOGRAFIA: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos . Rio de Janeiro: DP&A, 2003. ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. In Horizontes antropológicos . Vol. 11, n. 23, Porto Alegre, Jan./Jun. 2005. BANN, Stephen. As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado . São Paulo: Editora UNESP, 1994. BRANDÃO, Carlos Rodrigues <i>et al.</i> O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação . Rio de Janeiro: IPHAN, 1996. BRASIL. Educação patrimonial. Histórico, conceitos e processos . IPHAN, 2014. BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). Memória e (res)sentimento . Campinas: UNICAMP, 2001. CARRETERO, Mario <i>et al.</i> Ensino de História e memória coletiva . Porto Alegre: ArtMed, 2007. CERTEAU, Michel de. A beleza do morto in: A cultura no plural . Campinas, SP: Papirus, 1995. CHARITER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. In Estudos históricos , Rio de Janeiro, vol. 8, no 16, 1993. CHUVA, Márcia R.R. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940) . Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009. CHUVA, Márcia. ALMEIDA, Cícero Antonio F. BENCHETRIT, Sarah Faffa (Orgs.). A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil . Rio de Janeiro: Iphan, 1995. CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais . 2 ed. Bauru: Edusc, 2002. DIEGUES, Antonio Carlos (org). Enciclopédia Caiçara v.5: festas, lendas e mitos caiçaras . São Paulo, HUICITEC: USP, Nupaub/ CEC, 2006. FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil . 2º ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc – Iphan, 2005. _____. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil . Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/MINC-IPHAN, 2005. FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: bases para novas políticas de GARCÍA CANCLINI, N. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In			

Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n° 23, 1994, p. 95-115.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4° ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Editora da UNICAMP, Aracaju (SE): Editora UFS, 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. In **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo: N° 34, 1992, p. 9-23.

_____. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e O conhecimento histórico. In **Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material**. São Paulo, n°2, p. 9-42, jan.-dez, 1994.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, In **Projeto História**. São Paulo: PUC, n°. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

patrimônio. In: **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n° 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. In **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

SOUZA, Laura de Melo (org.). **História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa, vol. 1**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: IPHAN-PB, 2012.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In **Mana** [online], vol. 12, n° 1, pp. 237-248, 2006.

DISCIPLINA:	Sociologia Geral		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudo do pensamento sociológico clássico e contemporâneo a partir de seus conceitos, suas escolas, suas tensões e diálogos com o campo da História e dos Direitos Humanos.			
BIBLIOGRAFIA: BAKUNIN, Mickail. Deus e o Estado . Genebra: Gráfica Juraciana, 1882. BARROS, Eduardo Portanova. Aspectos de uma sociologia do imaginário na pós-modernidade: a razão sensível. Fórum Sociológico . [Online], v. 1. n° 25, p. 81-86, 2014. Disponível online em < http://sociologico.revues.org/920?lang=pt >. Acesso em 20 de agosto de 2021. BOURDIEU, Pierre. O poder Simbólico . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. COMTE, Augusto. O espírito positivo . 1° ed. Porto: Rés-Editora Ltda, 1977. _____. Comte – Coleção os pensadores . São Paulo: Ed. Abril, 1980. DURKHEIM, Émilie. As regras do método sociológico . São Paulo: Martin Claret, 2005. DURKHEIM, Émile. WEBER, Max. Socialismo . Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. ELIAS, Norbert. Solidão dos moribundos . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.			

_____. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

JUNQUEIRA, Lília. A noção de representação social na sociologia contemporânea. In **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 18, n° 19, p. 145-161, 2005.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas, vol. 1**. S. Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1961.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Brasília: Editora UnB, 1985.

DISCIPLINA:	Metodologia da Pesquisa e Extensão		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 36	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 15	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 09
EMENTA: Estudos dedicados à capacitação para a realização de pesquisas científicas e de projetos de extensão universitária através do ensino das normas técnicas para apresentação de trabalhos científicos e das metodologias adequadas à pesquisa e à extensão, bem como execução de projeto extensionista.			
BIBLIOGRAFIA: ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. Referências bibliográficas – NBR 6023 . Rio de Janeiro, 2018.			
_____. Artigo em publicação periódica impressa –NBR 6022 . Rio de Janeiro, 2018.			
BARROS, José D’Assunção. Fontes Históricas . Petrópolis: Vozes, 2019.			
_____. O Campo da História – Especialidades e Abordagens . Petrópolis: Vozes, 2004.			
CAMPOS, Magna. Manual de Gêneros Acadêmicos . Mariana: UFOP, 2013.			
CHALMER, A. F. O Que é Ciência, Afinal? São Paulo: Brasiliense, 1993.			
DELGADO, Lucilia Neves; MORAES, Marieta. In História do tempo presente . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.			
FAGUNDES, Bruno Flávio. É possível fazer tábua rasa do passado... e do presente dos historiadores? In: DELGADO, Lucilia Neves; MORAES, Marieta. In História do tempo presente . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 15-34.			
LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica . São Paulo: Atlas, 2003.			
_____. Metodologia Científica . São Paulo: Atlas, 2018.			
PEREZ, Vidal. Normas para apresentação de artigos científicos como requisito de trabalho de conclusão de curso . Paranaguá: UNESPAR, 2011.			
PINSKY, Carla B. DE LUCA, Tania R. O Historiador e Suas Fontes . São Paulo: Contexto, 2011.			
PINSKY, Carla B. Fontes Históricas . São Paulo: Contexto, 2015.			
POPPER, Karl. A Lógica da Pesquisa Científica . São Paulo: Cultrix, 1975.			
RODRIGUES, A. L. L. COSTA, C. L. N. DO A.. PRATA, M. S.. BATALHA, T. B. S.. PASSOS NETO, I. DE F. Contribuições da extensão universitária na sociedade. In Caderno de Graduação – Ciências Humanas e Sociais – UNIT , Sergipe, v. 1, n° 2, p. 141-148, 25 fev. 2013.			
SAGAN, Carl. O Mundo Assombrado pelos Demônios . São Paulo: Companhia das Letras, 2006.			

DISCIPLINA:	História do Paraná		
C/H TOTAL:	150		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 72	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 30	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 18
EMENTA: Estudo da formação Histórica do Paraná tendo como enfoque as conjunturas político-econômicas e socioculturais, bem como o processo de formação do Estado do Paraná a partir da revisão crítica da historiografia, articulando ensino, pesquisa e prática extensionista.			
BIBLIOGRAFIA: ABREU, Acioly G. Apostila de História do Paraná . Guarapuava, 1980. ALBUQUERQUE, Mário Marcondes de. Contestado: Distorções e Controvérsias . Curitiba: Lítero-Técnica, 1987. BETTES JÚNIOR, Hamilton. Paraná: Estudos sociais . São Paulo: Scipione, 1996. BALHANA, Altiva Pilatti. MACHADO, Brasil Pinheiro. WESTPHALEN, Cecília Maria. História do Paraná . Curitiba: Grafipar, 1969. BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. Novo caminho no Brasil Meridional . Curitiba, 1974. BORGES, Joacir Navarro. Das justiças e dos litígios: a ação judiciária da Câmara de Curitiba no século XVIII. (1731-1752) . Curitiba. 2009. 405 páginas. Tese. CPGHIS-UFPR. BOUTIN, Leônidas. Colônias Indígenas nas Províncias do Paraná . Paranaguá: Ed. Cavagnolli, 1979. _____. Breve História de Paranaguá. Seu desenvolvimento sócio-econômico e cultural . Paranaguá: Ed. Cavagnolli, 1993. CANCIAN, Nadir Aparecida. Cafeicultura Paranaense . Curitiba: Grafipar, 1981. CARNEIRO, David. História do Período Provincial do Paraná (Galeria de Presidentes 1853/1889) . Curitiba: [S.n.], 1960. CARNEIRO, David. O Paraná e a Revolução Federalista . Curitiba: Indústria Gráfica Gonçalves, 1982. _____. O Paraná na História Militar do Brasil . Curitiba: Farol do Saber, 1993. _____. O Paraná na Guerra do Paraguai . Curitiba: Farol do Saber, 1993. CABEZA DE VACA, Alvares Nuñez. Comentários . Curitiba: Farol do Saber, 1995. CARDOSO, Antonio Jayme. WESTPHALEN, Cecília Maria. Atlas histórico do Paraná . Curitiba: Livraria do Chain Editora, 1986. COSTA, Hilton. PEGORARO, Jonas Wilson. FILHO, Milton Stanczyk (orgs). O Paraná pelo Caminho – Histórias, trajetórias e perspectivas . Curitiba: Máquina de Escrever, 2017. 3 volumes. COSTA, Samuel Guimarães da. História Política da Assembléia Legislativa do Paraná . Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994. 2v. _____. O Último Capitão-Mor: 1782-1857 . Curitiba: Ed. UFPR, 1988. CRUZ, Ana Lúcia Barbalho da. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (orgs). Curitiba e seus homens bons . Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2011. DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba: Banestado, 1991. FERRARINE, Sebastião Colombo. Centenário da Imigração Italiana . Curitiba: Ed. Lítero-Técnica. 1979. _____. História de Quatro Barras . Curitiba: EDUCA, 1987.			

- _____. **A Escravidão Negra na Província do Paraná**. Curitiba: Ed. Lítero-Técnica, 1971.
- FREITAS, Waldomiro Ferreira de. **Aspectos Históricos e Turísticos de Paranaguá**. Paranaguá: Ed. Cavagnolli / FUNCULTUR, 1993.
- FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (orgs.). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- KRINSKI, Márcia Luzia (org.). **Promessas desfeitas: documentação paranaense em processos do Juízo Eclesiástico da Diocese de São Paulo (1750-1796)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.
- KOSHIBA, Luiz. **O Índio e a conquista portuguesa**. Ed. Atual, 1994.
- LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da posse de Terra no Sudoeste Paranaense**. Curitiba: SECE/BPP, 1986.
- LEÃO, Ermelino de. **Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná**. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1926.
- LINHARES, Temístocles. **Paraná vivo: um retrato sem retoques**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.
- _____. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.
- MAESTRI, Mário. **Terra do Brasil, a conquista lusitana e o genocídio tupinambá**. Rio de Janeiro: Ed. Moderna, 1996.
- MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Farol do Saber, 1995.
- MORGENSTERN, Algacir. **Porto de Paranaguá, contribuição à História: período: 1648 – 1935**. Paranaguá: A.P.P.A., 1985.
- MOREIRA, Júlio Estrella. **Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba à luz de novos documentos**. Curitiba: Editora da UFPR, 1972.
- MOREIRA, Júlio. História da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá (Fundação). In: **Revista médica do Paraná**. Curitiba, v.12, nº 4-6, jul.-dez. 1953, p.155-162.
- NASCIMENTO, Vicente Júnior. **História, Crônicas e Lendas**. Curitiba: Ed. Gráfica Vicentina, 1980.
- NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1927.
- PAZ, Francisco. **Cenários da Economia e Política Paranaense**. Curitiba: Ed. Prefácio, 1991.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (org.). **Plano para sustentar a posse da parte meridional da América Portuguesa (1771)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. NICOLAZZI, Norton Frehse. **Audiências e correições dos almotacés (Curitiba, 1737 a 1828)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. SANTOS, Antonio César de Almeida. **O poder local e a cidade – A Câmara Municipal de Curitiba – séc. XVII a XX**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.
- RODERJAN, Roselys Vellozo. **Os Curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional (séculos XVI e XIX)**. Curitiba: Works, 1992.
- SANTOS, Antonio Vieira dos. **Memória Histórica de Paranaguá. vol. I**. Curitiba: Vicentina, 2001.
- _____. **Memória Histórica de Paranaguá. vol. II**. Curitiba: Vicentina, 2001.
- SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **História da alimentação no Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.
- SANTOS, Antonio César de Almeida. SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos. **Eleições da Câmara Municipal de Curitiba (1748 a 1827)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pela Comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Histórias do cotidiano paranaense**. Curitiba: Letraviva, 1996.

SILVA, Aracy Lopes da. **Índios**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Perspectivas metodológicas. Região e História: questão de método. In: SILVA, Marcos A. da. **República em migalhas. História regional e local**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.

STADEN, Hans. **Meu cativo entre os selvagens do Brasil**. Curitiba. Farol do Saber, 1995.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República**. Curitiba: Fund. Cultural de Curitiba, 1996.

VIANA, Manoel. **Paranaguá na História e na Tradição**. Curitiba: Ed. Gráfica Vicentina, 1976.

VICTOR, Nestor. **A Terra do Futuro (Impressões do Paraná)**. Curitiba: Farol do Saber, 1996.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Porto de Paranaguá, um sedutor**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1998.

_____. **O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas**. Curitiba: CD Editora, 1995.

WONS, Yaroslaw. **Geografia do Paraná**. Curitiba: Ed. Ensino Renovado, 1994.

DISCIPLINA:	História Moderna		
C/H TOTAL:	145		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 92	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 23
EMENTA:			
Estudos das principais mudanças ocorridas quando da passagem da História Medieval até a Contemporânea, tendo como ponto fundamental a formação de um novo homem, o homem moderno, com sua nova sociedade, cultura, economia, política e religião.			
BIBLIOGRAFIA:			
ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista . São Paulo: UNESP, 1995.			
ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.). História da vida privada – Da Renascença ao século das Luzes . São Paulo: Companhia das Letras, 1995.			
ARIÈS, Philippe. LE GOFF, Jacques, DUBY, Georges. História e Nova História . Lisboa: Teorema, 1986.			
BOTELHO, André (Org.). Essencial sociologia . São Paulo: Companhia das Letras, 2013.			
BRAUDEL, Fernand. A dinâmica do capitalismo . Rio de Janeiro: Rocco, 1987.			
BURKE, Peter. Cultura popular na idade moderna. Europa, 1500-1800 . São Paulo: Companhia das Letras, 2010.			
_____. O Renascimento . Lisboa: Edições Texto & Grafia, 1997.			
BURKHARDT, Jacob. A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio . São Paulo: Companhia das Letras, 1991.			
CASSIRER, Ernst. A filosofia do Iluminismo . Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.			
COTRIM, Gilberto. História e Consciência do Mundo . Rio de Janeiro: Ed. Saraiva, 1996.			
CORVISIER, André. História Moderna . Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1976.			
DARNTON, Robert. Os dentes falsos de George Washington . São Paulo: Companhia das			

Letras, 2005.

DAVIS, Natalie Zemon. **Sociedade e cultura no início da França moderna-Oito Ensaios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1980.

_____. **A civilização do Renascimento**. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

DURAND, Will. **História da Civilização**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador. Volume II: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FALCON, Francisco. RODRIGUES, Antonio Edmilson. **A Formação do Mundo Moderno**. 2a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

GARIN, Eugenio. **Ciência e vida civil no Renascimento italiano**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

GARIN, Eugenio (Org.). **O Homem Renascentista**. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HAZARD, Paul. **O Pensamento Europeu no Século XVIII (de Montesquieu a Lessing)**. Lisboa: Editorial Presença, 1989. 2 volumes.

HILL, Christopher. **O Mundo de Ponta-Cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KRISTELLER, Paul. **Tradição clássica e pensamento do Renascimento**. Lisboa: Edições 70, 1995.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O Estado Monárquico, França, 1460-1610**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. (org.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

MARQUES, Ademar. BERUTTI Flávio. FARIA Ricardo (Orgs). **História Moderna através de textos**. São Paulo: Contexto. 2005.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. As Reformas Religiosas na Europa Moderna: notas para um debate historiográfico. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 23, n. 37, jan/jun 2007, p. 130-150.

PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental: Uma História Concisa**. 4º ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2015.

SOUZA, Laura de Mello e. Notas sobre as revoltas e as revoluções da Europa Moderna. **Revista de História da USP**, São Paulo, nº 135, 2º semestre de 1996, p. 9-17.

STONE, Lawrence. **Causas da Revolução Inglesa, 1529-1642**. Bauru: Edusc, 2000.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. A descoberta da economia-mundo. In **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, nº 69, outubro de 2004, p. 3-16.

VENTURI, Franco. Reis e Repúblicas nos séculos XVII e XVIII. In **Utopia e Reforma no Iluminismo**. Bauru: EDUSC, 2003, p. 53-97.

_____. **Utopia e Reforma no Iluminismo**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DISCIPLINA: **História Contemporânea**

C/H TOTAL:	115		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 92	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 23
EMENTA: Debates sobre questões e historiografias da contemporaneidade – Revolução Francesa; a problemática da modernidade; imperialismo; colonialismo e orientalismo; descolonização de decolonização; comunismos e fascismos no “pequeno século XX”;			
BIBLIOGRAFIA: ARENDDT, Hannah. Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo . São Paulo: Companhia das Letras, 2012. _____. Sobre a Revolução . São Paulo: Companhia das Letras, 2011. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto . Rio de Janeiro: Zahar, 1998. _____. Modernidade Líquida . Rio de Janeiro: Zahar, 2001. BERMAN, Marshal. Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar . São Paulo: Companhia das Letras, 2007. BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda . São Paulo: Editora Unesp, 2011. 2º edição. DE DECCA, Edgar. O Colonialismo como Glória do Império. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. O Século XX: O Tempo das Incertezas . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. FALCON, Francisco. O Capitalismo Unifica o Mundo? In: REIS FILHO, Daniel Aarão. O Século XX: O Tempo das Incertezas . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. FERGUSON, Niall. A Guerra do Mundo . São Paulo: Planeta, 2015. _____. Civilização: Ocidente x Oriente . São Paulo: Planeta, 2016. 2º Edição. _____. Império . São Paulo: Planeta, 2017. 2º Edição. FERRO, Marc. A Reviravolta da História: A Queda do Muro de Berlim e o Fim do Comunismo . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. _____. O Ocidente Diante da Revolução Soviética: A História e seus Mitos . São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. FUKUYAMA, Francis. O Fim da História e o Último Homem . Rio de Janeiro: Rocco, 1992. GEARY, Patrick K. O Mito das Nações: A Invenção do Nacionalismo . São Paulo: Conrad, 2005. GELLNER, Ernest. Nacionalismo e Democracia . Brasília: Editora UnB, 1981. GILBERT, Martin. A História do Século XX . São Paulo: Planeta, 2016. _____. A Segunda Guerra Mundial . Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014. HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 22º Edição. _____. A Era dos Extremos . São Paulo: Companhia das Letras, 1995 _____. A Era dos Impérios . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. _____. Nações e Nacionalismos Desde 1780 . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 4º Edição. _____. A Revolução Francesa . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 5º edição. HUNTINGTON, Samuel P. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial . Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. JAMES, Harold. The End of Globalization . Cambridge: Harvard University Press, 2002. JUDT, Tony. Pós-Guerra: Uma História da Europa Desde 1945 . Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. LÊNIN, Vladimir. Que Fazer? São Paulo: Hucitec. 1988. LEVITSKY, Steven. ZIBLATT, Daniel. Como as Democracias Morrem . Rio de Janeiro:			

Zahar, 2018.
MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
_____. **O Capital: Crítica da Economia Política – Livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2006.
MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. São Paulo: Campus, 1980.
PROUDHON, Pierre Joseph. **A Propriedade é um Roubo e Outros Escritos Anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1998.
RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio à Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.
RICHARD, Lionel. **A República de Weimar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
RUNCIMAN, David. **Como a Democracia Chega ao Fim**. São Paulo: Todavia, 2018.
SAID, Edward. **Orientalismo**. Companhia das Letras, 2007.
SERVICE, Robert. **Camaradas: Uma História do Comunismo Mundial**. Rio de Janeiro: Difel, 2016.
SNYDER, Timothy. **Sobre a Tirania: Vinte Lições do Século XX para o Presente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. 7ª Edição.
TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **O Século Sombrio**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
TODOROV, Tzvetan. **Os Inimigos Íntimos da Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa Explicada à Minha Neta**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
ZAKARIA, Fareed. **O Mundo Pós-Americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
ZEDONG, Mao. **O Livro Vermelho**. São Paulo: Martin Claret. 2003.

DISCIPLINA:	História do Brasil I		
C/H TOTAL:	80		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudos históricos sobre a colonização da América Portuguesa entre os séculos XVI e XVIII através da revisão crítica da historiografia articulando ensino e pesquisa.			
BIBLIOGRAFIA: ABREU, Capistrano. Capítulos de história colonial (1500-1800) . São Paulo: Publifolha, 2000. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Trato dos Viventes . São Paulo: Cia. das Letras, 2006. BOXER, Charles R. O Império Colonial Português . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. CUNHA, Manuela Carneiro da. (org). História dos Índios no Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1993. FAORO, Raimundo. Os donos do poder – vol. 1 . São Paulo: Globo, 1997. FRAGOSO, João. FLORENTINO, Manolo. Arcaísmo como projeto . Rio de Janeiro: Sete letras, 1994. FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. GOUVÊA, Maria de Fátima. O antigo regime nos trópicos – a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI –XVIII) . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.			

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980.
GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1980.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1970.
NOVAIS, Fernando A. (dir). **História da vida privada no Brasil – vol.1**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos, engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

DISCIPLINA:	História do Brasil II		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudos históricos sobre a formação do Estado Nacional Brasileiro no século XIX através da revisão crítica da historiografia articulando ensino e pesquisa.			
BIBLIOGRAFIA: CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: A política imperial . 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996. _____. (org). História do Brasil Nação: 1808-2010 . São Paulo: Fundación MAPFRE e Editora Objetiva, 2012. 2v. _____. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1990. _____. Os bestializados: o Rio de Janeiro a república que não foi . 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial . São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 1996. _____. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte . São Paulo: Cia. das Letras, 1990. DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX . São Paulo: Globo, 2005. JANCSÓ, István (org). Independência: história e historiografia . São Paulo: Hucitec, 2005. LACOMBE, Lourenço Luis. História administrativa do Brasil: organização e administração do Ministério do Império . Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. LINHARES, Maria Yedda. (org.). História geral do Brasil . Rio de Janeiro, 1990. REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835 . São Paulo: Companhia das Letras, 2003. NOVAIS, Fernando A. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (orgs.). História da vida privada no Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 2v. _____. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808) . 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1989. SALLES, Ricardo. Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado . Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.			

DISCIPLINA:	História do Brasil III		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudos históricos sobre a República Brasileira entre 1889 e 1945 através da revisão crítica da historiografia articulando ensino e pesquisa.			
BIBLIOGRAFIA: CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas . São Paulo: Companhia das Letras, 1995. _____. Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi . São Paulo: Cia. das Letras, 1987. CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim . Campinas: Editora da Unicamp, 2008. DECCA, Edgar de. 1930: o silêncio dos vencidos . São Paulo: Brasiliense, 1995. DRUMMOND, José A. O movimento tenentista. A intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935) . Rio de Janeiro: Graal, 1986. FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. Historiografia e história . São Paulo: Brasiliense, 1979. _____. História do Brasil . São Paulo: Edusp, 2012. LINHARES, Maria Yedda. Historia Geral do Brasil . Rio de Janeiro: Campus, 2010. NOVAIS, Fernando A. (dir). História da vida privada no Brasil – vol.3 . São Paulo: Companhia das Letras, 2001. SAES, Décio. A formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891) . São Paulo: Paz e Terra, 1985.			

DISCIPLINA:	História do Brasil IV		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICAS SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudos históricos sobre República Brasileira entre 1945 e a atualidade através da revisão crítica da historiografia articulando ensino e pesquisa.			
BIBLIOGRAFIA: ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984) . 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1985. AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978) . Bauru: Educ, 1999. ABREU, Alzira Alves de <i>et alii</i> . Dicionário histórico, biográfico brasileiro pós 1930 . Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001, 5v. BOITO JR., Armando (org). O sindicalismo brasileiro nos anos 80 . São Paulo: Paz e Terra, 1991. CALLADO, Carlos. Tropicália, a história de uma revolução musical . São Paulo: 34, 1997. CARDOSO, Fernando Henrique e FALETO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica . Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1970.			

CARDOSO, Mirian Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimentismo: Brasil JK**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CAREIRO, Maria Luiza Tucci. **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FEREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 4 Vols.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. (org). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil republicano. Economia e cultura**. São Paulo: DIFEL, 1983.

FILHO, Daniel Aarão Reis. **A Revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LINHARES, Maria Yedda. **Historia Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

NOVAIS, Fernando (Dir.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. 1930/1964**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

_____. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DISCIPLINA:	História da América I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudos históricos sobre a formação das sociedades americanas até a colonização europeia na América entre os séculos XVI e as independências americanas entre fins do XVIII e início do século XIX através da revisão crítica da historiografia articulando ensino e pesquisa.			
BIBLIOGRAFIA: AQUINO, Rubim Santos Leão de, <i>et alii</i> . História das sociedades americanas . Rio de Janeiro: Record, 2004. BETHELL, Leslie. História da América Latina . São Paulo: EDUSP, 2010. 2 vols. BONILLA, Heraclio (org.). Os Conquistados – 1492 e a população indígena das Américas . São Paulo: Hucitec, 2006. CHAUNU, Pierre. Conquista e exploração dos Novos Mundos (Século XVI) . São Paulo: EDUSP, 1984. COLOMBO, Cristovão. Diários da descoberta da America . Porto Alegre: L&PM Editores, 1984. HOLANDA, Sergio Buarque de. A visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil . São Paulo: Publifolha, 2000. LAS CASAS, Bartolomé de. Brevíssima relação da destruição das Índias . Porto Alegre: L&PM Editores, 1991. LEHMANN, Henri. As civilizações pré-colombianas . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. LÉON-PORTILLA, Miguel. A Conquista da América Latina vista pelos índios .			

Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **A visão dos vencidos**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1998.

MEGGERS, Betty J. **A América pré-histórica**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luis Beethoven. **O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**. São Paulo: Editora Unesp, 1990.

PROUS, André. O Povoamento da América visto do Brasil: Uma perspectiva crítica. In **Revista USP**, São Paulo, nº 34, p. 8-21, junho/agosto, 1997.

SOSTELLE, Jacques. **Os astecas na véspera da conquista espanhola**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

TODOROV, Tzvetvan. **A Conquista da América: A Questão do Outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VESPÚCIO, Américo. **Novo Mundo – cartas de viagens e descobertas**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984.

DISCIPLINA:	História da América II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudos históricos sobre as independências das colônias europeias na América e a formação dos estados nacionais americanos entre os séculos XVIII e XX através da revisão crítica da historiografia articulando ensino e pesquisa.			
BIBLIOGRAFIA: ABADE RAYNAL, (Guillaume-Thomas François Raynal) A revolução na América . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. AGGIO, A. & LAHUERTA, M. (Orgs.). Pensar o século XX – problemas políticos e história nacional na América Latina . São Paulo: Editora UNESP, 2003. ARMITAGE, David. Declaração de Independência: uma história global . São Paulo: Companhia das Letras, 2011. AYERBE, Luis Fernando Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia . São Paulo: UNESP, 2002. _____. A Revolução Cubana . São Paulo: UNESP, 2004. BAYLIN, Bernard. As origens ideológicas da Revolução Americana . Bauru: Edusc, 2003. BETHEL, Leslie. História da América Latina . São Paulo: EDUSP, 2010. Vol. III a VIII. _____. História das sociedades americanas . São Paulo: EDUSP, 2002. 3 vol. _____. ROXBOROUGH, Ian. América Latina. Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. BOERSNER, Demétrio. Relaciones Internacionales de América Latina . Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1990. BRADBURY, Malcom. TEMPERLEY, Howard (Org.). Introdução aos estudos americanos . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981. BRUIT, Héctor H. Revoluções na América Latina . São Paulo: Atual, 1988. CAMÍN, Héctor Aguillar. MEYER, Lorenzo. À Sombra da Revolução Mexicana – História Mexicana Contemporânea, 1910-1989 . São Paulo: Edusp, 2000. CARR, Raymond. História do século XX . São Paulo: Editora Abril, s/d. CHASTEEN, John Charles. América Latina: uma história de sangue e fogo . Rio de			

Janeiro: Campus, 2001.

CHAUNU, Pierre. **História da América Latina**. 6ª ed. São Paulo: Bertrand do Brasil, s.d.

CHIAVENATO, Julio José. **Genocídio americano: a guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CONADEP. **Nunca más (1984)**. Buenos Aires: Eudeba, 2007.

CRUNDEN, Robert M. **Uma breve história da cultura americana**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1994.

DEGLER, Carl N. *et alli*. **Historia de los Estados Unidos. La Experiencia Democrática**. México: Editorial Limusa, 1978.

DIVINE, Robert. FREDRICKSON, George. BREEN, T. H. *et al*. **América: passado e presente**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

DONGHI, Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

EISENBERG, Peter Louis. **A Guerra Civil Americana**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FAUSTO, Boris. **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

FERREIRA, Jorge (Org.) **O populismo e sua história: debate e crítica**. Civilização Brasileira, 2001.

FICO, Carlos. ARAUJO, Maria Paula. GRIN, Monica (Orgs.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

_____. As faces da repressão nos países da América Latina. In **Revista de História da UFES**, Vitória, v. 13, p. 196-202, 2001.

_____. FERREIRA, Marieta de Moraes. ARAUJO, Maria Paula. QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. v. 1.

_____. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. In **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 262-284, 2013.

FLORESCANO, Enrique. **Memoria Mexicana**. México: Taurus, 2001.

FOHLEN, Claude. **América Anglo-Saxônica de 1815 à atualidade**. São Paulo: EDUSP, 1981.

FONER, Eric. **Nada além da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Latinoamericanos buscando lugar en este siglo**. Barcelona: Paidós, 2002.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Revolução e independências: notas sobre o conceito e os KARNAL, Leandro. **Estados Unidos: a formação da nação**. São Paulo: Contexto, 2001

_____. **História dos Estados Unidos**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

MARTÍ, José. **Nossa América**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MORSE, Richard. **O espelho de próspero: cultura e ideias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

NOVARO, Marcos. PALERMO, Vicente. **A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: Edusp, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional. In **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 10, p. 105-129, 2007.

PAMPLONA, Marco. MADER, Maria Elisa (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Vol. 1-4.

PEREYRA, Daniel. **Del Mocanda a Chiapas. Historia de la lucha armada en América Latina**. 3ª ed. Madrid: Los Libros de la Catarata, 1997.

PINSKY, Jaime. **História da América: através de textos**. São Paulo: Contexto, 1991.

PRADO, Maria Lígia. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos**. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. SOARES, Gabriela Pellegrino. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

processos revolucionários na América espanhola. In **Estudos Históricos**, vol. 10, n. 20, p. 275-293, 1997.

RÉMOND, René. **História dos Estados Unidos**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

RODÓ, José Enrique. **Ariel**. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo. Civilização ou Barbárie (1845)**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SELLERS, Charles. MAY, Henry. McMILLEN, Neil. **Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1990.

SILVA, Carlos Eduardo *et. al.* **Uma nação com alma de igreja**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

STEINBECK, John. **As vinhas da ira**. São Paulo: Record, 2009.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América (1835-1840)**. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

WOODWARD, Comer Vann (ed.). **Ensaio comparativo sobre a História Americana**. São Paulo: Cultrix, 1972.

DISCIPLINA:	História Antiga		
C/H TOTAL:	135		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 92	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 23
EMENTA: Estudos históricos a partir da revisão crítica da historiografia sobre a antiguidade, articulando ensino e pesquisa.			
BIBLIOGRAFIA: ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo . 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. ALFÖLDY, Gèza. A história social de Roma . Lisboa: Editorial Presença, 1989. AQUINO, R. S. L. História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais . 19ª Ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003. ARIÈS, Philippe. DUBY, Georges (dir.). História da vida privada – Do Império Romano ao ano mil . São Paulo: Companhia das Letras. 1995. AUSTIN, Michel. VIDAL-NAQUET, Pierre. Economia e sociedade na Grécia Antiga . Lisboa: Edições 70, 1986. BARUCQ, A. <i>et al.</i> Escritos do oriente antigo e fontes bíblicas . São Paulo: Paulinas, 1992. BOUZOUN, E. I. O código de Hamurábi . Petrópolis: Vozes, 1980. BRAUDEL, F. Gramática das Civilizações . São Paulo: Martins Fontes, 1989. BRIGHT, J. História de Israel . São Paulo: Paulinas, 1981. CARDOSO, Ciro Flamarion <i>et. alli.</i> Modo de produção asiático: Nova Visita a um Velho Conceito . Rio de Janeiro: Campus, 1990. _____. A Cidade-Estado antiga . São Paulo: Ática, 1987.			

_____. **Antiguidade e religião. Os Povos do Oriente Próximo.** São Paulo: Contexto, 1990.

_____. **Trabalho compulsório na antiguidade.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Sete olhares sobre a Antiguidade.** Brasília: Editora da UnB, 1994.

DETIENNE, Marcel. **A invenção da mitologia.** Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/Editora da UnB, 1992.

FLORENZANO, M. B. B. **O mundo antigo: economia e sociedade.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma.** 5º ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MOKHTAR, Gamal. **História geral da África, II.** 2a Ed. Brasília: UNESCO, 2010.

RODRIGUES, Antonio Medina. **As utopias gregas.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

VERNANT, Jean-Pierre. NAQUET, Pierre-Vidal. **Trabalho e escravidão na Grécia antiga.** Campinas: Papyrus, 1989.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos.** São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. **As origens do pensamento grego.** Rio de Janeiro: Difel, 1990.

VEYNE, Paul (org.). **História da Vida Privada: do Império Romano ao ano mil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DISCIPLINA:	História Medieval		
C/H TOTAL:	145		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 92	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 23
EMENTA: Estudos históricos a partir da revisão crítica da historiografia sobre o medievo, articulando ensino e pesquisa.			
BIBLIOGRAFIA: ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade para o Feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1979. ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.). História da vida privada – Da Europa feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. _____. História da vida privada – Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. BLOCH, Marc. A Sociedade Feudal. São Paulo: Martins Fontes, 1982. _____. Os reis taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. BOLTON, Brenda. A Reforma na Idade Média. Lisboa: edições 70, 1984. CHAUNU, Pierre. Expansão europeia do século XIII ao XV. São Paulo: Pioneira, 1978. DE BONI, Luís Alberto (Org.). Idade média: ética e política. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. DUBY, Georges. O Ano Mil. Lisboa: Ed. 70/São Paulo: Martins Fontes, 1988. _____. As três ordens ou o imaginário do feudalismo. Lisboa: Estampa, 1980. _____. A Sociedade cavaleiresca. São Paulo: Martins Fontes, 1989. _____. O Cavaleiro, a mulher e o padre. Lisboa: Dom Quixote, 1988. _____. Economia rural e vida no campo no ocidente medieval. Lisboa: Edições 70, 1988.			

- _____. **A Idade Média na França**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- _____. **São Bernardo e a arte cisterciense**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- _____. **O tempo das catedrais. A arte e a sociedade (980-1420)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- FOCILLON, Henri. **O ano mil**. Madrid: s/e., 1990.
- _____. **Arte do ocidente. A idade média romântica e gótica**. Lisboa: Estampa, 1980.
- FOURQUIN, Gui. **Senhorio e feudalidade na Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1970.
- FRANCO Jr, Hilário. **As Cruzadas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. **O Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FOURQUIN, Guy. **Senhorio e Feudalidade na Idade Média**. Lisboa: Ed. 70, s/d.
- GANSHOF, F. L. **Que é o feudalismo?** Lisboa: Europa/América, 1976.
- GUENÉE, Bernard. **O ocidente nos séculos XIV-XV**. São Paulo: Pioneira, 1981.
- HEERS, Jacques. **O mundo medieval: Sociedade e cultura**. São Paulo: Difel, 1985.
- _____. **O ocidente nos séculos XIV e XV (aspectos econômicos e sociais)**. São Paulo: Pioneira, 1981.
- LE GOFF, Jacques. **Por um outro conceito de Idade Média. Tempo, Trabalho e cultura no Ocidente**. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- _____. **A civilização do Ocidente Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- _____. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- _____. **O homem medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- _____. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1985.
- LEWIS, Bernard. **Os árabes na história**. Lisboa: Estampa, 1982.
- LOPEZ, Robert. **A cidade medieval**. Lisboa: Presença, 1988.
- _____. **A revolução comercial na Idade Média: 950-1350**. Lisboa: Pioneira, 1976.
- PERROY, Édouard. **A Idade Média**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- PIRENNE, Henri. **Histórica econômica e social da Idade Média**. São Paulo: MestreJou, 1963.
- QUEIROZ, Tereza Aline. **As heresias medievais**. São Paulo: Atual, 1988.
- PASTOUREAU, M. **No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RUNCIMAN, A. **A civilização bizantina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SILVA, F. C. Teixeira. **Sociedade Feudal: Guerreiros, Sacerdotes, Trabalhadores**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média ocidental (séculos VIII a XIII)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- VERGER, Jean. **As universidades na Idade Média**. São Paulo: UNESP, 1990.
- WOLFF, Philippe. **Outono da Idade Média ou primavera dos novos tempos?** Lisboa: Edições 70, 1986.

DISCIPLINA:	Antropologia Social		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 36	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 15	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 09
EMENTA: As contribuições do pensamento e das teorias da antropologia social e da etnografia a partir de seus conceitos, suas escolas, suas tensões, seus eixos temáticos e de suas relações com os direitos humanos e outros campos da ciência enquanto métodos de análise e intervenção			

social, articulando ensino, pesquisa e prática extensionista.

BIBLIOGRAFIA:

AUGÉ, Marc. **Dios como objeto: símbolos, cuerpos, materias, palabras**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1988.

BENNEDICT, Ruth. **Padrões de Cultura**. Lisboa: Livros do Brasil, 1961.

BOAS, Franz. 1996. **Language and Culture**. New York: The Free Press, 1996. Brasileiro, 1988.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

COPANS, Jean *et al.* **Antropologia: Ciência das Sociedades Primitivas?** Lisboa, Edições 70, 1971.

CUNHA, M. Manuela Carneiro (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo, Cia. Das Letras, 1998.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

_____. **Símbolos naturales: exploraciones en cosmología**. Madrid: Alianza Editorial, 1978.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus: The Caste System and Its Implications**. Nueva Dehli: Oxford University Press, 1999.

DURKHEIM, Émile. **As formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1990.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

EVANS-PRITCHARD, E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FRAZER, Sir James. **O Ramo de Ouro**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 1989.

_____. **O Saber Local**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GLUCKMAN, Max (editor). **Essays on the rituals of social relations**. Nueva York: The Humanities Press, 1966.

HERTZ, Robert. Preeminência da Mão Direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. In **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, N° 6, p. 99-128, 1980.

KUPER, Adam. **Antropologia y Antropólogos: la escuela británica 1922-1972**. Barcelona: Anagrama, 1973.

LEACH, Edmund. **Sistemas Políticos na Alta Birmânia**. São Paulo: EDUSP, 1996.

LEENHARDT, Maurice. **Do Kamo: La persona y el mito en el mundo melanesio**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1961.

LÉVI-BRULH, Lucien. **El Alma Primitiva**. Barcelona: Península, 1974.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

_____. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LINTON, Ralph **Estudio del hombre. Sección de Obras de Sociología**. México: Fondo de Cultura Económica, 1936.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1974.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. Vol. I-II.

McMURRIN, S.M. **The Tanner Lecture on Human Values**. Salt Lake City: U. Utah Press,

1986.

MEAD, Margareth, Gregory BATESON. **Balinese Character: A Photographic Analysis.**

MEAD, Margareth. **Sexo e Temperamento.** São Paulo: Perspectiva, 1982.

MORGAN, Lewis. **A Sociedade Primitiva.** Lisboa: Presença, s/d.

Nueva York: The New York Academy of Sciences, 1962.

NUNES, Edson (org.). **A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na Pesquisa Social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Sobre o Pensamento Antropológico.** Rio de Janeiro: Tempo

PEIRANO, Mariza. **A Favor da Etnografia.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

RADCLIFFE-BROWN, A. **Grandes Cientistas Sociais.** São Paulo: Ática, 1978.

SAHLINS, Marshall. **Cultura y razón práctica: contra el utilitarismo en la teoría antropológica.** Barcelona: Editorial Gedisa, 1988.

_____. **Ilhas de História.** Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

STRATHERN, Marilyn. **The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia.** Berkeley: University of California Press, 1990.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual.** Petrópolis: Vozes, 1974.

TYLOR, Edward. **Cultura Primitiva: los orígenes de la cultura.** Madrid: Ed. Ayuso, 1977.

WERNER, Dennis. **Culturas Humanas: comida, sexo e magia e outros assuntos antropológicos.** Petrópolis: Vozes, 1987.

DISCIPLINA:	Cultura Indígena e Populações Tradicionais		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 36	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 15	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 09
EMENTA: Estudos das populações indígenas e das populações tradicionais através da compreensão de suas práticas sociais, dos usos sociais e das diversas maneiras com que cada uma das coletividades se apropria de sua cultura e de sua história, articulando ensino, pesquisa e prática extensionista.			
BIBLIOGRAFIA: ALBERT, Bruce. A Fumaça do Metal: história e representação do contato entre os Yanomami – Anuário Antropológico/89. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. SOUZA, Roberto Martins de Souza. Terras de Faxinais. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), 2009. BALDUS, Herbert. Ensaio de Etnologia Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1937. BORBA, Telêmaco. Actualidade Indígena. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908. CLASTRES, Hélène. Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani. São Paulo: Brasiliense, 1978. CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. _____. Guerra, religião e poder. Lisboa: Edições 70, 1980. CRÉPEAU, Robert. Les Kaingang dans le contexte des études Gê et Bororo. In Antropologia et Sovietes , Quebec, vol. 21, N° 2-3. 1997. CUNHA, M. Manuela Carneiro (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo, Companhia das letras, 1998. _____. De amigos formais e pessoa; de companheiros, espelhos e DAVIS, Shelton. Vítimas do Milagre: o desenvolvimento e os Índios do Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.			

- DEBRET, J. B. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil – Tomo I**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978.
- EVANS-PRITCHARD, E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- FERNANDES, Loureiro. **Os Caingangue de Palmas**. Curitiba: Arquivos do Museu Paranaense, 1941.
- FERNANDES, Ricardo Cid. **Autoridade Política Kaingang: um estudo sobre a legitimidade política entre os Kaingang de Palmas**. Florianópolis, 1998. 217 p. Dissertação de Mestrado. PPGAS-UFSC.
- GRUPIONI, L.D.B. **Índios no Brasil**. São Paulo: Global editora, 1998.
- identidades. In **Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia**, Rio de Janeiro, n° 32, p. 31-39, 1979.
- LADEIRA, Maria Inês. **Espaço Geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso**. Maringá/São Paulo: Eduem/Edusp, 2008.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, n°13, p. 43-64, 1842.
- MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. São Paulo/Brasília: Edunb/Hucitec, 1993.
- MELIÀ, B.. SAUL, M. V. A.. MURARO, V. F. **O Guarani: uma bibliografia etnológica**. Santo Ângelo: FUNDAMES, Centro de Cultura Missioneira, 1987.
- METRAUX, Alfred. Handbook of South American Indians. Vol 1: The Marginal Tribes. In **Smithsonian Institute**, Washington, vol. I, n° 3, p.445-475, 1946.
- MOTA, Lúcio Tadeu. **As Guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: Ed. UEM, 1994.
- NIMUENDAJÚ, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. **Etnografia e Indigenismo**. Campinas: Unicamp, 1993.
- PELLEGRINI, Marcos. **Wadubari**. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- PISSOLATO, Elizabeth de Paula. **A Duração da Pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani)**. São Paulo: Unesp, 2007.
- RAMOS, Alcida. **Memórias Sanumá: espaço e tempo em uma sociedade Yanomami**. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- SANTOS, Sílvio Coelho. **Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Ed. Movimento, 1973..
- SEGER, Anthony. DA MATTA, Roberto. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B.. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In **Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia** n° 32, p. 2-19, 1979.
- SHADEN, E. **A Mitologia Heroica de Tribos Indígenas do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1988.
- SHIRAISHI NETO, Joaquim (org.). **Direitos dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil**. Manaus: UFAM, 2010.
- STADEN, Hans. **Dois Viagens ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- TOMMASINO, Kimiye *et all.* **Uri e Wãxi**. Londrina: Ed. UEL, 2000.
- VIDAL, Lux. **Grafismo Indígena**. São Paulo: EDUSP, 1997.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A fabricação do corpo na sociedade xinguana. In **Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia** n° 32, p. 40-49, 1979.

_____. **Metafísicas canibales: Líneas de antropología postestructural**. Buenos Aires: Katz Editores, 2010.

DISCIPLINA:	História da África e Cultura Afro-Brasileira		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 36	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 15	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 09
EMENTA: Estudos históricos sobre o continente africano e a formação das identidades afro-brasileiras, através da revisão crítica da historiografia e as questões étnico-culturais pertinentes a temática articulando pesquisa, ensino e prática extensionista.			
BIBLIOGRAFIA: ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. Em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e da cultura afro brasileira: uma conversa com os historiadores. In Estudos Históricos , Rio de Janeiro, v. 21, n° 41, p. 05-20, 2008. BASTIDE, Roger. As Américas Negras . Rio de Janeiro: Difel, 1974. BRUNSCHWIG, Henri. A partilha da África Negra . São Paulo: Perspectiva, 1974. CANÊDO, Letícia. A descolonização da Ásia e da África . São Paulo: Atual, 1985. CORNEVIN, Marianne. Apartheid: poder y falsificación de la historia . Paris: Presses Universitaires de France, 1980. LAMBERT, Jean-Marie. História da África Negra . Goiânia: Kelps, 2001. MESGRAVIS, Laima. A colonização da África e da Ásia . São Paulo: Atual, 1994. PEREIRA, Francisco José. Apartheid. O horror branco na África do Sul . São Paulo: Brasiliense, 1985. REBELO, Manuel dos Anjos da Silva. Relações entre Angola e Brasil – 1808-1830 . Lisboa, 1970. SILVA, Alberto da Costa e. Das mãos do oleiro – aproximações . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. SILVA, Alberto da Costa e. A enxada e a lança . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. SILVA, Alberto da Costa e. DE SOUZA, Francisco Felix. Mercador de escravos . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. SILVA, Alberto da Costa e. A manilha e o libambo . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX . Salvador: Corrupio, 1987. KI-ZERBO, J. (Ed.). História Geral da África – Volume I – Metodologia e pré-história da África . Brasília: UNESCO, 2010. MOKHTAR G. (Ed.). História geral da África – Volume II – África antiga . Brasília: UNESCO, 2010. EL FASI M. HRBEK I. (Ed.). História geral da África – Volume III – África do século VII ao XI . Brasília: UNESCO, 2010. NIANE, D. T. (Ed.). História geral da África – Volume IV – África do século XII ao XVI . Brasília: UNESCO, 2010. OGOT, B. A. (Ed.). História geral da África – Volume V – África do século XVI ao XVIII . Brasília: UNESCO, 2010.			

AJAYI, J. F. A. (Ed.). **História geral da África – Volume VI – África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010.

BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História geral da África – Volume VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2º ed. Brasília: UNESCO, 2010.

MAZRUI, A. A.. WONDJI, C. (Ed.). **História geral da África – Volume VIII África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

DISCIPLINA:	Metodologia do Ensino de História		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudo dos diferentes enfoques da história e suas implicações no processo educativo, articulado com a realidade educacional brasileira, apresentando alternativas metodológicas e elementos didáticos no ensino de história articulando com a prática de pesquisa em ensino de História.			
BIBLIOGRAFIA: ABUD, Kátia. A construção de uma didática da história: algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino. In História , São Paulo, v. 22, nº 1, p. 183-193, 2003. ALBUQUERQUE, Wlamyra. FRAGA, Walter. Uma história do negro no Brasil . Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. AZEVEDO, Crislane Barbosa. STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Teoria historiográfica e prática pedagógica: as correntes de pensamento que influenciaram o ensino de história no Brasil. In Antíteses , vol. 3, nº. 6, p. 703-728, jul.-dez. de 2010. BARCA, Isabel. Aula Oficina: do projeto à avaliação. In: Para uma educação de qualidade: atas da quarta jornada de Educação Histórica . Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED) /Instituto e Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004. p. 131-144. BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico na sala de aula . 11º ed. São Paulo: Contexto, 2006. CERRI, Luis Fernando (Org.). Ensino de história e educação: olhares em convergência . Ponta Grossa: UEPG, 2007. PINSKY, Jaime (Org.). O ensino de história e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 2009. DEL PRIORE, Mary. VENÂNCIO, Renato. O livro de ouro da História do Brasil . Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. FONSECA, Selva. Didática e Prática de Ensino de História . 5º ed. São Paulo: Papirus, 2006. GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. In Revista Brasileira de Educação , Rio de Janeiro, nº 23, p. 75-85, maio-agosto de 2003. GONÇALVES, Nadia G. A escola e o arquivo histórico escolar como locais de memória: discutindo possibilidades de trabalho do pesquisador, do professor de história e de diálogos com a comunidade escolar. XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Anais. Londrina: UEL/Anpuh, 2005. JESUS, Denise Meyrelles de. Atuando em contexto: o processo de avaliação numa perspectiva inclusiva. In Psicologia & Sociedade , Recife, vol. 16, nº. 1, p. 37-49, 2004. KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas . São Paulo: Contexto, 2003. MONTEIRO, Ana M. F. C. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. In			

História & Ensino, Londrina, v. 9, p. 37-62, out/2003.

MOREIRA, Claudia; VASCONCELOS, José. **Didática e avaliação de aprendizagem no ensino de História**. Curitiba: IBIEX, 2008.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. In **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, nº 25/26, p. 143-162, set. 92/ago. 93.

NIKITIUK, Sônia L. (Org.). **Repensando o ensino de História**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PARANÁ. Diretrizes Curriculares de História para a Educação Básica. Curitiba: SEED, 2006.

PARANÁ. Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Curitiba: SEED, 2005.

PEREIRA, Amílcar Araujo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil. In **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, p. 25-45, 2011.

PINSKY, Jaime. **Porque gostamos de História**. São Paulo: Contexto, 2013.

PINSKY, Jaime. (Org.). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2009.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. In **Revista USP**, São Paulo, v. 28, p. 14-39, 1995.

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In **Práxis educativa**, Ponta Grossa, v.1, nº 2, p. 7-16, jul./dez. 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Orgs.). **Aprender história: perspectivas da educação histórica**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou?** Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Marcos Antonio da. FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de história hoje: errâncias, conquistas e perdas. In **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, nº 60, p. 13-33, 2010.

VILLALTA, Luiz Carlos. O livro didático de história no Brasil: perspectivas de abordagem. In **Pós-História**, Assis, v. 9, p. 39-59, 2001.

DISCIPLINA:	Metodologia do Trabalho de Conclusão do Curso		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudos dedicados ao domínio da prática de pesquisa em história através de discussões dos objetos de pesquisa visando a construção de um projeto de pesquisa em história.			
BIBLIOGRAFIA: ALERTI, Verena. Manual de História Oral . Rio de Janeiro: FGV, 2005. ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. Referências bibliográficas – NBR 6023 . Rio de Janeiro, 2018. ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. Artigo em publicação periódica impressa –NBR 6022 . Rio de Janeiro, 2018. BARROS, José D’Assunção. O projeto de pesquisa em história. Da escolha do tema ao			

quadro teórico. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2007.
BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese.** São Paulo: Atlas, 2004.
CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.
COLEGIADO de História-Unespar/Paranaguá. **Normas para o Trabalho de Conclusão de Curso.** Paranaguá: Unespar, 2019.
ECO, Humberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo: Perspectiva, 2014.
PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2010
PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009.
VAINFAS e CRDOSO (orgs.) **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

DISCIPLINA:	Trabalho de Conclusão do Curso		
C/H TOTAL:	-		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: -	C/H PRÁTICA: -	C/H EXTENSÃO: -	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: -
EMENTA: Orientação do Trabalho de Conclusão do Curso nos encontros entre os orientadores e seus orientados, observando-se as especificidades de cada trabalho.			

DISCIPLINA:	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 36	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 15	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 09
EMENTA: Estudos dedicados à capacitação para a leitura e produção de textos acadêmicos visando sua interlocução com o ensino, a pesquisa e prática extensionista.			

DISCIPLINA:	Introdução à Filosofia		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Conceitos de Filosofia e Filosofia da Educação. A concepção filosófica da educação na Idade Média, Moderna e Contemporânea. As correntes filosóficas da modernidade (Iluminismo, Materialismo e Positivismo). As correntes filosóficas contemporâneas (Fenomenologia, Hermenêutica, Existencialismo, Pragmatismo, Teoria Crítica). Implicações e influências dessas correntes filosóficas na educação.			
BIBLIOGRAFIA: ALVES, Rubem. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras. 10º ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Atlas: São Paulo, 2009. BIDO, José Mateus. A Problemática da Pós-Modernidade: uma leitura sobre o viver do homem na modernidade. Londrina: UEL, 2001.			

BUZZI, Arcângelo. **Filosofia para principiantes**. 11° ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
_____. **Introdução ao pensar**. 2° ed. Petrópolis: Vozes, 1973.
DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1957.
FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
GADOTTI, Moacir. Marx: **Transforma o Mundo**. 2° ed., São Paulo: FTD, 1991.
GOMES, Roberto. **Crítica da Razão Tupiniquim**. São Paulo: FTD, 1994.
HEIDEGGER, Martin. **Conferências e Escritos Filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo. (Parte I)**. 11° ed., Petrópolis: Vozes, 2002.
HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo. (Parte II)**. 8° ed., Petrópolis: Vozes, 2001.
IMENEZ, Carlos Molina. **Trabalho e Convivência: Um Ensaio de Ética**. Londrina: UEL, 1997.
LARA, Tiago Adão. **Caminhos da razão no Ocidente: a filosofia ocidental, do renascimento aos nossos dias**. 2° ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
LOCKE, John. **Ensaio sobre o Entendimento Humano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 2 vol.
PLATÃO. **A República**. 2° ed. São Paulo: Martin Claret, 2003.
REALE, Miguel. **Introdução à Filosofia**. 4° ed., São Paulo: Saraiva, 2002.
REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. 2° ed. São Paulo: Paulus, 2003. Volumes 1 – 7.
KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. São Paulo: Editora Abril, 1973.
KANT, I. **Textos Seletos**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.
VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. 20° ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DISCIPLINA:	Políticas Educacionais		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Aspectos sócio-político-econômico-cultural-filosóficos das esferas administrativas e pedagógicas do sistema escolar brasileiro. Histórico da legislação educacional brasileira – O contexto das principais leis: Leis Orgânicas, LDB 4024/61, 5692/71, 7044/82. A Educação na Constituição de 1988. Políticas públicas de educação a partir da Constituição de 1988. A LDB 9394/96: trâmite político e conteúdo; níveis e modalidades de educação. A legislação estadual e municipal de ensino. O profissional da educação: o educador e a lei, sua valorização. Sistema Escolar Brasileiro e sua estrutura administrativa: funcionamento, níveis administrativos e financiamento.			
BIBLIOGRAFIA: CAMPOS, M.; CARVALHO. A Educação nas Constituições Brasileiras . São Paulo: Pontes, 1991. SAVIANI, Demerval. Da nova LDB ao novo Plano Nacional da Educação . Campinas: Editora Autores Associados, 1999. CUNHA, L. A. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. FERNANDES, Florestan. A Transição Prolongada: O Período Pós-Constitucional . São Paulo: Cortez, 1990. _____. Que tipo de República? São Paulo: Brasiliense, 1986.			

PLANK, David. **Política Educacional no Brasil: caminhos para a salvação pública**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação**. São Paulo: Pioneira, 1999.
. **Política e Educação no Brasil**. 2º ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

DISCIPLINA:	Psicologia da Educação		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: A Psicologia e a Psicologia da Educação. A psicologia e suas vertentes. Os principais teóricos da personalidade (Freud, Jung, Adler, Reich, Maslow, Perls, Rogers, Skinner). Aspectos do desenvolvimento biológico, cognitivo, emocional e social nas perspectivas das teorias psicológicas de desenvolvimento e aprendizagem. A teoria de Jean Piaget e o desenvolvimento cognitivo. O desenvolvimento para a Psicanálise. Vigotski e a visão de desenvolvimento na perspectiva histórico-cultural.			
BIBLIOGRAFIA: BEE, Helen. A criança em desenvolvimento . Porto Alegre: Artmed, 2003. FADIMAN, James. FRAGER, Robert. Teorias da personalidade . São Paulo: Harbra, 2002. QUADROS, Emérico Arnaldo. Psicologia e desenvolvimento humano . Petrópolis: Vozes, 2017. DAVIDOFF, Linda L. Introdução à psicologia . 3º ed. São Paulo: Makron Books, 2006. KUSNETZOFF, Juan Carlos. Introdução à psicopatologia psicanalítica . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia . 14º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. VIGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem . São Paulo: Martins Fontes, 2015. . A Formação Social da Mente . São Paulo: Martins Fontes, 2010.			

DISCIPLINA:	Didática Geral		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: A história da “didática” e o surgimento da didática moderna. A Didática no contexto e das ciências humanas e seus debates contemporâneos. O processo de ensino-aprendizagem e suas relações políticas, culturais e sociais como objeto de análise. As tendências pedagógicas. A cultura escolar. Os estudantes, culturas juvenis e escola na periferia.			
BIBLIOGRAFIA: CORDEIRO, Jaime. Didática: contexto, educação . São Paulo: Contexto 2007. FORQUIN, Jean. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar . Porto Alegre: Artes Medicas, 1993. TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas . Petrópolis: Vozes, 2008. CANDAU, Vera Maria (Org). Didática, currículo e saberes escolares . Rio de Janeiro:			

DP&A, 2002.
COMENIUS. **Didática Magna**. São Paulo: Wmf, 2006,
CONTRERAS, Jose. **A autonomia dos professores**. São Paulo: Cortez, 2007.
LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
TEIXEIRA, Adla Besaida (Org). **Temas atuais em didática**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

DISCIPLINA:	LIBRAS		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Surdez (Cultura). História da Educação dos Surdos. Aspectos Linguísticos da Libras; Variações Históricas e Sociais. Bilinguismo – Novo enfoque na Educação dos Surdos. Desenvolvimento Linguístico. Português como segunda Língua. Políticas Públicas e Legislação na Educação dos Surdos. Intérprete de Libras. Parâmetros Principais e secundários da Libras. Classificadores em Libras. Libras em contexto.			
BIBLIOGRAFIA: GUARINELLO, Ana Cristina. O papel do outro na escrita do sujeito surdo . São Paulo: Plexus, 2007. ESTADO DO PARANÁ. Lei Estadual nº 12.095, de 11 de março de 1998 – Reconhece Oficialmente, Pelo Estado Do Paraná, A Linguagem Gestual Codificada na Língua Brasileira de Sinais-Libras e Outros Recursos de Expressão a Ela Associados, Como Meio de Comunicação Objetiva e de Uso Corrente. SKLIAR, Carlos. Atualidades da Educação Bilíngue para Surdos. Vol. 2 . Porto Alegre: Mediação, 1999. _____. (Org.) Educação e exclusão. Abordagens socioantropológicas em educação especial . Porto Alegre: Editora Mediação, 1997. _____. A Surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Editora Mediação, 1998. STROBEL, Lílian Karin. FERNANDES, Sueli. Aspectos Linguísticos das LIBRAS . Curitiba: SEED/SUED/DEE. 1998. STROBEL, Karin Lilian <i>et all</i> . Falando com as mãos . Curitiba: Secretaria de estado de Educação. 1998.			

DISCIPLINA:	Geografia e Educação Ambiental		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudos a partir das relações pedagógicas entre geografia e Educação para o Meio Ambiente visando a compreensão das múltiplas relações entre grupos sociais e natureza, conforme as contribuições epistemológicas da Geografia, via articulação com a prática de ensino.			
BIBLIOGRAFIA: BERRY, THOMAS. O Sonho da Terra . Petrópolis: Vozes, 1991. BORTOLOZZI e FILHO. Diagnostico da educação Ambiental no ensino de Geografia. In Cadernos de Pesquisa , São Paulo, nº 109, p. 145-171, março/2000. Disponível em:			

<<http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a07.pdf>>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

BORTOLOZZI, A., PEREZ FILHO, A. Educação ambiental e reconstrução da cidadania. In **Revista Sociedade e Natureza**. Uberlândia, v. 6, n° 11/12, p. 41-45, 1994.

BRANCO, Samuel Murgel. **O Meio Ambiente em Debate**. São Paulo: Moderna, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos - temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436p.

CALVENTE, M. D. C. H. ARCHELA, R. S., GRATÃO, L. H (orgs.). **Múltiplas geografias: ensino, pesquisa, reflexão**. Londrina: Humanidades, 2007.

CUNHA, S. B., GUERRA, A. J. T. (org.) **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 4° ed. São Paulo: Gaia, 1994.

DREW, DAVID. **Processos Interativos Homem-meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1996.

FIALHO, Edson Soares. A geografia escolar e as questões ambientais. In **Revista Ponto de Vista**, Viçosa, v. 5, n° 1, p. 49-64, 2008.

FREITAS, I. A. História ambiental e geografia: natureza e cultura em interconexão. In **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, Ano 9, v. 2, n° 17, 2°, p. 20-33, Sem. 2007.

GUERRA, A.T., GUERRA, A. J. T. **Novo dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HOGAN, DANIEL JOSEPH. Crescimento Demográfico e Meio Ambiente. In **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 8, p. 61-69, dez. 1991.

LEINZ, V., AMARAL, S.E. **Geologia Geral**. 11° ed. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

MILLER, G. TYLER. **Ciência Ambiental**. 11° ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007

OLIVEIRA, M. M., FARIAS, P. S. C., SÁ, A. J.. O meio ambiente na geografia crítica e na geografia humanística: desafios metodológicos para uma didática reflexiva do espaço na escola. **Revista de Geografia**. Recife, v. 25, n° 3, p. 108-121, set/dez. 2008.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. In **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n° 68, p. 81-101, 2010.

POPP, J.H. **Geologia do Geral**. 4° ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

ROSS, J. L. S. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. São Paulo: Contexto, 1990

STRAHLER, A.N., STRAHLER, A.H. **Geografia física**. 3° ed. Barcelona: Omega, 2000.

ZEPPONE, R. M. **Educação ambiental: teorias e práticas escolares**. Araraquara: JM, 1999.

DISCIPLINA:	Geografia Humana e Geopolítica		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudo das bases teóricas e conceituais da Geografia da População. Métodos e técnicas em estudos populacionais. Estudo das bases conceituais e teóricas da geografia política e da geopolítica via articulação com a prática de ensino.			

BIBLIOGRAFIA:

VESENTINI, J. WILLIAN. **Sociedade e Espaço – Geografia Geral e do Brasil**. 12° ed São Paulo: Ática, 1996.

SANTOS, M (org). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec. 1988.

NAKATA, Hirome. **Geografia Geral**. Rio de Janeiro: Ed. Moderna, 1978.

BOLIGIAN, LEVON. **Geografia: espaço e vivência: volume único**. 2° ed. São Paulo: Atual, 2007.

MAGNOLI, DEMETRIO. **O mundo contemporâneo**. 2° ed. São Paulo: Atual, 2008.

DAMIANI, Amélia. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.

GEORGE, Pierre. **Geografia da população**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

DISCIPLINA:	Geografia do Brasil		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 48	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 12
EMENTA: Estudo da evolução e da relação entre a sociedade e a natureza e a formação histórica do espaço geográfico brasileiro via articulação com a prática de ensino.			
BIBLIOGRAFIA: AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil. Potencialidades paisagísticas . São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. <p>BECKER, Bertha K. EGLER, Cláudio A. G. Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo. Rio de Janeiro/RJ, Editora Bertrand Brasil, 1993.</p> <p>BIGARELLA, João José de. Esboço das relações entre o relevo topográfico e a estrutura geológica do Paraná. In Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, ano V, nº 54.</p> <p>CAMARGO, João Borba de. Geografia Física, Humana e Econômica do Estado do Paraná. Paranavaí: Clichetec, 1998.</p> <p>CANO, Wilson. Reflexões Sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional. Campinas: Editora UNICAMP, 1993.</p> <p>FURTADO Celso. Formação Econômica do Brasil. 11° ed. Rio de Janeiro/RJ, Editora Nacional, 1972.</p> <p>GUERRA, A. J. T. CUNHA S. B. da. (Orgs). A Questão Ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003</p> <p>MAGNOLI, Demétrio. O Corpo da Pátria – Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora UNESP/Moderna, 1997.</p> <p>PALHARES, José Mauro. Paraná Aspectos da Geografia. 3a ed. Foz do Iguaçu: Ed. Foz do Iguaçu, 2004</p> <p>ROSS, J. L. S. (Org.) Geografia do Brasil. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2011.</p> <p>ROSS, J. L. S. Ecogeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.</p>			

DISCIPLINA:	Optativa I		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 24	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 06

EMENTA:

Esta disciplina será oferecida conforme quadro de distribuição anual de carga horária no quadro de horário do segundo ano.

DISCIPLINA:	Optativa II		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 03	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 27
EMENTA: Esta disciplina será oferecida conforme quadro de distribuição anual de carga horária no quadro de horário do quarto ano.			

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado de História I		
C/H TOTAL:	200		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 60	C/H PRÁTICA: 100	C/H EXTENSÃO: 40	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA: O Estágio Supervisionado de História I será realizado em Escolas que ofereçam turmas de sexta a nona séries do Ensino Fundamental da Comunidade observando as seguintes etapas: Preparação, Observação, Participação e Avaliação, através da articulação ensino e prática extensionista.			

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado de História II		
C/H TOTAL:	200		
C/H TEÓRICA PRESENCIAL: 60	C/H PRÁTICA: 100	C/H EXTENSÃO: 40	C/H TEÓRICA SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA: O Estágio Supervisionado de História II será realizado em Escolas que ofereçam turmas de Ensino Médio da Comunidade observando as seguintes etapas: Preparação, Observação, Participação e Avaliação, através da articulação ensino e prática extensionista.			

Relação das Disciplinas Optativas

DISCIPLINA:	Historiografia Brasileira
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudos da produção historiográfica brasileira produzida a partir do período Imperial através da revisão crítica dos textos, crítica documental e a relação entre o ensino e a pesquisa.

DISCIPLINA:	História da América Latina Colonial
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da História da América Latina entre a colonização europeia e a independência.

DISCIPLINA:	História da América Latina Contemporânea
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da História da América Latina contemporânea a partir dos processos de independência e formação dos Estados Nacionais.

DISCIPLINA:	História da América Pré-colombiana
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da História das Sociedades americanas anteriores à conquista europeia.

DISCIPLINA:	História da América Pré-colombiana
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da História das Sociedades americanas anteriores à conquista europeia.

DISCIPLINA:	História da África Pré-colonial
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da História das Sociedades africanas anteriores à conquista europeia.

DISCIPLINA:	História da África Colonial
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	

Estudo da História da África entre a colonização europeia e os processos de independência.

DISCIPLINA:	Arqueologia
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da arqueologia.

DISCIPLINA:	História da África Contemporânea
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da História da África contemporânea a partir dos processos de independência e formação dos Estados Nacionais.

DISCIPLINA:	História da América Anglo-saxônica Colonial
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da História da Anglo-saxônica entre a colonização europeia e a independência.

DISCIPLINA:	História da América Anglo-saxônica Contemporânea
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da História da Anglo-saxônica a partir dos processos de independência e formação dos Estados Nacionais.

DISCIPLINA:	História Regional
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da História regional, debates historiográficos e a problematização de seus conceitos.

DISCIPLINA:	História da Escravidão
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo das metodologias, teorias, objetos e temáticas da História da Escravidão e suas relações com o ensino e a pesquisa em história.

DISCIPLINA:	História do Tempo Presente
C/H TOTAL:	30

EMENTA:

Estudos sobre a história do tempo presente a partir da análise historiográfica, questões conceituais e suas relações com a pesquisa histórica.

DISCIPLINA:	História Oral
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos métodos, técnicas, teorias, temas, problemas e possibilidades da História Oral para a pesquisa e o ensino de história.

DISCIPLINA:	História Econômica
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo do pensamento e do desenvolvimento econômico suas implicações sociais.

DISCIPLINA:	História Econômica Brasileira
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo do desenvolvimento econômico brasileiro a partir das discussões historiográficas e das relações com o ensino e a pesquisa em história.

DISCIPLINA:	História da Arte
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Análise das interfaces entre história, cultura e arte, expressas nas manifestações artísticas e a obra de arte como possibilidade de objeto de pesquisa em História.

DISCIPLINA:	História Ambiental
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Análise das produções científicas na intersecção História Ambiental/História Sociocultural a partir das inter-relações entre humanos e não-humanos envolvendo a história da conservação, da transformação de paisagens e dos desastres ambientais. A história de conceitos e a escrita da natureza segundo as tradições historiográficas da História Ambiental.

DISCIPLINA:	História e Cinema
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo de diferentes metodologias aplicadas à pesquisa histórica tendo por base o cinema como fonte e lugar de construção da realidade a partir das representações sociais e as

relações com o ensino de história. Estudo dos movimentos e vertentes fundamentais da cinematografia e do cinema e dos roteiros como narrativas históricas.

DISCIPLINA:	História e Cultura Visual
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Discutir o uso das imagens na composição do conhecimento histórico. Apresentar as principais questões teóricas relacionadas à compreensão histórica das representações imagéticas, sua relação com a experiência vivida e com o conhecimento constituído pelas diferentes áreas das ciências humanas.

DISCIPLINA:	História e Gênero
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo das relações de gênero na sociedade a partir das discussões historiográficas contemporâneas e as relações com o ensino e a pesquisa em história. As relações de gênero como construção sociocultural e suas relações com a historicidade e as práticas de intervenções sociais.

DISCIPLINA:	História e Movimentos Sociais
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo sobre a Historiografia e os aspectos teóricos dos movimentos sociais e suas relações com o ensino e a pesquisa em história.

DISCIPLINA:	História e Cidade
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudos historiográficos da cidade como objeto do historiador e como patrimônio cultural e suas possibilidades para a pesquisa e o ensino de história.

DISCIPLINA:	História e Sociologia: Diálogos Culturais
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Diálogos entre história cultural e sociologia da ação através dos estudos realizados por Pierre Bourdieu e suas contribuições conceituais e metodológicas para o campo da história e as possibilidades para o ensino e a pesquisa histórica.

DISCIPLINA:	História Cultural
-------------	--------------------------

C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da história cultural através da análise historiográfica, dos conceitos de Cultura e a Antropologia Histórica, cotidiano e representações culturais bem como discussões acerca da História Cultural no Brasil e suas relações com o ensino e a pesquisa em história.

DISCIPLINA:	História Social da Família e da Infância
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudos de família e infância através da análise historiográfica, uso de fontes e as relações com o ensino e a pesquisa em história.

DISCIPLINA:	História Social
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos métodos, técnicas, teorias e temáticas da História Social.

DISCIPLINA:	História Social da Música Popular Brasileira
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo música popular brasileira como objeto da História a partir de sua inserção em todos os grupos sociais brasileiros. Problematizar a música popular brasileira como documento histórico e suas possibilidades para a pesquisa e o ensino da história.

DISCIPLINA:	História das Mentalidades
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos métodos, técnicas, teorias, objetos e temáticas da História das Mentalidades.

DISCIPLINA:	História das Mulheres
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da história das mulheres a partir da análise historiográfica e da problematização de suas práticas, seus saberes, suas representações e sua construção de identidades, bem como analisar as novas abordagens historiográficas sobre o tema e sua relação no ensino e na pesquisa em história.

DISCIPLINA:	História Política
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da política como objeto da História e do enfoque a Nova história política como possibilidade para o ensino e a pesquisa em história. A disciplina tem por objetivo refletir sobre a problemática do “retorno” da história política, discutindo a incorporação dos conceitos de culturas políticas, imaginário e representações, bem como alguns exemplos da sua aplicabilidade na historiografia brasileira recente.

DISCIPLINA:	História e Poder
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo do poder como objeto da História.

DISCIPLINA:	História Militar
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos métodos, técnicas, teorias, objetos e temáticas da História Militar através da discussão historiográfica e possibilidades para a pesquisa em história.

DISCIPLINA:	História e Cultura Material
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da Cultura material como objeto da História com suas possibilidades metodológicas, técnicas, teóricas e temáticas.

DISCIPLINA:	História e Antropologia
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos diálogos teóricos e metodológicos entre a História e a Antropologia.

DISCIPLINA:	História e Biografia
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da biografia como objeto da História e seus usos no ensino de história.

DISCIPLINA:	História e Direitos Humanos
C/H TOTAL:	30

EMENTA:	
Estudo histórico da ideia de direitos humanos com base na chamada nova história cultural em diálogo com as ciências sociais, as lutas por direitos e as estratégias de empoderamento dos sujeitos sociais e suas lutas pelo direito a ter direitos.	

DISCIPLINA:	Micro-história
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	
Estudo da micro-história, seus diálogos, perspectivas de análise e de métodos através da crítica historiográfica e do trabalho com fontes históricas.	

DISCIPLINA:	História e Relatos De Viagem
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	
Estudo dos relatos de viagem como objeto da História e suas possibilidades no ensino e na pesquisa.	

DISCIPLINA:	História e Fotografia
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	
Estudo da fotografia como objeto da História e seus usos no ensino de história.	

DISCIPLINA:	História e Imagem
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	
Estudo das relações entre imagem, história e ensino de história através da análise documental as possibilidades e limites no uso da imagem enquanto ferramenta para a construção do conhecimento histórico.	

DISCIPLINA:	História e Iconografia
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	
Estudo da iconografia como objeto da História, e suas possibilidades e usos no ensino de história.	

DISCIPLINA:	História e Literatura
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	

Estudo das aproximações entre História e Literatura, bem como a utilização da literatura como fonte documental para a historiografia a partir do conceito de representação, das teorias da História Cultural em uma perspectiva sociocultural assumindo a obra literária como documento para o historiador levando em consideração sua produção, circulação e consumo.

DISCIPLINA:	História e Imprensa
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da imprensa como objeto da História e suas possibilidades para os estudos históricos e para o ensino de história. Compreender os jornais e revistas enquanto fonte histórica, levando também em consideração a questão de sua produção, consumo e circulação, além dos discursos produzidos por esses impressos.

DISCIPLINA:	História Vista de Baixo
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos objetos, temas, teorias e metodologias da História vista de baixo e seus diálogos com a história social e cultural. As formas de vida, de trabalho e de cultura dos mais pobres são seus principais objetos de estudo.

DISCIPLINA:	História Intelectual
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da História Intelectual.

DISCIPLINA:	História das Ideias
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da História das ideias.

DISCIPLINA:	História do Corpo
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo do corpo como objeto da História. O corpo como construção histórico-cultural e a historicidade das representações corporais.

DISCIPLINA:	História e Saúde
C/H TOTAL:	30

EMENTA:

Estudo da saúde como objeto da história. Estudo das representações histórico-sociais nos processos de saúde, doença, terapêuticas e curas.

DISCIPLINA:	História da Sexualidade
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da sexualidade como objeto da História.

DISCIPLINA:	História da Alimentação
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da alimentação como objeto da História e o estudo dos processos alimentares entre os povos do mundo através da História.

DISCIPLINA:	História da Vida Privada
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudos de aspectos da vida privada, através da análise historiográfica e de fontes vinculadas aos costumes, hábitos e modos de ser longo do tempo e suas relações com o ensino e a pesquisa.

DISCIPLINA:	História das Religiões e Religiosidades
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo de conceitos religiosos e suas representações e crenças por meio da revisão crítica da historiografia, do pensamento sociológico, articulando a pesquisa e a prática de ensino.

DISCIPLINA:	História da Tecnologia
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da tecnologia como objeto da História.

DISCIPLINA:	História da Ciência
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da ciência como objeto da História.

DISCIPLINA:	História do Esporte
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da História dos Esportes e dos Jogos Tradicionais no Brasil e no Mundo através da análise historiográfica e sociológica e possibilidades para a pesquisa histórica.

DISCIPLINA:	História Quantitativa
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da História Quantitativa e suas possibilidades para os estudos históricos e para o ensino de história.

DISCIPLINA:	História Demográfica
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da História Demográfica e suas possibilidades para os estudos históricos e para o ensino de história.

DISCIPLINA:	Geografia Geral
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.

DISCIPLINA:	Geopolítica
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo dos conceitos geopolíticos de Estado, nação e classes sociais.

DISCIPLINA:	Tópicos em História do Paraná
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Estudo da formação e das representações da sociedade paranaense através da análise historiográfica, pesquisa de fontes e sua relação com o ensino de história

DISCIPLINA:	Tópicos em História da América Portuguesa
C/H TOTAL:	30

EMENTA:

Desenvolvimento de temas ou estudo de caso, e seus respectivos debates historiográficos, da sociedade brasileira durante a colonização portuguesa na América.

DISCIPLINA:	Tópicos em História do Brasil Império
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Desenvolvimento de temas ou estudo de caso, e seus respectivos debates historiográficos, do Brasil Império a partir do processo de independência e formação do Estado Nacional Brasileiro no século XIX.

DISCIPLINA:	Tópicos em História do Brasil República
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Desenvolvimento de temas ou estudo de caso, e seus respectivos debates historiográficos, a partir da Proclamação da República e seus desdobramentos na formação do Estado Nacional Brasileiro nos séculos XX e XXI.

DISCIPLINA:	Tópicos em História Antiga
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Desenvolvimento de temas ou estudo de caso, e seus respectivos debates historiográficos, da antiguidade.

DISCIPLINA:	Tópicos em História Medieval
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Desenvolvimento de temas ou estudo de caso, e seus respectivos debates historiográficos, do medievo.

DISCIPLINA:	Tópicos em História Moderna
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Desenvolvimento de temas ou estudo de caso, e seus respectivos debates historiográficos, da modernidade.

DISCIPLINA:	Tópicos em História Contemporânea
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Desenvolvimento de temas ou estudo de caso, e seus respectivos debates historiográficos, da

contemporaneidade.

DISCIPLINA:	Tópicos em Teorias da História
C/H TOTAL:	30
EMENTA:	Desenvolvimento de temas ou estudo de caso, e seus respectivos debates historiográficos, a respeito das teorias historiográficas.

7. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

Um dos importantes componentes que norteiam essa reformulação considera como essencial a superação das dicotomias ensino-pesquisa e ensino-extensão, noção clássica que parte da separação tida como intrínseca entre o professor que trabalha em sala de aula, o pesquisador que mergulha em livros, documentos, arquivos (bacharel) e do extensionista envolvido com a comunidade; a falta de entrosamento entre os três níveis de ensino, através da adequação dos conteúdos das disciplinas a um novo profissional de História.

A extensão ocorrerá como componente curricular obrigatório na matriz curricular do Curso em consideração aos documentos que em seu conjunto estabelecem normas para a implementação das atividades curriculares de extensão tanto em nível nacional como da Unespar.

Deste modo, a nova proposta assume um modo peculiar ao articular tais conteúdos com a produção historiográfica e com os múltiplos diálogos que a história estabelece com outras ciências. Além disso, a extensão assume também um papel de protagonista no Curso, pois promove a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa.

A concepção de ensino superior disposta no artigo 207 da Constituição Federal, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Nesse sentido, os projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos no curso de História na Unespar – Campus de Paranaguá devem articular essas três instâncias de modo a não dissociá-las.

A pesquisa no Curso será proveniente dos Laboratórios, Laboratório de estudos litorâneos: História e práticas sócio-culturais (LELI), Laboratório de Estudos do Tempo Presente (Lab-TEMPO) e Laboratório de Estudos da Escravidão e do Pós-Abolição. Em seu conjunto, as ações desses Laboratórios pretendem consolidar a pesquisa no Curso de História

e, para tanto, prevê a orientação das pesquisas de alunos da Unespar/Paranaguá, seja na produção de seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) ou no âmbito de suas pesquisas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Além disso, pretendem construir pesquisas conjuntas a fim de se consolidar uma identidade no âmbito do PPC do Colegiado de História.

Tais Laboratórios possuem também uma agenda dedicada à extensão - a extensão nesses espaços pretende articular o conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a Unespar, Campus de Paranaguá se insere. Essa atividade pretende promover cursos de extensão, para atender as demandas das escolas públicas na formação complementar vinculada ao campo de atuação do Curso.

Nessas atividades, e nas demais, decorrentes das demandas sociais, o protagonismo será do aluno do curso de História, complementando sua formação profissional, oportunizando a transposição didática do saber apreendido a medida que os colocará em contato direto com a Escola Pública e com a comunidade em geral. As atividades extensionistas prevêem ainda, a atuação de acadêmicos das áreas das humanidades do Campus de Paranaguá, podendo envolver adicionalmente a colaboração de acadêmicos outras Instituições de Ensino Superior Público, existentes no litoral do Paraná.

Além dos Laboratórios, está em processo de implantação o Centro de Documentação Histórica do Litoral do Paraná, cujo projeto já foi aprovado no Conselho de Colegiado do Curso e no Conselho de Campus. Até o fim de 2021 objetivamos que a tramitação já tenha sido encerrada nas demais instâncias colegiadas da Universidade. O Centro de Documentação será um órgão do Colegiado de História vinculado à Direção do Campus de Paranaguá, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e voltado ao tratamento arquivístico de documentos de caráter permanente, reconhecidos pelo seu valor histórico, científico e cultural, em especial documentos advindos das Varas Criminais no âmbito do litoral do Paraná.

8. CORPO DOCENTE

COORDENADOR DO COLEGIADO DE CURSO				
Nome	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Carga horária semanal dedicada à Coordenação do Colegiado de Curso	Regime de Trabalho
Fábio Tadeu Vighy Hanna	UNIMEP, 1996 UNESP, 2000	Mestrado em História: UNESP, 2003 Doutorado em História: UNESP, 2007	32 h	40 h, TIDE

PROFESSORES EFETIVOS			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
Florindo Wistuba Júnior	Unespar, 1993	Especialização em História; Unespar, 1998	40h.
César Tagliari	Unespar, 1987	Especialização em Geografia Física; UFPR, 1991 Especialização em Supervisão Escolar: Unespar, 2000	40 h
Joacir Navarro Borges	UFPR, 1999	Mestrado em História: UFPR (Promovido ao doutorado) Doutorado em História; UFPR, 2009	40 h, TIDE

José Ronaldo Mendonça Fassheber	UFJE, 1993	Mestrado em Antropologia Social; UFSC, 1998 Doutorado em Educação Física: UNICAMP, 2006	40 h, TIDE
Liliane da Costa Freitag	UNIOESTE, 1991	Especialização em Geografia do Brasil: UEM, 1993 Mestrado em História: UNISINOS, 1997 Doutorado em História: UNESP, 2007	40 h, TIDE
Leticia Batistela Silveira Guterres	UNIFRA, 2001	Especialização PROEJA: UFRGS, 2007 Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas: PUC-RS, 2004 Doutorado em História Social: UFRJ, 2013 Pós-Doutorado em Escravidão na América Latina: Universidade do Arizona, 2015	40 h, TIDE
Marcelo Carreiro da Silva	PUC-Rio, 2003 UFRJ, 2009	Mestrado em História Comparada: UFRJ, 2009 Doutorado em História Comparada: UFRJ, 2015	40 h, TIDE

Kety Carla de March	UNICENTRO, 2008	Mestrado em História: UFPR, 2010 Doutorado em História: UFPR, 2015	40 h, TIDE
PROFESSORES CRES			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
Ingrid Cristinni Kroich Frandji	UFPR, 2013	Mestrado em História: UFPR, 2017	20 h

Resumo da Quantidade de Docentes Por Titulação:

Especialistas: 2

Mestres: 1

Doutores: 6

Pós-Doutores: 1

9. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

- Profa. Dra. Liliane Freitag (Presidente)
- Prof. Dr. Fábio Tadeu Vighy Hanna
- Prof. Esp. Florindo Wistuba Júnior
- Prof. Dr. Joacir Navarro Borges
- Profa. Dra. Letícia Batistela Silveira Guterres
- Prof. Dr. Marcelo Carreiro da Silva
- Profa. Dra. Kety Carla de March

10. INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL

O Curso de História da Unespar – Campus de Paranaguá conta com a seguinte infraestrutura:

- 1) Laboratório de informática (um para todos os cursos, seu uso deve ser agendado com bastante antecedência);
- 2) Biblioteca (pequena, com acervo limitado, sem bibliotecária responsável e não informatizada);
- 3) Auditório (um para todos os cursos, seu uso deve ser agendado com bastante antecedência);
- 4) Sala de professores (uma para todos os cursos);
- 5) Notebooks e projetores multimídia para sala de aula (equipamentos devem ser agendados com antecedência, pois não há um equipamento fixo para cada sala de aula);
- 6) Sala de atendimento ao estudante (uma para todos os cursos);
- 7) Sala da coordenação (fica em um edifício administrativo fora do campus e o edifício fecha às 18h, o que é um problema, pois o Curso de História funciona a partir das 19h);
- 8) Sala de reuniões (fica em um edifício administrativo fora do campus e o edifício fecha às 18h, o que é um problema, pois o Curso de História funciona a partir das 19h);
- 9) Sobre as condições de acessibilidade: há uma rampa de acesso ao interior do Campus, mas todas as quatro salas de aula do Curso de História ficam em um piso superior, a um lance de escada do piso térreo e esse piso não conta com rampa ou elevador para acessá-lo.

11. ANEXOS:

11.1-Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I E II, DO CURSO DE HISTÓRIA

ESTÁGIO SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ESTÁGIO I) E ENSINO MÉDIO (ESTÁGIO II)

Considerando:

Os termos da LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996, que determina, em seu artigo 82, que os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio e superior em sua jurisdição,

O parecer RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição,

O Regulamento de Estágio da Unespar contido na Resolução 010/2015 CEPE/UNESPAR;

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de História, o Estágio Supervisionado, a ser realizado a partir da segunda metade do curso, que representa quatrocentas horas da Matriz Curricular e compõe o Núcleo Específico do curso, sendo vivência teórico-prática obrigatória para a formação acadêmica do futuro professor, não havendo, sob nenhum aspecto, nenhuma dispensa da mesma, bem como igualmente obrigatória é a comprovação de sua realização, mediante apresentação dos materiais e documentação própria,

O curso de História RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de História da Unespar – Campus Paranaguá, nos termos abaixo.

Art. 2º – O presente regulamento constitui parte integrante do currículo pleno do Curso de História da Unespar – Campus Paranaguá, visando a normatizar o Estágio Curricular Supervisionado, sendo o seu cumprimento integral indispensável para a colação de grau dos graduandos.

CAPÍTULO I – DA CONCEPÇÃO

Art. 3º – O Estágio Supervisionado constitui-se um componente curricular, vivenciado ao longo do curso, permeando toda a formação do futuro professor de História desenvolvido em

tempo e espaço específico e contando com uma coordenação de dimensão prática. Conforme definido na legislação que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica é componente curricular obrigatório a todos os cursos de licenciatura. O Estágio Supervisionado é o conjunto de atividades curriculares de aprendizagem profissional, integrante do projeto pedagógico do Curso de História, propiciando ao aluno a participação em situações práticas de vida e de trabalho profissional, realizado em Escolas de Educação Básica e de Ensino Médio, sob a responsabilidade do Professor de Estágio Supervisionado e realizado nos termos do regulamento específico. O Estágio Supervisionado de Licenciatura em História visa que o aluno em contato com o seu futuro ambiente de trabalho acelere, complemente e consolide sua formação profissional, que aclare sua posição de agente da Educação, de maneira lógica e sequenciada, firmando os contornos do profissional consciente da responsabilidade do seu trabalho.

Parágrafo único: A reflexão das experiências advindas do Estágio Curricular Supervisionado deve constituir-se em subsídio para definição e reconstrução do Projeto Político-Pedagógico do Curso de História, para a pesquisa acadêmica de docentes e estudantes no referido curso, assim como também deve servir de elemento para que a IES contribua, por meio de projetos de extensão de formação continuada, com as instituições que se abrem como campos de estágio da Unespar – Campus Paranaguá.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 4º – Constituem objetivos do estágio curricular supervisionado:

I – Favorecer parcerias entre a Unespar – Campus Paranaguá comunidade escolar da região, as Secretarias Municipais de Educação, o Núcleo Regional de Educação e outras instituições educativas e culturais, estabelecendo uma via de desenvolvimento dos fins desta instituição, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão;

II – Viabilizar aos acadêmicos estagiários a articulação entre os conhecimentos produzidos na Universidade, ao longo do curso, com os obtidos no Ensino da História de outras instituições educativas, especialmente instituições escolares do Ensino Fundamental e Médio;

III – Oportunizar uma reflexão teórico-prática sobre a realidade educacional na qual os acadêmicos estagiários irão atuar, construindo alternativas de transformação;

IV – Fomentar posicionamentos críticos por parte dos futuros licenciados acerca da organização disciplinar, dos sujeitos envolvidos nas práticas de sala de aula, das relações de poder e instâncias hierárquicas escolares, através do Estágio de Observação;

V – Oportunizar a vivência de práticas pedagógicas que possibilitem, levando em consideração a diversidade de contextos, a fundamentação de conhecimentos constituintes da atividade profissional, através do Estágio de Participação e Regência;

VI – Subsidiar o questionamento, a reavaliação e a reestruturação tanto do Projeto Político-Pedagógico do Curso de História, quanto do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unespar.

CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 5º – Cumprindo o estabelecido nas Resoluções pertinentes, o Estágio Curricular supervisionado do Curso de História da Unespar perfaz um total geral de 400 horas/aula que serão cumpridas dentro do período letivo regular, seguindo cronograma específico, mas consonante ao Calendário Acadêmico da IES.

§ 1º Estágio Supervisionado em História I

O Estágio Supervisionado em História I será realizado nas escolas de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) da comunidade escolar e dividido em quatro etapas:

1ª etapa: Abordagem Teórica (50 horas)

- a) Constará de reflexão sobre a ação do aluno na prática do seu curso; bem como as formas de observações e vivência educativa nas escolas da comunidade;
- b) Organização de seminários para a discussão da realidade educacional do Ensino da História e suas transformações sociais;
- c) Elaboração do material pedagógico de estágio que será trabalhado, ao longo do ano, nas escolas, tais como: apreender elaboração de plano de ensino, texto de aula, jogos virtuais, dentre outros.

2º etapa: Práticas Iniciais (70 horas)

- a) Estágio de Observação na estrutura organizacional do campo de estágio. Nesse momento será observado a caracterização da organização do espaço-tempo escolar e das relações pedagógicas produzidas no âmbito escolar do estágio, ou seja, a descrição/interpretação da escola - através de entrevistas com equipe pedagógica, direção e professores, bem como por meio de observação e análise de documentos da escola. A intencionalidade é que, nesse momento, o acadêmico estagiário realize uma análise acerca dos elementos constituintes das diversas dimensões da prática escolar (arquitetura/estrutura física e administrativa da escola, organização do tempo, perfil docente, perfil discente, perfil pedagógico, gestão escolar, relações escola/família e escola/comunidade e projeto político-pedagógico), assim como reflita sobre as interações sociais em situação de ensino-aprendizagem (relações professor x aluno x equipe administrativo/pedagógica), objetivando tanto identificar práticas que contribuem ou tornam-se obstáculo à construção do

conhecimento, quanto investigar aspectos como dispositivos disciplinares, autoridade e relações simbólicas e de poder no espaço escolar;

b) Aulas práticas dentro da IES, com temas extraídos do currículo escolar de Ensino Fundamental (aula modelo, ver fichas 11.13 e 11.14 em anexo);

c) Atividades extensionistas pedagógicas de participação como organizadores ou executores em atividades oferecidas, a partir de projetos previstos pelo professor da IES responsável pela disciplina, com objetivo de atender a demandas da comunidade escolar. Carga horária de 40 horas divididas entre elaboração de projeto, material didático, execução e relatório.

d) Leituras orientadas a fim de subsidiar/fundamentar teoricamente o olhar sobre as práticas concernentes a essa etapa do estágio, com vistas à construção de relatório de estágio.

e) Produção escrita/ elaboração de relatório acerca das observações/ações desenvolvidas durante essa etapa do estágio abordando os itens a, b, c e d (ver ficha no anexo 11.7).

3ª etapa: Período de Atuação (80 horas)

a) Estágio de Observação docente em atuação na sala de aula do campo de estágio. Carga horária de 15 horas-aula;

b) Registro e análise de dados do período de observação docente (ver ficha no anexo 11.9);

c) Autoavaliação da prática observada;

d) Elaboração dos planos de aula e preparo do material didático/ texto de aula para a Regência de Classe nas aulas de História no campo de estágio (ver fichas 11.13 e 11.14 em anexo);

e) Estágio de Regência: Período de prática docente em ambiente escolar com carga horária de 05 horas/aula divididas pelas séries de ensino fundamental;

f) Avaliação e autoavaliação, sobre a regência em classe;

g) Produção escrita/ elaboração de relatório reflexivo acerca das observações/ações desenvolvidas durante essa etapa do estágio (ver ficha no anexo 11.11).

4ª etapa: Período de avaliação

a) Será feita de forma contínua e sistemática pelo professor de estágio, pelo grupo de observação, pelos professores da disciplina e pelo aluno estagiário;

b) O aluno receberá atendimento individualizado por parte do professor responsável pelo estágio, estabelecido em comum acordo pelo professor e aluno;

§ 2º Estágio Supervisionado em História II

O Estágio Supervisionado em História II será realizado nas escolas de Ensino Médio (1º ao 3º ano) da comunidade escolar e dividido em quatro etapas:

1ª etapa: Abordagem Teórica (50 horas)

a) Constará de reflexão sobre a ação do aluno na prática do seu curso; bem como as formas de observações e vivência educativa nas escolas da comunidade;

b) Organização de seminários para a discussão da realidade educacional do Ensino da História e suas transformações sociais;

c) Elaboração do material pedagógico de estágio que será trabalhado, ao longo do ano, nas escolas, tais como: apreender elaboração de plano de ensino, texto de aula, jogos virtuais, dentre outros.

2º etapa: Práticas Iniciais (70 horas)

a) Estágio de Observação na estrutura organizacional do campo de estágio. Nesse momento será observado a caracterização da organização do espaço-tempo escolar e das relações pedagógicas produzidas no âmbito escolar do estágio, ou seja, a descrição/interpretação da escola – através de entrevistas com equipe pedagógica, direção e professores, bem como por meio de observação e análise de documentos da escola. A intencionalidade é que, nesse momento, o acadêmico estagiário realize uma análise acerca dos elementos constituintes das diversas dimensões da prática escolar (arquitetura/estrutura física e administrativa da escola, organização do tempo, perfil docente, perfil discente, perfil pedagógico, gestão escolar, relações escola/família e escola/comunidade e projeto político-pedagógico), assim como reflita sobre as interações sociais em situação de ensino-aprendizagem (relações professor x aluno x equipe administrativo/pedagógica), objetivando tanto identificar práticas que contribuem ou tornam-se obstáculo à construção do conhecimento, quanto investigar aspectos como dispositivos disciplinares, autoridade e relações simbólicas e de poder no espaço escolar (ver ficha no anexo 11.8);

b) Aulas práticas dentro da IES, com temas extraídos do currículo escolar de Ensino Médio (aula modelo, ver fichas 11.13 e 11.14 em anexo);

c) Atividades extensionistas pedagógicas de participação como organizadores ou executores em atividades oferecidas, a partir de projetos previstos pelo professor da IES responsável pela disciplina, com objetivo de atender a demandas da comunidade escolar. Carga horária de 20 horas divididas entre elaboração de projeto, material didático, execução e relatório.

d) Leituras orientadas a fim de subsidiar/fundamentar teoricamente o olhar sobre as práticas concernentes a essa etapa do estágio, com vistas à construção de relatório de estágio.

e) Produção escrita/ elaboração de relatório acerca das observações/ações desenvolvidas durante essa etapa do estágio abordando os itens a, b, c e d. .

3ª etapa: Período de Atuação (80 horas)

a) Estágio de Observação docente em atuação na sala de aula do campo de estágio. Carga horária de 15 horas-aula;

b) Registro e análise de dados do período de observação docente (ver ficha 11.10 em anexo);

c) Autoavaliação da prática observada.

d) Elaboração dos planos de aula e preparo do material didático/ texto de aula para a Regência de Classe nas aulas de História no campo de estágio (ver fichas 11.13 e 11.14 em anexo);

e) Estágio de Regência: Período de prática docente em ambiente escolar com carga horária de 03 horas/aula divididas pelas séries de ensino médio.

f) Avaliação e autoavaliação, sobre a regência em classe;

g) Organização e execução do Seminário Extensionista de Práticas e Estágio Supervisionado em História da Unespar – Campus Paranaguá (organização geral e inscrição de painel ou comunicação oral de experiência didático-pedagógica) - 20 horas.

h) Produção escrita/ elaboração de relatório reflexivo acerca das observações/ações desenvolvidas durante essa etapa do estágio (ver ficha 11.12 em anexo).

4ª etapa: Período de avaliação

i) Será feita de forma contínua e sistemática pelo professor de estágio, pelo grupo de observação, pelos professores da disciplina e pelo aluno estagiário;

j) O aluno receberá atendimento individualizado por parte do professor responsável pelo estágio, estabelecido em comum acordo pelo professor e aluno.

Art. 6º – A programação e organização do Seminário de Práticas e Estágio Supervisionado cabem ao Professor de Estágio com os demais professores do colegiado e com acadêmicos estagiários do 4º ano. Os alunos do 3º e 4º anos atuam como apresentadores de resultados. Este Seminário caracteriza-se como um evento de extensão direcionado à discussão e partilha de experiências na área de ensino-aprendizagem de História, cujo público deve abranger, pelo menos, os demais estudantes dos 1º e 2º anos do Curso de História Campus de Paranaguá, bem como professores e equipes pedagógicas das Instituições campos de estágio.

Art. 7º – A docência/regência em classe será desenvolvida, na modalidade regular do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos) e Ensino Médio (1º ao 3º anos).

Art. 8º – Pode solicitar redução de 30% da carga horária de qualquer uma das atividades de docência/regência de classe o acadêmico que comprovar estar em efetivo exercício de sala de aula em História em estabelecimento de ensino que oferte regularmente o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e/ou Médio, valendo tal redução somente para a especificidade docente comprovada.

§ 1º Os outros 70% da carga horária de docência/regência de classe que devem ser cumpridas podem desenvolver-se em âmbitos diferenciados de ensino.

§ 2º A redução da docência/regência de classe não inclui a desobrigação de participação integral nas demais atividades.

Art. 9º – Registro das horas destinadas ao estágio, para efeito de comprovação, será feito em documento próprio e devidamente assinado por profissional do campo de estágio que acompanhou a atividade, pelo professor de estágio, bem como pelo próprio estagiário.

Art. 10º – O aluno estagiário levará para a escola onde realizará seu estágio, um ofício para a direção da mesma, constando as atividades que o mesmo fará na escola durante seu período de estágio.

Art. 11º – Atividades de estágio remunerado ou voluntário não substituem a carga horária do Estágio Curricular Supervisionado.

CAPÍTULO IV – DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 12º – Constituem-se campos de estágio as instituições escolares de direito público que ofertem Ensino Fundamental (6º ao 9º anos), e Ensino Médio, devidamente conveniadas com a Unespar – Campus de Paranaguá, através de documentação legal própria, formalizando as condições básicas para a realização do estágio. Via de regra, em casos específicos e avaliada pertinência pela coordenação do Estágio Supervisionado, respeitando-se processo de firmação de convênio ou Termo de Compromisso de Estágio, conforme consta no Regulamento Geral de Estágio da Unespar, podem ainda constituir-se campos de estágio: escolas filantrópicas, privadas, organizações não governamentais com Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Médio.

CAPÍTULO V – DAS ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 13º - O acadêmico estagiário é o aluno regularmente matriculado no período que abriga a disciplina de estágio curricular supervisionado.

Parágrafo único: Ao acadêmico de estágio curricular supervisionado compete:

I – Informar-se e cumprir o regulamento do estágio curricular supervisionado;

II – Definir com o professor de estágio o período, o campo e as condições para o cumprimento das atividades de estágio;

III – Elaborar e cumprir o Plano de Estágio Curricular Supervisionado com a orientação do professor de estágio;

IV – Comparecer ao estágio pontualmente nos dias, horas e locais estipulados e comunicar com antecedência de, no mínimo, 48 horas, a sua ausência nas atividades previstas, à escola campo de estágio e ao professor de estágio;

V – Manter atitude ético-profissional no desenvolvimento de todas as atividades;

VI – Avaliar de modo constante e crítico as inserções de estágio realizadas, sejam elas na condição de observação, participação ou de docência/regência, organizando leituras e escrita analítica que culminará no relatório ou artigo de cada etapa de estágio;

VII – Apresentar ao professor de estágio na IES, com antecedência, o planejamento das atividades a serem desenvolvidas nos campos de estágio;

VIII – Respeitar o sigilo quanto às constatações feitas nas instituições campo de estágio e respeitar as normas por elas estabelecidas;

IX – Manter atitude de maior atenção, disciplina, discrição, como também de colaboração, quando no recinto campo de estágio;

X – Apresentar cada atividade de estágio curricular supervisionado, obedecendo aos prazos previstos pelo professor de estágio;

XI – Cumprir as etapas previstas para realização do estágio supervisionado, bem como realizar o registro da frequência em documento próprio.

CAPÍTULO VI – DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DE ESTÁGIO

Art. 14º - Entende-se por professor de estágio a orientação dada ao aluno no decorrer de sua prática profissional pelo docente do Curso de História da Unespar – Campus de Paranaguá, de forma a proporcionar aos estagiários a plena articulação de teorizações e práticas inerentes ao Ensino de História.

Art. 15º – O trabalho de Estágio Supervisionado em História no Curso de História é desenvolvido na forma de supervisão indireta e continuada, com acompanhamento efetuado pelo docente na orientação, no desenvolvimento e na avaliação das atividades planejadas e realizadas nos campos de estágio ao longo de todo o processo.

Parágrafo único: Compete ao professor de estágio:

I – Contatar a direção, equipe pedagógica, professores ou responsáveis pelos campos envolvidos nos estágios, para firmar compromisso entre as partes e deliberar encaminhamentos relativos ao desenvolvimento das atividades;

II – Orientar os acadêmicos estagiários no planejamento e execução de todo o trabalho a ser desenvolvido durante a realização do estágio;

III – Indicar fontes de pesquisas e de consultas necessárias à reflexão das práticas observadas ou exercidas durante as atividades de estágio;

IV – Informar os acadêmicos estagiários sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação do estágio curricular supervisionado;

V – Organizar e divulgar cronograma de estágio, assim como indicar e encaminhar oficialmente, através de solicitação, os acadêmicos aos campos de estágio;

VI – Orientar efetivamente os estagiários em suas atividades de estágio;

VII – Acompanhar o cumprimento das horas de estágio curricular supervisionado, assim como receber, analisar e avaliar relatórios e outros documentos dos acadêmicos estagiários;

VIII – Comunicar aos campos de estágio sobre as alterações que eventualmente venham ocorrer nas atividades de estágio curricular supervisionado;

IX – Propor, sempre que necessário, a reformulação das normas gerais do estágio curricular supervisionado, com base em novas experiências;

X – Avaliar, em conjunto com os demais profissionais envolvidos no estágio, todas as etapas previstas, em função dos objetivos e critérios propostos;

XI – Assinar certidões, declarações e documentos relacionados ao estágio curricular supervisionado;

XII – Articular e organizar o Seminário de Práticas e Estágio Supervisionado, consolidando-o como um importante evento extensionista que promove o debate e partilha de experiências entre os acadêmicos estagiários, professores supervisores/orientadores, profissionais dos campos de estágio e demais interessados, visando o aperfeiçoamento contínuo do processo;

XIII – Informar, através de documento próprio, à secretaria geral, a carga horária cumprida nos estágios em andamento;

XIV – Manter o corpo discente informado sobre a quantidade de horas de estágio efetivamente cumpridas pelos acadêmicos estagiários em cada etapa, bem como as que faltam para o cumprimento da carga horária total;

XV – Deliberar, com a Coordenação de Estágio do Curso de História, sobre casos omissos do presente regulamento;

XVI – Promover parcerias com os demais professores do colegiado de História no intuito de colaborar para indicação de bibliografias e concepções teórico-metodológicas, bem como acompanhar a escrita da elaboração de materiais pedagógicos para a execução da prática docente;

XVII – Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO VII – DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE ESTÁGIO DO CURSO DE HISTÓRIA

Art. 18º - São atribuições do Coordenador de Estágio:

I – Estabelecer normas e definir diretrizes para o estágio e zelar pelo cumprimento das mesmas;

II – Aprovar a programação de estágios feita pelos Docentes de Estágio;

III – Oferecer apoio pedagógico ao Professor de Estágio quando solicitado;

IV – Avaliar os casos de exceção trazidos pelo professor de Estágio;

V – Ouvir anualmente a exposição de resultados apresentada pelo professor de Estágio, emitindo pareceres e contribuições no sentido de aprimorar o processo e melhor efetivar a formação dos futuros licenciados em História;

VI – Propor alterações no regulamento de estágio quando observada necessidade, encaminhando proposição para o NDE e posteriormente para o colegiado do curso para deliberação e encaminhamento as instâncias competentes;

VII – Deliberar, com o Colegiado de História, sobre casos omissos do presente regulamento;

VIII – Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO VIII – DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 19º - O estágio curricular supervisionado se desenvolverá numa sistemática de orientação e análise crítica dos trabalhos, estabelecendo uma perspectiva de reflexão contínua da experiência profissional oferecida ao professor em formação. A avaliação privilegiará o acompanhamento no processo e será parte integrante do trabalho educativo. É de

responsabilidade coletiva, uma vez que a colaboração dos colegas e demais profissionais da área da educação é fator de crescimento, de responsabilidade social e de ajuda efetiva para a construção do conhecimento. Para efeitos legais, o acadêmico estagiário será avaliado pelo professor de estágio e demais profissionais que o acompanharão em suas atividades, mas sendo prerrogativa do professor de estágio o parecer final quanto ao desempenho do acadêmico.

Parágrafo único: Em função dos objetivos e atividades propostas, serão observados os seguintes procedimentos:

I – Participação ativa e desempenho no decorrer das atividades teórico-práticas previstas em cada uma das etapas de estágio;

II – Registro e apresentação parcial e final das atividades desenvolvidas, conforme solicitação do professor supervisor do estágio;

III – Considerações feitas pelos professores, equipe técnico-pedagógica da escola campo de estágio, através de documentação de acompanhamento;

IV – O acadêmico estagiário que for considerado insuficiente em uma das atividades do estágio terá nova oportunidade para refazê-la, desde que em tempo previsto para conclusão total do estágio;

V – A aprovação exigirá uma nota anual, mínima 7,0 (sete) numa escala de 0 (zero) a 10,0 (dez), que representará o processo global, em suas dimensões teóricas e práticas e o cumprimento integral da carga horária estabelecida para cada atividade de estágio, registradas em documento próprio;

VI – Em caso de reprovação no Estágio Supervisionado, o acadêmico deverá refazê-lo integralmente;

VII – O exercício domiciliar, direito do aluno, poderá ser ofertado nas atividades de planejamento, organização e elaboração do estágio; as atividades práticas (nas instituições campos de estágio) deverão ser cumpridas integralmente, mesmo fora do cronograma estabelecido pelo professor de estágio e em período concentrado, desde que dentro do ano que abriga o estágio.

CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20º - Conforme necessidade, poderão ser estabelecidos novas normas e critérios para a realização do estágio curricular supervisionado, desde que atendam o presente regulamento.

Art. 21º - São partes integrantes, como anexos deste regulamento, todos os documentos, formulários e fichas de estágio.



Art. 22º - Os casos omissos no presente regulamento são resolvidos pelo Colegiado de Matemática da Unespar – Campus de Paranaguá, no âmbito de suas competências.

Art. 23º - Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições anteriores.



11.2-Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 1º – Para a Defesa de TCC, os Artigos devem ser apresentados em 3 (três) vias impressas frente e verso e 1 cópia digital em PDF enviada via e-mail ao coordenador do TCC e ao orientador.

Art. 2º – Para a Banca de Qualificação do TCC, os Artigos devem ser apresentados em 2 (duas) vias impressas frente e verso e 1 cópia digital em PDF enviada via e-mail ao coordenador do TCC e ao orientador com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do trabalho concluído.

Art. 3º – O texto do artigo final encaminhado à Banca de Defesa deverá ter a seguinte formatação:

3.1) Extensão mínima de 12 (doze) páginas, e extensão máxima de 15 (quinze) páginas. Referências bibliográficas, lista de fontes / documentos, lista de arquivos e anexos não contam para o número de páginas mínimo e máximo do texto do artigo.

3.2) Texto em fonte Times New Roman, tamanho 12, entrelinha 1,5 e alinhamento justificado.

3.3) Margens: superior e inferior de 2,0 cm e esquerda e direita de 3,0 cm.

3.4) Numeração de página no início da página à direita.

3.5) Título centralizado em negrito.

3.6) Nome do autor do Artigo, abaixo do título alinhado à direita.

3.7) Nome e titulação do Professor Orientador do TCC abaixo do nome do autor do Artigo alinhado à direita.

3.8) Resumo de no máximo 10 linhas, com espaçamento simples e alinhamento justificado.

3.9) De 3 a 5 palavras-chave separadas com ponto e vírgula e em letras minúsculas (empregar maiúsculas somente quando o caso exigir: nomes próprios, por exemplo).

3.10) O texto deverá ser estruturado com introdução, desenvolvimento e conclusão.

3.11) O parágrafo deverá ter recuo de 1,5 cm a partir da margem.

3.12) Referências deverão identificar o autor ou o documento com o sistema de citação curta no corpo do texto na mesma fonte e tamanho de fonte do texto. Exemplo: (SILVA, 2015, p. 28).

3.13) Citações curtas, de até três linhas, deverão ser feitas no corpo do texto e entre aspas. As citações longas, com mais de três linhas, deverão ser feitas em destaque e sem aspas, com fonte Times New Roman, tamanho 10, em espaço simples, recuo de 4 cm da margem esquerda com os espaços entre a citação e o corpo do texto de 1,5 cm.

3.14) As notas de rodapé empregadas conforme as normas da ABNT, serão feitas em fonte Times New Roman, tamanho 10, em espaço simples e referem-se a possíveis agradecimentos na realização do trabalho, notas explicativas e qualquer outra necessidade que não possa ser empregada a referência curta.

3.15) Ao final do texto, deverão constar todas as referências bibliográficas utilizadas no trabalho ordenadas por ordem alfabética conforme as normas da ABNT.

3.16) Em seguida às referências bibliográficas deverá constar a lista com as referências das fontes consultadas, que devem ser referenciadas conforme suas categorias (manuscritos, jornais, revistas, leis, pinturas, fotos, filmes, entrevistas, objetos, etc) segundo as normas da ABNT para cada categoria de fonte consultada.

3.17) Em seguida à lista das fontes deverá constar a lista dos arquivos ou acervos públicos e / ou privados consultados durante a pesquisa.

3.18) Imagens, figuras, mapas, gráficos, tabelas e quadros empregados no corpo do texto deverão estar devidamente analisados segundo referencial metodológico específico, pois são documentos que devem ser devidamente criticados. Se tiverem um caráter meramente ilustrativo poderão ser empregados em anexo após as referências bibliográficas e listas.

3.19) Imagens, figuras, mapas, gráficos, tabelas e quadros deverão ser numerados e acompanhados de legenda que deverá estar localizada logo abaixo Imagem, figura, mapa, gráfico, tabela ou quadro com um espaço simples, centralizada em negrito, tamanho 11 e devidamente identificada quanto às suas fontes ou metodologia de construção em nota de rodapé.

11.3-Regulamento de Atividades Complementares

CAPÍTULO I – DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º – Consideram-se Atividades Complementares o conjunto de atividades curriculares e extra-curriculares de caráter científico, cultural, extensionista e acadêmico articuladas com o processo formativo do futuro professor, integrante do projeto pedagógico do Curso de História, realizadas pelos alunos nos termos deste regulamento específico.

Art. 2º – Ao aluno matriculado no curso de licenciatura em História é obrigatório o cumprimento da carga horária de Atividades Complementares fixada na Estrutura Curricular, sendo efetivado ao longo do curso e compreendendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para que uma atividade seja considerada como Atividade Complementar e seja computada na carga horária do aluno, deve ter caráter científico, cultural ou extensionista, possibilitando o enriquecimento curricular do estudante.

§ 1º As Atividades Complementares devem ser cumpridas durante o curso de graduação, de forma concomitante, totalizando 200 horas, sendo 120 horas cumpridas obrigatoriamente como atividade extensionista em que o acadêmico componha equipe executora, conforme o art. 5º, §3, do Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC).

§ 2º As atividades desenvolvidas no Estágio Curricular Obrigatório, o Estágio Supervisionado, não poderão ser computadas como Atividades Complementares, assim como as Atividades Complementares não poderão ser computadas como atividades de Estágio Obrigatório.

§ 3º As atividades complementares realizadas pelo estudante constarão no seu histórico escolar com o número de horas atribuído.

§ 4º O aluno deverá apresentar todos os certificados referentes às atividades complementares apenas quando ele juntar pontuação igual ou maior que 200 horas, conforme critérios estabelecidos neste regulamento.

§ 5º Os alunos devem entregar cópias dos documentos e apresentar os respectivos originais para serem conferidos e autenticados no momento da entrega. Os documentos devem ser entregues ao coordenador de atividades complementares mediante recibo de entrega.

§ 6º O cumprimento da carga horária das Atividades Complementares é requisito indispensável à colação de grau.

§ 7º A carga horária total informada no inciso primeiro deverá ser cumprida da seguinte forma: 80 horas destinadas a atividades complementares de formação continuada e 120 horas destinadas às atividades extensionistas em que o acadêmico obrigatoriamente componha equipe executora, conforme prevê a Resolução 038/2020 CEPE-Unespar, Instrução Normativa Conjunta 01/2021 PROEC-PROGRAD e Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC), nas modalidades III, IV ou V, respectivamente:

ACEC III: Essa modalidade diz respeito à participação dos discentes em ações extensionistas dos Projetos de Extensão registrados na Unespar, tanto da Graduação como da Pós-Graduação. Os discentes devem ser integrantes da equipe executora do projeto. Não serão contadas as participações em que o estudante não desempenhe uma função de execução no Projeto

ACEC IV: Essa modalidade relaciona-se à participação do estudante em cursos e eventos, como equipe executora, os quais estejam devidamente registrados nas Divisões de Extensão e Cultura dos Campi. Não serão contabilizadas as atividades em que os alunos participarem apenas como ouvintes.

ACEC V: Essa modalidade diz respeito a ações de extensão – tanto projetos, como cursos e eventos – nos quais os discentes atuem como equipe executora, e que não são desenvolvidos no âmbito da Unespar, mas em outras Instituições de Ensino Superior. Nesta modalidade, o limite para cômputo das horas deverá ser de 120 (cento e vinte) horas

CAPÍTULO II – DA COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 3º – A coordenação das atividades complementares será feita por um Coordenador indicado pelo Colegiado do Curso de História, sendo que o exercício desta atividade computará uma aula por semana no Plano de Atividade Docente do Coordenador das atividades complementares, competindo a ele:

- a. Coordenar o processo de desenvolvimento das atividades complementares do curso, conforme este regulamento.
- b. Efetuar o registro, acompanhamento e avaliação das atividades complementares de História, a partir da solicitação do aluno, por período letivo.
- c. Divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de atividades complementares passíveis de realização pelos discentes, indicando os respectivos critérios de pontuação e validação.
- d. O prazo limite para que o aluno apresente os documentos comprobatórios das Atividades Complementares é até os últimos 30 dias letivos do último semestre cursado.

§ 1º Ao Colegiado compete: aprovar as Atividades Complementares dos alunos; exigir a comprovação documental pertinente; atribuir pontuação referente às horas de Atividades Complementares de cada aluno, dentro dos tipos e limites fixados pelo Regulamento, sempre que solicitado pelo coordenador do curso.

§ 2º Os documentos comprobatórios das Atividades Complementares, após serem revisados pelo Coordenador e registrados com a indicação do tipo e carga horária/pontuação, serão

arquivados nas pastas dos alunos no Colegiado de História e computados no sistema acadêmico, pela Coordenação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO III – DA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 4º – Atividades complementares realizadas antes do início do curso não podem ter atribuição de créditos.

Art. 5º – Atividades profissionais voluntárias em áreas afins, realizadas pelos alunos no decorrer do curso podem ser consideradas atividades complementares, desde que previamente autorizadas pelo Colegiado do curso de História, ficando a atribuição de créditos a cargo deste colegiado.

Art. 6º – As Atividades Complementares serão desenvolvidas sem prejuízo das atividades regulares do curso.

§ 1º Para obter o registro das Atividades Complementares, o aluno deverá entregar as atividades realizadas, acompanhadas das cópias dos certificados comprobatórios, ao Coordenador das Atividades Complementares, que preencherá a Ficha para Atividades Complementares (anexo 11.15 deste PPC).

CAPÍTULO IV – DA ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 7º – Serão consideradas como atividades complementares, totalizando o mínimo de 80 horas:

- Atividades científico-culturais do Curso.
- Participação nos Simpósios, Congressos e Cursos dentro da área de Ciências Humanas, sejam eles locais, regionais, nacionais ou internacionais.
- Participação em Feiras de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade.
- Pesquisa de Ensino de História.
- Docência supervisionada junto aos cursos de extensão promovidos pelo Curso de História.
- Produção de monografia (TCC), que não seja obrigatória no curso.
- Participação nas Oficinas de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade.
- Participação em atividades culturais em geral e/ou em atividades socioambientais.
- Participação em atividades de extensão da Unespar.

Art. 8º – Serão consideradas como atividades complementares de caráter extensionista, totalizando o mínimo de 120 horas:

- Organização ou execução de atividades científico-culturais do Curso.
- Organização ou execução de atividades em Feiras de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade.
- Docência supervisionada junto aos cursos de extensão promovidos pelo Curso de História.
- Organização ou execução de atividades nas Oficinas de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade.
- Organização ou execução de atividades em eventos culturais em geral e/ou em atividades socioambientais.
- Organização ou execução de atividades em eventos de extensão da Unespar.

Parágrafo Único – Essas atividades complementares serão consideradas atividades extensionistas, desde que os alunos atuem como protagonistas na organização ou execução da atividade em observância ao Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC).

Art. 9º – Considerando o estabelecido pela LDB 9394/96 e pelas Diretrizes Curriculares dos diversos Cursos de Graduação, que determinam o mínimo de 200 horas em atividades complementares como componentes curriculares, neste regulamento define-se a contagem da carga horária dessas atividades conforme tabela abaixo, sendo que as atividades realizadas pelo aluno devem ser em áreas afins ao curso:

Exemplos de Atividades Complementares – História			
Modalidade	Descrição da atividade	Horas Atribuídas	Comprova
GRUPO I Atividades científico-culturais do Curso e Participação nos Simpósios, Congressos e Cursos dentro da área de Ciências Humanas, sejam	Participação como bolsistas ou voluntários do PIBID, PIC e residência pedagógica, em projetos desenvolvidos no Programa de Iniciação a Docência e Científica da Unespar.	Até 30 horas por ano	Declarações, Certificados, Relatórios, Emitidos pela Instituição responsável; ou pelo Professor proponente da atividade
	Participação como ouvinte em Congressos, Seminários, Simpósios, Jornadas, Ciclo de Palestras, Mesas-Redondas, Workshop, Aula Inaugural, Bancas do TCC do Curso de História.	Até 50 h por ano.	
	Participação com apresentação de	Até 20	

eles locais, regionais, nacionais ou internacionais.	Comunicação Oral e Painel em eventos científicos (congressos, seminários, etc.).	horas por ano	descrita em relatório;
	Participação como bolsistas ou voluntário em projetos desenvolvidos na Unespar.	Até 50 horas por ano.	ou
	Participação em grupos de estudo do Colegiado de História ou afins.	Até 20 horas por ano	Ingresso, programa, “folder”, com resenha da atividade;
	Representante estudantil em: diretorias de Centro Acadêmico, Colegiado docente e discente.	Até 10 horas por ano	ou
	Participação na organização da Semana Acadêmica do Curso de História	Até 20 horas por ano	Declaração dos professores responsáveis pelo projeto.
GRUPO II Participação em atividades junto às escolas da comunidade.	Participação em projetos de organização de Feiras desenvolvidas nas escolas.	Até 20 horas por ano.	
	Organização e aplicação de oficinas junto às escolas da comunidade.	Até 40 horas por ano.	
	Participar da elaboração e da apresentação de materiais desenvolvidos para pesquisa em ensino de História.	Até 20 horas por ano.	
	Participar na organização de Olimpíadas escolares.	Até 20 horas por ano.	
GRUPO III Produção de artigos científicos	Produção e apresentação de artigos científicos.	Até 20 horas por ano	

<p>GRUPO IV</p> <p>Docência supervisionada junto aos cursos de extensão promovidos pelo Colegiado de História, desde que não sejam os obrigatórios no estágio.</p>	<p>Participar como docente, monitor ou auxiliar em atividades de docência promovidas ou acompanhadas por professores do curso.</p>	<p>Até 30 horas por ano.</p>	
<p>GRUPO V</p> <p>Participação em atividades culturais e/ou atividades socioambientais</p>	<p>Participação em atividades culturais como teatro, cinema, atividades esportivas e outros.</p>	<p>Até 10 horas por ano</p>	<p>Ingressos, declarações</p>
	<p>Participação de atividades socioambientais promovidas por órgãos governamentais ou não governamentais</p>	<p>Até 10 horas por ano</p>	<p>Declarações e certificados</p>
<p>Total Mínimo de Horas Computadas:</p>		<p>80h</p>	

Exemplos de Atividades Complementares de Caráter Extensionista – História			
Modalidade	Descrição da atividade	Horas Atribuídas	Comprova
<p>GRUPO I</p> <p>Organização ou execução de eventos científico-culturais do Curso e organização ou</p>	<p>Participação como bolsistas ou voluntários do PIBID e residência pedagógica, em projetos desenvolvidos no Programa de Iniciação a Docência da Unespar.</p> <p>Participação como organizador ou executor em Congressos, Seminários, Simpósios, Jornadas, Ciclo de Palestras, Mesas-Redondas, Workshop, desde que voltados à</p>	<p>Até 30 horas por ano.</p> <p>Até 50 h por ano.</p>	<p>Declarações, Certificados, Relatórios, Emitidos pela Instituição responsável; ou</p>

execução de Simpósios, Congressos e Cursos dentro da área de Ciências Humanas, sejam eles locais, regionais, nacionais ou internacionais.	comunidade externa.			pele Professor
	Participação como bolsistas ou voluntário em projetos de extensão desenvolvidos na Unespar.	Até 50 horas por ano.	50 por ano.	proponente da atividade descrita em relatório;
GRUPO II Organização ou execução de atividades desenvolvidas em escolas da comunidade.	Organização ou execução de projetos de Feiras desenvolvidas nas escolas.	Até 20 horas por ano.	20 por ano.	ou Ingresso, programa, “folder”, com resenha da atividade;
	Organização ou execução de oficinas junto às escolas da comunidade.	Até 40 horas por ano.	40 por ano.	ou Declaração dos professores responsáveis pelo projeto.
	Organização de olimpíadas escolares.	Até 20 horas por ano.	20 por ano.	
GRUPO III Docência supervisionada junto aos cursos de extensão, desde que não sejam os obrigatórios no estágio.	Participar como docente, monitor ou auxiliar em atividades de docência promovidas ou acompanhadas por professores do curso voltadas para a comunidade externa.	Até 30 horas por ano	30 por ano	
GRUPO IV Organização ou execução em atividades culturais e/ou atividades socioambientais.	Organização ou execução de atividades culturais como teatro, cinema, atividades esportivas e outros.	Até 10 horas por ano	10 por ano	Declarações
	Organização ou execução de atividades socioambientais promovidas por órgãos governamentais ou não governamentais.	Até 10 horas por ano	10 por ano	Declarações e certificados

GRUPO V Participação em atividades de extensão.	Participação em Projetos de extensão da Unespar relacionados à área de educação quando: a) Ministrando cursos desde que aprovados na Divisão de Extensão b) Atendimento periódico a grupos de estudantes e professores da rede estadual de ensino da educação básica, na realização de demonstrações e utilização de materiais produzidos nas aulas das disciplinas do curso de História, desde que registrados na Divisão da Extensão.	Até 50 horas por ano.	Declarações e certificados
Total Mínimo de Horas Computadas:		120h	

OBSERVAÇÕES: as atividades são validadas mediante comprovação e avaliação do Professor Coordenador de atividades complementares; o cumprimento de mais de 80 h de atividades complementares não exime o aluno de cumprir o mínimo de 120 h de atividades complementares extensionistas.

Art. 10º – Os alunos, no momento de entrega das atividades complementares, devem preencher formulário próprio (anexo 11.15 deste PPC).

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11º – As atividades complementares de caráter extensionista deverão ser validadas pelo Coordenador de Atividades Complementares, e também, pelo Coordenador de ACEC, conforme o Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC), Art. 11º.

Art. 12º – Os casos omissos do presente regulamento serão resolvidos pela Coordenação de Atividades Complementares, em conjunto com o Colegiado do Curso.

11.4-Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC)

Da Legislação e Conceituação

Art. 1º – A Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação da Unespar dá-se em cumprimento à Resolução 038/2020 – CEPE/Unespar, que, por sua vez, atende ao disposto na Resolução Nº 7/2018 – MEC/CNE/CES, que regulamenta o cumprimento da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei nº. 13.005/2014.

Art. 2º – As atividades de Extensão articulam-se de forma a integrar as ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, a comunicação com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica.

Art. 3º – A Curricularização da Extensão foi implantada no Curso de História do Campus de Paranaguá por meio da adoção de um conjunto de “Ações Curriculares de Extensão e Cultura – ACEC”, que serão desenvolvidos ao longo da formação acadêmica.

Parágrafo Único: De acordo com as legislações acima nominadas, destinou-se uma carga horária de 10% (dez por cento) do total de horas da matriz curricular do Curso para serem cumpridas em atividades de extensão.

Art. 4º – O objetivo das ACEC é a formação integral do estudante, a partir da interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com questões presentes no contexto social. Dessa forma, as ACEC permitem a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular.

Parágrafo Único: A multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são princípios norteadores das ACEC, asseguradas pela relação dialética e dialógica entre diferentes campos dos saberes e fazeres necessários para atuação em comunidade e sociedade.

Da organização das ACEC no Projeto Pedagógico do Curso

Art. 5º – De acordo com a Resolução 038/2020 – CEPE/Unespar, as atividades de ACEC podem ser desenvolvidas em disciplinas ou em ações extensionistas: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço, as quais se organizam em 5 (cinco) modalidades. No Curso de História do Campus de Paranaguá, foi feita a opção pelas modalidades ACEC II, III, IV e V, a saber:

I – ACEC II: Nessa modalidade, encontram-se disciplinas da matriz curricular, voltadas para a formação do perfil do egresso, em que é possível desenvolver atividades extensionistas. Para isso, será separada uma carga horária possível para a execução de atividades de extensão, para as quais deverão ser criados projetos de extensão que serão devidamente registrados na Divisão de Extensão e Cultura do Campus. Os discentes integrarão a equipe executora destes projetos. Poderão também os professores das disciplinas optarem por realizar projeto de extensão unificado que se utilize das cargas horárias destinadas a este fim em cada uma das disciplinas e igualmente possuam discentes como equipe executora;

II – ACEC III: Essa modalidade diz respeito à participação dos discentes em ações extensionistas dos Projetos de Extensão registrados na Unespar, tanto da Graduação como da Pós-Graduação. Os discentes devem ser integrantes da equipe executora do projeto. Não serão contadas as participações em que o estudante não desempenhe uma função de execução no Projeto;

III – ACEC IV: Essa modalidade relaciona-se à participação do estudante em cursos e eventos, como equipe executora, os quais estejam devidamente registrados nas Divisões de Extensão e Cultura dos *Campi*. Não serão contabilizadas as atividades em que os alunos participarem apenas como ouvintes;

IV – ACEC V: Essa modalidade diz respeito a ações de extensão – tanto projetos, como cursos e eventos – nos quais os discentes atuem como equipe executora, e que não são desenvolvidos no âmbito da Unespar, mas em outras Instituições de Ensino Superior.

§ 1º – Por projetos de extensão vinculados à modalidade II de ACEC entende-se:

I – Projetos isolados por disciplina;

II – Projetos integrados por série;

III – Projetos integrados por curso;

IV – Projetos integrados intercursos;

§ 2º – Os alunos matriculados nas disciplinas vinculadas à modalidade II de ACEC podem propor subprojetos a partir de demandas sociais observadas. A aprovação da inserção dos subprojetos fica a cargo dos professores proponentes que deverão justificar a alteração em relatório final devidamente documentado.

§ 3º – As modalidades de ACEC III, IV e V perfazem um total de 120 horas a serem realizadas em quaisquer dessas modalidades a critério dos alunos a partir de oferta de projetos, cursos, eventos ou programas de extensão em que possam atuar como organizadores ou executores, conforme o art. 2º, §1 do Regulamento de Atividades Complementares.

§ 4º - A participação nas modalidades de ACEC III e IV será duplamente certificada, contando também como Atividade Acadêmica Complementar, posto o Regulamento de Atividades Complementares do curso (anexo 11.3 deste PPC) prever o mínimo de 120 horas de atividades complementares extensionistas, conforme a instrução normativa conjunta nº 1/2021 PROEC/PROGRAD, item III, 5.

Art. 6º – Para atender aos objetivos previstos na Resolução 038/2020 CEPE-Unespar, a curricularização de extensão no Curso de História deverá ser realizada nas seguintes disciplinas:

- I – Metodologia da Pesquisa e Extensão: 15 h;
- II – História da África e Cultura Afro-Brasileira: 15 h;
- III – Cultura Indígena e Populações Tradicionais: 15 h;
- IV – Antropologia Social: 15 h;
- V – Memória, Identidade e Patrimônio Histórico: 15 h;
- VI – História do Paraná: 30 h;
- VII – Estágio Supervisionado I: 40 h;
- VIII – Estágio Supervisionado II: 40 h;
- IX – Leitura e Produção de Textos Acadêmicos: 15 h;

Parágrafo Único: O percentual de carga horária destinada a elaboração e execução de ação extensionista é de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária teórica de cada disciplina elencada acima. A exceção das disciplinas de Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II que receberão carga horária de 20% (vinte por cento) da carga horária para elaboração e execução de ação extensionista em conformidade com as normativas que regulamentam estágio supervisionado, perfazendo um total de 200 horas.

Art. 7º – Para o desenvolvimento das ACECs é necessária a participação do professor da disciplina, que disponibilizará carga horária para a ACEC; do estudante que executará as ações de ACEC; e do Coordenador de ACEC, cujas funções estão determinadas pelo Art. 10º deste regulamento.

Art. 8º – Cabe ao professor de disciplina com carga horária para ACEC:

- I – Apresentar no Plano de Ensino qual a Carga horária de ACEC e como será cumprida no desenvolvimento da disciplina;
- II – Encaminhar ao Coordenador de ACEC a proposta de Extensão a ser realizada na disciplina para conhecimento e orientação quanto aos registros;
- III – Providenciar a regulamentação junto à Divisão de Extensão e Cultura no Campus acerca da atividade – projeto, curso ou evento – que será realizada, para fins de certificação dos participantes;
- IV – Acompanhar as atividades em andamento e orientar a atuação dos estudantes sempre que necessário;

V – Emitir relatório final da atividade realizada, mencionando os resultados das ações propostas.

Art. 9º – Cabe ao Estudante:

I – Verificar quais disciplinas desenvolverão as ACEC como componente curricular, atentando para as atividades que estarão sob sua responsabilidade;

II – Comparecer aos locais programados para realização das propostas extensionistas;

III – Apresentar documentos, projetos, relatórios, quando solicitados pelos professores que orientam ACEC;

IV – Atentar para o cumprimento da carga horária de ACEC desenvolvida nas modalidades de programas, projetos, cursos e eventos, disciplinadas no Projeto Pedagógico do Curso;

V – Consultar as informações do Coordenador de ACEC quanto às possibilidades de participação em Projetos e ações extensionistas desenvolvidas no âmbito da Unespar, às quais podem ser contabilizadas;

VI – Apresentar ao Coordenador de ACEC os certificados e comprovantes das atividades realizadas a fim de que sejam computadas as horas em documento próprio para envio à Secretaria de Controle Acadêmico, para o devido registro em sua documentação (conforme o anexo 11.16 deste PPC).

Art. 10º – Compete ao Coordenador de ACEC, conforme disposto no art. 11º da Resolução 038/2020 – CEPE/Unespar:

I – organizar, acompanhar e orientar as atividades da curricularização da extensão efetivadas pelos estudantes dentro deste regulamento;

II – verificar a execução das atividades de extensão realizadas pelos estudantes em concordância com o PPC;

III – elaborar um registro dos programas, projetos e eventos de extensão diretamente relacionados às modalidades apresentadas no Art. 5º deste regulamento e divulgar entre os estudantes;

IV – articular as atividades entre os coordenadores de projetos de extensão e docentes que ministrem disciplinas com carga horária de extensão;

V – registrar as atividades de extensão dos estudantes e emitir relatório final confirmando a conclusão da carga horária e posterior arquivamento nas pastas de cada discente junto ao Controle Acadêmico da Divisão de Graduação.

Parágrafo Único: o exercício da atividade de coordenador de ACEC computará no Plano de Atividade Docente do coordenador: duas horas semanais para turmas de até oitenta alunos; três horas semanais para turmas acima de 80 e até 120 alunos; e quatro horas semanais para turmas acima de 120 alunos, conforme o Artigo 3º da resolução nº 018/2020 da Reitoria-Unespar.

Do Procedimento para Validação das ACEC

Art. 11º – Para o aproveitamento e validação das atividades de ACEC, considera-se necessário:

I – Para as disciplinas que apresentarem carga horária de ACEC, o acadêmico deverá ter aproveitamento em nota e frequência; As ACECs ofertadas nessa modalidade serão consideradas componentes curriculares obrigatórios para o cumprimento das disciplinas.

II – A avaliação das disciplinas deverá estar articulada à prática extensionista e aluno reprovado deverá refazer a disciplina e a ACEC correspondente quando da execução da dependência.

III – Para as ações extensionistas realizadas no âmbito da Unespar, o acadêmico deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades;

IV – Para as ações extensionistas realizadas em outras instituições de Ensino Superior, o acadêmico deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades.

Parágrafo único: O estudante é o responsável pelo gerenciamento das ACEC, as quais deverão ser cumpridas ao longo do Curso de graduação. O estudante pode solicitar ao Colegiado os esclarecimentos que julgar necessários quanto à aceitação de qualquer atividade que não tenha sido prevista pelo Coordenador de ACEC, no âmbito do Curso ou da Unespar.

Art. 12º – O Coordenador de ACEC emitirá relatórios parciais anuais e relatório final do aproveitamento dos estudantes. Ao final do último ano será emitido relatório individual do estudante para envio à DGRAD para comprovação da conclusão das ACECs e posterior arquivamento.

Art. 13º – Em caso de ACEC desenvolvida em disciplinas, o registro do aproveitamento já será computado pela Secretaria de Controle Acadêmico, cabendo ao Coordenador de ACEC apenas fazer os registros na documentação do estudante, para seu controle.

Parágrafo único: Caso o estudante não atinja o aproveitamento necessário para aprovação na disciplina que oferta ACEC, não será possível aproveitar a carga horária de projeto na disciplina.

Disposições Gerais

Art. 14º – Os casos omissos neste regulamento devem ser resolvidos pelo Coordenador de ACEC, tendo sido ouvidos o Colegiado de Curso e as demais partes envolvidas, em reunião(ões) previamente agendada(s). As decisões desses casos sempre serão registradas em atas, com as assinaturas dos participantes da(s) reunião(ões).

Art. 15º – Este regulamento entra em vigor na data de 09/08/2021

Complemento I – Modalidades de Execução das Ações Extensionistas III, IV e V

Serão consideradas atividades extensionistas aquelas que estejam em conformidade à Resolução 038/2020 – CEPE/ Unespar e demais dispositivos regimentais que regulamentam

tais ações. Essas atividades podem coincidir com as Atividades Complementares e para validação, devem ser realizadas no decorrer do Curso, sendo elas:

- I – Atividades profissionais voluntárias em áreas afins;
- II – Atividades científico-culturais do Curso;
- III – Participação como equipe organizadora ou executora em Feiras de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade;
- IV – Docência supervisionada junto aos cursos de extensão promovidos pelo Curso de História;
- V – Participação como equipe organizadora ou executora nas Oficinas de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade;
- VI – Participação como equipe organizadora ou executora em atividades culturais em geral e/ou em atividades socioambientais;
- VII – Participação como integrante de equipe do PIBID e Residência Pedagógica;
- VIII – Participação como equipe organizadora ou executora em eventos ou projetos de extensão desenvolvidos na Unespar ou outras instituições de nível superior;
- IX – Participação como equipe organizadora ou executora da Semana Acadêmica e eventos correlatos do Curso de História e/ou áreas afins;
- X – Participação em projetos de organização e execução de Feiras desenvolvidas nas escolas;
- XI – Organização e execução de oficinas junto as escolas da comunidade;
- XII – Divulgação de resultados de pesquisa científica como retorno de saberes para a comunidade envolvida na ação;
- XIII – Participação como equipe organizadora ou executora em atividades culturais como teatro, cinema, atividades esportivas e outros;
- XIV – Participação como equipe organizadora ou executora de atividades socioambientais promovidas por órgãos governamentais ou não governamentais, desde que respeitadas as normativas de ACEC;
- XV – Participação como ministrante de cursos, minicursos ou oficinas vinculadas à área do conhecimento desde que devidamente cadastrados na Divisão de Extensão;
- XVI – Organização e execução de cursos, minicursos ou oficinas vinculadas à área do conhecimento desde que devidamente cadastrados na Divisão de Extensão.

Casos omissos a esse anexo devem ser resolvidos pelo Coordenador de ACEC, tendo sido ouvidos o Colegiado de Curso e as demais partes envolvidas, em reunião(ões) previamente agendada(s). As decisões desses casos sempre serão registradas em atas, com as assinaturas dos participantes da(s) reunião(ões).

11.5-Ficha Acadêmica de Estágio Supervisionado I



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA I**

Ficha Acadêmica de Estágio Supervisionado I

Nome do(a) Aluno(a):

Cidade de Residência:

Atividades Profissionais:

Profissão	
Local de Trabalho	
Período de Trabalho	
Telefone do Trabalho	
Telefone de Contato	
Contato por e-mail	

Local de Realização do Estágio:

Colégio	
Cidade	
Turno do Estágio	
Nome da Direção	
Observações Gerais:	

Paranaguá, de 20

Assinatura do(a) Estagiário(a)

Assinatura do Professor(a) de Estágio I

11.6-Ficha acadêmica de Estágio Supervisionado II



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA II**

Ficha Acadêmica de Estágio Supervisionado II

Nome do(a) Aluno(a):

Cidade de Residência:

Atividades Profissionais:

Profissão	
Local de Trabalho	
Período de Trabalho	
Telefone do Trabalho	
Telefone de Contato	
Contato por e-mail	

Local de Realização do Estágio:

Colégio	
Cidade	
Turno do Estágio	
Nome da Direção	
Observações Gerais:	

Paranaguá, de 20

Assinatura do(a) Estagiário(a)

Assinatura do Professor(a) de Estágio II

11.7-Modelo de Relatório de Observação da Estrutura da Escola em Estágio I



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA I**

Relatório de Estágio de Observação da Estrutura da Escola

Estabelecimento de Ensino:

Município

Nome do(a) Aluno(a):

ROTEIRO DE ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO DA ESTRUTURA DA ESCOLA

I) ESTRUTURA DA ESCOLA

- 01) Número de salas de aulas;
- 02) Número de salas administrativas;
- 03) Número de salas pedagógicas;
- 04) Número de laboratórios;
- 05) Biblioteca (número de livros de História, livros de atividades e de reflexão);
- 06) Espaço físico (cantina, esporte, atendimentos).

II) ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA ESCOLA

- 01) Atividades direta da Direção;
- 02) Atividades da Secretaria (total de alunos matriculados, total de professores da escola, total de pessoas da parte administrativa e pedagógica).

III) ESTRUTURA PEDAGÓGICA DA ESCOLA

- 01) Atividades da Coordenação, supervisão, orientação ou da Equipe Pedagógica (relações entre a equipe, entre os professores e a Equipe, entre Direção Equipe e Professores):

IV) ESTRUTURA DOCENTE DE HISTÓRIA

- 01) Livros usados para apoio pedagógico;
- 02) Participação em cursos da área;
- 03) Formas de avaliações usadas;

- 04) Técnicas de ações durante as aulas;
- 05) Opinião sobre o Ensino de História na Escola;
- 06) Fazer um Resumo do Projeto do Trabalho Docente em História;

V) ATIVIDADES EXTRACURRICULARES DA ESCOLA

- 01) Reuniões pedagógicas;
- 02) Conselho de Classe;
- 03) Fazer um Resumo do Regimento da Escola;
- 04) Atividades outras como projetos da Escola e da Disciplina da Escola;
- 05) Fazer um Resumo do Projeto Político Pedagógico.

VI) ÓRGÃOS DE APOIO NA ESCOLA

- 01) Associação de Pais, Mestres e Funcionários;
- 02) Resumo do Estatuto da APMF da Escola;
- 03) Grêmio Estudantil;
- 04) Resumo do Estatuto do Grêmio da Escola;
- 05) Conselho Escolar;
- 06) Fazer um Resumo do Estatuto do Conselho Escolar;

VII) AVALIAÇÃO GERAL DO ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO – ITEM A SER DESENVOLVIDO EM 20 LINHAS.

- 01) Aspectos positivos da Escola;
- 02) Ressalvas necessárias;
- 03) Conclusão Geral.

O PRESENTE RELATÓRIO DEVERÁ SER REDIGIDO NA FONTE TIMES NEW ROMAN, TAMANHO 12, COM ESPAÇAMENTO 1,5, CONTEMPLANDO TODOS OS ITENS ACIMA DESCRITOS.

11.8-Modelo de Relatório de Observação da Estrutura da Escola em Estágio II



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA II**

Relatório de Estágio de Observação da Estrutura da Escola

Estabelecimento de Ensino:

Município

Nome do(a) Aluno(a):

ROTEIRO DE ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO DA ESTRUTURA DA ESCOLA

I) ESTRUTURA DA ESCOLA

- 01) Número de salas de aulas;
- 02) Número de salas administrativas;
- 03) Número de salas pedagógicas;
- 04) Número de laboratórios;
- 05) Biblioteca (número de livros de História, livros de atividades e de reflexão);
- 06) Espaço físico (cantina, esporte, atendimentos).

II) ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA ESCOLA

- 01) Atividades direta da Direção;
- 02) Atividades da Secretaria (total de alunos matriculados, total de professores da escola, total de pessoas da parte administrativa e pedagógica).

III) ESTRUTURA PEDAGÓGICA DA ESCOLA

- 01) Atividades da Coordenação, supervisão, orientação ou da Equipe Pedagógica (relações entre a equipe, entre os professores e a Equipe, entre Direção Equipe e Professores):

IV) ESTRUTURA DOCENTE DE HISTÓRIA

- 01) Livros usados para apoio pedagógico;
- 02) Participação em cursos da área;
- 03) Formas de avaliações usadas;

- 04) Técnicas de ações durante as aulas;
- 05) Opinião sobre o Ensino de História na Escola;
- 06) Fazer um Resumo do Projeto do Trabalho Docente em História;

V) ATIVIDADES EXTRACURRICULARES DA ESCOLA

- 01) Reuniões pedagógicas;
- 02) Conselho de Classe;
- 03) Fazer um Resumo do Regimento da Escola;
- 04) Atividades outras como projetos da Escola e da Disciplina da Escola;
- 05) Fazer um Resumo do Projeto Político Pedagógico.

VI) ÓRGÃOS DE APOIO NA ESCOLA

- 01) Associação de Pais, Mestres e Funcionários;
- 02) Resumo do Estatuto da APMF da Escola;
- 03) Grêmio Estudantil;
- 04) Resumo do Estatuto do Grêmio da Escola;
- 05) Conselho Escolar;
- 06) Fazer um Resumo do Estatuto do Conselho Escolar;

VII) AVALIAÇÃO GERAL DO ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO – ITEM A SER DESENVOLVIDO EM 20 LINHAS.

- 01) Aspectos positivos da Escola;
- 02) Ressalvas necessárias;
- 03) Conclusão Geral.

O PRESENTE RELATÓRIO DEVERÁ SER REDIGIDO NA FONTE TIMES NEW ROMAN, TAMANHO 12, COM ESPAÇAMENTO 1,5, CONTEMPLANDO TODOS OS ITENS ACIMA DESCRITOS.

11.9-Ficha de Controle de Observação das Aulas em Estágio I



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA I**

Ficha de Controle do Estágio de Observação de Aulas

Nome do (a) Estagiário(a):

Aula	Data	Horário de Início-Fim	Assunto da Aula	Nome Professor
01				
02				

03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				

13				
14				
15				

Paranaguá, de 20

Assinatura do(a) Aluno(a) Estagiário(a)

Professor(a) do Estágio I

11.10-Ficha de Controle de Observação das Aulas em Estágio II



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA II**

Ficha de Controle do Estágio de Observação de Aulas

Nome do(a) Estagiário(a):

Aula	Data	Horário de Início-Fim	Assunto da Aula	Nome Professor
01				
02				

03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				

13				
14				
15				

Paranaguá, de 20

Assinatura do(a) Aluno(a) Estagiário(a)

Professor(a) do Estágio II

11.11-Ficha para Relatório de Observação em Estágio I



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA I**

Relatório de Observação Estágio I

Aula Observada n°.

Acadêmico(a):

Local do Estágio de Observação:

Data da Observação:

Carga Horária: 01 h/aula

Nome do(a) Professor(a) Observado:

Título ou assunto da aula assistida:

Ano (Série):

DESCRIÇÃO SUCINTA, DE **NO MÁXIMO 30 LINHAS**, DO CONTEÚDO E DA AULA ASSISTIDA – NA FONTE TIMES NEW ROMAN, TAMANHO 12 E ESPAÇAMENTO 1,5.

[Empty rectangular box for content]

Paranaguá, de 20

Assinatura do(a) Estagiário(a)

Professor(a) do Estágio I

11.12-Ficha para Relatório de Observação em Estágio II



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA II**

Relatório de Observação Estágio II

Aula Observada n°.

Acadêmico(a):

Local do Estágio de Observação:

Data da Observação:

Carga Horária: 01 h/aula

Nome do(a) Professor(a) Observado:

Título ou Assunto da aula assistida:

Ano (Série):

DESCRIÇÃO SUCINTA, DE **NO MÁXIMO 30 LINHAS**, DO CONTEÚDO E DA AULA ASSISTIDA – NA FONTE TIMES NEW ROMAN, TAMANHO 12 E ESPAÇAMENTO 1,5.

[Empty rectangular box for content]

Paranaguá, de 20

Assinatura do(a) Estagiário(a)

Professor(a) do Estágio II

11.13-Ficha para Plano de Aula



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA**

Plano de Aula

Acadêmico(a):

Professor(a) da Disciplina:

Dados de Identificação

Escola:

Professor(a):

Disciplina: História

Série:

Duração:

Tema:

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos:

Desenvolvimento:

Metodologia (Descrição da Prática):

Recursos Didáticos:

Formas de Avaliação:

Bibliografia:

Anexo(s):

11.14-Ficha para Texto de Aula



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA**

Texto de Aula

Acadêmico(a):

Professor(a) da Disciplina:

Dados de Identificação

Escola:

Professor(a):

Disciplina: História

Série:

Duração:

Texto:

11.15-Ficha para Atividades Complementares



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA**

Ficha de Acompanhamento de Atividades Acadêmicas Complementares

Aluno(a):

Atividade	Período	Carga Horária Certificada	Carga Horária Considerada (preenchimento pelo coordenador)
TOTAL			

Paranaguá, de 20

Assinatura do Aluno(a)

Assinatura do Coordenador(a)

11.16-Ficha para Atividades Extensionistas



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA**

Ficha de Acompanhamento de Atividades Extensionistas

Aluno(a):

Atividade	Período	Carga Horária Certificada	Carga Horária Considerada (preenchimento pelo coordenador)
TOTAL			

Paranaguá, de 20

Assinatura do Aluno(a)

Assinatura do Coordenador(a)

11.17-Relatório de Práticas Pedagógicas



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA**

Relatório de Práticas Pedagógicas

Aluno(a):

Professor(a):

Disciplina:

Atividade Desenvolvida

Período de Realização:

Local:

Descrição da Atividade (em até 15 linhas):

Resultados (em até 15 linhas):

Paranaguá, de 20

Assinatura do Aluno(a)

Assinatura do Professor(a)



ePROTOCOLO



Documento: **PPHISTORIAPARANAGUAcomasalteracoesindicadasCamaradeGraduacaoCEPE.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em 20/10/2021 16:39.

Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em: 20/10/2021 16:38.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
41f80e4cde812d07993b58e4bc064e8e.

1 **ATA 13/2021 DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL DO COLEGIADO DO**
2 **CURSO DE HISTÓRIA DA UNESPAR – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ**
3 **– CAMPUS PARANAGUÁ.**

4 Aos dezoito dias do mês de outubro de 2021, o Colegiado do Curso de História da
5 Universidade Estadual do Paraná (Unespar) – *Campus* de Paranaguá, reuniu-se
6 extraordinariamente, sob a presidência do coordenador do Curso, Prof. Fábio Hanna,
7 pelo *Google Meet*, às 13h, para discutir e aprovar os seguintes pontos: **1- Leitura e**
8 **aprovação da ata anterior; 2- Alterações, em atendimento ao Parecer da Câmara**
9 **de Graduação do CEPE, nas Adequações do PPC do curso de graduação em**
10 **História –Unespar Paranaguá (Protocolo nº 18.046.355-0), 3- Palavra Livre.**

11 **1-Leitura e aprovação da ata anterior:** o prof. Fábio Hanna abriu a reunião e
12 iniciou a leitura da ata 012/2021 da reunião ordinária do dia 14/10/21, a qual foi
13 aprovada por todos os presentes.

14 **2- Alterações, em atendimento ao Parecer da Câmara de Graduação do CEPE,**
15 **nas Adequações do PPC do curso de graduação em História –Unespar**
16 **Paranaguá (Protocolo nº 18.046.355-0):** A discussão teve início com a
17 apresentação das indicações feitas pela Câmara de Graduação CEPE às
18 adequações do PPC do curso, quais sejam, “1) Revisão do quadro de distribuição
19 das disciplinas com a apresentação das Atividades de Extensão e o que será
20 apresentado no Ementário;

21 2) O regulamento atual de AAC permite ao estudante cumprir as 200 horas
22 obrigatórias sem cumprir as 120 horas de extensão descritas no PPC e no
23 regulamento de ACEC, sendo assim é necessário readequar o Regulamento de AAC
24 de forma que o/a estudante tenha que realizar as 120 horas de extensão
25 obrigatoriamente.

26 3) O regulamento de estágio apresentado aqui se refere à SUPERVISÃO DIRETA, o
27 que não ocorre nos cursos de licenciaturas cuja modalidade de supervisão de estágio
28 é INDIRETA” (Parecer Câmara de Graduação CEPE). Na sequência foram expostas
29 ao colegiado as alterações realizadas e aprovadas pelo NDE (Ata NDE 020/2021 de

30 15 de outubro de 2021) e sistematizadas pelo relator do PPC, prof. Marcelo Carreiro:
31 **1**-Correção da descrição da disciplina de Sociologia Geral no ementário, que
32 erroneamente apontava 15h de extensão (Ementário, p. 47); **2**-Correção da descrição
33 da disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso, que erroneamente apontava carga
34 horária determinada (Ementário, p. 69); **3**-Correção do nome da disciplina de Cultura
35 Indígena e Populações Tradicionais, nomeada erroneamente no Regulamento de
36 Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC), Art. 6º, III, p. 118; **4**- Correção
37 do artigo referenciando as funções do coordenador de ACEC (Regulamento de
38 Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC), Art. 7º, p. 118); **5**-Revisão de
39 todo o quadro de distribuição de disciplinas (p. 41-42); **6**-Correção das cargas horárias
40 das disciplinas de História Moderna e História Contemporânea no ementário (p. 51;
41 53); **7**-Incluída a explicitação de observância do Regulamento de Estágio da Unespar
42 (Resolução 010/2015) para os estágios do curso (Regulamento do Estágio Curricular
43 Supervisionado, p. 94); **8**-Correção da supervisão no estágio, corrigida para
44 INDIRETA (Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, Art. 15º, p. 102); **9**-
45 Reconstrução dos tipos de atividades complementares e suas cargas horárias
46 mínimas, vinculando as atividades complementares às ACEC (Regulamento de
47 Atividades Complementares, Art. 2º, §1, p. 108); **10**- Revisão do Artigo 8º
48 do Regulamento de Atividades Complementares, explicitando as atividades
49 complementares (novo artigo 7º, p. 110) das atividades complementares de caráter
50 extensionista (novo artigo 8º, p. 111), com parágrafo único explicitando a operação
51 das atividades complementares extensionistas observando-se o Regulamento de
52 Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC); **11**- Consequência disso, as
53 tabelas de descrições das atividades também foram refeitas, explicitando as
54 atividades complementares e atividades complementares de caráter extensionista
55 (art. 9º, p. 111-115). A observação da tabela original foi também refeita, incluindo a
56 explicitação dos mínimos de horas em cada tipo de atividade complementar - e,
57 deixando evidente que o cumprimento da carga horária mínima de um dos tipos não
58 afeta o outro (p. 115); **12**- Destaque ao antigo parágrafo único do Art.

59 8º do Regulamento de Atividades Complementares, transformado em Artigo 10º (p.
60 115); **13-** Explicitação do papel dos coordenadores (de atividades complementares e
61 ACEC) na validação de atividades complementares no Regulamento de Atividades
62 Complementares (novo Artigo nº11), p-115; **14-** No Regulamento de Atividades
63 Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC) - Novo parágrafo com a explicitação da
64 dupla certificação das ACEC III e IV como atividades complementares (Art. 5º, §4),
65 (p.118); **15-** Supressão do termo 'extensão' nos ementários das disciplinas de História
66 do Brasil I, História do Brasil II, História do Brasil III, História do Brasil IV, História da
67 América I, História da América II, História Antiga e História Medieval a fim de evitar
68 ambiguidades em relação as disciplinas que contém, ACEC. As disciplinas com ACEC
69 possuem no ementário o termo 'prática extensionista' (p.54-62). **Todas as referidas**
70 **alterações realizadas no PPC pelo NDE, em atendimento à Câmara de**
71 **Graduação CEPE, foram aprovadas por unanimidade.**

72 **3- Palavra Livre:** O prof. José Ronaldo pediu a palavra para informar que a profa. Dra.
73 Juliana Ventura de Souza Fernandes confirmou sua palestra no Ciclo de Palestras
74 "História e Direitos Humanos" deste colegiado para o dia 11 de novembro próximo.
75 Participaram desta reunião os professores José Ronaldo M. Fassheber, Joacir
76 Navarro Borges, Marcelo Carreiro da Silva, César Augusto Tragliari e Lauro Allan
77 Almeida Duvoisin e as professoras Letícia Batistella Silveira Guterres, Liliane da Costa
78 Freitag, Kety Carla De March e Alice Fernandes Freyesleben e a representante
79 discente Larissa Tramuja. Sem mais para o momento, eu, prof. Fábio Hanna,
80 Coordenador do curso de História (Portaria 1011/2019-Unespar Reitoria), lavrei a
81 presente ata que será assinada por mim e pelos demais participantes quando houver
82 o retorno das atividades presenciais.



ePROTOCOLO



Documento: **ATA13de181021REUNIAOEXTRAORDINARIA.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Cesar Augusto Tagliari** em 20/10/2021 16:58, **Alice Fernandes Freyesleben** em 20/10/2021 17:05.

Assinatura Simples realizada por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em 20/10/2021 16:39, **Marcelo Carreiro da Silva** em 20/10/2021 16:51, **Lauro Allan Almeida Duvoisin** em 20/10/2021 16:55, **Kety Carla de March** em 20/10/2021 17:11, **Leticia Batistella Silveira Guterres** em 20/10/2021 17:48, **Liliane da Costa Freitag** em 20/10/2021 17:50, **Jose Ronaldo Mendonca Fassheber** em 20/10/2021 18:07, **Joacir Navarro Borges** em 20/10/2021 19:17.

Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em: 20/10/2021 16:38.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
fabae7bfdaeb8ef9d5f84b39e5f20f5a.



Parecer de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) Centros de Área CCHBE e Divisão de Graduação

1 IDENTIFICAÇÃO

Campus	Paranaguá
Curso	HISTÓRIA
Licenciatura (X)	Bacharelado ()
Decreto de Renovação do Reconhecimento: Nº 1693 de 13 de junho de 2019 do governo do Estado do Paraná	

As análises às adequações realizadas no PPC do Curso de Licenciatura em História evidenciam que o NDE do referido curso engendrou esforços no sentido de atender às demandas contidas no PARECER da Câmara de Graduação, do CEPE/Unespar, aprovado em reunião realizada no dia 14 de outubro de 2021. Ressaltando-se o atendimento respectivo a:

ALTERAÇÃO	Atendido?
No ementário das disciplinas que ofertam Extensão – A disciplina de Sociologia Geral do 1º ano não apresenta ACEC no quadro, no entanto, consta no ementário carga horária de 15 horas, embora não façam menção na Ementa sobre Extensão.	SIM Ementário, página 47
A disciplina de TCC que não consta horas de ACEC no quadro, contém no Ementário.	SIM Ementário, página 69
A disciplina com ACEC é Cultura Indígena e Populações Tradicionais e não História Indígena e Populações Tradicionais;	SIM Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC), Art. 6º, III, página 118
O Artigo 7º do Regulamento faz menção ao/a Coordenador/a de ACEC, indicando o Artigo 9º como aquele que	SIM Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e

LAUDO DE AVALIACAO 003/2021. Assinatura Simples realizada por: **Fernando Yudi Sakaguti** em 18/10/2021 16:55, **Roseneide Maria Batista Cirino** em 18/10/2021 16:56. Inserido ao documento **220.488** por: **Fernando Yudi Sakaguti** em: 18/10/2021 16:55. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **49b0c08c42a8cbef9d1b8db888f347bc**.

Assinatura Simples realizada por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em 20/10/2021 16:39, **Fernando Yudi Sakaguti** em 20/10/2021 16:51, **Roseneide Maria Batista Cirino** em 20/10/2021 18:49. Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em: 20/10/2021 16:38. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **8b3fec2ad5b8448e0deda8e72f64fc30**.



PROGRAD

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



regulamenta a função de coordenador/a, entretanto, é no Artigo 10º que aparece a descrição.	Cultura (ACEC), Art. 7º, página 118
Revisão do quadro de distribuição das disciplinas com a apresentação das Atividades de Extensão e o que será apresentado no Ementário;	SIM 1) páginas 41 e 42 2) Correção das cargas horárias das disciplinas de História Moderna e História Contemporânea no ementário páginas 51 e 53
O regulamento atual de AAC permite ao estudante cumprir as 200 horas obrigatórias sem cumprir as 120 horas de extensão descritas no PPC e no regulamento de ACEC, sendo assim é necessário readequar o Regulamento de AAC de forma que o/a estudante tenha que realizar as 120 horas de extensão obrigatoriamente.	SIM 1) Regulamento de Atividades Complementares, Art. 2º, §1, página 108 2) Regulamento de Atividades Complementares, novo artigo 7º, página 110 3) Regulamento de Atividades Complementares, novo artigo 8º, página 111 4) Regulamento de Atividades Complementares, art. 9º, páginas 111 a 115 5) Regulamento de Atividades Complementares, novo artigo 10º, página 115 6) Regulamento de Atividades Complementares, novo artigo 11, página 115 7) Regulamento de ACEC, novo §4, do artigo 5º, página 118
O regulamento de estágio apresentado aqui se refere à SUPERVISÃO DIRETA, o que não ocorre nos cursos de licenciaturas cuja modalidade de supervisão de estágio é INDIRETA. Recomendamos, todavia, que se observe que o Regulamento de Estágio do curso não faz referência ao Regulamento de Estágio da Unespar (Resol.010/2015); O regulamento de estágio se refere à SUPERVISÃO DIRETA, o que não ocorre nos cursos de licenciaturas cuja modalidade de supervisão de estágio é INDIRETA.	SIM 1) Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, página 94 2) Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, Art. 15º, página 101

LAUDO DE AVALIACAO 003/2021. Assinatura Simples realizada por: **Fernando Yudi Sakaguti** em 18/10/2021 16:55, **Roseneide Maria Batista Cirino** em 18/10/2021 16:56. Inserido ao documento **220.488** por: **Fernando Yudi Sakaguti** em: 18/10/2021 16:55. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **49b0c08c42a8cbef9d1b8db888f347bc.**

Assinatura Simples realizada por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em 20/10/2021 16:39, **Fernando Yudi Sakaguti** em 20/10/2021 16:51, **Roseneide Maria Batista Cirino** em 20/10/2021 18:49. Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em: 20/10/2021 16:38. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **8b3fec2ad5b8448e0deda8e72f64fc30.**



PROGRAD

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná



Parecer Final

Após os apontamentos acima, a Direção do Centro de Área (CCHBE) e Divisão de Ensino de Graduação do Campus, são de parecer favorável à aprovação das alterações propostas no PPC e encaminhamento ao CEPE, tendo em vista ter sido atendido todos os requisitos necessários.

Paranaguá, PR, 18 de outubro de 2021.

Prof. Msc. Fernando Yudi Sakaguti
Diretor do Centro de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação

Profa. Dra. Roseneide Maria Batista Cirino
Chefe da Divisão de Ensino de Graduação

LAUDO DE AVALIACAO 003/2021. Assinatura Simples realizada por: **Fernando Yudi Sakaguti** em 18/10/2021 16:55, **Roseneide Maria Batista Cirino** em 18/10/2021 16:56. Inserido ao documento **220.488** por: **Fernando Yudi Sakaguti** em: 18/10/2021 16:55. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **49b0c08c42a8cbef9d1b8db888f347bc**.

Assinatura Simples realizada por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em 20/10/2021 16:39, **Fernando Yudi Sakaguti** em 20/10/2021 16:51, **Roseneide Maria Batista Cirino** em 20/10/2021 18:49. Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em: 20/10/2021 16:38. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **8b3fec2ad5b8448e0deda8e72f64fc30**.



ePROCOLO



Documento: **ParecerCentrodeAreaDivisaodeGraduacao_Adequacao_ParecerCEPE_Historia.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em 20/10/2021 16:39, **Fernando Yudi Sakaguti** em 20/10/2021 16:51, **Roseneide Maria Batista Cirino** em 20/10/2021 18:49.

Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em: 20/10/2021 16:38.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
8b3fec2ad5b8448e0deda8e72f64fc30.

**UNESPAR - CAMPUS PARANAGUA
COLEGIADO DE HISTÓRIA**

Protocolo: 18.046.355-0
Assunto: Solicita deliberação pelo Conselho de Centro de Ciências Humanas Biológicas e da Educação, do campus da Unespar de Paranaguá, das adequações do PPC do Curso de História/Campus de Paranaguá.
Interessado: FABIO TADEU VIGHY HANNA
Data: 20/10/2021 19:32

DESPACHO

Paranaguá, 20/10/2021.

Prezado Fernando.

Solicito por gentileza, vossa apreciação e encaminhamento para a deliberação no Conselho de Centro de Área de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação (CCHBE) das referidas

alterações, em conformidade com as indicações da Câmara de Graduação CEPE, das adequações do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso de Graduação em História - Licenciatura -, da Universidade Estadual do Paraná - campus de Paranaguá.

At.te.
Fábio Hanna
Coordenador do Curso de História
Unespar/Campus Paranaguá



ePROTOCOLO



Documento: **DESPACHO_6.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em 20/10/2021 19:32.

Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em: 20/10/2021 19:32.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
7cc14cda27dd071db1bc9f207c698201.



Parecer de Projeto Pedagógico de Curso
Centro de Área de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação

1 IDENTIFICAÇÃO

Campus	Paranaguá
Centro de Área CCHBE	Comissão Alessandra da Silva Quadros Zamboni Solange Maria Gomes dos Santos Mauro Roberto dos Santos
Curso	História
Licenciatura (X)	Bacharelado ()
Decreto de Renovação do Reconhecimento: Decreto Nº 1.693, de 13 de junho de 2019, do governo do Estado do Paraná.	

Parecer: Adequações do PPC do curso de História do *campus* de Paranaguá

I – RELATÓRIO

O Colegiado do Curso de História da Unespar *campus* de Paranaguá apresentou as adequações realizadas em seu Projeto Pedagógico de Curso, debatidas e aprovadas em seu Colegiado.

Tais adequações foram apresentadas em atendimento ao Parecer da Câmara de Ensino do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE.

II – MÉRITO

Considerando as adequações feitas no PPC do Curso de Licenciatura em História, no que diz respeito às recomendações estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, esta Comissão verificou que:

Houve correção referente às informações da disciplina de *Sociologia Geral*, ministrada no 1º ano do curso (pág. 47), indicando que a referida disciplina não possui carga horária destinada à extensão (ACEC).

Efetuuou-se correção referente às informações da disciplina de *Trabalho de Conclusão de Curso*, ministrada no 4º ano do curso (pág. 69), esclarecendo que a



PROGRAD

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



referida disciplina não possui carga horária destinada à extensão (ACEC), sendo que também não mais consta carga horária de extensão em seu ementário.

Houve correção referente ao título da disciplina que possui ACEC, indicada anteriormente como *História Indígena e Populações Tradicionais* e corrigida para *Cultura Indígena e Populações Tradicionais* (págs. 41, 64 e 118, Art. 6º).

Houve indicação da disciplina de *Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)* na lista das disciplinas (pág. 40, código 45).

Realizou-se correção na redação do Art. 7º do *Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC)*, indicando apropriadamente o Art. 10º do referido Regulamento como o descritor das funções inerentes ao Coordenador de ACEC (pág. 118).

Efetou-se a revisão do Quadro que apresenta a *Distribuição anual/semestral das disciplinas e Ementário*, com vistas à consonância de suas informações. O Ementário tem início na pág. 43, encerrando-se na pág. 87.

Houve adequação na redação do Art. 2º, § 1º do *Regulamento de Atividades Complementares*, explicitando-se a obrigatoriedade do cumprimento de 120 horas de atividades extensionistas dentro do cômputo das 200 horas de atividades complementares (pág. 108).

Houve correção na redação do Art. 15º do *Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado*, descrito como sendo “desenvolvido na forma de supervisão indireta e continuada” (pág. 101).

Por fim, observou-se que no *Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado* foi acrescentada a referência ao Regulamento de Estágio da Unespar - Resolução 010/2015 CEPE/UNESPAR (pág. 94).

III – VOTO DOS RELATORES

Face ao exposto, o parecer da Comissão é favorável às adequações realizadas pelo Colegiado do curso de História, tendo em vista que atendem a todas



PROGRAD

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná



as observações e orientações pontuadas no Parecer emitido pela Câmara de Ensino – CEPE/UNESPAR.

Paranaguá, PR, 20 de outubro de 2021

Profa. Dra. Alessandra da Silva Quadros Zamboni
Coordenadora do Colegiado de Letras Inglês

Profa. Solange Maria Gomes dos Santos
Conselheira do CCHBE - Colegiado de Matemática

Prof. Mauro Roberto dos Santos
Coordenador do Colegiado de Matemática



ePROCOLO



Documento: **ParecerComissaoHistoria_2021_RespostaaoparecerCEPE.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Mauro Roberto dos Santos** em 21/10/2021 11:44.

Assinatura Simples realizada por: **Fernando Yudi Sakaguti** em 21/10/2021 11:13, **Alessandra da Silva Quadros Zamboni** em 21/10/2021 11:54, **Solange Maria Gomes dos Santos** em 22/10/2021 14:18.

Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Fernando Yudi Sakaguti** em: 21/10/2021 11:13.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
b25e589bb03ff1cfd75362a532ae8103.

1 **ATA Nº 007/2021 DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DO**
2 **CCHBE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – CAMPUS DE**
3 **PARANAGUÁ**

4 Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta
5 minutos, reuniram-se remotamente, pela plataforma virtual *Google Meet*, os membros
6 do Conselho do Centro de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação (CCHBE), da
7 Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Paranaguá, sob a presidência do Diretor,
8 professor Fernando Yudi Sakaguti. Estiveram presentes os seguintes membros do
9 Conselho: Alessandra da Silva Quadros Zamboni, Cristian Pagoto, Elizabeth Regina
10 Streisky de Farias, Fabiane Fortes, Fábio Tadeu Vighy Hanna, Fabrícia de Souza
11 Predes, José Francisco de Oliveira Neto, Leociléa Aparecida Vieira, Mauro Roberto dos
12 Santos, Marcia Regina de Moura Santos, Roseneide Maria Batista Cirino, Rafael Metri
13 e Solange Maria Gomes dos Santos. Havendo *quórum*, o Diretor declarou aberta a
14 reunião. O Diretor deu início dando as boas-vindas à professora Fabiane Fortes, atual
15 coordenadora do Colegiado de Licenciatura em Ciências Biológicas, e agradeceu a
16 presença de todos. **1. Aprovação da Ata da reunião anterior:** Ato seguinte colocou
17 em votação a ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas.
18 **2. Comunicações e informes:** **a.** O professor Fernando informou que as Eleições para
19 Diretores de Centro de Área, Coordenadores de Curso e Conselheiros dos Conselhos
20 Intermediários e Superiores foram aprovadas no último COU e será realizado de forma
21 remota. As datas foram divulgadas no Edital Nº 001/2021 – Comissão Técnica/Unespar.
22 Ele solicitou aos coordenadores a comunicação aos professores de seus respectivos
23 colegiados. **b.** Segundo o professor Fernando, a Pró-reitora da Prograd, professora
24 Marlete, informou, no último CEPE, que está elaborando um modelo padrão para a
25 organização das páginas dos cursos de graduação. Uma equipe da Prograd auxiliará os
26 coordenadores a implementar este modelo no *site* de cada *Campus*. **c.** O professor
27 Fernando informou que os Diretores de Centro de Área e os Chefes de Divisão de
28 Graduação, juntamente com a Prograd, começarão, na semana que vem, a discutir o
29 calendário acadêmico do ano letivo de 2022. **d.** A professora Roseneide informou aos
30 coordenadores que fiquem atentos a declaração de responsabilidade da IES sobre os
31 acadêmicos que por ventura são habilitados no Enade e não foram inscritos. A data para
32 tal justificativa é 16 de dezembro, mas o coordenador pode ir monitorando a
33 possibilidade de realizar a justificativa antes desta data. **e.** O professor Fernando
34 lembrou aos coordenadores que hoje será realizada a formatura virtual de alunos de
35 todos os cursos do *campus* e informou que a professora Alessandra será a representante
36 do Centro de Área a discursar. Passou-se então à **Ordem do Dia: 3.**
37 **Deliberação/aprovação do Parecer da Comissão, sobre as alterações propostas no**
38 **PPC do Curso de História. Protocolo: 18.046.355-0.** A comissão, composta pelos

Arquivo confere com o físico.

Ata 008/2021. Assinatura Avançada realizada por: **Mauro Roberto dos Santos** em 21/10/2021 11:39, **Leocilea Aparecida Vieira** em 22/10/2021 12:10. Assinatura Simples realizada por: **Fernando Yudi Sakaguti** em 21/10/2021 11:15, **Rafael Metri** em 21/10/2021 11:25, **Marcia Regina de Moura Santos** em 21/10/2021 11:27, **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em 21/10/2021 11:41, **Cristian Pagoto** em 21/10/2021 11:44, **Elizabeth Regina Streisky de Farias** em 21/10/2021 11:46, **Elizabeth Regina Streisky de Farias** em 21/10/2021 11:46, **Alessandra da Silva Quadros Zamboni** em 21/10/2021 11:56, **Fabiane Fortes** em 21/10/2021 12:59, **Jose Francisco de Oliveira Neto** em 21/10/2021 13:41, **Roseneide Maria Batista Cirino** em 22/10/2021 11:50, **Fabricia de Souza Predes** em 22/10/2021 12:08, **Solange Maria Gomes dos Santos** em 22/10/2021 14:06. Inserido ao documento **222.068** por: **Fernando Yudi Sakaguti** em: 21/10/2021 11:15. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **d51547f35f4f91ee099215c7be741710**.

Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Fernando Yudi Sakaguti** em: 22/10/2021 14:19.

39 professores Alessandra da Silva Quadros Zamboni, Mauro Roberto dos Santos e
40 Solange Maria Gomes dos Santos, que avaliou o cumprimento do Parecer da Câmara de
41 Graduação do CEPE, fez a leitura do parecer. O parecer foi aprovado por unanimidade.
42 **4. Deliberação/aprovação do Projeto de Extensão intitulado “VI ENLLIJ -**
43 **Encontro de Leitura e Literaturas Infantil e Juvenil”, da professora Cátia Toledo**
44 **Mendonça, do colegiado de Letras Português. Protocolo: 18.011.357-6.** O projeto foi
45 aprovado por unanimidade. **5. Deliberação/aprovação do Projeto de Extensão**
46 **intitulado “VIII SEUDI”, da professora Roseneide Maria Batista Cirino, do**
47 **colegiado de Pedagogia. Protocolo: 18.036.026-3.** O projeto foi aprovado por
48 unanimidade. **6. Deliberação/aprovação do Projeto de Extensão intitulado “IV**
49 **Seminário do Grupo Margem – Educação, Estado e Pandemia”, do professor João**
50 **Guilherme de Souza Correa, do colegiado de Pedagogia. Protocolo: 18.163.469-3.** O
51 projeto foi aprovado por unanimidade. **7. Deliberação/aprovação do Projeto de**
52 **Extensão intitulado “Educação Especial Inclusiva: socializando conhecimentos**
53 **desconstruindo estereótipos”, da professora Roseneide Maria Batista Cirino, do**
54 **colegiado de Pedagogia. Protocolo: 18.163.438-3.** O projeto foi aprovado por
55 unanimidade. **8. Deliberação/aprovação do Projeto de Extensão intitulado**
56 **“Gramática em Rede”, da professora Luana de Conto, do colegiado de Letras**
57 **Português. Protocolo: 18.175.163-0.** O projeto foi aprovado por unanimidade. **9.**
58 **Deliberação/aprovação do Pedido de Prorrogação do Projeto de Extensão**
59 **intitulado “Diálogos Étnico-Raciais: Ciclos de Palestras e Formação Contínua”, da**
60 **professora Letícia Guterres, do Colegiado de História. Protocolo: 16.712.313-9.** A
61 prorrogação do projeto foi aprovada por unanimidade. **10. Deliberação/aprovação do**
62 **Relatório do Projeto de Extensão intitulado “Centro Cultural da Unespar Palácio**
63 **Mathias Bohn – CCPMB/Paranaguá: Difusor de Educação, Cultura, Arte,**
64 **História e Ciência no Litoral Paranaense”, da professora Erica Piovam de Ulhoa**
65 **Cintra, do colegiado de Pedagogia. Protocolo: 16.795.864-8.** O relatório foi aprovado
66 por unanimidade. **11. Deliberação/aprovação do Relatório do Projeto de Extensão**
67 **intitulado “Extensão em Foco: Ações e Memória dos Projetos de Extensão e**
68 **Cultura na Unespar Campus de Paranaguá”, da professora Erica Piovam de**
69 **Ulhoa Cintra, do colegiado de Pedagogia. Protocolo: 16.698.386-0.** O relatório foi
70 aprovado por unanimidade. **12. Deliberação/aprovação do Relatório do Projeto de**
71 **Pesquisa intitulado “A História das Disciplinas Escolares no Brasil”, da professora**
72 **Liceia Alves Pires, do colegiado de Matemática. Protocolo: 18.140.411-6.** O relatório
73 foi aprovado por unanimidade. **13. Deliberação/aprovação do Relatório do Projeto**
74 **de Pesquisa intitulado “História da Educação e Formação de Professores”, da**
75 **professora Erica Piovam de Ulhoa Cintra, do colegiado de Pedagogia. Protocolo:**
76 **16.069.064-0.** O relatório foi aprovado por unanimidade. **14. Deliberação/aprovação**

Arquivo confere com o físico.

Ata 008/2021. Assinatura Avançada realizada por: **Mauro Roberto dos Santos** em 21/10/2021 11:39, **Leocilea Aparecida Vieira** em 22/10/2021 12:10. Assinatura Simples realizada por: **Fernando Yudi Sakaguti** em 21/10/2021 11:15, **Rafael Metri** em 21/10/2021 11:25, **Marcia Regina de Moura Santos** em 21/10/2021 11:27, **Fabio Tadeu Vighy Hanna** em 21/10/2021 11:41, **Cristian Pagoto** em 21/10/2021 11:44, **Elizabeth Regina Streisky de Farias** em 21/10/2021 11:46, **Elizabeth Regina Streisky de Farias** em 21/10/2021 11:46, **Alessandra da Silva Quadros Zamboni** em 21/10/2021 11:56, **Fabiane Fortes** em 21/10/2021 12:59, **Jose Francisco de Oliveira Neto** em 21/10/2021 13:41, **Roseneide Maria Batista Cirino** em 22/10/2021 11:50, **Fabricia de Souza Predes** em 22/10/2021 12:08, **Solange Maria Gomes dos Santos** em 22/10/2021 14:06. Inserido ao documento **222.068** por: **Fernando Yudi Sakaguti** em: 21/10/2021 11:15. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **d51547f35f4f91ee099215c7be741710.**

Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Fernando Yudi Sakaguti** em: 22/10/2021 14:19.

77 do Mérito Pedagógico sobre a Mudança de Regime de Trabalho, de RT-20 para
78 RT-40, da professora Alice Fernandes Freyesleben, do Colegiado de História.
79 Protocolo: 18.211.300-0. O mérito foi aprovado por unanimidade. 15.
80 Deliberação/aprovação do Pedido de Ascensão de Nível, de Adjunto C para
81 Adjunto D, do professor Fábio Tadeu Vighy Hanna, do Colegiado de História.
82 Protocolo: 18.211.277-1. O pedido de ascensão de nível foi aprovado por unanimidade.
83 16. Deliberação/aprovação do Pedido de Ascensão de Nível, de Adjunto C para
84 Adjunto D, do professor Roseneide Maria Batista Cirino, do Colegiado de
85 Pedagogia. Protocolo: 18.162.831-6. O pedido de ascensão de nível foi aprovado por
86 unanimidade. Nada mais havendo para deliberação, o Diretor do CCHBE agradeceu a
87 presença de todos e encerrou a reunião às onze horas. E, para constar, eu, Márcia
88 Regina de Moura Santos, secretária *ad hoc*, lavro a presente ata, que depois de lida e
89 aprovada, será assinada por mim, pelo Diretor do CCHBE, professor Fernando Yudi
90 Sakaguti, e por todos os presentes.

UNESPAR - CAMPUS PARANAGUA
CENTRO CIÊNCIAS HUMANAS BIOLÓGICAS E DA EDUCAÇÃO

Protocolo: 18.046.355-0
Assunto: Solicita deliberação pelo Conselho de Centro de Ciências Humanas Biológicas e da Educação, do campus da Unespar de Paranaguá, das adequações do PPC do Curso de História/Campus de Paranaguá.
Interessado: FABIO TADEU VIGHY HANNA
Data: 22/10/2021 14:19

DESPACHO

À Pró-Reitora da PROGRAD - Ilma Sra. Profa. Marlete dos Anjos Silva Schaffrath:

Encaminho a proposta de alterações no Projeto Pedagógico do Curso de História do Campus Paranaguá, em atendimento ao Parecer da Câmara de Graduação, para inserção na Pauta da próxima sessão do CEPE.

Informo que a Direção do CCHBE, juntamente com a Divisão de Graduação e a Direção Geral do Campus, são de parecer favorável ao encaminhamento da proposta.

Informo também que o Conselho de Centro de Área também é favorável ao encaminhamento, conforme ponto de pauta no 3 da ata 007/2021 (em anexo), da reunião realizada no dia 21 de outubro de 2021

Paranaguá, PR, 22 de outubro de 2021.

Prof. Ms. Fernando Yudi Sakaguti
Diretor do CCHBE - Campus Paranaguá
Portaria N. 287/2021 - Reitoria/UNESPAR



ePROCOLO



Documento: **DESPACHO_7.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Fernando Yudi Sakaguti** em 22/10/2021 14:19.

Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Fernando Yudi Sakaguti** em: 22/10/2021 14:19.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
63d1cd3aa802befad5b9e1b27bf3e6c0.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
PRÓ-REITOR DE ENSINO E GRADUAÇÃO**

Protocolo: 18.046.355-0
Assunto: Solicita deliberação pelo Conselho de Centro de Ciências Humanas Biológicas e da Educação, do campus da Unespar de Paranaguá, das adequações do PPC do Curso de História/Campus de Paranaguá.
Interessado: FABIO TADEU VIGHY HANNA
Data: 03/11/2021 21:34

DESPACHO

Prezado Prof. Marcos Dorigão
Diretor de Ensino - PROGRAD/UNESPAR
Encaminho para ciência e providências da Diretoria de Ensino o protocolizado do curso de História do campus de Paranaguá, referente ao atendimento às questões apresentadas pelo parecer da Câmara de Ensino do CEPE, conforme descrito nos autos do processo.
Atenciosamente
Profa. Marlete Schaffrath
Pró- Reitora- PROGRAD/UNESPAR



ePROTOCOLO



Documento: **DESPACHO_9.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Marlete dos Anjos Silva Schaffrath** em 03/11/2021 21:35.

Inserido ao protocolo **18.046.355-0** por: **Marlete dos Anjos Silva Schaffrath** em: 03/11/2021 21:34.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
2ea59fd1888ac60827d950cada21f696.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
DIRETORIA DE ENSINO

Protocolo: 18.046.355-0
Assunto: Solicita deliberação pelo Conselho de Centro de Ciências Humanas Biológicas e da Educação, do campus da Unespar de Paranaguá, das adequações do PPC do Curso de História/Campus de Paranaguá.
Interessado: FABIO TADEU VIGHY HANNA
Data: 04/11/2021 10:44

DESPACHO

À
Profa. Dra. Marlete Schaffrath
Pró-Reitora de Graduação - UNESPAR

Encaminhamos a solicitação de Adequações do PPC do Curso de História/Campus de Paranaguá.

O processo está retornando à Câmara de Ensino para análise e avaliação do atendimento às determinações do parecer presente na folha 229 do processo.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Prof. Dr. Marcos Dorigão
Diretoria de Ensino
PROGRAD - UNESPAR

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
PRÓ-REITOR DE ENSINO E GRADUAÇÃO**

Protocolo: 18.046.355-0
Assunto: Solicita deliberação pelo Conselho de Centro de Ciências Humanas Biológicas e da Educação, do campus da Unespar de Paranaguá, das adequações do PPC do Curso de História/Campus de Paranaguá.
Interessado: FABIO TADEU VIGHY HANNA
Data: 04/11/2021 14:33

DESPACHO

Prezada Profa. Ivone Cecatto
Secretária dos Conselhos Superiores da Unespar

Encaminho o protocolizado referente à adequações do PPC do curso de História do campus de Paranaguá, para apreciação e deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão- CEPE, e inclusão na pauta da reunião do dia 23/11/2021.

Atenciosamente
Profa. Marlete Schaffrath
Pró- Reitora- PROGRAD

MINUTA - RESOLUÇÃO Nº XXX/2021 – CEPE/UNESPAR

Aprova alterações no Projeto Pedagógico vigente do Curso de Licenciatura em História do *Campus* de Paranaguá da UNESPAR.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO e REITORA DA UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;

considerando os incisos I e IV do Art. 7º do Regimento Geral da Unespar, referentes às atribuições deste Conselho;

considerando a solicitação autuada no protocolado nº 18.046.355-0;

considerando a deliberação contida na Ata da X Sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNESPAR, realizada no dia, pela Plataforma Digital *Microsoft Teams*.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar alterações no Projeto Pedagógico vigente do Curso de Licenciatura em História do *Campus* de Paranaguá, conforme segue:

I – inclui, a partir da página 9 (nove) do Projeto Pedagógico os tópicos “A) *Educação Ambiental*”, “B) *Direitos Humanos*”, “C) *Educação Especial*”, “D) *Evasão*”, “E) *Extensão*” e “ F) *Ensino Semipresencial*”, conforme disposto no Anexo I desta Resolução;

II – altera a estrutura das disciplinas de “Geografia e Educação Ambiental”, “História da África e Cultura Afro-Brasileira”, “Sociologia Geral”, “Antropologia Social”, “Cultura Indígena e Populações Tradicionais”, “História Contemporânea”, “LIBRAS” e “Didática Geral”, conforme Anexo II desta Resolução;

III – inclui a disciplina optativa “História e Direitos Humanos”, com carga-horária de 30h e ementa: “*Estudo histórico da ideia de direitos humanos com base na chamada nova história cultural em diálogo com as ciências sociais, as lutas por direitos e as estratégias de empoderamento dos sujeitos sociais e suas lutas pelo direito a ter direitos*”;

IV – dá nova redação para o Regulamento de Atividades Complementares, conforme Anexo III desta Resolução;

V – dá nova redação para os tópicos: “3.2. *Concepção, Finalidades e Objetivos*” . “3.3. *Metodologia de Ensino e Aprendizagem*” e “3.5. *Perfil do Profissional – Formação Geral*” descritos nas páginas 21 (vinte e um) a 38 (trinta e oito), conforme

Anexo IV desta Resolução;

VI – inclui o novo Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, conforme Anexo V, desta Resolução;

VII – inclui o Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC) disposto no Anexo VI desta Resolução;

VIII – inclui o tópico “7. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO” na página 87 (oitenta e sete) do Projeto Pedagógico, conforme Anexo VII desta Resolução;

IX – redistribui a carga-horária das disciplinas, conforme Anexo VIII desta Resolução;

XI - suprime o termo “extensão” dos ementários das disciplinas de “História do Brasil I”, “História do Brasil II”, “História do Brasil III”, “História do Brasil IV”, “História da América I”, “História da América II”, “História Antiga” e “História Medieval”;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições contrárias.

Art. 3º Publique-se no *site* da UNESPAR.

Paranavaí, xx de de 2021.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora da Unespar
Decreto Nº 6563/2020

(Assinado eletronicamente nos termos do Decreto Estadual nº 7304/2021)

ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº XXX/2021

TÓPICO INCLUÍDOS A PARTIR DA PÁGINA 9 DO PROJETO PEDAGÓGICO

A) Educação Ambiental

Seguindo o estipulado pela Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999; o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002; e a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 (MEC/CNE/CP), as licenciaturas nacionais passam a ter papel de destaque na operacionalização da Política Nacional de Educação Ambiental – o que é prontamente adequado ao sistema de ensino paranaense pela Deliberação nº 04, de 12 de novembro de 2013 (CEE/PR).

Com isto, nossa proposta de organização curricular do curso contempla os temas relacionados à educação ambiental no curso já existente de “Geografia e Educação Ambiental”, na listagem das disciplinas obrigatórias. Adicionalmente, o assunto também será abordado no conjunto de temas que compõem as atividades complementares, promovendo diálogo com demais cursos ofertados pela IES, bem como com diálogo permanente com a sociedade civil da região.

B) Direitos Humanos

Em observação à implementação da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 (MEC/CNE/CP) no sistema de ensino paranaense feita pela Deliberação nº 02, de 13 de abril de 2015 (CEE/CP), o Núcleo Docente Estruturante entende como fulcral a educação em direitos humanos em nosso curso – e, para que ela tenha a justa visibilidade, a organização curricular apresentará este tema como componente explicitamente citado nas ementas de seis disciplinas obrigatórias: “História da África e Cultura Afro-Brasileira”, “Sociologia Geral”, “Antropologia Social”, “Cultura Indígena e Populações Tradicionais”, “Geografia e Educação Ambiental” e “História Contemporânea”.

Adicionalmente, direitos humanos serão tratados como tema transversal para todo o curso, possibilitando aos discentes a integração interdisciplinar – especialmente em diálogo com os demais cursos ofertados pela Universidade, em especial as atividades do CEDH (Centro de Educação em Direitos Humanos), espaço institucional relevante de formação na área de direitos humanos. Dessa forma, o tema também se apresenta como vetor fundamental para a aproximação com a sociedade através de programas de extensão e atividades extracurriculares em contato com a sociedade civil como um todo.

C) Educação Especial

Seguindo o estipulado pela Lei Federal nº 10.436, de 25 de abril de 2002, pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 e pelo Parecer nº 23, de 07 de abril de 2011 (CEE/CES), o curso garante a formação de futuros professores aptos a utilizar

a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) através de disciplina obrigatória própria. Da mesma forma, acolhemos discentes portadores de deficiência a partir da estrutura do campus, em especial na assistência pedagógica e em tradutores de LIBRAS.

Por outro lado, seguindo o estipulado pela Deliberação nº 02, de 15 de setembro de 2016 (CEE), questões associadas à inclusão educacional são abordadas nas disciplinas obrigatórias de “LIBRAS” e “Didática Geral”, além de seminários e eventos institucionais promovidos pelo Núcleo de Educação Especial Inclusiva (NESPI) da Unespar, bem como programações realizadas na rede municipal e estadual de educação aonde a temática relacionada à educação de pessoas com deficiência são pautadas.

Adicionalmente, o acolhimento de discentes portadores de deficiência encontra graves limitações físicas, posto que a infraestrutura do campus, em especial os acessos às salas de aula, ainda não contam com a acessibilidade mínima adequada aos discentes portadores de deficiências.

Finalmente, em atendimento à Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, o curso buscará oferecer identificação e acolhimento de seus discentes no espectro autista a partir da integração com os demais departamentos e graduações da universidade, em especial o NESPI, responsável pela identificação e acolhimento dos discentes portadores de deficiência, espaço institucional também responsável por instrumentalizar os professores com esta demanda.

D) Evasão

Ainda que reconhecendo a chamada “crise das licenciaturas”¹, a Câmara da Educação Superior do Estado (CES), do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR), observou como baixo o índice de concluintes totais quando da aprovação recente da renovação do reconhecimento do curso – e concluiu que estudos devem ser realizados visando “ações que contribuam para elevar o número de alunos concluintes” (Parecer nº 43, de 10 de abril de 2019 (CEE/CES)).

Contudo, antes mesmo da publicação do parecer, o colegiado do curso já começava a analisar sua evasão, com pesquisa levada a cabo entre março e maio de 2019, quantificando a evasão inicial do curso.

Para tal, foram inicialmente levantadas estatísticas quantitativas de participação no curso nas turmas de 2018 e 2019 – que depois foram analisadas qualitativamente na tentativa de traçar um perfil das desistências. Infelizmente, com o impacto da pandemia de COVID-19 em 2020 e em 2021, especialmente com a excepcionalidade de trancamentos de matrículas estipuladas pelo Memorando nº 34/2020 da PROGRAD/Unespar, a continuidade do levantamento das estatísticas de evasão

¹ PEREIRA, Leoclécio D. S. Crise nas Licenciaturas e a Luta pela Educação no Brasil. Uberlândia: Navegando, 2018.



foi inviabilizada. Não obstante, o já analisado nos anos anteriores nos permite esboçar com segurança um quadro de análise, que não deve ser descartado pela ausência de dados adicionais do cenário pandêmico.

D.1) Desistência e Evasão Inicial – Dados Quantitativos

Confrontando-se o registro dos alunos recém-matriculados no curso, os calouros do primeiro ano, com os aprovados ao fim do período letivo, ficam evidentes dois tipos de evasão – alunos que, embora matriculados, nunca chegaram a sequer frequentar propriamente o curso (desistentes) e os alunos que, mesmo tendo frequentado e terminado o primeiro ano, não voltam à faculdade para dar continuidade ao curso (evasão inicial).

Nesse sentido, os dados de 2018 apontam uma grave dinâmica do curso, conforme o gráfico abaixo que apresenta a tabulação dos dados levantados:

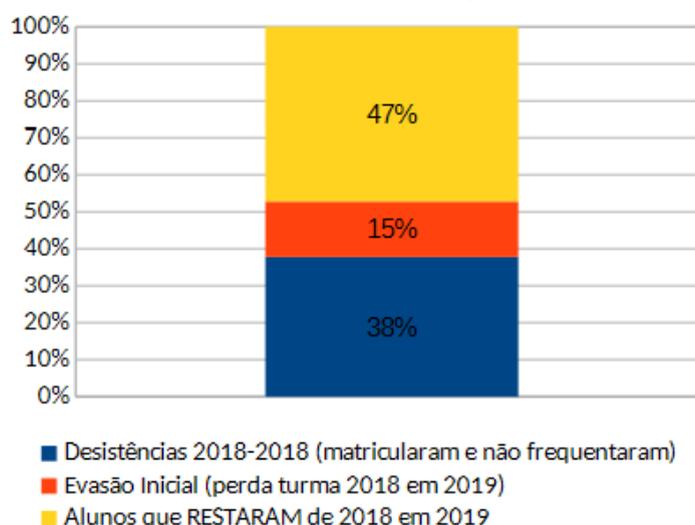


Figura 1: Evasão (2018)

Chama a atenção o elevadíssimo índice dos desistentes da turma de 2018 – 38% dos alunos, embora aprovados no processo seletivo de entrada (seja por vestibular, SISU ou transferências internas e externas), não chegaram sequer a frequentar propriamente o curso.

Essa desistência acaba por gerar um registro formal de alunos sensivelmente diferente da realidade, gerando grande discrepância entre o número de alunos frequentando o curso em relação ao esperado pela listagem oficial de matriculados. Mais ainda, o SIGES apenas identificará as matrículas ativas mas abandonadas consideravelmente depois das desistências – ao menos um ano após elas ocorrerem.

Acompanhando essa desistência, há um elevado índice de evasão entre o primeiro e o segundo ano – 15% da turma de 2018, embora tenha concluído o período letivo, não retorna para dar continuidade ao curso. Com isso, o mesmo problema dos desistentes se repete – os alunos não formalizam sua retirada do curso, e suas matrículas seguem abertas gerando uma totalização de matriculados no SIGES

diferente da real, uma diferença que, mais uma vez, só será corrigida após mais de um ano.

Com ambos os fenômenos, desistências e evasões iniciais, apenas 47% da turma de 2018 seguiu ativa no curso em 2019. Ou seja, um encolhimento extraordinário, com mais da metade (53%) dos calouros abandonando o curso em seus primeiros momentos. Essa dinâmica se repete nos dados da turma de 2019:

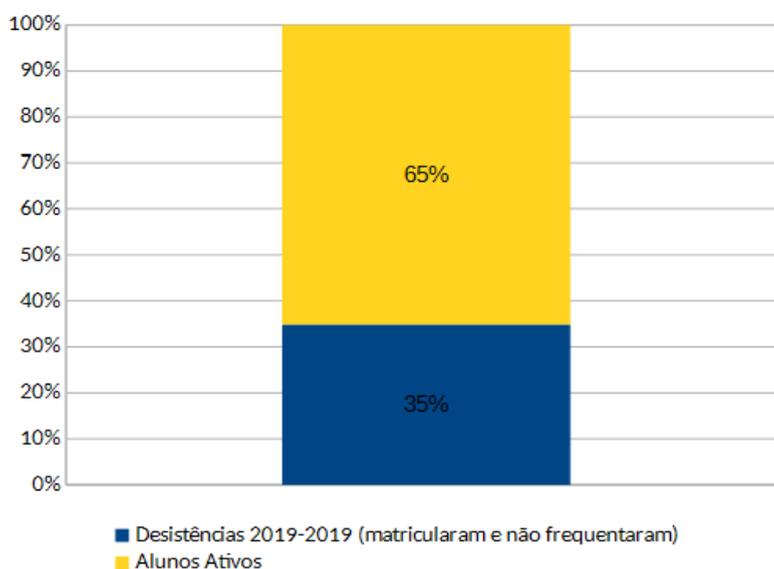


Figura 2: Evasão (2019)

Ainda que apresente um recuo estatisticamente irrelevante de 3 pontos, a desistência se mantém em níveis relevantes – 35% dos calouros matriculados no curso em 2019 jamais frequentaram as aulas. Com isso, pouco mais da metade do curso (65%) permanece, grupo pelo qual ainda incidirá a evasão inicial que, por se manifestar apenas no conturbado ano de 2020, não pôde ser aferida.

Ou seja, temos um quadro consistente em ambas as turmas – menos da metade dos alunos seguem no curso após o primeiro ano.

D.2) Desistência e Evasão Inicial – Dados Qualitativos

Buscando delinear estas estatísticas iniciais, a pesquisa sobre a evasão se desdobrou em uma segunda etapa, na qual cada aluno desistente ou evadido das turmas analisadas, 2018 e 2019, foi entrevistado.

Os contatos, feitos diretamente por telefone em conversas gravadas e arquivadas ou por e-mail e mensagens, foram feitos em abril e maio de 2019 e permitem uma análise qualitativa consistente do quadro de fuga do curso.

Nesse sentido, os desistentes da turma de 2018 identificaram como causa maior de sua retirada do curso:

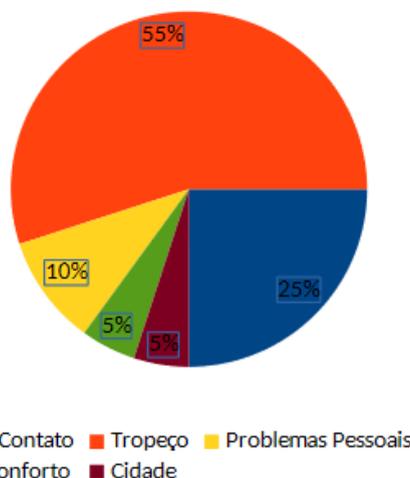


Figura 3: Desistentes (2018)

Ainda que parcela considerável dos desistentes (25%) não tenha participado da pesquisa por não ter sido encontrada a partir de seus dados cadastrais no SIGES, os dados finais são estatisticamente sólidos e apontam alguns problemas específicos.

Parcela marginal dos desistentes, apenas 10% do total de desistentes, explica sua ausência no curso por “problemas pessoais”, um fator sempre esperado nesse tipo de comportamento. No entanto, duas categorias inusitadas pontuam na pesquisa: “desconforto” e problemas no estabelecimento na cidade de Paranaguá, agrupados em “cidade”.

A primeira, ainda que relativamente rara (5%), mostra um desconhecimento fundamental sobre o funcionamento de uma graduação em História. Por outro lado, o item “cidade” se refere ao público que, não sendo da região do litoral paranaense e tendo se matriculado pelo SISU, teve um contato inicial difícil com a cidade de Paranaguá – mais uma vez, um perfil que poderia ser desconsiderado caso também não se confirmasse em 2019. Nesse grupo, pontuaram alunos que foram efetivamente repelidos em seu primeiro contato com a cidade – com relatos de serem admoestados da violência local, das condições sanitárias da cidade, e até mesmo do desconhecimento da população em sequer identificar onde ou o que é a Unespar.

Finalmente, a estatística principal dos desistentes de 2018 foram relatos agrupados na categoria “tropeço” – a maioria, expressa em 55% dos ex-alunos, creditaram sua desistência ao desânimo de, a partir de uma falha inicial, acompanharem o longo percurso anual da turma. Estão nesse grupo os que, por quaisquer motivos, perderam parte das aulas iniciais ou tiveram um desempenho acadêmico entendido por eles próprios como insuficiente no primeiro bimestre.

O que caracteriza o grupo é, assim, a percepção de que houve uma falha ou incapacidade pessoal logo ao início do curso – um “tropeço” precisamente no primeiro passo de uma longa caminhada, que então seria logo abandonada como

uma estratégia de minimização de perdas. Conforme um dos relatos bem exemplificou “melhor sair e perder um mês que ficar e perder um ano”.

Inesperadamente, essa mesma lógica se repete nas estatísticas da evasão inicial da turma de 2018:

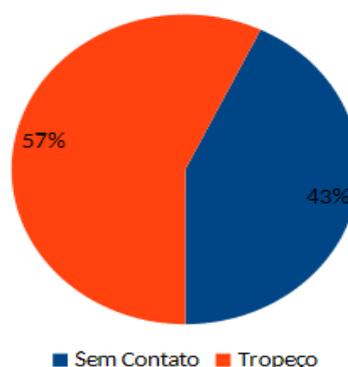


Figura 4: Evasão Inicial (2018-2019)

Como esperado em um grupo que já cursou todo o primeiro ano, a evasão da turma de 2018 em 2019 não apresenta os problemas iniciais grupados nas categorias “desconforto” e “cidade”. E, mais uma vez, a estatística mais relevante é a maioria dos evadidos apontarem o citado “tropeço”, indicando novamente problemas ao início do ano letivo que, na visão dos alunos, não tornaria possível ou desejável um ano inteiro de esforço continuado ao frequentar o curso. Chama a atenção que, deste grupo, uma parcela considerável expressou nas entrevistas a disposição de eventualmente voltar à licenciatura de História.

Finalmente, a análise da turma de 2019 apresenta as mesmas dinâmicas em ação para as desistências, com estatísticas ainda mais sólidas graças ao universo maior de respondentes— aqui, mais uma vez os esperados “problemas pessoais” aparecem (7%) - e “transporte”, também em 7%, surge pela primeira vez como uma causa de desistência do curso que deve ser acompanhada em pesquisas posteriores.

Entretanto, novamente a maior causa da desistência é o “tropeço” inicial, responsável por 40% das desistências da turma de 2019.

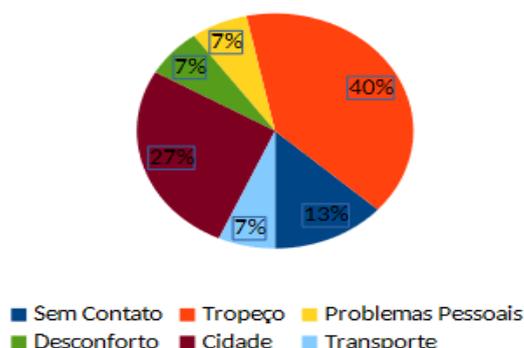


Figura 5: Desistências (2019)

O que vemos é um quadro claro – índices imensos de alunos que sequer acompanham o curso em seu primeiro ano (38% de desistentes em 2018 e 35% em 2019) e taxas expressivas dos que o frequentam no primeiro ano mas não seguem no curso (a evasão inicial, do ano de 2018 para o ano de 2019, é de 15%). Ambas as dinâmicas, da desistência e da evasão inicial, estão diretamente relacionadas à percepção de longa duração do período letivo. Nas entrevistas, ficou evidente que os alunos cogitam inicialmente até mesmo um retorno posterior ao curso – mas, após um ano de espera, sequer lembram da hipótese. Muitos sequer sabendo ainda terem matrículas ativas no SIGES – o que demonstra que o funcionamento interno dos processos formais da Universidade pode ser melhor quando apresentado aos alunos recém-chegados.

Assim, as estatísticas são claras ao apontarem que a periodização do curso é, nos repetidos cenários distintos, a causa principal da perda de alunos, seja na desistência ou na evasão inicial.

D.3) Conclusão: A Semestralização Mista como Estratégia de Enfrentamento à Evasão

Pelas conclusões das pesquisas, dois fatores influem de forma decisiva para a perda de alunos no curso – o “tropeço” inicial e, em menor escala, a hostilidade da cidade com os alunos de fora da região, chegando pelo SISU.

Embora este último fator seja de difícil elucidação, posto que externo à instituição, ainda assim ele comporta medidas paliativas – uma melhor recepção do matriculado, assim como uma apresentação apropriada da Unespar, seus procedimentos internos e seu entorno social, podem ser conjugados com ações de boas-vindas dos próprios estudantes do curso, organizados através de seu DAH. A apropriada recepção dos matriculados pode influir consideravelmente nessa desistência e sugere ações conjuntas da Unespar, do Colegiado de História e do DAH.

Contudo, as estatísticas deixam claro que a maior parte das desistências da turma de 2018 e 2019, assim como da evasão da turma de 2018 durante o ano de 2019, é o chamado “tropeço” inicial, que está diretamente correlacionado à periodicidade do curso – a percepção do aluno de que um longo período acadêmico ainda se seguirá após sua má performance inicial é o ponto-chave da dinâmica.

Repetidas vezes os entrevistados que se encaixaram nessa categoria colocaram o problema como sendo uma contenção de perda, preferindo desistir após um tropeço inicial que esperar inutilmente um ano para tentar novamente a vida acadêmica.

Nesse sentido, a periodização anual do curso deve ser prontamente revista. Ela é a causa subjacente à expressiva perda de alunos nos anos iniciais do curso.

Chama a atenção a periodicidade anual, enquanto os principais cursos de licenciatura em História do Brasil são semestrais – UFF, UFMG, UFRJ, USP, UFPR...



todas as IFES apresentam a periodicidade semestral.

Mesmo as universidades estaduais do Paraná apresentam licenciaturas em História com periodização semestral – é o caso da UEL², UEM³, UNIOESTE⁴ e inclusive da Unespar no *campus* de União da Vitória⁵.

Mesmo o regimento da Unespar capacita o curso a ser alterado em sua periodicidade, passando a ser semestral como os principais cursos no país, conforme seu artigo 50 (com grifo nosso): “A integralização curricular dos cursos de graduação far-se-á pelo regime seriado anual ou regime semestral, de acordo com o Projeto Pedagógico de cada curso nos diferentes *campi*.”⁶.

A semestralização mista, portanto, não apenas é medida relevante para conter a evasão do curso – ela ainda é claramente permitida pelo regimento em vigor da universidade, além de ser prática corrente nos principais cursos semelhantes.

Adaptando-se o Projeto Pedagógico do curso, a semestralidade tem a capacidade de, sem perda de conteúdo, concentrar os estudos dos alunos, evitando a percepção de um ano perdido em caso de “tropeço” – efetivamente, um aluno que comece seus estudos em fevereiro e perceba sua hipossuficiência em um mês, em março, esperaria apenas dois ou três meses para o início de outro período letivo, em um quadro substancialmente diferente da espera atual de até um ano. O reengajamento quase imediato tem a capacidade de reverter a percepção de inadequação do aluno, tornando o curso muito mais dinâmico e atrativo à participação discente.

Adicionalmente, a semestralização mista permite um contexto mais adequado à gestão da agenda do colegiado, comportando de forma muito mais apropriada licenças e imprevistos – que, hoje, afetam um ano inteiro da formação dos alunos. Por sua vez, esse arranjo oferece uma periodização muito mais apropriada para a pesquisa e em especial para a oferta de disciplinas optativas, entendidas como aprofundamentos verticais em temas pontuais.

Fundamental explicitar, que a semestralização mista implica em rearranjo da estrutura de disciplinas do curso – mas sem implicar em perdas programáticas ou de horas-aula, com apenas as disciplinas de 60 horas/aula passando a serem semestrais, enquanto as mais extensas continuam anuais – um regime de oferta de disciplinas, portanto, misto.

Finalmente, a semestralização mista se apresenta como estratégia urgente a

² UNIVERSIDADE Estadual de Londrina (UEL). Resolução n° 129/2018 (CEPE/CA).

³ UNIVERSIDADE Estadual de Maringá. **Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em História** – Campus Ivaiporã. Disponível na internet no endereço http://www.pen.uem.br/site/public/assets/files/19944F3D475A0C509C267FE117F4A9F8/20210309_172839-historia.pdf, acessado em 20 de agosto de 2021.

⁴ UNIVERSIDADE Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Resolução n° 307/2017 (CEPE).

⁵ UNIVERSIDADE do Estado do Paraná (Unespar). Resolução n° 83/2018 (CEPE). 6 de novembro de 2018.

⁶ UNIVERSIDADE do Estado Do Paraná (Unespar). **Regimento Geral da Universidade Estadual do Paraná**. 5 de Dezembro de 2014.

partir da análise de nossas estatísticas de evasão – motivo fulcral da atual revisão do Projeto Político Pedagógico. Contudo, sua adoção não implica no abandono de eventuais outras medidas de combate à evasão, sendo apenas a estratégia inicial do Núcleo Docente Estruturante ao lidar com o grave cenário de crise estrutural da “crise das licenciaturas”, em parceria nas ações a serem desenvolvidas pela Unespar e pela Superintendência de Ensino Superior do Estado do Paraná – conforme especificado no parecer nº 43/2019 da CEE/PR, última renovação do curso.

E) Extensão

A readequação deste Projeto Pedagógico também se justifica pela necessidade de inserção das Ações Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC), atendendo ao disposto na Resolução Nº 7/2018 (MEC/CNE/CES), que regulamenta o cumprimento da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei nº. 13.005/2014 e a Resolução 038/2020 (CEPE/Unespar). As atividades de Extensão articulam-se de forma a integrar as ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, a comunicação com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica. Embora ações extensionistas estivessem presentes no Projeto Pedagógico original, não estavam regulamentadas conforme essas normativas. Para atender às novas regras, inserimos no projeto as disciplinas que receberão carga horária extensionista, assim como o regulamento para a realização das atividades extensionistas.

F) Ensino Semipresencial

Readequamos nossa matriz curricular contemplando o ensino semipresencial, entendido conforme definido pela portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, do MEC como “quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrado na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilize tecnologias de comunicação remota”.

Entendemos o ensino semipresencial como estratégia de supressão das aulas aos sábados, atendendo nossos alunos trabalhadores e também sendo parte de nossas ações no ativo combate à evasão através do uso complementar e pontual de ferramentas de ensino remoto – sem que isso implique, de forma alguma, a alteração do caráter presencial do curso.

ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº XXX/2021

NOVA ESTRUTURA DAS DISCIPLINAS DE “GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL”, “HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA”, “SOCIOLOGIA GERAL”, “ANTROPOLOGIA SOCIAL”, “CULTURA INDÍGENA E POPULAÇÕES TRADICIONAIS”, “HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA”, “LIBRAS” E “DIDÁTICA GERAL”

DISCIPLINA	CARGA-HORÁRIA TOTAL	EMENTA	BIBLIOGRAFIAS
“Geografia e Educação ambiental”	90h	Estudos a partir das relações pedagógicas entre geografia e Educação para o Meio Ambiente visando a compreensão das múltiplas relações entre grupos sociais e natureza, conforme as contribuições epistemológicas da Geografia, via articulação com a prática de ensino.	<p>BIBLIOGRAFIA: BERRY, THOMAS. O Sonho da Terra. Petrópolis: Vozes, 1991.</p> <p>BORTOLOZZI e FILHO. Diagnostico da educação Ambiental no ensino de Geografia. In Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº 109, p. 145-171, março/2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a07.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2021.</p> <p>BORTOLOZZI, A., PEREZ FILHO, A. Educação ambiental e reconstrução da cidadania. In Revista Sociedade e Natureza. Uberlândia, v. 6, nº 11/12, p. 41-45, 1994.</p> <p>BRANCO, Samuel Murgel. O Meio Ambiente em Debate. São Paulo: Moderna, 2004.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos - temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436p.</p> <p>CALVENTE, M. D. C. H. ARCHELA, R. S.. GRATÃO, L. H (orgs.). Múltiplas geografias: ensino, pesquisa, reflexão. Londrina: Humanidades, 2007.</p> <p>CUNHA, S. B.. GUERRA, A. J. T. (org.) Geomorfologia do Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.</p> <p>DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. 4º ed. São Paulo: Gaia, 1994.</p> <p>DREW, DAVID. Processos Interativos Homem-meio ambiente. São Paulo:</p>

			<p>Difel, 1996.</p> <p>FIALHO, Edson Soares. A geografia escolar e as questões ambientais. In Revista Ponto de Vista, Viçosa, v. 5, n° 1, p. 49-64, 2008.</p> <p>FREITAS, I. A. História ambiental e geografia: natureza e cultura em interconexão. In Geo UERJ, Rio de Janeiro, Ano 9, v. 2, n° 17, 2°, p. 20-33, Sem. 2007.</p> <p>GUERRA, A.T.. GUERRA, A. J. T. Novo dicionário Geológico-Geomorfológico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.</p> <p>HOGAN, DANIEL JOSEPH. Crescimento Demográfico e Meio Ambiente. In Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Campinas, v. 8, p. 61-69, dez. 1991.</p> <p>LEINZ, V.. AMARAL, S.E. Geologia Geral. 11° ed. São Paulo: Editora Nacional, 1989.</p> <p>MILLER, G. TYLER. Ciência Ambiental. 11° ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.</p> <p>OLIVEIRA, M. M.. FARIAS, P. S. C.. SÁ, A. J.. O meio ambiente na geografia crítica e na geografia humanística: desafios metodológicos para uma didática reflexiva do espaço na escola. Revista de Geografia. Recife, v. 25, n° 3, p. 108-121, set/dez. 2008.</p> <p>PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. In Estudos Avançados, São Paulo, v.24, n° 68, p. 81-101, 2010.</p> <p>POPP, J.H. Geologia do Geral. 4° ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.ROSS, J. L. S. Geomorfologia: ambiente e planejamento. São Paulo: Contexto, 1990.</p> <p>STRAHLER, A.N., STRAHLER, A.H. Geografia física. 3° ed. Barcelona: Omega, 2000.</p> <p>ZEPPONE, R. M. Educação ambiental: teorias e práticas escolares. Araraquara: JM, 1999.</p>
História da África e Cultura	90h	Estudos históricos sobre o continente africano e a formação	ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. Em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e da cultura

Afro-Brasileira		<p>das identidades afro-brasileiras, através da revisão crítica da historiografia e as questões étnico-culturais pertinentes a temática articulando pesquisa, ensino e prática extensionista.</p>	<p>afro brasileira: uma conversa com os historiadores. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 21, nº 41, p.05-20, 2008.</p> <p>BASTIDE, Roger. As Américas Negras. Rio de Janeiro: Difel, 1974.</p> <p>BRUNSCHWIG, Henri. A partilha da África Negra. São Paulo: Perspectiva, 1974.</p> <p>CANÊDO, Letícia. A descolonização da Ásia e da África. São Paulo: Atual, 1985.</p> <p>CORNEVIN, Marianne. Apartheid: poder y falsificación de la historia. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.</p> <p>LAMBERT, Jean-Marie. História da África Negra. Goiânia: Kelps, 2001.</p> <p>MESGRAVIS, Laima. A colonização da África e da Ásia. São Paulo: Atual, 1994.</p> <p>PEREIRA, Francisco José. Apartheid. O horror branco na África do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1985.</p> <p>REBELO, Manuel dos Anjos da Silva. Relações entre Angola e Brasil – 1808-1830. Lisboa, 1970.</p> <p>SILVA, Alberto da Costa e. Das mãos do oleiro – aproximações. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.</p> <p>SILVA, Alberto da Costa e. A enxada e a lança. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.</p> <p>SILVA, Alberto da Costa e. DE SOUZA, Francisco Felix. Mercador de escravos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.</p> <p>SILVA, Alberto da Costa e. A manilha e o libambo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.</p> <p>VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX. Salvador: Corrupio, 1987.</p> <p>KI-ZERBO, J. (Ed.). História Geral da África – Volume I – Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.</p> <p>MOKHTAR G. (Ed.). História geral da África – Volume II – África antiga. Brasília: UNESCO, 2010.</p> <p>EL FASI M.. HRBEK I. (Ed.). História geral da África – Volume III – África do</p>
-----------------	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>século VII ao XI. Brasília: UNESCO, 2010.</p> <p>NIANE, D. T. (Ed.). História geral da África – Volume IV – África do século XII ao XVI. Brasília: UNESCO, 2010.</p> <p>OGOT, B. A. (Ed.). História geral da África – Volume V – África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010.</p> <p>AJAYI, J. F. A. (Ed.). História geral da África – Volume VI – África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010.</p> <p>BOAHEN, Albert Adu (Ed.). História geral da África – Volume VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2° ed. Brasília: UNESCO, 2010.</p> <p>MAZRUI, A. A.. WONDJI, C. (Ed.). História geral da África – Volume VIII África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.</p>
Sociologia Geral	60h	Estudo do pensamento sociológico clássico e contemporâneo a partir de seus conceitos, suas escolas, suas tensões e diálogos com o campo da História e dos Direitos Humanos.	<p>BAKUNIN, Mickail. Deus e o Estado. Genebra: Gráfica Juraciana, 1882.</p> <p>BARROS, Eduardo Portanova. Aspectos de uma sociologia do imaginário na pós-modernidade: a razão sensível. Fórum Sociológico. [Online], v. 1. n° 25, p. 81-86, 2014. Disponível online em <http://sociologico.revues.org/920?lang=pt>. Acesso em 20 de agosto de 2021.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. O poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.</p> <p>COMTE, Augusto. O espírito positivo. 1° ed. Porto: Rés-Editora Ltda, 1977._____. Comte – Coleção os pensadores. São Paulo: Ed. Abril, 1980.</p> <p>DURKHEIM, Émilie. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2005.</p> <p>DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2005.</p> <p>WEBER, Max. Socialismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.</p> <p>ELIAS, Norbert. Solidão dos moribundos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.</p> <p>_____. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998._</p>

			<p>_____. O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.</p> <p>JUNQUEIRA, Lília. A noção de representação social na sociologia contemporânea. In Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 18, nº 19, p. 145-161, 2005.</p> <p>MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas, vol. 1. S. Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1961.</p> <p>_____. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Brasília: Editora UnB, 1985.</p>
Antropologia Social	90h	As contribuições do pensamento e das teorias da antropologia social e da etnografia a partir de seus conceitos, suas escolas, suas tensões, seus eixos temáticos e de suas relações com os direitos humanos e outros campos da ciência enquanto métodos de análise e intervenção social, articulando ensino, pesquisa e prática extensionista.	<p>AUGÉ, Marc. Dios como objeto: símbolos, cuerpos, materias, palabras. Barcelona: Editorial Gedisa, 1988.</p> <p>BENNEDICT, Ruth. Padrões de Cultura. Lisboa: Livros do Brasil, 1961.</p> <p>BOAS, Franz. 1996. Language and Culture. New York: The Free Press, 1996. Brasileiro, 1988.</p> <p>CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.</p> <p>COPANS, Jean et al. Antropologia: Ciência das Sociedades Primitivas? Lisboa, Edições 70, 1971.</p> <p>CUNHA, M. Manuela Carneiro (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo, Cia. Das Letras. 1998.</p> <p>DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva, 1980.</p> <p>_____. Símbolos naturales: exploraciones en cosmología. Madrid: Alianza Editorial, 1978.</p> <p>DUMONT, Louis. Homo Hierarchicus: The Caste System and Its Implications. Nueva Dehli: Oxford University Press, 1999.</p> <p>DURKHEIM, Émile. As formas Elementares da Vida Religiosa. São Paulo: MartinsFontes, 1996.</p>

			<p>_____. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1990.</p> <p>ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.</p> <p>EVANS-PRITCHARD, E. Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.</p> <p>FRAZER, Sir James. O Ramo de Ouro. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.</p> <p>GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 1989.</p> <p>_____. O Saber Local. Petrópolis: Vozes, 1998.</p> <p>GLUCKMAN, Max (editor). Essays on the rituals of social relations. Nueva York: The Humanities Press, 1966.</p> <p>HERTZ, Robert. Preeminência da Mão Direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. In <i>Religião e Sociedade</i>, Rio de Janeiro, N° 6, p. 99-128, 1980.</p> <p>KUPER, Adam. Antropologia y Antropólogos: la escuela británica 1922-1972. Barcelona: Anagrama, 1973.</p> <p>LEACH, Edmund. Sistemas Políticos na Alta Birmânia. São Paulo: EDUSP, 1996.</p> <p>LEENHARDT, Maurice. Do Kamo: La persona y el mito en el mundo melanesio. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1961.</p> <p>LÉVI-BRULH, Lucien. El Alma Primitiva. Barcelona: Península, 1974.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.</p> <p>_____. Antropologia Estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.</p> <p>_____. As Estruturas Elementares do Parentesco. Petrópolis: Vozes, 1995.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes Trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</p> <p>LINTON, Ralph Estudio del hombre. Sección de Obras de Sociología. México: Fondo de Cultura Económica, 1936.</p>
--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>MALINOWSKI, Bronislaw. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril, 1974.</p> <p>MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. Vol. I-II.</p> <p>McMURRIN, S.M. The Tanner Lecture on Human Values. Salt Lake City: U. Utah Press, 1986.</p> <p>MEAD, Margareth, Gregory BATESON. Balinese Character: A Photographic Analysis.</p> <p>MEAD, Margareth. Sexo e Temperamento. São Paulo: Perspectiva, 1982.</p> <p>MORGAN, Lewis. A Sociedade Primitiva. Lisboa: Presença, s/d. Nueva York: The New York Academy of Sciences, 1962.</p> <p>NUNES, Edson (org.). A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, imprevisto e método na Pesquisa Social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.</p> <p>OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Sobre o Pensamento Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo.</p> <p>PEIRANO, Mariza. A Favor da Etnografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.</p> <p>RADCLIFFE-BROWN, A. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1978.</p> <p>SAHLINS, Marshall. Cultura y razón práctica: contra el utilitarismo en la teoria antropológica. Barcelona: Editorial Gedisa, 1988.</p> <p>_____. Ilhas de História. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.</p> <p>STRATHERN, Marilyn. The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia. Berkeley: University of California Press, 1990.</p> <p>TURNER, Victor. O Processo Ritual. Petrópolis: Vozes, 1974.</p> <p>TYLOR, Edward. Cultura Primitiva: los orígenes de la cultura. Madrid: Ed. Ayuso, 1977.</p> <p>WERNER, Dennis. Culturas Humanas: comida, sexo e magia e outros assuntos antropológicos. Petrópolis: Vozes, 1987.</p>
--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Cultura Indígena e Populações Tradicionais</p>	<p>90h</p>	<p>Estudos das populações indígenas e das populações tradicionais através da compreensão de suas práticas sociais, dos usos sociais e das diversas maneiras com que cada uma das coletividades se apropria de sua cultura e de sua história, articulando ensino, pesquisa e prática extensionista.</p>	<p>ALBERT, Bruce. A Fumaça do Metal: história e representação do contato entre os Yanomami – Anuário Antropológico/89. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.</p> <p>ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. SOUZA, Roberto Martins de Souza. Terras de Faxinais. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), 2009.</p> <p>BALDUS, Herbert. Ensaio de Etnologia Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1937.</p> <p>BORBA, Telêmaco. Actualidade Indígena. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.</p> <p>CLASTRES, Hélène. Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani. São Paulo: Brasiliense, 1978.</p> <p>CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.</p> <p>_____. Guerra, religião e poder. Lisboa: Edições 70, 1980.</p> <p>CRÉPEAU, Robert. Les Kaingang dans le contexte des études Gê et Bororo. In Antropologia et Sovietes, Quebec, vol. 21, N° 2-3. 1997.</p> <p>CUNHA, M. Manuela Carneiro (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo, Companhia das letras, 1998.</p> <p>_____. De amigos formais e pessoa; de companheiros, espelhos e identidades.</p> <p>DAVIS, Shelton. Vítimas do Milagre: o desenvolvimento e os Índios do Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.</p> <p>DEBRET, J. B. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil – Tomo I. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978.</p> <p>EVANS-PRITCHARD, E. Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.</p> <p>FERNANDES, Loureiro. Os Caingangue de Palmas. Curitiba: Arquivos do Museu Paranaense, 1941.</p> <p>FERNANDES, Ricardo Cid. Autoridade Política Kaingang: um estudo</p>
---------------------------------------------------	------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>sobre a legitimidade política entre os Kaingang de Palmas. Florianópolis, 1998. 217 p. Dissertação de Mestrado. PPGAS-UFSC.</p> <p>GRUPIONI, L.D.B. Índios no Brasil. São Paulo: Global editora, 1998. identidades. In Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia, Rio de Janeiro, nº 32, p.31-39, 1979.</p> <p>LADEIRA, Maria Inês. Espaço Geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso. Maringá/São Paulo: Eduem/Edusp, 2008.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes Trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</p> <p>LIMA, Antonio Carlos de Souza. Um Grande Cerco de Paz. Petrópolis: Vozes, 1995.</p> <p>LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, nº13, p. 43-64, 1842.</p> <p>MELATTI, Júlio César. Índios do Brasil. São Paulo/Brasília: Edunb/Hucitec, 1993.</p> <p>MELIÀ, B.. SAUL, M. V. A.. MURARO, V. F. O Guarani: uma bibliografia etnológica. Santo Ângelo: FUNDAMES, Centro de Cultura Missioneira, 1987.</p> <p>METRAUX, Alfred. Handbook of South American Indians. Vol 1: The Marginal Tribes. In Smithsonian Institute, Washington, vol. I, nº 3, p.445-475, 1946.</p> <p>MOTA, Lúcio Tadeu. As Guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: Ed. UEM, 1994.</p> <p>NIMUENDAJÚ, Curt. As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani. São Paulo: Hucitec, 1987.</p> <p>_____. As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani. São Paulo: Hucitec, 1987.</p> <p>_____. Etnografia e Indigenismo. Campinas: Unicamp, 1993.</p> <p>PELLEGRINI, Marcos. Wadubari. São Paulo: Marco Zero, 1993.</p> <p>PISSOLATO, Elizabeth de Paula. A Duração da Pessoa: mobilidade, parentesco</p>
--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>examanismo mbya (guarani). São Paulo: Unesp, 2007.</p> <p>RAMOS, Alcida. Memórias Sanumá: espaço e tempo em uma sociedade Yanomami. São Paulo: Marco Zero, 1990.</p> <p>SANTOS, Sílvio Coelho. Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Ed. Movimento, 1973.</p> <p>SEEGER, Anthony. DA MATTA, Roberto. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B.. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia n° 32, p. 2-19, 1979.</p> <p>SHADEN, E. A Mitologia Heroica de Tribos Indígenas do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1988.</p> <p>SHIRAISHI NETO, Joaquim (org.). Direitos dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil. Manaus: UFAM, 2010.</p> <p>STADEN, Hans. Duas Viagens ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.</p> <p>TOMMASINO, Kimiye et all. Uri e Wãxi. Londrina: Ed. UEL, 2000.</p> <p>VIDAL, Lux. Grafismo Indígena. São Paulo: EDUSP, 1997.</p> <p>VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A fabricação do corpo na sociedade xinguana. In Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia n° 32, p. 40-49, 1979.</p> <p>_____. Metafísicas caníbales: Líneas de antropología postestructural. Buenos Aires: Katz Editores, 2010.</p>
História Contemporânea	115h	Debates sobre questões e historiografias da contemporaneidade – Revolução Francesa; a problemática da modernidade; imperialismo; colonialismo e orientalismo; descolonização de decolonização; comunismos e fascismos no	<p>ARENDDT, Hannah. Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.</p> <p>_____. Sobre a Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.</p> <p>_____. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.</p> <p>BERMAN, Marshal. Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.</p> <p>BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 2°</p>

		<p>“pequeno século XX”;</p>	<p>edição. DE DECCA, Edgar. O Colonialismo como Glória do Império. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. O Século XX: O Tempo das Incertezas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. FALCON, Francisco. O Capitalismo Unifica o Mundo? In: REIS FILHO, Daniel Aarão. O Século XX: O Tempo das Incertezas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. FERGUSON, Niall. A Guerra do Mundo. São Paulo: Planeta, 2015. _____. Civilização: Ocidente x Oriente. São Paulo: Planeta, 2016. 2ª Edição. _____. Império. São Paulo: Planeta, 2017. 2ª Edição. FERRO, Marc. A Reviravolta da História: A Queda do Muro de Berlim e o Fim do Comunismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011._ _____. O Ocidente Diante da Revolução Soviética: A História e seus Mitos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. FUKUYAMA, Francis. O Fim da História e o Último Homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. GEARY, Patrick K. O Mito das Nações: A Invenção do Nacionalismo. São Paulo: Conrad, 2005. GELLNER, Ernest. Nacionalismo e Democracia. Brasília: Editora UnB, 1981. GILBERT, Martin. A História do Século XX. São Paulo: Planeta, 2016._ _____. A Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014. HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 22ª Edição. _____. A Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 _____. A Era dos Impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. _____. Nações e Nacionalismos Desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 4ª Edição._ _____. A Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 5ª edição.</p>
--	--	-----------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>HUNTINGTON, Samuel P. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.</p> <p>JAMES, Harold. The End of Globalization. Cambridge: Harvard University Press, 2002.</p> <p>JUDT, Tony. Pós-Guerra: Uma História da Europa Desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.</p> <p>LÊNIN, Vladimir. Que Fazer? São Paulo: Hucitec. 1988.</p> <p>LEVITSKY, Steven. ZIBLATT, Daniel. Como as Democracias Morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.</p> <p>MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1998.</p> <p>MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011. _ _____. O Capital: Crítica da Economia Política – Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2006.</p> <p>MÉSZÁROS, István. A Teoria da Alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.</p> <p>POLANYI, Karl. A Grande Transformação. São Paulo: Campus, 1980.</p> <p>PROUDHON, Pierre Joseph. A Propriedade é um Roubo e Outros Escritos Anarquistas. Porto Alegre: L&PM, 1998.</p> <p>RANCIÈRE, Jacques. O Ódio à Democracia. São Paulo: Boitempo, 2014.</p> <p>RICHARD, Lionel. A República de Weimar. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.</p> <p>RUNCIMAN, David. Como a Democracia Chega ao Fim. São Paulo: Todavia, 2018.</p> <p>SAID, Edward. Orientalismo. Companhia das Letras, 2007.</p> <p>SERVICE, Robert. Camaradas: Uma História do Comunismo Mundial. Rio de Janeiro: Difel, 2016.</p> <p>SNYDER, Timothy. Sobre a Tirania: Vinte Lições do Século XX para o Presente. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.</p>
--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>SOBOUL, Albert. A Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. 7ª Edição.</p> <p>TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. O Século Sombrio. Rio de Janeiro: Campus, 2004.</p> <p>TODOROV, Tzvetan. Os Inimigos Íntimos da Democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.</p> <p>VOVELLE, Michel. A Revolução Francesa Explicada á Minha Neta. São Paulo: Editora Unesp, 2007.</p> <p>ZAKARIA, Fareed. O Mundo Pós-Americano. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.</p> <p>ZEDONG, Mao. O Livro Vermelho. São Paulo: Martin Claret. 2003.</p>
LIBRAS	60h	<p>Surdez (Cultura). História da Educação dos Surdos. Aspectos Linguísticos da Libras; Variações Históricas e Sociais. Bilinguismo – Novo enfoque na Educação dos Surdos. Desenvolvimento Linguístico. Português como segunda Língua. Políticas Públicas e Legislação na Educação dos Surdos. Intérprete de Libras. Parâmetros Principais e secundários da Libras. Classificadores em Libras. Libras em contexto.</p>	<p>GUARINELLO, Ana Cristina. O papel do outro na escrita do sujeito surdo. São Paulo: Plexus, 2007.</p> <p>ESTADO DO PARANÁ. Lei Estadual nº 12.095, de 11 de março de 1998 – Reconhece Oficialmente, Pelo Estado Do Paraná, A Linguagem Gestual Codificada na Língua Brasileira de Sinais-Libras e Outros Recursos de Expressão a Ela Associados, Como Meio de Comunicação Objetiva e de Uso Corrente.</p> <p>SKLIAR, Carlos. Atualidades da Educação Bilíngue para Surdos. Vol. 2. Porto Alegre: Mediação, 1999.</p> <p>_____. (Org.) Educação e exclusão. Abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.</p> <p>_____. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.</p> <p>STROBEL, Lílian Karin. FERNANDES, Sueli. Aspectos Linguísticos das LIBRAS. Curitiba: SEED/SUED/DEE. 1998.</p> <p>STROBEL, Karin Lílian et all. Falando com as mãos. Curitiba: Secretaria de estado de Educação. 1998.</p>

Didática Geral	90h	A história da “didática” e o surgimento da didática moderna. A Didática no contexto e das ciências humanas e seus debates contemporâneos. O processo de ensino-aprendizagem e suas relações políticas, culturais e sociais como objeto de análise. As tendências pedagógicas. Acultura escolar. Os estudantes, culturas juvenis e escola na periferia.	CORDEIRO, Jaime. Didática : contexto, educação. São Paulo: Contexto 2007. FORQUIN, Jean. Escola e cultura : as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Medicas, 1993. TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas . Petrópolis: Vozes, 2008. CANDAU, Vera Maria (Org). Didática, currículo e saberes escolares . Rio de Janeiro: DP&A, 2002. COMENIUS. Didática Magna . São Paulo: Wmf, 2006. CONTRERAS, Jose. A autonomia dos professores . São Paulo: Cortez, 2007. LUCKESI, Cipriano. Filosofia da Educação . São Paulo: Cortez, 1990. TEIXEIRA, Adla Besaida (Org). Temas atuais em didática . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
----------------	-----	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ANEXO III DA RESOLUÇÃO Nº XXX/2021 – CEPE/UNESPAR

NOVO REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I - DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º Consideram-se Atividades Complementares o conjunto de atividades curriculares e extracurriculares de caráter científico, cultural, extensionista e acadêmico articuladas com o processo formativo do futuro professor, integrante do projeto pedagógico do Curso de História, realizadas pelos alunos nos termos deste regulamento específico.

Art. 2º Ao aluno matriculado no curso de licenciatura em História é obrigatório o cumprimento da carga horária de Atividades Complementares fixada na Estrutura Curricular, sendo efetivado ao longo do curso e compreendendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para que uma atividade seja considerada como Atividade Complementar e seja computada na carga horária do aluno, deve ter caráter científico, cultural e/ou extensionista, possibilitando o enriquecimento curricular do estudante.

§ 1º As Atividades Complementares devem ser cumpridas durante o curso de graduação, de forma concomitante, totalizando 200 horas, sendo 120 horas cumpridas obrigatoriamente como atividade extensionista em que o acadêmico componha equipe executora, conforme o Art. 5º, §3, do Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC).

§ 2º As atividades desenvolvidas no Estágio Curricular Obrigatório, o Estágio Supervisionado, não poderão ser computadas como Atividades Complementares, assim como as Atividades Complementares não poderão ser computadas como atividades de Estágio Obrigatório.

§ 3º As atividades complementares realizadas pelo estudante constarão do seu histórico escolar com o número de horas atribuído.

§ 4º O aluno deverá apresentar todos os certificados referentes às atividades complementares apenas quando ele juntar pontuação igual ou maior que 200 horas, conforme critérios estabelecidos neste regulamento.

§ 5º Os alunos devem entregar cópias dos documentos e apresentar os respectivos originais para serem conferidos e autenticados no momento da entrega. Os documentos devem ser entregues ao coordenador de atividades complementares mediante recibo de entrega.

§ 6º O cumprimento da carga horária das Atividades Complementares é requisito indispensável à colação de grau.

§ 7º A carga horária total informada no inciso primeiro deverá ser cumprida da



seguinte forma: 80 horas destinadas a atividades complementares de formação continuada e 120 horas destinadas às atividades extensionistas em que o acadêmico obrigatoriamente componha equipe executora, conforme prevê a Resolução 038/2020 - CEPE-Unespar, Instrução Normativa Conjunta 01/2021 PROEC-PROGRAD e Regulamento de ACEC deste PPC, nas modalidades III, IV ou V, respectivamente:

ACEC III: Essa modalidade diz respeito à participação dos discentes em ações extensionistas dos Projetos de Extensão registrados na Unespar, tanto da Graduação como da Pós-Graduação. Os discentes devem ser integrantes da equipe executora do projeto. Não serão contadas as participações em que o estudante não desempenhe uma função de execução no Projeto.

ACEC IV: Essa modalidade relaciona-se à participação do estudante em cursos e eventos, como equipe executora, os quais estejam devidamente registrados nas Divisões de Extensão e Cultura dos *Campi*. Não serão contabilizadas as atividades em que os alunos participarem em apenas como ouvintes.

ACEC V: Essa modalidade diz respeito a ações de extensão – tanto projetos, como cursos e eventos – nos quais os discentes atuem como equipe executora, e que não são desenvolvidos no âmbito da Unespar, mas em outras Instituições de Ensino Superior. Nesta modalidade, o limite para cômputo das horas deverá ser de 120 (cento e vinte) horas.

CAPÍTULO II - DA COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 3º A coordenação das atividades complementares será feita por um Coordenador indicado pelo Colegiado do Curso de História, sendo que o exercício desta atividade computará uma aula por semana no Plano de Atividade Docente do Coordenador das atividades complementares, competindo a ele:

- a. Coordenar o processo de desenvolvimento das atividades complementares do curso, conforme este regulamento;
- b. Efetuar o registro, acompanhamento e avaliação das atividades complementares de História, a partir da solicitação do aluno, por período letivo;
- c. Divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de atividades complementares passíveis de realização pelos discentes, indicando os respectivos critérios de pontuação e validação;
- d. O prazo limite para que o aluno apresente os documentos comprobatórios das Atividades Complementares é até os últimos 30 dias letivos do último semestre cursado.

§ 1º Ao Colegiado compete: aprovar as Atividades Complementares dos alunos; exigir a comprovação documental pertinente; atribuir pontuação referente às horas de Atividades Complementares de cada aluno, dentro dos tipos e limites fixados pelo

Regulamento, sempre que solicitado pelo coordenador do curso.

§ 2º Os documentos comprobatórios das Atividades Complementares, após serem revisados pelo Coordenador e registrados com a indicação do tipo e carga horária/pontuação, serão arquivados nas pastas dos alunos no Colegiado de História e computados no sistema acadêmico, pela Coordenação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO III - DA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 4º Atividades complementares realizadas antes do início do curso não podem ter atribuição de créditos.

Art. 5º Atividades profissionais voluntárias em áreas afins, realizadas pelos alunos no decorrer do curso podem ser consideradas atividades complementares, desde que previamente autorizadas pelo Colegiado do curso de História, ficando a atribuição de créditos a cargo deste colegiado.

Art. 6º As Atividades Complementares serão desenvolvidas sem prejuízo das atividades regulares do curso.

§ 1º Para obter o registro das Atividades Complementares, o aluno deverá entregar as atividades realizadas, acompanhado das cópias dos certificados comprobatórios, ao Coordenador das Atividades Complementares, que preencherá o Formulário de Registro e Avaliação das Atividades (anexo1 deste regulamento),

§ 2º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de curso.

CAPÍTULO IV - DA ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 7º Serão consideradas como atividades complementares, totalizando o mínimo de 80 horas:

- Atividades científico-culturais do Curso;
- Participação nos Simpósios, Congressos e Cursos dentro da área de Ciências Humanas, sejam eles locais, regionais, nacionais ou internacionais;
- Participação em Feiras de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade;
- Pesquisa de Ensino de História;
- Docência supervisionada junto aos cursos de extensão promovidos pelo Curso de História;
- Produção de monografia (TCC), que não seja obrigatória no curso;
- Participação nas Oficinas de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade;

- Participação em atividades culturais em geral e/ou em atividades socioambientais;
- Participação em atividades de extensão da Unespar;
- Participação em atividades culturais em geral e/ou em atividades socioambientais;
- Participação em atividades de extensão da Unespar.

Art. 8º Serão consideradas como atividades complementares de caráter extensionista, totalizando o mínimo de 120 horas:•Organização ou execução de atividades científico-culturais do Curso;

- Organização ou execução de atividades em Feiras de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade;
- Docência supervisionada junto aos cursos de extensão promovidos pelo Curso de História;
- Organização ou execução de atividades nas Oficinas de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade;
- Organização ou execução de atividades em eventos culturais em geral e/ou em atividades socioambientais
- Organização ou execução de atividades em eventos de extensão da Unespar.

Parágrafo Único. Essas atividades complementares serão consideradas atividades extensionistas, desde que os alunos atuem como protagonistas na organização ou execução da atividade em observância ao Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC).

* Atividades complementares que receberam asterisco poderão ser consideradas também como atividades extensionistas desde que os alunos atuem como protagonistas na organização ou execução da atividade em observância aos documentos normativos.

Art. 9º Considerando o estabelecido pela LDB 9394/96 e pelas Diretrizes Curriculares dos diversos Cursos de Graduação, que determinam o mínimo de 200 horas em atividades complementares como componentes curriculares, neste regulamento define-se a contagem da carga horária dessas atividades conforme tabela abaixo, sendo que as atividades realizadas pelo aluno devem ser em áreas afins ao curso:

Exemplos de Atividades Complementares – História			
Modalidade	Descrição da atividade	Horas Atribuídas	Comprova
GRUPO I Atividades científico-culturais do Curso e Participação nos Simpósios, Congressos e Cursos dentro da área de Ciências Humanas, sejam	Participação como bolsistas ou voluntários do PIBID, PIC e residência pedagógica, em projetos desenvolvidos no Programa de Iniciação a Docência e Científica da Unespar.	Até 30 horas por ano	Declarações, Certificados, Relatórios, Emitidos pela Instituição responsável;
	Participação como ouvinte em Congressos, Seminários, Simpósios, Jornadas, Ciclo de Palestras, Mesas-Redondas, Workshop, Aula Inaugural, Bancas do TCC do Curso de História.	Até 50 h por ano.	ou pelo Professor proponente da atividade
	Participação com apresentação de	Até 20	

eles locais, regionais, nacionais ou internacionais.	Comunicação Oral e Paineis em eventos científicos (congressos, seminários, etc.).	horas por ano	descrita em relatório;
	Participação como bolsistas ou voluntário em projetos desenvolvidos na Unespar.	Até 50 horas por ano.	ou Ingresso, programa, "folder", com resenha da atividade;
	Participação em grupos de estudo do Colegiado de História ou afins.	Até 20 horas por ano	ou Declaração dos professores responsáveis pelo projeto.
	Representante estudantil em: diretorias de Centro Acadêmico, Colegiado docente e discente.	Até 10 horas por ano	
	Participação na organização da Semana Acadêmica do Curso de História	Até 20 horas por ano	
GRUPO II Participação em atividades junto às escolas da comunidade.	Participação em projetos de organização de Feiras desenvolvidas nas escolas.	Até 20 horas por ano.	
	Organização e aplicação de oficinas junto às escolas da comunidade.	Até 40 horas por ano.	
	Participar da elaboração e da apresentação de materiais desenvolvidos para pesquisa em ensino de História.	Até 20 horas por ano.	
	Participar na organização de Olimpíadas escolares.	Até 20 horas por ano.	
GRUPO III Produção de artigos científicos	Produção e apresentação de artigos científicos.	Até 20 horas por ano	

<p>GRUPO IV</p> <p>Docência supervisionada junto aos cursos de extensão promovidos pelo Colegiado de História, desde que não sejam os obrigatórios no estágio.</p>	<p>Participar como docente, monitor ou auxiliar em atividades de docência promovidas ou acompanhadas por professores do curso.</p>	<p>Até 30 horas por ano.</p>	
<p>GRUPO V</p> <p>Participação em atividades culturais e/ou atividades socioambientais</p>	<p>Participação em atividades culturais como teatro, cinema, atividades esportivas e outros.</p>	<p>Até 10 horas por ano</p>	<p>Ingressos, declarações</p>
	<p>Participação de atividades socioambientais promovidas por órgãos governamentais ou não governamentais</p>	<p>Até 10 horas por ano</p>	<p>Declarações e certificados</p>
<p>Total Mínimo de Horas Computadas:</p>		<p>80h</p>	

Exemplos de Atividades Complementares de Caráter Extensionista – História			
Modalidade	Descrição da atividade	Horas Atribuídas	Comprova
<p>GRUPO I</p> <p>Organização ou de eventos científico-culturais do Curso e organização ou</p>	<p>Participação como bolsistas ou voluntários do PIBID e residência pedagógica, em projetos desenvolvidos no Programa de Iniciação a Docência da Unespar.</p>	<p>Até 30 horas por ano.</p>	<p>Declarações, Certificados, Relatórios, Emitidos pela Instituição responsável; ou</p>
	<p>Participação como organizador ou executor em Congressos, Seminários, Simpósios, Jornadas, Ciclo de Palestras, Mesas-Redondas, Workshop, desde que voltados à</p>	<p>Até 50 h por ano.</p>	

execução de Simpósios, Congressos e Cursos dentro da área de Ciências Humanas, sejam eles locais, regionais, nacionais ou internacionais.	comunidade externa.			pelo Professor proponente da atividade descrita em relatório; ou Ingresso, programa, "folder", com resenha da atividade; ou Declaração dos professores responsáveis pelo projeto.
	Participação como bolsistas ou voluntário em projetos de extensão desenvolvidos na Unespar.	Até 50 horas por ano.		
GRUPO II Organização ou execução de atividades desenvolvidas em escolas da comunidade.	Organização ou execução de projetos de Feiras desenvolvidas nas escolas.	Até 20 horas por ano.		Declaração dos professores responsáveis pelo projeto.
	Organização ou execução de oficinas junto às escolas da comunidade.	Até 40 horas por ano.		
	Organização de olimpíadas escolares.	Até 20 horas por ano.		
GRUPO III Docência supervisionada junto aos cursos de extensão, desde que não sejam os obrigatórios no estágio.	Participar como docente, monitor ou auxiliar em atividades de docência promovidas ou acompanhadas por professores do curso voltadas para a comunidade externa.	Até 30 horas por ano		
GRUPO IV Organização ou execução em atividades culturais e/ou atividades socioambientais.	Organização ou execução de atividades culturais como teatro, cinema, atividades esportivas e outros.	Até 10 horas por ano		Declarações
	Organização ou execução de atividades socioambientais promovidas por órgãos governamentais ou não governamentais.	Até 10 horas por ano		Declarações e certificados

<p>GRUPO V</p> <p>Participação em atividades de extensão.</p>	<p>Participação em Projetos de extensão da Unespar relacionados à área de educação quando:</p> <p>a) Ministar cursos desde que aprovados na Divisão de Extensão</p> <p>b) Atendimento periódico a grupos de estudantes e professores da rede estadual de ensino da educação básica, na realização de demonstrações e utilização de materiais produzidos nas aulas das disciplinas do curso de História, desde que registrados na Divisão da Extensão.</p>	<p>Até 50 horas por ano.</p>	<p>Declarações e certificados</p>
<p>Total Mínimo de Horas Computadas:</p>		<p>120h</p>	

OBSERVAÇÕES: as atividades são validadas mediante comprovação e avaliação do Professor Coordenador de atividades complementares; o cumprimento de mais de 80 h de atividades complementares não exige o aluno de cumprir o mínimo de 120 h de atividades complementares extensionistas.

Art. 10º Os alunos, no momento de entrega das atividades complementares, devem preencher formulário próprio (anexo 11.15 deste PPC).

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11º As atividades complementares de caráter extensionista deverão ser validadas pelo Coordenador de Atividades Complementares, e também, pelo Coordenador de ACEC, conforme o Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC), Art. 11º.

Art. 12º Os casos omissos do presente regulamento serão resolvidos pela Coordenação de Atividades Complementares, em conjunto com o Colegiado do Curso.

ANEXO IV DA RESOLUÇÃO Nº XXX/2021 – CEPE/UNESPAR

NOVA REDAÇÃO DOS TÓPICOS “3.2. CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS”, “3.3. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM” E “3.5 PERFIL DO PROFISSIONAL – FORMAÇÃO GERAL”, PÁGINAS 21 – 38 DO PPC

3.2. CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

A formação de professores de história em diferentes épocas e lugares esteve marcada pelas finalidades da educação e do ensino. Os cursos de História no país têm sua trajetória marcada por um tempo e lugar específicos. Nos anos 1930 e 40 os pressupostos que marcavam a prática dos saberes na época concebida como modelo tecnicista de formação de professores. Padrão esse, fundado na concepção de que a finalidade do ensino consistia na transmissão de conhecimentos. Cabia ao acadêmico, um papel passivo junto aos saberes que lhe era transmitido.

A reforma universitária de 1968 concorreu para o aprofundamento de tal prática modelar. O isolamento entre teoria e prática materializava-se na constituição de espaços separados: um para a formação teórica na área disciplinar e outro para a formação pedagógica, onde a oferta de disciplinas de práticas de ensino (Estágios) ficava a cargo das faculdades ou departamento de educação/pedagogia. Tratava-se do chamado modelo “3+1”, conforme postulado por Cerri⁷, que consistia em três anos de estudos teóricos dedicados à área específica acrescido de um ano de formação pedagógica, ao final dos quais o estudante deveria estar apto ao enfrentamento da sala de aula. Tal padrão, ao estabelecer a distinção entre licenciatura e bacharelado, asseverava a dicotomia ensino e a pesquisa nas Universidades e por sua vez, também na formação de professores.

Assim, academicamente nasciam os licenciados em História. Grupo cuja formação estritamente técnica/pedagógica não lhe permitia o diálogo historiográfico e o conhecimento teórico-conceitual necessário ao ensino escolar. Os bacharéis, por sua vez, consistiam em um grupo seletivo, ou seja, sujeitos aparelhados para a produção do conhecimento. A esse grupo cabia então a investigação, a análise, a problematização das fontes e enfim, a escrita da História.

Por sua vez, disciplinas, tais como a didática da história definia-se fora dos estudos históricos, já que ministrados por profissionais da área pedagógica. A essa disciplina acadêmica, coubera nesse contexto, o estatuto de uma disciplina voltada para as chamadas técnicas pedagógicas. Contudo, desde a década de 1930, os debates acerca da inclusão da pesquisa no campo da formação de professores já eram recorrentes. Contudo, somente a partir dos anos 1960 e 1970 é que emergem

⁷ CERRI, Luis Fernando. A Formação de Professores de História no Brasil: Antecedentes e Panorama Atual. In História, Histórias. Brasília, vol. 1, nº 2, 2013. p. 167-186.

estudos que apontavam para a superação da dicotomia ensino-pesquisa, modelo esse que instaurava dada racionalidade técnica na formação de professores. Nesse contexto, as pesquisas desenvolvidas por Lawrence Stenhouse e John Elliott acabaram por desencadear um movimento que apregoa professores como pesquisadores', em oposição àquelas visões anteriores. (PEREIRA, 2001).

Após a ditadura civil-militar, as transformações processadas no ensino de história somaram-se às mudanças historiográficas, às novas concepções sobre a formação docente e os saberes escolares e à nova regulamentação dos sistemas educativos que incidiu diretamente nos conteúdos, objetivos e métodos de ensino. A publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997-1998) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (2002) estimularam discussões na Universidade Pública sobre a necessidade de reformulação e flexibilização da formação docente, visando assim o aprimoramento da formação docente.

As novas concepções pedagógicas acrescidas das novas exigências curriculares propalavam um ensino de história que viesse a contribuir na formação de sujeitos críticos transformadores da realidade. Agentes na solução de problemas de sua comunidade, na luta pela valorização do patrimônio sociocultural próprio e de outros povos, no respeito às diferenças culturais, visando evitar qualquer tipo de discriminação e exclusão social, eis o perfil do novo profissional da educação propalado pela política governamental da época (BRASIL, 1998).

Nesse enredo, os anos 1990 colocaram na mesa a preocupação com a cidadania, expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais, vincada pela convicção de que o indivíduo deve se compreender como sujeito atuante nos processos políticos, em todos os níveis de ação social e de governo. A existência dessa preocupação evidencia tanto a estranheza e o distanciamento de grande parte da sociedade brasileira em relação à democracia, quanto o fato de que tal princípio ainda merece ser legitimado. De lá para cá assistimos mudanças na sociedade brasileira, ao passo que as propostas educacionais se mantêm as voltas com a promoção da consciência, dos direitos e da participação política.

Destarte, enquanto os Parâmetros Curriculares Nacionais preconizam consciência, direitos e participação política, estes são solapados pela violência que o Estado brasileiro, e também de setores neoliberais que promovem discursos em prol da falência da educação pública ameaçando esse direito constitucional a pouco conquistado em nossa história recente.

Essa situação paradoxal faz que o aprimoramento da democracia no Brasil dependa, por um lado, de maior persistência no tempo e, de outro, do atendimento de muitas necessidades sociais, decorrentes, por exemplo, da imensa desigualdade e da extrema concentração de renda. Entre essas necessidades figura, também, uma necessária pedagogia democrática e democratizadora do Estado e da sociedade, indutora de valores e comportamentos e que lhes dê consistência e

robustez histórica.

A percepção e a compreensão dessas dificuldades que insistem em obstaculizar as mudanças sociais, necessárias ao enraizamento da democracia no Brasil, necessitam ser alcançadas por pensamentos e práticas críticas, persistentes e rigorosas. Construir um novo PPC é indagar a respeito dos limites e das possibilidades da cidadania e da democracia no Brasil e submeter a uma rigorosa apreciação crítica a formação dos futuros professores–pesquisadores. Fazer do Curso de História da Unespar – *Campus* de Paranaguá um empreendimento renovador e que se efetive na teia do tripé ensino-pesquisa-extensão que sedimenta a Universidade.

Ou seja, novas demandas para a cidadania, do sujeito pensante e participativo, que confere aos estudantes e, também, aos professores, uma posição ativa, reflexiva, dialógica e produtiva diante dos conhecimentos a serem apreendidos na educação básica, foram as questões propositivas daquelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (Resolução nº 02, de 1º de julho de 2015 (MEC/CNE/CP)).

No Brasil, essa proposta de formação é recente, e podemos dizer que ainda está em processo. Da mesma forma, ainda caminhamos para a legitimação de ações educativas que realmente façam a diferença, que permitam aos acadêmicos o pensamento crítico, valendo-se de uma sólida formação, pretendemos esse professor-pesquisador como agente empoderado por uma base historiográfica e conceitual sólida, forjada em um ambiente acadêmico plural, democrático e laico. Tais princípios pressupõem professores que se constroem em pesquisadores por uma prática que nasce de ‘um lugar’ específico que é o campo da história.

Os professores, são agentes de criação inseridos em um campo e, portanto, lugar, conforme os postulados de Certeau⁸ e Bourdieu⁹. Esses sujeitos criativos sistematizam novas ações educativas, recriando, assim, os conteúdos do ensino, como sendo o produto de um discurso histórico e não a totalidade da verdade. Entendendo os conteúdos como narrativas historiográficas e suas ações como práticas sociais engendradas em meio às regras do campo historiográfico, concorrem assim, para a desnaturalização das verdades inseridas nos livros didáticos, por exemplo. Nesse movimento, pretendemos um profissional da educação forjado pelo conceito de “professor pesquisador” e “professor reflexivo” que compreenda e atue na fabricação dos saberes históricos do nosso tempo presente. É, portanto, com base no coletivo das colocações até aqui destacadas e também com base na concepção de que a Universidade é “campo de saber científico”, “espaço democrático e de direitos”, “lugar para a luta em prol da equidade de gênero”, “ambiente de laicidade”, de “combate aos racismos”, e locus de identidades plurais e portanto de legitimidade

⁸ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense: Universitária, 1982.

⁹ BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Tradução de Cássia Silveira e Denise Pegorim. SP, Brasiliense, 2004.

aos direitos humanos que o Colegiado propõe revisar o PPC para esse coletivo de bandeiras, sempre políticas, da contemporaneidade.

Foi ainda no bojo das prescrições da LDB e dos PCN's, que o Projeto Pedagógico de Curso da Licenciatura em História da Unespar – Campus de Paranaguá se reformula, e acrescenta o compromisso de formar professores-pesquisadores para atuação na educação básica voltada para formação de cidadãos plurais e, portanto, como sujeito de direitos como porta de entrada para o fortalecimento e a qualificação da universidade pública como núcleo dinâmico de reflexão crítica, de pesquisa e de atuação na comunidade.

O *Campus* de Paranaguá, unidade que abriga o curso de história que apresentamos, se insere em uma região geográfica que congrega sete municípios do litoral paranaense e conta com uma população de cerca de 300 mil habitantes. Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, compreendem o coletivo dessa municipalidade, a qual tem como principais fontes econômicas as atividades portuárias, praiano-turísticas, agricultura e pesca. Em relação ao município de Paranaguá, destacam-se aquelas atividades ligadas à sua estrutura portuária¹⁰ Na área da educação básica, em dados de 2015, a região do litoral paranaense conta com 341 matrículas em escolas federais, 30 mil em escolas estaduais, 31 mil em escolas municipais e apenas 9 mil na rede particular de ensino¹¹, distribuídas por 200 escolas municipais, 61 estaduais e 61 particulares¹² - dados que a grande maioria da população da região depende exclusivamente do ensino público. Adicionalmente, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos sete municípios que compõem o litoral paranaense não se encontram entre os melhores do estado – Paranaguá é o 32º do ranking de 399 municípios (com IDH de 0,750); Matinhos o 50º (com IDH de 0,743); Pontal do Paraná o 64º (com IDH de 0,738); Guaratuba o 144º (com IDH de 0,717); Antonina o 277º (com IDH de 0,687); Morretes o 285º (com IDH de 0,686); e Guaraqueçaba o 396º (com IDH de 0,587)¹³.

Para termos clareza das dimensões intervencionistas quer seja no ensino, na pesquisa ou nas ações extensionistas é fundamental que reconheçamos essa realidade social e econômica. Essa marca de sociedade não pode ser ignorada, pois ao mesmo tempo em que nos dá o limite geográfico, também indica a dimensão

¹⁰ INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Perfil da Região Turística Litoral do Paraná**. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=977&btOk=ok>. Acesso em 20 de agosto de 2021

¹¹ SINDICATO das Escolas Particulares do Paraná (Sinepe/PR). **Matrículas na Educação Básica na Rede Privada no Paraná (2012 a 2015)**. Disponível em <<http://www.sinepepr.org.br/estatisticas/estatisticas.html>>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

¹² SECRETARIA de Educação do Paraná. **Consulta Escolas**. Disponível em <<http://www4.pr.gov.br/escolas/frmPesquisaEscolas.jsp#>>>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

¹³ INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Segundo os Municípios do Paraná – 1991/2000/2010**. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/IDHM_municipios_pr.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

das novas ações educativas a serem empreendidas nesse novo PPC. A Universidade e o Curso de História da Unespar - *Campus* de Paranaguá deverá assumir que é parte dessa realidade e que nela deve intervir.

É indiscutível que se lance no enfrentamento dessa realidade com ações visando o empoderamento de sua coletividade. Para tanto, o curso de história deve caminhar na direção das demandas sociais de seu território litorâneo. Para tanto, na esteira do PPI da Unespar, o PPC assume uma perspectiva que abriga a realidade da classe trabalhadora, a multiplicidade das necessidades sociais e as múltiplas identidades que perfilham seus sete municípios de abrangência. Para tanto, a aproximação com as realidades escolares e das comunidades local e regional, devem ter no PPC o encontro para o desenvolvimento de projetos educativos vinculados às demandas sociais da coletividade envolvida na área de abrangência do Curso de História da Unespar - *Campus* de Paranaguá.

O acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior dependem de vários fatores. Em primeiro lugar, depende de uma política pública consistente que garanta o transporte escolar gratuito, especialmente para os alunos que se deslocam de outros municípios da região para o município de Paranaguá. Hoje esse transporte depende da boa vontade das Câmaras Municipais e das Prefeituras da região e a Unespar – *Campus* de Paranaguá está em constante diálogo com essas prefeituras para que haja continuidade no serviço de transporte, porém a continuidade do serviço sempre é colocada em questão, gerando apreensão nos alunos que dele dependem.

Outra questão fundamental para garantir a permanência dos estudantes no ensino superior é a existência de um restaurante universitário que garanta refeições balanceadas a um preço subsidiado. Embora seja uma reivindicação antiga, infelizmente o *Campus* de Paranaguá não conta com um restaurante universitário. Também se faz necessário um programa consistente de moradia estudantil, pois com o acesso à Unespar pelo ENEM, muitos estudantes de regiões distantes se veem obrigados a arcar com os custos proibitivos de moradia, o que acaba contribuindo para a evasão.

Dentre as ações voltadas ao acesso e permanência dos estudantes no ensino superior considerando o público atendido pela Unespar ser majoritariamente de alunos trabalhadores podemos destacar as seguintes ações do Curso de História da Unespar – *Campus* de Paranaguá:

1. Buscar a eliminação das aulas aos sábados, pois muitos alunos trabalham nos sábados e não podem frequentar, esse fato tem contribuído para o aumento da evasão;
2. Incentivo ao desenvolvimento de projetos de Iniciação Científica, Iniciação à Docência e Extensão com bolsas, que ajudem a manter os alunos no Curso;
3. Incentivo ao Programa de Monitoria Acadêmica no máximo de disciplinas, com

ênfase naquelas disciplinas que o Colegiado do Curso de História da Unespar – *Campus* de Paranaguá entender mais necessário.

Como parte desse processo coletivo de pensar a prática docente, acreditamos na viabilidade e necessidade de inserir reflexões acerca das diversidades culturais, compreendendo que as formas de fabricações do meio social, político e econômico são processos sociais que se engendram em meio a tensões e conflitos. Do mesmo modo visamos às questões étnico-raciais, dialogando com as diferentes práticas culturais, ou seja, crenças, hábitos, costumes, valores diversos e díspares da realidade cada vez mais dinâmica e fluida. Ao abordar tais temáticas com vistas à compreensão de seus processos constitutivos visamos fomentar a prática da tolerância e alteridade entre a coletividade acadêmica.

Para maior dinamização desse entrecruzamento, propõe-se a organização de uma matriz curricular flexível que atenda às novas tendências historiográficas, o enfrentamento do multifacetado mercado de trabalho e à profissionalização do professor-pesquisador, sujeito a quem se dirige o curso.

É, pois, necessário engendrar a articulação entre o ensino-pesquisa-extensão, implantar um processo de trabalho que leve à criação, consolidação e desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, tendo em vista a dinâmica social em que o curso se insere: população litorânea trabalhadora e plural. Definir-se-ão, também, conteúdos com respectivas metodologias adequadas à nova matriz curricular, às novas disciplinas de ordem legal e aos pressupostos da essencial integração ensino-pesquisa-extensão.

Com esses e os demais expedientes acima destacados pretendemos eliminar a falaciosa separação entre licenciatura e bacharelado; a Universidade deve formar o professor/historiador capaz de atuar em todo e qualquer campo em que o conhecimento de História deva ser aplicado, elaborado e reelaborado; conforme a necessária de superação da distância entre ensino, pesquisa e extensão, coerente com um novo perfil do curso que se quer com a inerente ligação entre o saber e o ser plural que se desdobra na ligação entre o conhecer e agir, teoria e prática, discursos históricos (conteúdos) e técnicas.

A “prática como componente curricular” deve, portanto ser contemplada no rol das disciplinas como porta de entrada para a pesquisa com fontes históricas, materiais didáticos e práticas de ensino de história. A pesquisa em arquivos históricos, o levantamento e análise de documentos históricos, a criação de sites/acervos/museus/repositórios digitais, a análise de livros didáticos, a observação de aulas de história na Educação Básica e a elaboração de planos de aula e materiais didáticos são atividades que pretendemos desenvolver no âmbito das disciplinas em prol da formação de professores-pesquisadores capazes de produzir conhecimentos históricos (acadêmicos e escolares) e também problematizar os processos de ensino e difusão dos discursos históricos na sociedade. Da mesma forma, além da “prática como componente curricular”, presente no programa das disciplinas do curso de

graduação história da Unespar - *Campus* Paranaguá, o Conselho Nacional de Educação (CNE, 2015) estabeleceu normas para o Estágio supervisionado.

Diante das demandas de nosso tempo presente, portanto, visamos à implantação de processos de criação de saberes e, que esses saberes, levem à criação, consolidação e desenvolvimento de atuação na extensão universitária; a criação de linhas de pesquisa, voltadas para as demandas regionais sem perder de vista é claro, a história do próprio pesquisador. Desse modo, o novo PPC propõe um novo currículo que corresponde ao que as Diretrizes estabelecem como a “prática como componente curricular”.

Objetivos:

Visando a formação dos profissionais do ensino de história comprometidos com um projeto político, pedagógico e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação, (Resolução N° 2, de 1° de Julho de 2015), o Curso de História da Universidade Estadual do Paraná, Unespar - *Campus* de Paranaguá tem como objetivos:

- Desenvolver o professor-pesquisador, sujeito forjado pela articulação entre a teoria e a prática fundado, portanto no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Formar o professor-pesquisador, como trabalhador da educação básica, profissional da história com condições de desenvolver habilidades para trabalhar com as mais variadas fontes documentais (textuais, iconográficas, cartográficas, audiovisuais, etc.), sejam como objetos de pesquisa histórica ou como recursos didáticos escolares;
- Constituir o professor-pesquisador como sujeito que conhece as interpretações historiográficas das chamadas escolas historiográficas, de modo a interpretar os discursos no interior das narrativas históricas e pedagógicas como uma narrativa historiográfica enredada na teia própria de sua temporalidade;
- Trabalhar em prol do desenvolvimento de um professor-pesquisador que transite pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento construindo uma prática transdisciplinar;
- Desenvolver a produção do conhecimento e sua difusão nos espaços acadêmicos, mas também em Instituições de ensino, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural, possibilitando múltiplas formações

em formas de extensão universitária que caracterizam a formação desse profissional, o professor-pesquisador;

- Convergir para a formação do professor-pesquisador como aquele que reconhece que as manifestações culturais como um universo de atividades representativas da vida social e econômica da comunidade, não apenas no que se refere às tradições, como também às formas de incorporação, interpretação e recriação de padrões de comportamento.

3.3. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

Um dos importantes componentes que norteiam essa reformulação considera como essencial a superação da dicotomia ensino-pesquisa e ensino-extensão, noção clássica que parte da separação tida como intrínseca entre o professor que trabalha em sala de aula, o pesquisador que mergulha em livros, documentos, arquivos (bacharel) e do extensionista envolvido com a comunidade; a falta de entrosamento entre os três níveis de ensino, através da adequação dos conteúdos das disciplinas a um novo profissional de História. Deste modo, a nova proposta assume um modo peculiar ao articular tais conteúdos com a produção historiográfica e com os múltiplos diálogos que a história estabelece com outras ciências.

Com efeito, a concepção de ensino superior disposta no artigo 207 da Constituição Federal, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, consagra uma luta histórica dos movimentos sociais (de educadores, de docentes, da comunidade científica, de estudantes e da sociedade civil organizada em geral) em defesa da liberdade acadêmica e de autogestão¹⁴ Tão logo aprovada Carta Constitucional de 1988, no entanto, inúmeras foram as tentativas de retirar o art. 207, através de emendas constitucionais, uma vez que o padrão de qualidade exigido por este artigo feria interesses políticos e econômicos tanto dos setores públicos como privados. Embora frustradas essas tentativas, a Lei de diretrizes e Bases da Educação, já estabelecia no ano de 1996 a bandeirada indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão como pressuposto básico para uma nova dimensão de currículo, cuja flexibilização surge como uma necessidade.

Por sua vez, o debate sobre a importância da flexibilização curricular no âmbito da Educação Superior tem importantes referências. Dentre elas, a análise sobre a dimensão que assumem os currículos, pressupondo o emprego de uma dinâmica flexível, na qual a interdisciplinaridade e a participação do estudante são

¹⁴ CATANI, Afrânio Mendes. OLIVEIRA, JF de. **A educação Superior**. In Organização do Ensino no Brasil: Níveis e Modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002. v. 2, p. 73-84.

fundamentais para a construção da formação crítica e investigativa, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população brasileira e para a conquista da cidadania plena (Art. 53, LDB 1996). Destarte, uma nova estrutura curricular que abandone as práticas vigentes de caráter instrucionista, o número excessivo de créditos e de disciplinas encadeadas deve ser enfrentado de frente a fim de levar a cabo não só as prescrições da referida lei, mas também para contemplar as problemáticas de nosso tempo presente.

É fato que além da definição do conceito de extensão, a flexibilização curricular já era um tema de discussão, no tocante à inserção dos estágios curriculares como atividade extensionista¹⁵. Essa questão não pode ser omitida no novo processo de criação do Projeto Pedagógico para o curso de História da Unespar – *Campus* Paranaguá posto que, ensino, pesquisa e extensão, em sua dimensão utópica, temporal e histórica, tem um papel enorme enquanto horizonte que nos move em direção a um projeto de Instituição socialmente referenciada, podendo constituir-se em instrumento teórico e político a orientação da prática social, na busca pela emancipação da sociedade e da Universidade atual.

A legislação federal estabelece um conjunto de componentes curriculares fixos, mas, ao mesmo tempo, possibilita a inserção de outros, com caráter optativo, que podem ser desdobrados em disciplinas, compondo o currículo pleno. Assim sendo, a estrutura curricular prevê o ordenamento da matriz em disciplinas obrigatórias e tópicos especiais. Estes tratam de temas a serem ofertados segundo as linhas e projetos de pesquisa, os quais se veiculam aos docentes do Colegiado do Curso de História da Unespar, *Campus* de Paranaguá, o que se traduz numa possibilidade de flexibilização curricular. Tal processo dar-se-á por meio de projetos e atividades de pesquisa, ensino e extensão, situações que permitam aos professores e alunos interagirem no trabalho de produção histórica. Essa estrutura pretende ainda possibilitar ao aluno complementar sua formação, enriquecer seu currículo com disciplinas que ele buscará no elenco das ofertas de outros cursos da Universidade.

A Instituição deve assegurar que o acadêmico possa cursar disciplinas em áreas correlatas de modo a consolidar a interlocução com outras áreas de conhecimento. Ademais, como a construção da História não pressupõe, necessariamente, uma linearidade, esta proposta também se pauta por indicar que algumas disciplinas sejam ofertadas com pré-requisitos.

Os conteúdos básicos e complementares do curso de História da Universidade Estadual do Paraná, Unespar - *Campus* de Paranaguá observando as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação, os interesses da Instituição, os critérios de flexibilização curricular e a necessidade da formação do professor-pesquisador que se organiza em torno de:

¹⁵ MINISTÉRIO da Educação. **Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular**: uma visão da extensão. Brasília: MEC/SESu, 2006. p. 22.

- a) Conteúdos históricos/historiográficos e práticas de ensino-pesquisa, sob diferentes matizes e concepções teórico-metodológicas, tem seus recortes preservando as especialidades constitutivas do saber histórico e estimulando, simultaneamente, a produção e a difusão do conhecimento.
- b) Conteúdos que permitam tratamento especializado e maior verticalidade na abordagem dos temas, resguardadas as especificidades de cada saber e os diálogos com o campo da história.
- c) Conteúdos complementares que forneçam instrumentação, permitindo o atendimento de demandas sociais dos profissionais da área, apresentados em forma de programas, semanas de estudos, tópicos especiais, projetos extensionistas integrados às disciplinas, grupos de estudos, dentre outras.

Fica prevista a utilização da modalidade de ensino semipresencial como estratégia de supressão das aulas aos sábados, atendendo nossos alunos trabalhadores e também sendo parte no ativo combate à evasão através do uso complementar e pontual de ferramentas de ensino remoto – sem que isso implique, de forma alguma, a alteração do caráter presencial do curso.

A modalidade semipresencial de ensino é definida, pela portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, do MEC como “quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrado na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilize tecnologias de comunicação remota”. A mesma portaria define que a oferta de atividades semipresenciais observará até 20% da carga horária total do curso (§2), i.e. 640 h, distribuídas nas disciplinas conforme demonstrado na matriz curricular do curso.

Com isso, o modelo de ensino semipresencial se diferencia substancialmente do modelo de Ensino a Distância (EaD), cuja totalidade didático-pedagógica tem como base ou uso exclusivo de tecnologias de comunicação remota assíncronas (conforme o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017).

As atividades semipresenciais serão ministradas de forma virtual, embora avaliadas presencialmente, a partir das plataformas oficiais da Unespar – e observando-se as disciplinas que as permitam e devidamente listadas em nossa matriz curricular, obedecendo à regulamentação geral do curso.

A curricularização da extensão parte do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão previsto no art. 207 da Constituição Federal de 1988. Desde então, uma série de documentos oficiais tem retomado essa questão, tais como a concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9.364/1996) e a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (Anexo da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014), que estabelece: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação,

prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. A curricularização da extensão no currículo do curso está ancorada na Resolução 038/2020 – CEPE/Unespar, que, por sua vez, atende ao disposto na Resolução N° 7/2018 – MEC/CNE/CES.

As Diretrizes da Política Nacional de Extensão estabelecida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, procuram direcionar os esforços para o fortalecimento da extensão nas universidades públicas brasileiras. São cinco diretrizes: 1. Impacto e transformação social; 2. Interação dialógica; 3. Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; 4. Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; 5. Impacto na formação do estudante: “a participação dos estudantes nas ações de Extensão Universitária deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização dos créditos logrados nas ações de Extensão Universitária”¹⁶.

As atividades de Extensão articulam-se de forma a integrar as ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, a comunicação com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica.

A curricularização da Extensão é implantada no Curso de História do Campus de Paranaguá por meio da adoção de um conjunto de “Ações Curriculares de Extensão e Cultura– ACEC”, que serão desenvolvidos ao longo da formação acadêmica.

O objetivo das ACEC é a formação integral do estudante, a partir da interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com questões presentes no contexto social. Dessa forma, as ACEC permitem a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular.

As metodologias de ensino e os procedimentos metodológicos do Curso de História da Unespar – *Campus* de Paranaguá devem estar adequados ao perfil de professor–pesquisador que se pretende formar. Nesse sentido, as metodologias de ensino deverão contemplar o constante diálogo entre a teoria e a prática, ou seja, a prática como componente curricular.

As práticas de pesquisa em história e ensino de história como componente curricular deverão visar, tanto quanto possível, a formulação de projetos inter e multidisciplinares, nos quais os acadêmicos possam estabelecer tanto relações entre os conhecimentos adquiridos nas diversas disciplinas do Curso de História, como estabelecer relações com os acadêmicos e disciplinas de outros cursos da Unespar e também de outras Instituições de Educação Básica e Superior. Essa perspectiva de um ensino inter e multidisciplinar possibilita uma formação acadêmica ampliada e

¹⁶ FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. p. 19.

enriquecida pelas experiências e visões outras, que não somente aquelas do próprio curso ou disciplina.

Os acadêmicos deverão colocar em prática os conhecimentos teóricos apreendidos em três frentes principais:

1. A formação na prática docente que deverá ser realizada nos estágios supervisionados, nos projetos, trabalhos e seminários promovidos pelos professores em suas respectivas disciplinas e nos eventos promovidos dentro e fora do Colegiado, possibilitando, sempre que possível, a formulação de projetos inter e multidisciplinares;
2. A formação na prática da pesquisa em história e ensino de história e que deverá ser realizada na produção de trabalhos e projetos para as diversas disciplinas do curso e na produção de um Trabalho de Conclusão de Curso em forma de artigo científico que deverá ser submetido a um processo de orientação, qualificação e finalmente defendido perante uma banca de professores, possibilitando, sempre que possível, a formulação de projetos inter e multidisciplinares;
3. A formação na prática extensionista, por meio da sensibilização para atuação na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira. Tal formação se dá pela atuação em ações extensionistas desenvolvidas no âmbito das disciplinas do curso e em projetos individuais, inter e multidisciplinares.

3.4. Avaliação de Aprendizagem

[...]

3.5. Perfil do Profissional – Formação Geral

A atualização do Projeto Pedagógico do Curso mantêm o perfil profissional definido pelo parecer MEC/CNE/CES nº 1.301/2001, assim como a resolução MEC/CNE/CP nº2/2015. Adicionalmente, objetiva a formação de educadores éticos, conscientes da perspectiva socioambiental e defensores da democracia, com o respeito à diversidade étnica, cultural e a biodiversidade, visando a construção de uma sociedade justa. Para isso, o profissional formado pelo curso deverá ser capaz de:

- **Atuar na educação básica como um professor-pesquisador**, o qual transforma o saber acadêmico em ação pedagógica através da prática de ensino. Neste sentido, sendo capaz de promover consciência crítica e atitude historiadora junto ao ambiente escolar através de ações pedagógicas fincadas nas demandas contemporâneas;

- **Participar do planejamento escolar e colaborar na realização de atividades** culturais, sociais e educacionais que envolvam a comunidade escolar e seu entorno, também de forma transdisciplinar;
- **Dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas** do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- **Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças** de natureza ambiental, ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras (conforme a Resolução do MEC/CNE/CES Nº 2/2015);
- **Enfrentar questões educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva** em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
- **Construir práticas pedagógicas que favoreçam o acolhimento e a inclusão de seus alunos** a fim de garantir um ambiente educacional propício ao trato da diversidade humana (conforme a Deliberação nº 02/2016-CEE/PR);
- **Valorizar a perspectiva intercultural, as cosmologias e epistemologias dos saberes e conhecimentos** (conforme as Lei 10.639/2003 e 11.645/2008) e os princípios de igualdade, diversidade e equidade, conforme prescritos na BNCC e nas demais legislações congêneres no Estado do Paraná (tais como a Deliberação nº 02/15-CEE/PR e a Resolução CNE/CP nº 02/15);
- **Responder as demandas apresentadas na educação básica nas modalidades da educação ambiental** de tal sorte a valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e reconhecer os saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído (conforme a Determinação nº 04/13-CEE/PR e a Resolução CNE/CP nº 02/15);
- **Interagir de forma dialógica com a sociedade** por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com questões presentes no contexto social. Um profissional cidadão, marcado e constituído pela vivência dos seus conhecimentos.

ANEXO V DA RESOLUÇÃO Nº XXX/2021 – CEPE/UNESPAR

11.1-REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I E II, DO CURSO DE HISTÓRIA

ESTÁGIO SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ESTÁGIO I) E ENSINOMÉDIO (ESTÁGIO II)

Considerando:

Os termos da LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996, que determina, em seu artigo 82, que os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio e superior em sua jurisdição;

O parecer RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

O Regulamento de Estágio da Unespar contido na Resolução 010/2015 CEPE/UNESPAR;

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de História, o Estágio Supervisionado, a ser realizado a partir da segunda metade do curso, que representa quatrocentas horas da Matriz Curricular e compõe o Núcleo Específico do curso, sendo vivência teórico-prática obrigatória para a formação acadêmica do futuro professor, não havendo, sob nenhum aspecto, nenhuma dispensa da mesma, bem como igualmente obrigatória é a comprovação de sua realização, mediante apresentação dos materiais e documentação própria;

O curso de História RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de História da Unespar – *Campus* Paranaguá, nos termos abaixo.

Art. 2º O presente regulamento constitui parte integrante do currículo pleno do Curso de História da Unespar – *Campus* Paranaguá, visando a normatizar o Estágio Curricular Supervisionado, sendo o seu cumprimento integral indispensável para a colação de grau dos graduandos.

CAPÍTULO I - DA CONCEPÇÃO

Art. 3º O Estágio Supervisionado constitui-se um componente curricular, vivenciado ao longo do curso, permeando toda a formação do futuro professor de História desenvolvido em tempo e espaço específico e contando com uma coordenação de dimensão prática. Conforme definido na legislação que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica é componente curricular obrigatório a todos os cursos de licenciatura. O Estágio Supervisionado é o conjunto de atividades curriculares de aprendizagem profissional, integrante do projeto pedagógico do Curso de História, propiciando ao aluno a participação em situações práticas de vida e de trabalho profissional, realizado em Escolas de Educação Básica e de Ensino Médio, sob a responsabilidade do Professor de Estágio Supervisionado e realizado nos termos do regulamento específico. O Estágio Supervisionado de Licenciatura em História visa que o aluno em contato com o seu futuro ambiente de trabalho acelere, complemente e consolide sua formação profissional, que esclareça sua posição de agente da Educação, de maneira lógica e sequenciada, firmando os contornos do profissional consciente da responsabilidade do seu trabalho.

Parágrafo único. A reflexão das experiências advindas do Estágio Curricular Supervisionado deve constituir-se em subsídio para definição e reconstrução do Projeto Político-Pedagógico do Curso de História, para a pesquisa acadêmica de docentes e estudantes no referido curso, assim como também deve servir de elemento para que a IES contribua, por meio de projetos de extensão de formação continuada, com as instituições que se abrem como campos de estágio da Unespar – *Campus Paranaguá*.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 4º Constituem objetivos do estágio curricular supervisionado:

- I** – favorecer parcerias entre a Unespar – *Campus Paranaguá* comunidade escolar da região, as Secretarias Municipais de Educação, o Núcleo Regional de Educação e outras instituições educativas e culturais, estabelecendo uma via de desenvolvimento dos fins desta instituição, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- II** – viabilizar aos acadêmicos estagiários a articulação entre os conhecimentos produzidos na Universidade, ao longo do curso, com os obtidos no Ensino da História de outras instituições educativas, especialmente instituições escolares do Ensino Fundamental e Médio;
- III** – oportunizar uma reflexão teórico-prática sobre a realidade educacional na qual os acadêmicos estagiários irão atuar, construindo alternativas de transformação;
- IV** – fomentar posicionamentos críticos por parte dos futuros licenciados

acerca da organização disciplinar, dos sujeitos envolvidos nas práticas de sala de aula, das relações de poder e instâncias hierárquicas escolares, através do Estágio de Observação;

V – oportunizar a vivência de práticas pedagógicas que possibilitem, levando em consideração a diversidade de contextos, a fundamentação de conhecimentos constituintes da atividade profissional, através do Estágio de Participação e Regência;

VI – subsidiar o questionamento, a reavaliação e a reestruturação tanto do Projeto Político-Pedagógico do Curso de História, quanto do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unespar.

CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 5º Cumprindo o estabelecido nas Resoluções pertinentes, o Estágio Curricular supervisionado do Curso de História da Unespar perfaz um total geral de 400 horas/aula que serão cumpridas dentro do período letivo regular, seguindo cronograma específico, mas consonante ao Calendário Acadêmico da IES.

§ 1º Estágio Supervisionado em História I

O Estágio Supervisionado em História I será realizado nas escolas de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) da comunidade escolar e dividido em quatro etapas:

1ª etapa: Abordagem Teórica (50 horas):

- a)** Constará de reflexão sobre a ação do aluno na prática do seu curso; bem como as formas de observações e vivência educativa nas escolas da comunidade;
- b)** Organização de seminários para a discussão da realidade educacional do Ensino da História e suas transformações sociais;
- c)** Elaboração do material pedagógico de estágio que será trabalhado, ao longo do ano, nas escolas, tais como: apreender elaboração de plano de ensino, texto de aula, jogos virtuais, dentre outros.

2º etapa: Práticas Iniciais (70 horas)

- a)** Estágio de Observação na estrutura organizacional do campo de estágio. Nesse momento será observado a caracterização da organização do espaço-tempo escolar e das relações pedagógicas produzidas no âmbito escolar do estágio, ou seja, a descrição/interpretação da escola - através de entrevistas com equipe pedagógica, direção e professores, bem como por meio de observação e análise de documentos da escola. A intencionalidade é que, nesse momento, o acadêmico estagiário realize uma análise acerca dos elementos constituintes das diversas dimensões da prática escolar (arquitetura/estrutura física e administrativa da escola, organização do tempo, perfil docente, perfil discente, perfil pedagógico, gestão

escolar, relações escola/família e escola/comunidade e projeto político-pedagógico), assim como reflita sobre as interações sociais em situação de ensino-aprendizagem (relações professor x aluno x equipe administrativo/pedagógica), objetivando tanto identificar práticas que contribuem ou tornam-se obstáculo à construção do conhecimento, quanto investigar aspectos como dispositivos disciplinares, autoridade e relações simbólicas e de poder no espaço escolar;

b) Aulas práticas dentro da IES, com temas extraídos do currículo escolar de Ensino Fundamental (aula modelo, ver fichas 11.13 e 11.14 em anexo);

c) Atividades extensionistas pedagógicas de participação como organizadores ou executores em atividades oferecidas, a partir de projetos previstos pelo professor da IES responsável pela disciplina, com objetivo de atender a demandas da comunidade escolar. Carga horária de 40 horas divididas entre elaboração de projeto, material didático, execução e relatório.

d) Leituras orientadas a fim de subsidiar/fundamentar teoricamente o olhar sobre as práticas concernentes a essa etapa do estágio, com vistas à construção de relatório de estágio.

e) Produção escrita/ elaboração de relatório acerca das observações/ações desenvolvidas durante essa etapa do estágio abordando os itens a, b, c e d (ver ficha no anexo 11.7).

3ª etapa: Período de Atuação (80 horas):

a) Estágio de Observação docente em atuação na sala de aula do campo de estágio. Carga horária de 15 horas-aula;

b) Registro e análise de dados do período de observação docente (ver ficha no anexo 11.9);

c) Autoavaliação da prática observada;

d) Elaboração dos planos de aula e preparo do material didático/ texto de aula para a Regência de Classe nas aulas de História no campo de estágio (ver fichas 11.13 e 11.14 em anexo);

e) Estágio de Regência: Período de prática docente em ambiente escolar com carga horária de 05 horas/aula divididas pelas séries de ensino fundamental;

f) Avaliação e autoavaliação, sobre a regência em classe;

g) Produção escrita/ elaboração de relatório reflexivo acerca das observações/ações desenvolvidas durante essa etapa do estágio (ver ficha no anexo 11.11).

4ª etapa: Período de avaliação

a) Será feita de forma contínua e sistemática pelo professor de estágio, pelo grupo de observação, pelos professores da disciplina e pelo aluno estagiário;

b) O aluno receberá atendimento individualizado por parte do professor responsável pelo estágio, estabelecido em comum acordo pelo professor e aluno.

§ 2º Estágio Supervisionado em História II

O Estágio Supervisionado em História II será realizado nas escolas de Ensino Médio (1º ao 3º ano) da comunidade escolar e dividido em quatro etapas:

1ª etapa: Abordagem Teórica (50 horas):

- a)** Constará de reflexão sobre a ação do aluno na prática do seu curso; bem como as formas de observações e vivência educativa nas escolas da comunidade;
- b)** Organização de seminários para a discussão da realidade educacional do Ensino da História e suas transformações sociais;
- c)** Elaboração do material pedagógico de estágio que será trabalhado, ao longo do ano, nas escolas, tais como: apreender elaboração de plano de ensino, texto de aula, jogos virtuais, dentre outros.

2º etapa: Práticas Iniciais (70 horas):

- a)** Estágio de Observação na estrutura organizacional do campo de estágio. Nesse momento será observado a caracterização da organização do espaço-tempo escolar e das relações pedagógicas produzidas no âmbito escolar do estágio, ou seja, a descrição/interpretação da escola – através de entrevistas com equipe pedagógica, direção e professores, bem como por meio de observação e análise de documentos da escola. A intencionalidade é que, nesse momento, o acadêmico estagiário realize uma análise acerca dos elementos constituintes das diversas dimensões da prática escolar (arquitetura/estrutura física e administrativa da escola, organização do tempo, perfil docente, perfil discente, perfil pedagógico, gestão escolar, relações escola/família e escola/comunidade e projeto político-pedagógico), assim como reflita sobre as interações sociais em situação de ensino-aprendizagem (relações professor x aluno x equipe administrativo/pedagógica), objetivando tanto identificar práticas que contribuem ou tornam-se obstáculo à construção do conhecimento, quanto investigar aspectos como dispositivos disciplinares, autoridade e relações simbólicas e de poder no espaço escolar (ver ficha no anexo 11.8);
- b)** Aulas práticas dentro da IES, com temas extraídos do currículo escolar de Ensino Médio (aula modelo, ver fichas 11.13 e 11.14 em anexo);
- c)** Atividades extensionistas pedagógicas de participação como organizadores ou executores em atividades oferecidas, a partir de projetos previstos pelo professor da IES responsável pela disciplina, com objetivo de atender a demandas da comunidade escolar. Carga horária de 20 horas divididas entre elaboração de projeto, material didático, execução e relatório.
- d)** Leituras orientadas a fim de subsidiar/fundamentar teoricamente o olhar sobre as práticas concernentes a essa etapa do estágio, com vistas à construção de relatório de estágio;
- e)** Produção escrita/ elaboração de relatório acerca das observações/ações desenvolvidas durante essa etapa do estágio abordando os itens a, b, c e d. .

3ª etapa: Período de Atuação (80 horas):

- a)** Estágio de Observação docente em atuação na sala de aula do campo de estágio.

Carga horária de 15 horas-aula;

- b)** Registro e análise de dados do período de observação docente (ver ficha 11.10 em anexo);
- c)** Autoavaliação da prática observada.
- d)** Elaboração dos planos de aula e preparo do material didático/ texto de aula para a Regência de Classe nas aulas de História no campo de estágio (ver fichas 11.13 e 11.14 em anexo);
- e)** Estágio de Regência: Período de prática docente em ambiente escolar com carga-horária de 03 horas/aula divididas pelas séries de ensino médio.
- f)** Avaliação e autoavaliação, sobre a regência em classe;
- g)** Organização e execução do Seminário Extensionista de Práticas e Estágio Supervisionado em História da Unespar – *Campus* Paranaguá (organização geral e inscrição de painel ou comunicação oral de experiência didático-pedagógica) - 20 horas.
- h)** Produção escrita/ elaboração de relatório reflexivo acerca das observações/ações desenvolvidas durante essa etapa do estágio (ver ficha 11.12 em anexo).4ª etapa: Período de avaliação
- i)** Será feita de forma contínua e sistemática pelo professor de estágio, pelo grupo de observação, pelos professores da disciplina e pelo aluno estagiário;
- j)** O aluno receberá atendimento individualizado por parte do professor responsável pelo estágio, estabelecido em comum acordo pelo professor e aluno.

Art. 6º A programação e organização do Seminário de Práticas e Estágio Supervisionado cabem ao Professor de Estágio com os demais professores do colegiado, juntamente com acadêmicos estagiários do 4º ano. Os alunos do 3º e 4º anos atuam como apresentadores de resultados. Este Seminário caracteriza-se como um evento de extensão direcionado à discussão e partilha de experiências na área de ensino-aprendizagem de História, cujo público deve abranger, pelo menos, os demais estudantes dos 1º e 2º anos do Curso de História *Campus* de Paranaguá, bem como professores e equipes pedagógicas das Instituições campos de estágio.

Art. 7º A docência/regência em classe será desenvolvida, na modalidade regular do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos) e Ensino Médio (1º ao 3º anos).

Art. 8º Pode solicitar redução de 30% da carga-horária de qualquer uma das atividades de docência/regência de classe o acadêmico que comprovar estar em efetivo exercício de sala de aula em História em estabelecimento de ensino que oferte regularmente o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e/ou Médio, valendo tal redução somente para a especificidade docente comprovada.

§ 1º Os outros 70% da carga-horária de docência/regência de classe que devem ser cumpridas podem desenvolver-se em âmbitos diferenciados de ensino.

§ 2º A redução da docência/regência de classe não inclui a desobrigação de participação integral nas demais atividades.

Art. 9º O registro das horas destinadas ao estágio, para efeito de comprovação, será feito em documento próprio e devidamente assinado por profissional do campo de estágio que acompanhou a atividade, pelo professor de estágio, bem como pelo próprio estagiário.

Art. 10. O aluno estagiário levará para a escola onde realizará seu estágio, um ofício para a direção da mesma, constando as atividades que o mesmo fará na escola durante seu período de estágio.

Art. 11. Atividades de estágio remunerado ou voluntário não substituem a carga horária do Estágio Curricular Supervisionado.

CAPÍTULO IV - DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 12. Constituem-se campos de estágio as instituições escolares de direito público que ofertem Ensino Fundamental (6º ao 9º anos), e Ensino Médio, devidamente conveniadas com a Unespar – *Campus* de Paranaguá, através de documentação legal própria, formalizando as condições básicas para a realização do estágio. Via de regra, em casos específicos e avaliada pertinência pela coordenação do Estágio Supervisionado, respeitando-se processo de firmação de convênio ou Termo de Compromisso de Estágio, conforme consta no Regulamento Geral de Estágio da Unespar, podem ainda constituir-se campos de estágio: escolas filantrópicas, privadas, organizações não governamentais com Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Médio.

CAPÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 13. O acadêmico estagiário é o aluno regularmente matriculado no período que abriga a disciplina de estágio curricular supervisionado.

Parágrafo único. Ao acadêmico de estágio curricular supervisionado compete:

- I** - informar-se e cumprir o regulamento do estágio curricular supervisionado;
- II** - definir com o professor de estágio o período, o campo e as condições para o cumprimento das atividades de estágio;
- III** - elaborar e cumprir o Plano de Estágio Curricular Supervisionado com a orientação do professor de estágio;
- IV** - comparecer ao estágio pontualmente nos dias, horas e locais estipulados e comunicar com antecedência de, no mínimo, 48 horas, a sua ausência nas atividades

previstas, à escola campo de estágio e ao professor de estágio;

V - manter atitude ético-profissional no desenvolvimento de todas as atividades;

VI - avaliar de modo constante e crítico as inserções de estágio realizadas, sejam elas na condição de observação, participação ou de docência/regência, organizando leituras e escrita analítica que culminará no relatório ou artigo de cada etapa de estágio;

VII - apresentar ao professor de estágio na IES, com antecedência, o planejamento das atividades a serem desenvolvidas nos campos de estágio;

VIII - respeitar o sigilo quanto às constatações feitas nas instituições campo de estágio e respeitar as normas por elas estabelecidas;

IX - manter atitude de maior atenção, disciplina, discrição, como também de colaboração, quando no recinto campo de estágio;

X - apresentar cada atividade de estágio curricular supervisionado, obedecendo aos prazos previstos pelo professor de estágio;

XI - cumprir as etapas previstas para realização do estágio supervisionado, bem como realizar o registro da frequência em documento próprio.

CAPÍTULO VI - DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DE ESTÁGIO

Art. 14. Entende-se por professor de estágio a orientação dada ao aluno no decorrer de sua prática profissional pelo docente do Curso de História da Unespar – *Campus* de Paranaguá, de forma a proporcionar aos estagiários a plena articulação de teorizações e práticas inerentes ao Ensino de História.

Art. 15. trabalho de Estágio Supervisionado em História no Curso de História é desenvolvido na forma de supervisão indireta e continuada, com acompanhamento efetuado pelo docente na orientação, no desenvolvimento e na avaliação das atividades planejadas e realizadas nos campos de estágio ao longo de todo o processo.

Parágrafo único. Compete ao professor de estágio:

I – contatar a direção, equipe pedagógica, professores ou responsáveis pelos campos envolvidos nos estágios, para firmar compromisso entre as partes e deliberar encaminhamentos relativos ao desenvolvimento das atividades;

II - orientar os acadêmicos estagiários no planejamento e execução de todo o trabalho a ser desenvolvido durante a realização do estágio;

III - indicar fontes de pesquisa e de consulta necessárias à reflexão das práticas observadas ou exercidas durante as atividades de estágio;

IV - informar os acadêmicos estagiários sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação do estágio curricular supervisionado;

V - organizar e divulgar cronograma de estágio, assim como indicar e encaminhar

- oficialmente, através de solicitação, os acadêmicos aos campos de estágio;
- VI** - orientar efetivamente os estagiários em suas atividades de estágio;
 - VII** - Acompanhar o cumprimento das horas de estágio curricular supervisionado, assim como receber, analisar e avaliar relatórios e outros documentos dos acadêmicos estagiários;
 - VIII** - comunicar aos campos de estágio sobre as alterações que eventualmente venham ocorrer nas atividades de estágio curricular supervisionado;
 - IX** – propor, sempre que necessário, a reformulação das normas gerais do estágio curricular supervisionado, com base em novas experiências;
 - X** – avaliar, em conjunto com os demais profissionais envolvidos no estágio, todas as etapas previstas, em função dos objetivos e critérios propostos;
 - XI** - assinar certidões, declarações e documentos relacionados ao estágio curricular supervisionado;
 - XII** - articular e organizar o Seminário de Práticas e Estágio Supervisionado, consolidando-o como um importante evento extensionista que promove o debate e partilha de experiências entre os acadêmicos estagiários, professores supervisores/orientadores ,profissionais dos campos de estágio e demais interessados, visando o aperfeiçoamento contínuo do processo;
 - XIII** - informar, através de documento próprio, à secretaria geral, a carga-horária cumprida nos estágios em andamento;
 - XIV** - manter o corpo discente informado sobre a quantidade de horas de estágio efetivamente cumpridas pelos acadêmicos estagiários em cada etapa, bem como as que faltam para o cumprimento da carga horária total;
 - XV** – deliberar, juntamente com a Coordenação de Estágio do Curso de História, sobre casos omissos do presente regulamento;
 - XVI** – promover parcerias com os demais professores do colegiado de História no intuito de colaborar para indicação de bibliografias e concepções teórico-metodológicas, bem como acompanhar a escrita da elaboração de materiais pedagógicos para a execução da prática docente;
 - XVII** - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO VII - DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE ESTÁGIO DO CURSO DE HISTÓRIA

Art. 18. São atribuições do Coordenador de Estágio:

- I** - estabelecer normas e definir diretrizes para o estágio e zelar pelo cumprimento das mesmas;
- II** - aprovar a programação de estágios feita pelos Docentes de Estágio;
- IV** - oferecer apoio pedagógico ao Professor de Estágio quando solicitado;
- V** - avaliar os casos de exceção trazidos pelo professor de Estágio;

- VI** - ouvir anualmente a exposição de resultados apresentada pelo professor de Estágio, emitindo pareceres e contribuições no sentido de aprimorar o processo e melhor efetivar a formação dos futuros licenciados em História;
- VII** – propor alterações no regulamento de estágio quando observada necessidade, encaminhando proposição para o NDE e posteriormente para o colegiado do curso para deliberação e encaminhamento as instâncias competentes;
- VIII** – Deliberar, juntamente com o Colegiado de História, sobre casos omissos do presente regulamento;
- IX** - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO VIII – DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 19. O estágio curricular supervisionado se desenvolverá numa sistemática de orientação e análise crítica dos trabalhos, estabelecendo uma perspectiva de reflexão contínua da experiência profissional oferecida ao professor em formação. A avaliação privilegiará o acompanhamento no processo e será parte integrante do trabalho educativo. É de responsabilidade coletiva, uma vez que a colaboração dos colegas e demais profissionais da área da educação é fator de crescimento, de responsabilidade social e de ajuda efetiva para a construção do conhecimento. Para efeitos legais, o acadêmico estagiário será avaliado pelo professor de estágio e demais profissionais que o acompanharão em suas atividades, mas sendo prerrogativa do professor de estágio o parecer final quanto ao desempenho do acadêmico.

Parágrafo único. Em função dos objetivos e atividades propostas, serão observados os seguintes procedimentos:

- I** - participação ativa e desempenho no decorrer das atividades teórico-práticas previstas em cada uma das etapas de estágio;
- II** - registro e apresentação parcial e final das atividades desenvolvidas, conforme solicitação do professor supervisor do estágio;
- III** - considerações feitas pelos professores, equipe técnico-pedagógica da escola campo de estágio, através de documentação de acompanhamento;
- IV** - o acadêmico estagiário que for considerado insuficiente em uma das atividades do estágio terá nova oportunidade para refazê-la, desde que em tempo previsto para conclusão total do estágio;
- V** - a aprovação exigirá uma nota anual, mínima 7,0 (sete) numa escala de 0 (zero) a 10,0 (dez), que representará o processo global, em suas dimensões teóricas e práticas e o cumprimento integral da carga horária estabelecida para cada atividade de estágio, registrada sem documento próprio;
- VI** - em caso de reprovação no Estágio Supervisionado, o acadêmico deverá refazê-

lo integralmente;

VII - o exercício domiciliar, direito do aluno, poderá ser ofertado nas atividades de planejamento, organização e elaboração do estágio; as atividades práticas (nas instituições campos de estágio) deverão ser cumpridas integralmente, mesmo fora do cronograma estabelecido pelo professor de estágio e em período concentrado, desde que dentro do ano que abriga o estágio.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Conforme necessidade, poderão ser estabelecidos novas normas e critérios para a realização do estágio curricular supervisionado, desde que atendam o presente regulamento.

Art. 21. São partes integrantes, como anexos deste regulamento, todos os documentos, formulários e fichas de estágio.

Art. 22. Os casos omissos no presente regulamento são resolvidos pelo Colegiado de Matemática da Unespar – *Campus* de Paranaguá, no âmbito de suas competências.

Art. 23. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições anteriores.

ANEXO VI DA RESOLUÇÃO Nº XXX/2021 – CEPE/UNESPAR

11.4-REGULAMENTO DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO E CULTURA (ACEC)

Da Legislação e Conceituação

Art. 1º A Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação da Unespar dá-se em cumprimento à Resolução 038/2020 – CEPE/Unespar, que, por sua vez, atende ao disposto na Resolução Nº 7/2018 - MEC/CNE/CES, que regulamenta o cumprimento da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei nº. 13.005/2014.

Art. 2º As atividades de Extensão articulam-se de forma a integrar as ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, a comunicação com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica.

Art. 3º A Curricularização da Extensão foi implantada no Curso de História do *Campus* de Paranaguá por meio da adoção de um conjunto de “Ações Curriculares de Extensão e Cultura– ACEC”, que serão desenvolvidos ao longo da formação acadêmica.

Parágrafo Único. De acordo com as legislações acima nominadas, destinou-se uma carga-horária de 10% (dez por cento) do total de horas da matriz curricular do Curso para serem cumpridas em atividades de extensão.

Art. 4º O objetivo das ACEC é a formação integral do estudante, a partir da interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com questões presentes no contexto social. Dessa forma, as ACEC permitem a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular.

Parágrafo único. A multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são princípios norteadores das ACEC, asseguradas pela relação dialética e dialógica entre diferentes campos dos saberes e fazeres necessários para atuação em comunidade e sociedade.

Da organização das ACEC no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 5º De acordo com a Resolução 038/2020 – CEPE/Unespar, as atividades de ACEC podem ser desenvolvidas em disciplinas ou em ações extensionistas: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço, as quais se organizam em 5 (cinco) modalidades. No Curso de História do Campus de Paranaguá, foi feita a opção pelas modalidades ACEC II, III, IV e V, a saber:

I – ACEC II: Nessa modalidade, encontram-se disciplinas da matriz curricular, voltadas para a formação do perfil do egresso, em que é possível desenvolver atividades extensionistas. Para isso, será separada uma carga horária possível para a execução de atividades de extensão, para as quais deverão ser criados projetos de extensão que serão devidamente registrados na Divisão de Extensão e Cultura do Campus. Os discentes integrarão a equipe executora destes projetos. Poderão também os professores das disciplinas optarem por realizar projeto de extensão unificado que se utilize das cargas horárias destinadas a este fim em cada uma das disciplinas e igualmente possuam discentes como equipe executora.

II – ACEC III: Essa modalidade diz respeito à participação dos discentes em ações extensionistas dos Projetos de Extensão registrados na Unespar, tanto da Graduação como da Pós Graduação. Os discentes devem ser integrantes da equipe executora do projeto. Não serão contadas as participações em que o estudante não desempenhe uma função de execução no Projeto.

III - ACEC IV: Essa modalidade relaciona-se à participação do estudante em cursos e eventos, como equipe executora, os quais estejam devidamente registrados nas Divisões de Extensão e Cultura dos Campi. Não serão contabilizadas as atividades em que os alunos participarem apenas como ouvintes.

IV- ACEC V: Essa modalidade diz respeito a ações de extensão – tanto projetos, como cursos e eventos – nos quais os discentes atuem como equipe executora, e que não são desenvolvidos no âmbito da Unespar, mas em outras Instituições de Ensino Superior. § 1º por projetos de extensão vinculados à modalidade II de ACEC entende-se:

- I –** Projetos isolados por disciplina;
- II –** Projetos integrados por série;
- III –** Projetos integrados por curso;
- IV –** Projetos integrados intercurros.

§ 2º os alunos matriculados nas disciplinas vinculadas à modalidade II de ACEC podem propor subprojetos a partir de demandas sociais observadas. A aprovação da inserção dos subprojetos fica a cargo dos professores proponentes que deverão justificar a alteração em relatório final devidamente documentado.

§ 3º As modalidades de ACEC III, IV e V perfazem um total de 120 horas a serem realizada sem quaisquer dessas modalidades a critério dos alunos a partir de oferta de projetos, cursos, eventos ou programas de extensão em que possam atuar como organizadores ou executores.

§ 4º A participação nas modalidades de ACEC III e IV será duplamente certificada,

contando também como Atividade Acadêmica Complementar, posto o Regulamento de Atividades Complementares do curso (anexo 11.3 deste PPC) prever o mínimo de 120 horas de atividades complementares extensionistas, conforme a instrução normativa conjunta nº1/2021 PROEC/PROGRAD, item III, 5.

Art. 6º Para atender aos objetivos previstos na Resolução 038/2020 CEPE- Unespar, a curricularização de extensão no Curso de História deverá ser realizada nas seguintes disciplinas:

- I – Metodologia da Pesquisa e Extensão – 15 h;
- II– História da África e Cultura Afro-Brasileira – 15 h;
- III – Cultura Indígena e Populações Tradicionais – 15 h;
- IV – Antropologia Social – 15 h;
- V – Memória, Identidade e Patrimônio Histórico – 15 h;
- VI – História do Paraná – 30 h;
- VII – Estágio Supervisionado I; – 40 h;
- VIII– Estágio Supervisionado II.– 40 h;
- IX – Leitura e Produção de Textos Acadêmicos – 15 h.

Parágrafo único. O percentual de carga horária destinada a elaboração e execução de ação extensionista é de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária teórica de cada disciplina elencada acima. A exceção das disciplinas de Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II que receberão carga horária de 20% (vinte por cento) da carga horária para elaboração e execução de ação extensionista em conformidade com as normativas que regulamentam estágio supervisionado, perfazendo um total de 200 horas.

Art. 7º Para o desenvolvimento das ACECs é necessária a participação do professor da disciplina, que disponibilizará carga horária para a ACEC; do estudante que executará as ações de ACEC; e do Coordenador de ACEC, cujas funções estão determinadas pelo Art. 10º deste regulamento.

Art. 8º Cabe ao professor de disciplina com carga horária para ACEC:

- I – Apresentar no Plano de Ensino qual a Carga horária de ACEC e como será cumprida no desenvolvimento da disciplina;
- II – Encaminhar ao Coordenador de ACEC a proposta de Extensão a ser realizada na disciplina para conhecimento e orientação quanto aos registros;
- III - Providenciar a regulamentação junto à Divisão de Extensão e Cultura no Campus acerca da atividade – projeto, curso ou evento – que será realizada, para fins de certificação dos participantes;
- IV – Acompanhar as atividades em andamento e orientar a atuação dos estudantes sempre que necessário;
- V – Emitir relatório final da atividade realizada, mencionando os resultados das ações

propostas.

Art. 9º Cabe ao Estudante:

- I** – Verificar quais disciplinas desenvolverão as ACEC como componente curricular, atentando para as atividades que estarão sob sua responsabilidade;
- II** – Comparecer aos locais programados para realização das propostas extensionistas;
- III** – Apresentar documentos, projetos, relatórios, quando solicitados pelos professores que orientam ACEC;
- IV** – Atentar para o cumprimento da carga horária de ACEC desenvolvida nas modalidades de programas, projetos, cursos e eventos, disciplinadas no Projeto Pedagógico do Curso;
- V** – Consultar as informações do Coordenador de ACEC quanto às possibilidades de participação em Projetos e ações extensionistas desenvolvidas no âmbito da Unespar, às quais podem ser contabilizadas;
- VI** – Apresentar ao Coordenador de ACEC os certificados e comprovantes das atividades realizadas a fim de que sejam computadas as horas em documento próprio para envio à Secretaria de Controle Acadêmico, para o devido registro em sua documentação (ver anexo11.16).

Art. 10. Compete ao Coordenador de ACEC, conforme disposto no art.11, da Resolução nº 038/2020 – CEPE/Unespar:

- I** – organizar, acompanhar e orientar as atividades da curricularização da extensão efetivadas pelos estudantes dentro deste regulamento;
- II** – verificar a execução das atividades de extensão realizadas pelos estudantes em concordância com o PPC;
- III** – elaborar um registro dos programas, projetos e eventos de extensão diretamente relacionados às modalidades apresentadas no Art. 5º deste regulamento e divulgar entre os estudantes;
- IV** – articular as atividades entre os coordenadores de projetos de extensão e docentes que ministrem disciplinas com carga-horária de extensão;
- V** – registrar as atividades de extensão dos estudantes e emitir relatório final confirmando a conclusão da carga horária e posterior arquivamento nas pastas de cada discente junto ao Controle Acadêmico da Divisão de Graduação.

Do Procedimento para Validação das ACEC.

Art. 11. Para o aproveitamento e validação das atividades de ACEC, considera-se necessário:

- I** – Para as disciplinas que apresentarem carga-horária de ACEC, o acadêmico deverá

terá aproveitamento em nota e frequência. As ACECs ofertadas nessa modalidade serão consideradas componentes curriculares obrigatórios para o cumprimento das disciplinas;

II – A avaliação das disciplinas deverá estar articulada à prática extensionista e aluno reprovado deverá refazer a disciplina e a ACEC correspondente quando da execução da dependência;

III – Para as ações extensionistas realizadas no âmbito da Unespar, o acadêmico deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades;

IV – Para as ações extensionistas realizadas em outras instituições de Ensino Superior, o acadêmico deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades.

Parágrafo único. O estudante é o responsável pelo gerenciamento das ACEC, as quais deverão ser cumpridas ao longo do Curso de graduação, podendo solicitar ao Colegiado esclarecimentos que julgar necessários, em caso de dúvidas quanto à aceitação ou não de qualquer atividade que não tenha sido prevista pelo Coordenador de ACEC, no âmbito do Curso ou da Unespar.

Art. 12. O Coordenador de ACEC emitirá relatórios parciais anuais e relatório final do aproveitamento dos estudantes. Ao final do último ano será emitido relatório individual do estudante para envio à DGRAD para comprovação da conclusão das ACECs e posterior arquivamento.

Art. 13. Em caso de ACEC desenvolvida em disciplinas, o registro do aproveitamento já será computado pela Secretaria de Controle Acadêmico, cabendo ao Coordenador de ACEC apenas fazer os registros na documentação do estudante, para seu controle.

Parágrafo único. Caso o estudante não atinja o aproveitamento necessário para aprovação na disciplina que oferta ACEC, não será possível aproveitar a carga horária de projeto na disciplina.

Disposições Gerais

Art. 14º. Os casos omissos neste regulamento devem ser resolvidos pelo Coordenador de ACEC, tendo sido ouvidos o Colegiado de Curso e as demais partes envolvidas, em reunião(ões) previamente agendada(s). As decisões desses casos sempre serão registradas em atas, com as assinaturas dos participantes da(s) reunião(ões).

Art. 15. Este regulamento entra em vigor na data de 09/08/2021.

Complemento I – Modalidades de Execução das Ações Extensionistas III, IV e V

Serão consideradas atividades extensionistas aquelas que estejam em conformidade à Resolução 038/2020 – CEPE/ Unespar e demais dispositivos regimentais que regulamentam tais ações. Essas atividades podem coincidir com as Atividades Complementares e para validação, devem ser realizadas no decorrer do Curso, sendo elas:

- I** – Atividades profissionais voluntárias em áreas afins;
 - II** – Atividades científico-culturais do Curso
 - III** – Participação como equipe organizadora ou executora em Feiras de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade;
 - IV** – Docência supervisionada junto aos cursos de extensão promovidos pelo Curso de História;
 - V** – Participação como equipe organizadora ou executora nas Oficinas de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade;
 - VI** – Participação como equipe organizadora ou executora em atividades culturais em geral e/ou em atividades socio ambientais;
 - VII** – Participação como integrante de equipe do PIBID e Residência Pedagógica;
 - VIII** – Participação como equipe organizadora ou executora em eventos ou projetos de extensão desenvolvidos na Unespar ou outras instituições de nível superior;
 - IX** – Participação como equipe organizadora ou executora da Semana Acadêmica e eventos correlatos do Curso de História e/ou áreas afins;
 - X** – Participação em projetos de organização e execução de Feiras desenvolvidas nas escolas;
 - XI** – Organização e execução de oficinas junto as escolas da comunidade;
 - XII** – Divulgação de resultados de pesquisa científica como retorno de saberes para a comunidade envolvida na ação;
 - XIII** – Participação como equipe organizadora ou executora em atividades culturais como teatro, cinema, atividades esportivas e outros;
 - XIV** – Participação como equipe organizadora ou executora de atividades socio ambientais promovidas por órgãos governamentais ou não governamentais, desde que respeitadas as normativas de ACEC;
 - XV** – Participação como ministrante de cursos, minicursos ou oficinas vinculadas à área do conhecimento desde que devidamente cadastrados na Divisão de Extensão;
 - XVI** – Organização e execução de cursos, minicursos ou oficinas vinculadas à área do conhecimento desde que devidamente cadastrados na Divisão de Extensão;
- Casos omissos a esse anexo devem ser resolvidos pelo Coordenador de ACEC, tendo sido ouvidos o Colegiado de Curso e as demais partes envolvidas, em reunião(ões) previamente agendada(s). As decisões desses casos sempre serão

registradas em atas, com as assinaturas dos participantes da(s) reunião(ões).

11.16-Ficha para Atividades Extensionistas



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA**

Ficha de Acompanhamento de Atividades Extensionistas

Aluno(a):

Atividade	Período	Carga Horária Certificada	Carga Horária Considerada (preenchimento pelo coordenador)
TOTAL			

Paranaguá, de 20

Assinatura do Aluno(a)

Assinatura do Coordenador(a)

ANEXO VII DA RESOLUÇÃO Nº XXX/2021 – CEPE/UNESPAR

INCLUSÃO DO TÓPICO 7 NA PÁGINA 87 DO PPC

7. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

Um dos importantes componentes que norteiam essa reformulação considera como essencial a superação das dicotomias ensino-pesquisa e ensino-extensão, noção clássica que parte da separação tida como intrínseca entre o professor que trabalha em sala de aula, o pesquisador que mergulha em livros, documentos, arquivos (bacharel) e do extensionista envolvido com a comunidade; a falta de entrosamento entre os três níveis de ensino, através da adequação dos conteúdos das disciplinas a um novo profissional de História.

A extensão ocorrerá como componente curricular obrigatório na matriz curricular do Curso em consideração aos documentos que em seu conjunto estabelecem normas para a implementação das atividades curriculares de extensão tanto em nível nacional como da Unespar.

Deste modo, a nova proposta assume um modo peculiar ao articular tais conteúdos com a produção historiográfica e com os múltiplos diálogos que a história estabelece com outras ciências. Além disso, a extensão assume também um papel de protagonista no Curso, pois promove a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa.

A concepção de ensino superior disposta no artigo 207 da Constituição Federal, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Nesse sentido, os projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos no curso de História na Unespar – *Campus* de Paranaguá devem articular essas três instâncias de modo a não dissociá-las. A pesquisa no Curso será proveniente dos Laboratórios, Laboratório de estudos litorâneos: História e práticas socioculturais (LELI), Laboratório de Estudos do Tempo Presente (Lab-TEMPO) e Laboratório de Estudos da Escravidão e do Pós-Abolição. Em seu conjunto, as ações desses Laboratórios pretendem consolidar a pesquisa no Curso de História e, para tanto, prevê a orientação das pesquisas de alunos da Unespar/Paranaguá, seja na produção de seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) ou no âmbito de suas pesquisas no Programa Institucional de Bolsas

de Iniciação Científica (Pibic). Além disso, pretendem construir pesquisas conjuntas a fim de se consolidar uma identidade no âmbito do PPC do Colegiado de História.

Tais Laboratórios possuem também uma agenda dedicada à extensão - a extensão nesses espaços pretende articular o conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a Unespar, *Campus* de Paranaguá se insere. Essa atividade pretende promover cursos de extensão, para atender as demandas das escolas públicas na formação complementar vinculada ao campo de atuação do Curso. Nessas atividades, e nas demais, decorrentes das demandas sociais, o protagonismo será do aluno do curso de História, complementando sua formação profissional, oportunizando a transposição didática do saber apreendido a medida que os colocará em contato direto com a Escola Pública e com a comunidade em geral. As atividades extensionistas preveem ainda, a atuação de acadêmicos das áreas das humanidades do *Campus* de Paranaguá, podendo envolver adicionalmente a colaboração de acadêmicos outras Instituições de Ensino Superior Público, existentes no litoral do Paraná.

Além dos Laboratórios, está em processo de implantação o Centro de Documentação Histórica do Litoral do Paraná, cujo projeto já foi aprovado no Conselho de Colegiado do Curso e no Conselho de Campus. Até o fim de 2021 objetivamos que a tramitação já tenha sido encerrada nas demais instâncias colegiadas da Universidade. O Centro de Documentação será um órgão do Colegiado de História vinculado à Direção do Campus de Paranaguá, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e voltado ao tratamento arquivístico de documentos de caráter permanente, reconhecidos pelo seu valor histórico, científico e cultural, em especial documentos advindos das Varas Criminais no âmbito do litoral do Paraná.

ANEXO VIII DA RESOLUÇÃO Nº XXX/2021 – CEPE/UNESPAR

REDISTRIBUIÇÃO DA CARGA-HORÁRIA DAS DISCIPLINAS

Código	Nome da Disciplina	Pré-requisito (Código)	Carga Horária				Forma de Oferta	
			Teórica		Prática	Extensão	Sem. (S)	Anual (A)
			Semipresencial	Presencial				
1º Ano								
01	História Antiga	-	23	92	20	-	A	
02	História do Brasil I	-	12	48	20	-	S	
03	História da África e Cultura Afro-Brasileira	-	9	36	30	15	S	
04	Introdução aos Estudos Históricos	-	12	48	-	-	S	
05	Antropologia Social	-	9	36	30	15	S	
06	Sociologia Geral	-	12	48	-	-	S	
07	Metodologia da Pesquisa e Extensão	-	9	36	-	15	S	
08	Psicologia da Educação	-	12	48	-	-	S	
09	Introdução à Filosofia	-	12	48	-	-	S	
Subtotal			110	440	100	45		

2º Ano							
10	História Medieval	-	23	92	30	-	A
11	História do Brasil II	-	12	48	30	-	S
12	Teoria e Metodologia da História I	-	12	48	-	-	S
13	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	-	9	36	-	15	S
14	Cultura Indígena e Populações Tradicionais	-	9	36	30	15	S
15	Geografia e Educação Ambiental	-	12	48	30	-	S
16	Didática Geral	-	12	48	30	-	S
17	LIBRAS	-	12	48	-	-	S
18	Optativa I	-	6	24	-	-	S
Subtotal			107	428	150	30	

3º Ano							
19	História Moderna	-	23	92	30	-	A
20	História do Brasil III	-	12	48	-	-	S
21	História da América I	-	12	48	-	-	S
22	Teoria e Metodologia da História II	-	12	48	-	-	S
23	Geografia Humana e Geopolítica	-	12	48	30	-	S
24	Metodologia do Ensino de História	-	12	48	30	-	S
25	Estágio Supervisionado de História I	-	-	60	100	40	A
26	Memória, Identidade e Patrimônio Histórico	-	9	36	-	15	S
27	Metodologia do TCC	-	12	48	-	-	S
Subtotal			104	476	190	55	

4º Ano							
28	História Contemporânea	-	23	92	-	-	A
29	História do Paraná	-	18	72	30	30	A
30	História do Brasil IV	-	12	48	-	-	S
31	História da América II	-	12	48	-	-	S
32	Geografia do Brasil	-	12	48	30	-	S
33	Estágio Supervisionado de História II	25	-	60	100	40	A
34	Optativa II	-	27	3	-	-	S
35	Políticas Educacionais	-	12	48	-	-	S
36	TCC	27	-	-	-	-	A
Subtotal			116	419	160	70	

TOTAL/TIPO DE CARGA HORÁRIA	437	1763	600	200	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (Com 120 h de Extensão)					200
TOTAL GERAL					3200